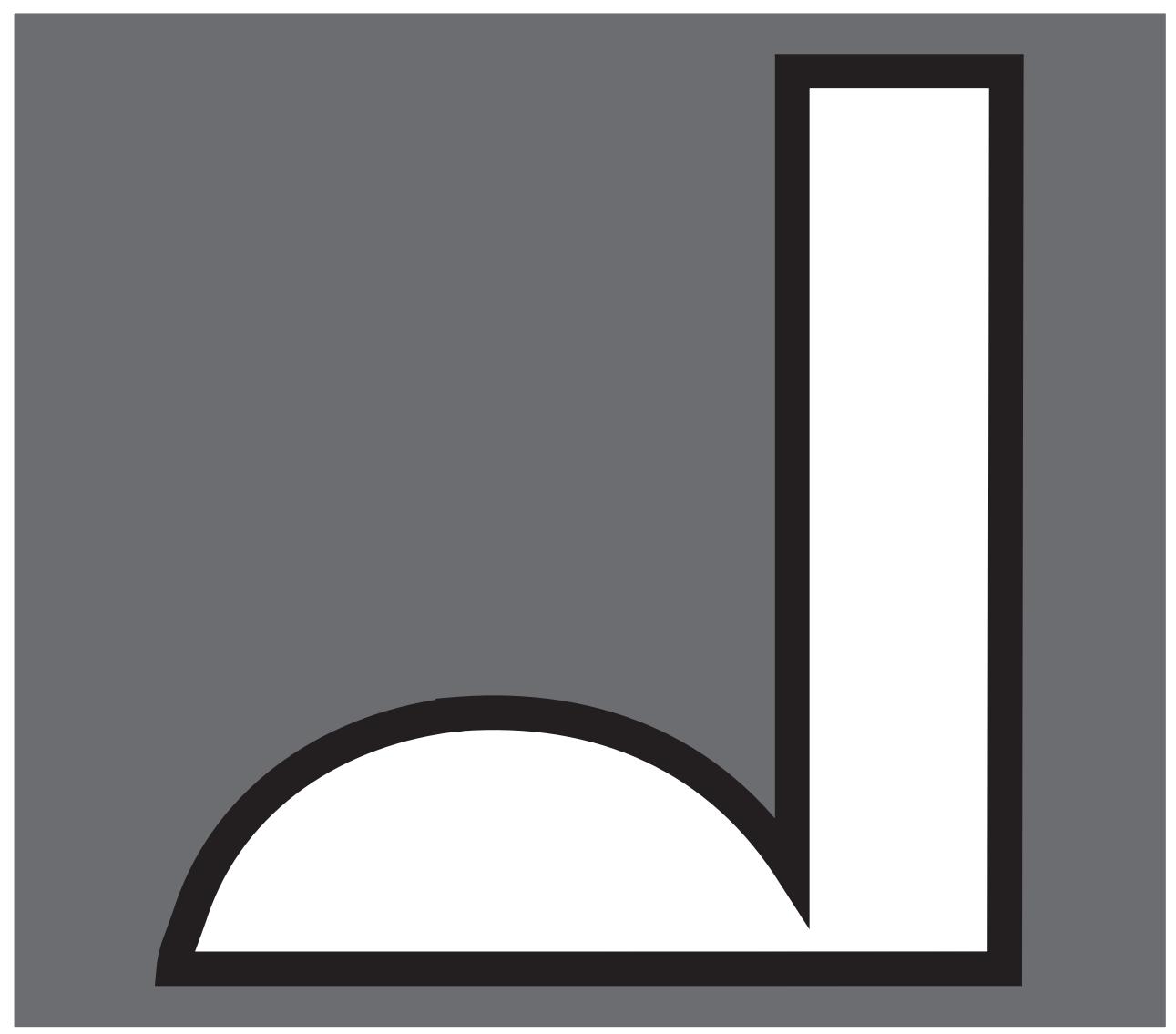




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 128 - SEXTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serlys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp	 LÍDER Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDERES DO PDT (vago) LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe VICE-LÍDER DO PSB (Vago) LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT	 VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 15 José Agripino VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 19 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT		
EXPEDIENTE		
Agaciol da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	 Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 11.164, DE 18 DE AGOSTO DE 2005

Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 248, de 2005, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A partir de 1º de maio de 2005, após a aplicação dos percentuais de 6,355% (seis inteiros e trezentos e cinqüenta e cinco milésimos por cento), a título de reajuste, e de 8,49% (oito inteiros e quarenta e nove centésimos por cento), a título de aumento real, sobre o valor de R\$260,00 (duzentos e sessenta reais), o salário-mínimo será de R\$300,00 (trezentos reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput** deste artigo, o valor diário do salário-mínimo corresponderá a R\$10,00 (dez reais) e o seu valor horário a R\$1,36 (um real e trinta e seis centavos).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 18 de agosto de 2005. – 184º da Independência e 117º da República
Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 137^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 18 DE AGOSTO DE 2005

1.1 – ABERTURA		
1.2 – EXPEDIENTE		
1.2.1 – Leitura de projetos		
Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera a redação da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a qual dispõe sobre partidos políticos e regulamenta os artigos 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.....	28322	cimento do radialista José Carlos Aguiar, da Rádio Bandeirantes – AM de Tubarão, Santa Catarina... ..
Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta parágrafos ao art. 23 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.....	28322	Nº 1.511, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 206, de 2005 (Nº 5142005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Márcio Paulo Buzanelli para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – Abin.....
Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2005, de autoria do Senador Ney Suassuna, que altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, e dá outras providências.....	28324	Nº 69/2005, de 16 do corrente, do Senador José Sarney, remetendo Relatório da Participação na Sessão Conjunta das Academias Brasileira de Letras e Francesa, no contexto do Ano do Brasil na França, contendo descrição das atividades realizadas durante a viagem a Paris, ocorrida no período de 17 a 25 de junho de 2005.....
1.2.2 – Leitura de requerimentos		
Nº 901, de 2005, de autoria do Senador Ney Suassuna, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2003, além da Comissão de despacho inicial, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.	28327	Nº 300/2005, de 18 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação do Senador Romero Jucá, como titular, na Comissão de Assuntos Sociais.
Nº 902, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ator Cláudio Corrêa e Castro, ocorrido no Rio de Janeiro no dia 16 de agosto de 2005.....	28328	Nº 301/2005, de 18 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, comunicando o remanejamento do Senador Romero Jucá para a titularidade da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em vaga existente.....
Nº 903, de 2005, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando concessão de licença para participar, como representante do Senado Federal, da Reunião por um Outro Mundo, em Pour Leucate, França, a realizar-se nos dias 20 a 30 de agosto deste ano.	28328	1.2.5 – Comunicação da Presidência
Nº 904, de 2005, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando homenagens de pesar pelo fale-		Designação do Senador Romero Jucá, para compor as Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos dos Ofícios nºs 300 e 301, lidos anteriormente.....
		Nº 133/2005, de 10 do corrente, comunicando a prorrogação, por igual período, do prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento nº 131, de 2005, de autoria do Senador Francisco Pereira.
		1.2.7 – Avisos do Tribunal de Contas da União
		Nº 27, de 2005-CN (nº 1.064-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de

Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.062, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria no Programa de Trabalho 25.752.0296.1887.0051 – Expansão de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Mato Grosso (Acréscimo de aproximadamente 365 Km de Linha de Transmissão, Implantação da SE Jauru (MT) 400 MVA e Reforço nas Subestações Associadas Equivalente a 563 MVA). (TC nº 006.075/2005-0).....	28339
Nº 28, de 2005-CN (nº 1.109-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.143, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento das publicações e do envio dos Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes e órgãos federais do 1º quadrimestre de 2005, previsto na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. (TC nº 008.546/2005-4).....	28340
Nº 29, de 2005-CN (nº 1.122-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.132, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada no Programa de Trabalho 05.781.0631.12CE.0001 – Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual Nacional, em especial a construção do Aeroporto do Planalto Serrano. (TC nº 004.441/2005-4)..	28340
1.2.8 – Discursos do Expediente	
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Registro de matéria da revista <i>IstoÉ</i> , intitulada “A Verdadeira História de Papillon”.....	28340
SENADOR ROBERTO SATURNINO – Apelo para as necessidades prementes e urgentes por que passa o Estado do Rio de Janeiro, especialmente na área das Universidades Federais, que constituem o pólo de destaque do Estado. O corte de recursos destinados à realização dos Jogos Panamericanos.....	28344
SENADORA IDELI SALVATTI – Apresentação de sugestão, que será levada hoje à Receita Federal, elaborada pelo Professor da USP, Sr. Valmor Slomski, que dispõe sobre a declaração de bens e direitos em tempo real, objetivando proporcionar um maior controle no combate à sonegação e lavagem de dinheiro	28346
SENADOR EDUARDO AZEREDO – Reflexão sobre fato relevante ocorrido no último dia 29, que foi a entrega do Anteprojeto de Reforma Universitária ao Presidente da República.....	28348
SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Considerações sobre declaração do Presidente Nacional	

do PT, Sr. Tarso Genro, que afirmou que o Governo do PT errou em manter uma política de juros altos e superávit exagerado.	28351
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Comentários sobre a crise política reinante no país.....	28352
SENADOR CÉSAR BORGES – Saudações ao retorno da Senadora Íris de Araújo ao convívio da Casa. O Brasil como campeão mundial nas elevadas taxas de juros.	28354
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Decisão ontem da Câmara dos Deputados ao reduzir o salário mínimo aprovado pelo Senado.....	28356
1.2.9 – Comunicação	
Da Senadora Íris de Araújo, comunicando sua reassunção, nesta data, ao mandato de Senadora da República pelo Estado de Goiás.	28357
1.2.10 – Ofício	
Nº 302/2005, de 18 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação da Senadora Íris de Araújo, como membro titular, nas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Desenvolvimento Regional e Turismo, e como membro suplente, na Comissão de Assuntos Sociais, em vaga existente.....	28357
1.2.11 – Comunicação da Presidência	
Designação da Senadora Íris de Araújo, para compor, como membro titular, nas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Desenvolvimento Regional e Turismo, e como membro suplente, na Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do Ofício nº 302/2005, lido anteriormente.....	28357
1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR SIBÁ MACHADO – Comentários sobre a popularidade que o desenrolar das CPI's está alcançando junto à população. Manifestações sobre prováveis irregularidades que vêm ocorrendo com relação aos documentos recolhidos pelas CPI.	28358
SENADOR AELTON FREITAS, como Líder – Protesto contra a intenção do Ibama de desapropriar grande parte de terras no Estado de Minas, na área do Parque da Serra da Canastra. Apelo no sentido de que o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente revejam a decisão tomada.....	28360
SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Considerações sobre a atuação do Partido dos Trabalhadores ante as denúncias de corrupção e a necessidade de explicações a serem dadas pelo Presidente Lula.....	28362
SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Considerações sobre a grave crise criada pelas denúncias em apuração pelas CPI's.	28363

SENADOR GILBERTO GOELLNER – A crise na agricultura do Estado do Mato Grosso, com a falência de inúmeros produtores rurais. Alerta ao Governo Federal quanto à gravidade da crise.....	28366
1.2.13 – Ofício	
Nº 72/2005, de 18 do corrente, do Senador Almeida Lima, comunicando que a partir desta data, integrará a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.	28368
1.2.14 – Leitura de requerimentos	
Nº 905, de 2005, de autoria do Senador Aloízio Mercadante, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2004, por regularem a mesma matéria.....	28368
Nº 906, de 2005, de autoria da Senadora Serys Shhessarenko, solicitando a dispensa de parecer da Comissão de Educação para o Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2005, a fim de que a matéria seja reencaminhada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, assim, possa ser analisada juntamente com outras que pretendem modificar o processo eleitoral, principalmente porque o prazo para que as novas regras passem a valer já nas próximas eleições está se esgotando.	28369
Nº 907, de 2005, de autoria da Senadora Serys Shhessarenko e outros Senhores Senadores, solicitando a realização de sessão solene no dia 15 de setembro, às 10 horas da manhã, a fim de celebrar os 20 anos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.....	28369
1.2.15 – Comunicação da Presidência	
Lembrando ao Plenário que a primeira hora da sessão de amanhã será dedicada a homenagear a maçonaria brasileira pelo <i>Dia do Maçom</i> , de acordo com o Requerimento nº 744, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.	28369
1.2.16 – Leitura de requerimento	
Nº 908, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a prorrogação, por sessenta dias, do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial destinada a apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal.	28369
1.2.17 – Comunicação da Presidência	
Modificação dos destinatários dos Requerimentos nºs 324, 693 e 701, de 2005, em virtude da edição da Medida Provisória nº 259, de 21 de julho último, que alterou a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e tendo em vista, ainda, o disposto no art. 50 da Constituição, que prevê que os requerimentos de informações poderão ser dirigidos a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República.	28369

1.2.18 – Leitura de requerimento

Nº 909, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de pesar pelo falecimento do pediatra Eduardo Luiz Mouzinho Mariz, ex-integrante do Quadro Médico do Senado Federal, ocorrido ontem, dia 17 de agosto, nesta Capital. . 28370

1.3 – ORDEM DO DIA**Item 1 – (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)**

Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 251, de 2005), que institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.....** 28370

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. **Apreciação sobrestada.....** 28370

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). **Apreciação sobrestada.....** 28371

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada.....** 28371

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia). **Apreciação sobrestada.....** 28371

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios). **Apreciação sobrestada.** 28371

Item 7

Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação. **Apreciação sobrestada.** 28371

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. **Apreciação sobrestada.** 28371

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Considerações sobre o artigo intitulado “Autocorrupção”, publicado na revista **Saúde em Primeira Página**..... 28372

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE, como Líder – Homenagem a Miguel Arraes, recentemente falecido. 28377

1.3.2 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.520/2005, de 18 do corrente, comunicando a rejeição do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2005, apresentado pelo Senado à Medida Provisória nº 248, de 2005. 28379

1.3.3 – Promulgação da Lei nº 11.164, de 18 de agosto de 2005, que dispõe sobre o valor do salário-mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências. 28380

1.3.4 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Advertência sobre o fato de que a população começa a execrar a classe política brasileira como um todo, e não apenas o PT. 28381

SENADOR FERNANDO BEZERRA – Congratulações ao Senado pela aprovação célere de projeto que modifica a legislação eleitoral. 28384

SENADORA IRIS DE ARAÚJO – Perigo de convulsão social no país. 28384

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Comentários ao depoimento do Sr. Delúbio Soares, à CPMI do “Mensalão”. 28389

SENADOR LEONEL PAVAN, como Líder – Crise do setor moveleiro de Santa Catarina. Comentários ao depoimento do Sr. Delúbio Soares, prestado hoje à CPMI do “Mensalão”. 28392

SENADOR PEDRO SIMON – Aprovação, hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de projeto de reforma eleitoral parcial, de autoria do Senador Jorge Bornhausen. 28396

SENADOR ALBERTO SILVA – Proposta ao Presidente da República de investimento na produção de energia renovável. 28397

SENADOR RIBAMAR FIQUENE – Considerações sobre resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que determinou a redução do número de vereadores no país. 28399

SENADOR JOSÉ MARANHÃO – Comentários à matéria publicada na revista **IstoÉ** sobre a devolução de cartões do Programa Bolsa-Família na Paraíba. 28401

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Aprovação, hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de projeto de reforma eleitoral parcial, de autoria do Senador Jorge Bornhausen. Considerações sobre os trabalhos da CPI dos Bingos.... 28402

1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da visão da Igreja sobre a atual crise política e as denúncias de corrupção que atingem o Governo do PT.... 28403

SENADOR ALVARO DIAS – Registro do artigo intitulado “O que já está provado”, do colunista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**. .. 28406

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentários ao artigo do jornalista Fernando Rodrigues, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, intitulado “Eutanásia incerta”. Homenagem ao dia 15 de agosto, data em que o Estado do Pará aderiu à Independência do Brasil, no ano de 1823. Reflexões sobre palavras do Presidente Lula em viagem à Bahia. 28406

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários ao artigo da articulista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, intitulado “Fantasmas”... 28408

SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Registro do editorial do jornal **Folha de S.Paulo**, de 14 do corrente, intitulado “O vazio do PT”. 28409

SENADOR REGINALDO DUARTE – Registro do artigo de autoria do jornalista Diogo Mainardi, publicado na revista **Veja**, de 10 do corrente, intitulado “Confie em mim”. 28409

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro do artigo de Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 13 do corrente, intitulado “A desculpa que faltou”. 28411

SENADOR PAULO PAIM – Aprovação ontem, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2004, que define crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. 28411

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 18-8-2005

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 3.331 a 3.349, de 2005. 28414

SENADO FEDERAL

- 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 52ª LEGISLATURA
- 5 – SECRETARIA DE COMISSÕES
- 6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
- 7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- 8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
- 9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
- 10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
- 11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

- 12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
- 13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
- 14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
- 15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
- 16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 137^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 18 de agosto de 2005

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Ribamar Fiquene e Mão Santa

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARCIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 18/8/2005 07:38:45 até 18/8/2005 19:54:01

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
P-SOL	AL	HELOÍSA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDEI SALVATTI	X	
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉREZ	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTAN LHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LUCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	MT	LUIZ SOARES	X	
PFL	PI	MÃO SANTA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PMDB	AP	PAPALEO PAES	X	
PFL	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	
PEL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	MA	RBAMAR FIQUENE	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS	X	

Compareceram: 73 Senadores



Brasília, 18 de agosto de 2005

Ex^{om} Sr.
 Senador Renan Calheiros
 Presidente do Senado Federal
 Nesta

Senhor Presidente
 Comunico a V. Ex^a que estive presente a Sessão do Senado Federal desta data, tendo inclusive usado da palavra pela Liderança do meu Partido. participei também como membro da reunião da Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania realizada as 9h30 de hoje, bem como da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Bingos, conforme listas de presenças anexas.

Não registrei, contudo, o meu nome no painel de votação do Plenário do Senado.

Nessas condições, solicito a V. Ex^a considerar a minha presença na Sessão do Senado de hoje.

Cordialmente, Senador **Arthur Virgílio**.

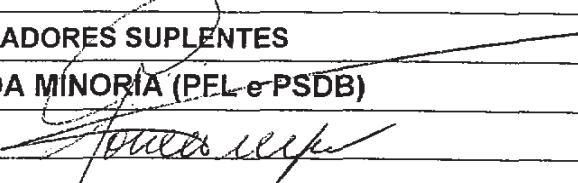
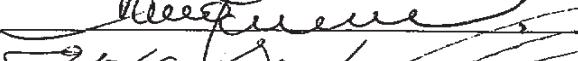
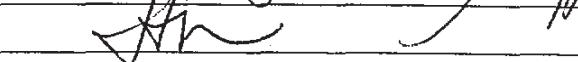
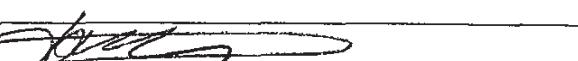
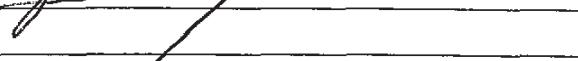
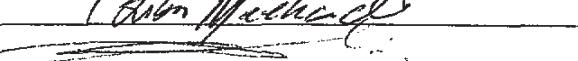
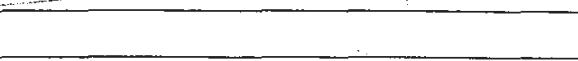
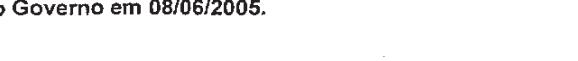
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

25^a Reunião Extraordinária, da 3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 52^a Legislatura, a realizar-se em 18 de Agosto de 2005, Quinta-feira, às 9 horas e 30 minutos, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

PRESIDENTE :	<i>Arthur Virgílio</i>
SENADORES TITULARES	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	(PRESIDENTE) <i>Antônio Carlos Magalhães</i>
CÉSAR BORGES	<i>César Borges</i>
DEMÓSTENES TORRES	<i>Demóstenes Torres</i>
EDISON LOBÃO	<i>Edison Lobão</i>
JOSÉ JORGE	<i>José Jorge</i>
ALMEIDA LIMA	<i>Almeida Lima</i>
ÁLVARO DIAS	<i>Álvaro Dias</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	<i>Arthur Virgílio</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	<i>Juvêncio da Fonseca</i>
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	(PRESIDENTE) <i>Antônio Carlos Magalhães</i>
CÉSAR BORGES	<i>César Borges</i>
DEMÓSTENES TORRES	<i>Demóstenes Torres</i>
EDISON LOBÃO	<i>Edison Lobão</i>
JOSÉ JORGE	<i>José Jorge</i>
ALMEIDA LIMA	<i>Almeida Lima</i>
ÁLVARO DIAS	<i>Álvaro Dias</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	<i>Arthur Virgílio</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	<i>Juvêncio da Fonseca</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	<i>Aloizio Mercadante</i>
EDUARDO SUPLICY	<i>Eduardo Suplicy</i>
FERNANDO BEZERRA	<i>Fernando Bezerra</i>
MAGNO MALTA	<i>Magno Malta</i>
IDELI SALVATTI	<i>Ideli Salvatti</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	<i>Antônio Carlos Valadares</i>
SERYS SHHESSARENKO	<i>Serys Shhessarenko</i>
PMDB	<i>PMDB</i>
RAMEZ TEBET	<i>Ramez Tebet</i>
JOÃO BATISTA MOTTA	<i>João Batista Motta</i>
JOSÉ MARANHÃO	<i>José Maranhão</i>
MAGUITO VILELA	<i>Maguito Vilela</i>
AMIR LANDO	<i>Amir Lando</i>
PEDRO SIMON	<i>Pedro Simon</i>
PDT	<i>PDT</i>
JEFFERSON PÉRES	<i>Jefferson Péres</i>

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

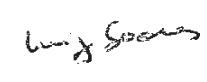
(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 06/06/2005.

SENADORES SUPLENTES	
BLOCO DA MINORIA (PEL e PSDB)	
ROMEU TUMA	
MARIA DO CARMO ALVES	
JOSÉ AGRIPIÑO	
JORGE BORNHAUSEN	
RODOLPHO TOURINHO	
TASSO JEREISSATI	
EDUARDO AZEREDO	
LEONEL PAVAN	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
DELCÍDIO AMARAL	
PAULO PAIM	
SÉRGIO ZAMBIAZI	
JOÃO CAPIBERIBE	
SIBÁ MACHADO	
MOZARILDO CAVALCANTI	
MARCELO CRIVELLA	
PMDB	
NEY SUASSUNA	
LUIZ OTÁVIO	
SÉRGIO CABRAL	
ROMERO JUCÁ	
LEOMAR QUINTANILHA	
GARIBALDI ALVES FILHO	
PDT	
OSMAR DIAS	

Atualizada em: 11/08/2005
U:\CCJ\ANO 2005\Assinaturas

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.


 - 

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para “Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”

**Lista de Presença dos Senhores Senadores Membros
14ª Reunião, em 18.08.2005.**

SENADORES TITULARES

- 01 - ROMEU TUMA
- 02 - ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
- 03 - EFRAIM MORAIS
- 04 - TASSO JEREISSATI
- 05 - LEONEL PAVAN
- 06 - VALDIR RAUPP
- 07 - LEOMAR QUINTANILHA
- 08 - LUIZ OTÁVIO
- 09 - GARIBALDI ALVES FILHO
- 0 - FLÁVIO ARNS
- 1 - SIBÁ MACHADO
- 2 - TIÃO VIANA
- 3 - MAGNO MALTA
- 4 - JUVÊNCIO DA FONSECA
- 5 - MOZARILDO CAVALCANTI

ASSINATURAS

The image shows handwritten signatures of 14 senators, each with a first and last name written below it. The signatures are in cursive and vary in style. The names correspond to the ones listed in the 'SENADORES TITULARES' section.

**Lista de Presença dos Senhores Senadores Membros
14ª Reunião, em 18.08.2005.**

SENADORES SUPLENTES

- 01 - GERALDO MESQUITA
- 02 - DEMÓSTENES TORRES
- 03 - ARTHUR VIRGÍLIO
- 04 - ALBERTO SILVA
- 05 - FÁTIMA CLEIDE
- 06 - JOSÉ MARANHÃO
- 07 - ANTÔNIO CARLOS VALADARES
- 08 - AUGUSTO BOTELHO
- 09 - SÉRGIO ZAMBIASI

ASSINATURAS

The image shows handwritten signatures of 9 substitute senators, each with a first and last name written below it. The signatures are in cursive and vary in style. The names correspond to the ones listed in the 'SENADORES SUPLENTES' section.

Brasília, 18 de agosto de 2005

Ex^{om} Sr.

Senador Renan Calheiros
 Presidente do Senado Federal
 Nesta

Senhor Presidente,
 Comunico a V. Ex^a que, presente à Sessão do Senado Federal desta data, participei também, como

membro, da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania realizada às 9h30 de hoje, bem como da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Bingos, conforme lista de presença anexas.

Não registrei, contudo, o meu nome no painel de votação do Plenário do Senado.

Nessas condições, solicito a V. Ex^a considerar a minha presença na Sessão do Senado de hoje.

Cordialmente, – Senador Juvêncio da Fonseca.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

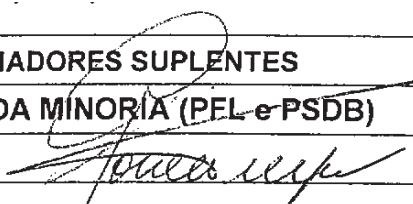
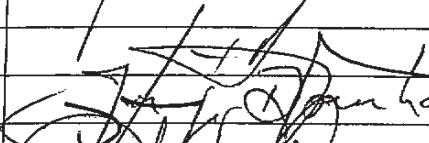
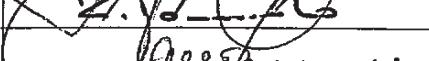
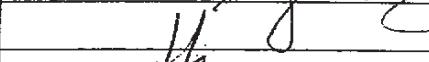
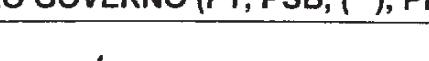
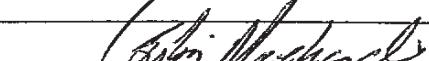
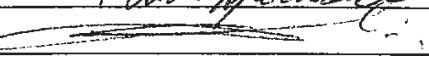
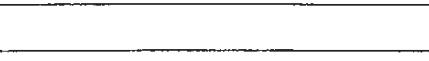
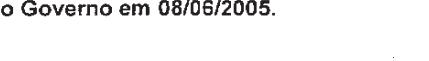
25^a Reunião Extraordinária, da 3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 52^a Legislatura, a realizar-se em 18 de Agosto de 2005, Quinta-feira, às 9 horas e 30 minutos, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

PRESIDENTE :	<i>Arthur Embry Magalhães</i>
SENADORES TITULARES	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	<i>(Presidente)</i>
CÉSAR BORGES	<i>César Borges</i>
DEMÓSTENES TORRES	<i>Demóstenes Torres</i>
EDISON LOBÃO	<i>Edison Lobão</i>
JOSÉ JORGE	<i>José Jorge</i>
ALMEIDA LIMA	<i>Almeida Lima</i>
ÁLVARO DIAS	<i>Álvaro Dias</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	<i>Arthur Virgílio</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	<i>Juvêncio da Fonseca</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	<i>Aloizio Mercadante</i>
EDUARDO SUPLICY	<i>Eduardo Suplicy</i>
FERNANDO BEZERRA	<i>Fernando Bezerra</i>
MAGNO MALTA	<i>Magno Malta</i>
IDELI SALVATTI	<i>Ideli Salvatti</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	<i>Antônio Carlos Valadares</i>
SERYS SHHESSARENKO	<i>Serys Shhessarenko</i>
RAMEZ TEBET	<i>Ramez Tebet</i>
JOÃO BATISTA MOTTA	<i>João Batista Motta</i>
JOSÉ MARANHÃO	<i>José Maranhão</i>
MAGUITO VILELA	<i>Maguito Vilela</i>
AMIR LANDO	<i>Amir Lando</i>
PEDRO SIMON	<i>Pedro Simon</i>
PDT	
JEFFERSON PÉRES	<i>Jefferson Péres</i>

Atualizada em: 11/08/2005
 U:ACC\ANO 2005\Assinaturas

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

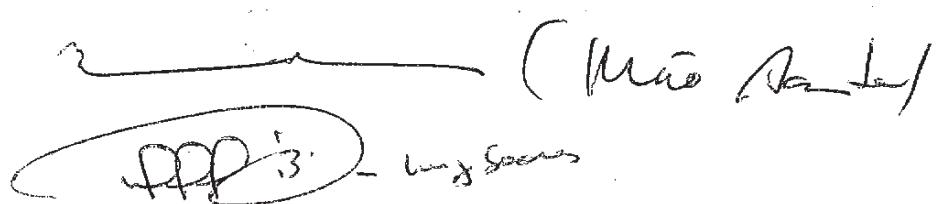
(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 05/06/2005.

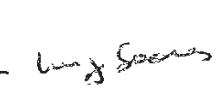
SENADORES SUPLENTES	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ROMEU TUMA	
MARIA DO CARMO ALVES	
JOSÉ AGRIPINO	
JORGE BORNHAUSEN	
RODOLPHO TOURINHO	
TASSO JEREISSATI	
EDUARDO AZEREDO	
LEONEL PAVAN	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
DELCÍDIO AMARAL	
PAULO PAIM	
SÉRGIO ZAMBIAZI	
JOÃO CAPIBERIBE	
SIBÁ MACHADO	
MOZARILDO CAVALCANTI	
MARCELO CRIVELLA	
PMDB	
NEY SUASSUNA	
LUIZ OTÁVIO	
SÉRGIO CABRAL	
ROMERO JUCÁ	
LEOMAR QUINTANILHA	
GARIBALDI ALVES FILHO	
PDT	
OSMAR DIAS	

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

Atualizada em: 11/08/2005
U:ACCJANO 2005\Assinaturas





Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para “Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”

**Lista de Presença dos Senhores Senadores Membros
14ª Reunião, em 18.08.2005.**

SENADORES TITULARES

- 01 - ROMEU TUMA
- 02 - ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
- 03 - EFRAIM MORAIS
- 04 - TASSO JEREISSATI
- 05 - LEONEL PAVAN
- 06 - VALDIR RAUPP
- 07 - LEOMAR QUINTANILHA
- 08 - LUIZ OTÁVIO
- 09 - GARIBALDI ALVES FILHO
- 10 - FLÁVIO ARNS
- 11 - SIBÁ MACHADO
- 12 - TIÃO VIANA
- 13 - MAGNO MALTA
- 14 - JUVÊNCIO DA FONSECA
- 15 - MOZARILDO CAVALCANTI

ASSINATURAS

Handwritten signatures of the 15 senators listed above, each consisting of a stylized initial followed by a surname. The signatures are arranged vertically, corresponding to the list of names on the left.

**Lista de Presença dos Senhores Senadores Membros
14ª Reunião, em 18.08.2005.**

SENADORES SUPLENTES

- 01 - GERALDO MESQUITA
- 02 - DEMÓSTENES TORRES
- 03 - ARTHUR VIRGÍLIO
- 04 - ALBERTO SILVA
- 05 - FÁTIMA CLEIDE
- 06 - JOSÉ MARANHÃO
- 07 - ANTÔNIO CARLOS VALADARES
- 08 - AUGUSTO BOTELHO
- 09 - SÉRGIO ZAMBIASI

ASSINATURAS

Handwritten signatures of the 9 substitute senators listed above, each consisting of a stylized initial followed by a surname. The signatures are arranged vertically, corresponding to the list of names on the left.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Convidado o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti a ajudar nos trabalhos de Secretaria da Mesa.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, DE 2005

Altera a redação da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a qual dispõe sobre partidos políticos e regulamenta os artigos 17 e 14, § 3º inciso V, da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 18. Para concorrer a um cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos três anos antes da data fixada para as eleições, majoritárias e proporcionais.

.....
Art. 26 Perde automaticamente o mandato, na respectiva Casa Legislativa, o parlamentar que deixar o partido sob cuja legenda tenha sido eleito.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O fortalecimento dos partidos políticos é um dos eixos principais de uma reforma política consistente. Com efeito, no Brasil há, atualmente, um quadro partidário frágil e inconsistente, com número excessivo de agremiações políticas, o que dificulta a governabilidade e confunde o eleitor.

A inconsistência desse quadro partidário é acirrada pela facilidade com que parlamentares trocam de partido ao longo de seu mandato, bem como pelo tempo exíguo de filiação partidária exigido pela norma atual para que o eleitor possa se candidatar pela sigla à qual pertence.

Pois bem, a ampliação do prazo de filiação para que o eleitor possa participar de eleições obedece à lógica do fortalecimento do quadro partidário brasileiro.

Mais importante ainda, nesse sentido, é a previsão da perda de mandato para o parlamentar que deixar o seu partido, como ora propomos. Deve-se considerar que o voto é, na realidade, uma espécie de condomínio entre o parlamentar e o partido que o elegeu. Portanto, a troca-troca de partidos desrespeita, acima de tudo, à vontade do eleitor e representa, na realidade, uma espécie de fraude eleitoral.

Acreditamos firmemente que as simples, mas importantes, medidas aqui propostas poderão contribuir, de forma significativa, para modificar essa triste realidade.

Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres pares a esta relevante propositura.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005. – Senador Aloizio Mercadante.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995**

Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os art. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

Texto atualizado em 24-5-01**Última Lei nº 9.693, 27-7-98**

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 18. Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições, majoritárias ou proporcionais.

.....
Art. 26. Perde automaticamente a função ou cargo que exerce, na respectiva Casa Legislativa, em virtude da proporção partidária, o parlamentar que deixar o partido sob cuja legenda tenha sido eleito.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, DE 2005

Acrescenta parágrafos ao art. 23 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 23 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º, 3º e 4º mantido o atual § 1º:

Art. 23.
 § 1º
 § 2º O estatuto poderá prever a possibilidade de impugnação de candidatura a cargo eletivo majoritário, por parte de qualquer filiado ao partido, mediante representação fundamentada onde se apontem os motivos capazes de tornar o interessado incompatível com a honra, a dignidade e o decoro do cargo, ou ainda em razão de prática de ato de improbidade administrativa.

§ 3º Para os fins previstos no parágrafo anterior, será dada ampla divulgação dos nomes, com prazo nunca inferior a 15 (quinze) dias, cabendo à Comissão Executiva deliberar sobre a existência de indícios suficientes para instauração de sindicância.

§ 4º Em qualquer hipótese, será assegurado o direito de ampla defesa. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Justificação

Mais uma vez submeto a Casa esta proposição que visa instrumentalizar e aparelhar os estatutos partidários com a efetiva participação do filiado nos processos disciplinares dos candidatos às eleições majoritárias em que pairem dúvidas ou suspeitas quanto à lisura e ao decoro do pleiteante. Reproduzo as mesmas ponderações com as quais outrora apresentei esta proposição – PLS nº 127/97, que na época, infelizmente, não prosperou. Assim seguem os argumentos:

“O processo de redemocratização do País, que culminou com a promulgação da Constituição de 1988, expressamente erigiu em objetivo fundamental da República, entre outros, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º inciso I da CF). Proclamou-se, ainda, o Estado de Direito Democrático como princípio informador da organização sociopolítica da Nação, explicitando-se, na esteira da tradição consagrada, que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. (art. 1º, § único da CF).

Entre nós, a fonte de todo e qualquer poder legítimo reside na soberania popular, cuja manifestação primeira e o livre exercício do “sufrágio universal pelo voto direto e secreto com igual valor para todos”. (art. 14 da CF). No exercício do poder, estão os agentes públicos obrigados a utilizá-lo exclusivamente para realizar o bem comum, sendo proscrita qualquer outra finalidade. Este dever se impõe, com maior intensidade, aqueles que se encontram investidos de mandato popular. Não e por outra razão que o constituinte

arrolou, entre as hipóteses ensejadoras de perda ou suspensão dos direitos políticos, a prática de “improbidade administrativa” sendo esta, em alguns casos, qualificada como “crime de responsabilidade”.

Aos partidos políticos, instrumentos de capital importância no regime da democracia representativa, assegurou-se ampla liberdade de organização e funcionamento, respeitadas algumas limitações necessárias a preservação da ordem instituída. Entre estas limitações, encontra-se a necessidade de estabelecerem os respectivos estatutos “normas de fidelidade e disciplina partidárias”. (art. 17, § 1º da CF).

Entendem os, em tal contexto, que as agremiações partidárias têm um compromisso com a sociedade e a própria democracia, no sentido de assegurar que os postulantes a cargo eletivo, nomeadamente aqueles que concorrem a disputas majoritárias, ostentem um passado probo e de ilibada reputação.

O projeto que ora apresentamos, conquanto não fixando normas de caráter cogente, tem por finalidade aprimorar o sistema político-partidário, indicando a conveniência do estabelecimento de mecanismos internos que possibilitem averiguar, previamente, a compatibilidade ética do postulante com os superiores interesses da moralidade pública.

Submetemos à consideração dos ilustres pares a presente iniciativa, na certeza de que o tema é de relevante interesse para os destinos da Nação.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

CAPÍTULO V Da Fidelidade e da Disciplina Partidárias

Art. 23. A responsabilidade por violação dos deveres partidários deve ser apurada e punida pelo competente órgão, na conformidade do que disponha o estatuto de cada partido.

§ 1º Filiado algum pode sofrer medida disciplinar ou punição por conduta que não esteja tipificada no estatuto do partido político.

§ 2º Ao acusado é assegurado amplo direito de defesa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 2005

Altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.034, de 30 dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam excetuadas da restrição de que trata o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às seguintes atividades:

.....
II – estabelecimentos de ensino fundamental e médio;
..... (NR)”

Art. 2º O art. 15 da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. A exclusão do Simples nas condições de que tratam os arts. 13 e 14, surtirá efeito:

.....
II – a partir do mês subsequente àquele em que se proceder à exclusão, ainda que de ofício, em virtude de constatação de situação excludente prevista nos inciso III a XVIII do art. 9º;
..... (NR)”

Art. 3º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias de publicação desta lei.

Parágrafo único. Os benefícios fiscais provenientes desta lei só produzirão efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 3º.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com a pesada carga tributária hoje incidente sobre a pessoa jurídica, a possibilidade de adesão ao Simples significa, muitas vezes, a possibilidade de

sobrevivência de alguns segmentos da atividade econômica. O projeto de lei ora apresentado tem por objetivo afastar de vez qualquer interpretação que vede a possibilidade de adesão dos estabelecimentos de ensino médio ao sistema simplificado.

A medida se faz necessária em face da verdadeira cruzada empreendida pela antiga Secretaria da Receita Federal (SRF), juntamente com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no sentido de restringir ao mínimo os segmentos a serem beneficiados com o Simples. Para tanto, o Poder Executivo Federal valeu-se, sobretudo, do inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 1996, que veda a opção para pessoas jurídicas prestadoras de serviços profissionais das categorias especificamente listadas e para outras cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida.

Desde 1997, a maior parte das escolas de pequeno porte no País começou a recolher tributos federais pelo Simples. Até a edição da Lei nº 10.034, de 2000 – que expressamente excetuou da vedação apenas as creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental – os tribunais, na sua grande maioria, vinham decidindo a favor da possibilidade de adesão das escolas de nível médio. A partir de então, o entendimento deixou de ser pacífico.

Para tentar por fim à questão, o Congresso Nacional, por ocasião da votação da lei de conversão da Medida Provisória nº 66/2002, aprovou artigo que inseria as escolas de ensino médio entre as possíveis optantes do Simples. Mas, sob argumentos meramente arrecadatórios, o dispositivo acabou vetado pelo Presidente da República.

Para piorar a situação, as escolas de ensino médio foram castigadas por outra modificação, feita pelo Poder Executivo via medida provisória. A partir da Medida Provisória nº 2.158-34, de 2001, os efeitos da exclusão do Simples passaram a dar-se não mais no mês seguinte ao do ato de exclusão, mas no mês subsequente àquele em que o excluído não mais preenchesse os requisitos legais necessários para a adesão. Assim, as exclusões efetuadas pela Receita Federal em períodos anteriores, com a cassação das liminares concedidas às escolas pela Justiça, geraram pesadíssimos passivos.

Não bastassem esses fatos, as mudanças feitas em benefício da Fazenda Nacional acabaram por trazer outros efeitos indesejáveis, que refletiram sobre a concorrência. O primeiro efeito concreto foi à diferença de custos entre escolas de mesma qualidade em localidades próximas gerada pelas diferentes interpretações dos tribunais em diferentes estados e regiões sobre a possibilidade ou não de adesão.

Um segundo efeito da vedação foi o desestímulo ao crescimento de escolas de ensino médio. Inexplicavelmente, uma escola de pequeno porte que, além do ensino fundamental, ouse crescer para oferecer o ensino médio passou a ter custos tributários proporcionalmente mais elevados do que uma que ofereça apenas o ensino fundamental.

A presente proposição corrige os dois problemas. Inclui os estabelecimentos de ensino médio no inciso II do art. 1º da Lei nº 10.034, de 30 de dezembro de 2002, que exceta diversas categorias de atividades econômicas da vedação de adesão ao Simples, e faz retomar à redação original o inciso II do art. 15 da Lei nº 9.317, de 1996, para que os efeitos da exclusão do

Simples sobre uma empresa só se dêem a partir do mês subsequente ao ato de exclusão.

Finalmente, lembramos que foram tomadas as medidas necessárias para adequação do projeto às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, contamos com o apoio dos ilustres Senadores à aprovação desta proposição legislativa que, se convertida em lei, corrigirá as distorções hoje existentes, melhorando sensivelmente as condições de sobrevivência das escolas de nível médio, o representará grande estímulo a um segmento de fundamental importância para o desenvolvimento do País.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005. – Senador **Ney Suassuna**.

Legislação citada

LEI N° 10.034, DE 24 DE OUTUBRO DE 2000.

Mensagem de Veto nº 1502

Altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA seguinte Lei:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a

Art. 1º Ficam excetuadas da restrição de que trata o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem às seguintes atividades: creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental.

Art. 1º Ficam excetuadas da restrição de que trata o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às seguintes atividades: (Redação dada pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)

I – creches e pré-escolas; (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)

II – estabelecimentos de ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)

III – centros de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga; (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)

IV – agências lotéricas; (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)

V – agências terceirizadas de correios; (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)

VI – (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003 e vetado)

VII – (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003 e vetado)

Art. 2º Ficam acrescidos de cinqüenta por cento os percentuais referidos no art. 5º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, alterado pela Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, em relação às atividades relacionadas no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. O produto da arrecadação proporcionado pelo disposto no caput será destinado integralmente às contribuições de que trata a alínea f do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

Art. 2º Ficam acrescidos de cinqüenta por cento os percentuais referidos no art. 5º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, alterado pela Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, em relação às atividades relacionadas nos incisos II a V do art. 1º desta Lei e às pessoas jurídicas que auferem receita bruta decorrente da prestação de serviços em montante igual ou superior a trinta por cento da receita bruta total. (Redação dada pela Lei nº 10.694, de 20.5.2003)

LEI N° 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996.Texto compilado

Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 15. A exclusão do SIMPLES nas condições de que tratam os arts. 13 e 14 surtirá efeito:

I - a partir do ano-calendário subsequente, na hipótese de que trata o inciso I do art. 13;

~~II - a partir do mês subsequente ao em que incorrida a situação excludente, nas hipóteses de que tratam os incisos III a XVIII do art. 9º;~~

II - a partir do mês subsequente àquele em que se proceder à exclusão, ainda que de ofício, em virtude de constatação de situação excludente prevista nos incisos III a XVIII do art. 9º; (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.1998) (Vide Lei nº 10.925, de 2004) (Vide Medida Provisória nº 252, de 2005)

III - a partir do inicio de atividade da pessoa jurídica, sujeitando-a ao pagamento da totalidade ou diferença dos respectivos impostos e contribuições, devidos de conformidade com as normas gerais de incidência, acrescidos, apenas, de juros de mora quando efetuado antes do início de procedimento de ofício, na hipótese do inciso II, "b", do art. 13;

IV - a partir do ano-calendário subsequente àquele em que for ultrapassado o limite estabelecido, nas hipóteses dos incisos I e II do art. 9º;

V - a partir, inclusive, do mês de ocorrência de qualquer dos fatos mencionados nos incisos II a VII do artigo anterior.

VI - (Vide Medida Provisória nº 252, de 2005)

§ 1º A pessoa jurídica que, por qualquer razão, for excluída do SIMPLES deverá apurar o estoque de produtos, matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem existente no último dia do último mês em que houver apurado o IPI ou o ICMS de conformidade com aquele sistema e determinar, a partir da respectiva documentação de aquisição, o montante dos créditos que serão passíveis de aproveitamento nos períodos de apuração subsequentes.

§ 2º O convênio poderá estabelecer outra forma de determinação dos créditos relativos ao ICMS, passíveis de aproveitamento, na hipótese de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º A exclusão de ofício dar-se-á mediante ato declaratório da autoridade fiscal da Secretaria da Receita Federal que jurisdicione o contribuinte, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observada a legislação relativa ao processo tributário administrativo. (Incluído pela Lei nº 9.732, de 11.12.1998)

§ 4º Os órgãos de fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social ou de qualquer entidade conveniente deverão representar à Secretaria da Receita Federal se, no exercício de suas atividades fiscalizadoras, constatarem hipótese de exclusão obrigatória do SIMPLES, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 13. (Incluído pela Lei nº 9.732, de 11.12.1998)

§ 5º (Vide Medida Provisória nº 252, de 2005)

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 47 de 5 de julho de 2005

TÍTULO VI
Da Tributação e do Orçamento

CAPÍTULO II
Das Finanças Públicas

SEÇÃO II
Dos Orçamentos

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorre as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientar elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição se elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela via administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do e as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefício natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixa despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementar contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º Cabe à lei complementar:

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

*(À Comissão de Assuntos Econômicos
– decisão terminativa.)*

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 901, DE 2005

Requeiro, nos termos do item 12, alínea c, inciso II do art. 255 do Regimento Interno, que sobre o PLS nº 312/2003 – que altera a Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, para instituir o abono anual para os benefícios da prestação continuada pago pela as-

sistência social, que além da Comissão de Assuntos Sociais – CAS, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005. – Senador **Ney Suassuna**, PMDB/PB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, item 12, alínea c, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 902, DE 2005

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do ator Cláudio Corrêa e Castro, ocorrido em 16 de agosto de 2005, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pelo falecimento do ator de teatro, cinema e principalmente de televisão, Cláudio Corrêa e Castro, ocorrido no Rio de Janeiro no dia 16 de agosto de 2005.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da esposa e dos três filhos do ator.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se pela dedicação de Cláudio Corrêa e Silva, figura por demais conhecida no País, especialmente pela sua forte presença em novelas da televisão. A primeira delas foi “A Muralha”, seguindo-se numerosas outras, todas de grande êxito. Como registrou o jornal **O Globo**, Corrêa da Silva foi um ator notável, culto e versátil.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 903, DE 2004

Senhor Presidente,

Tendo sido designada por Vossa Excelência para representar o Senado junto à Reunião por um Outro Mun-

do (Sommet pour um Autre Monde – SPAM), a realizar-se nos dias 20 a 30 de agosto deste ano, em Pourt Leucate, França, venho solicitar, nos termos do inciso II, a, do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 25 a 30 de agosto de 2005.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005. – Senadora **Heloísa Helena**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 904, DE 2005

Requeremos, nos termos dos arts. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Radialista José Carlos Aguiar, da Rádio Bandeirantes – AM de Tubarão, Santa Catarina.

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e Cidade de Chapecó, através da Rádio Bandeirantes AM de Tubarão.

Justificação

A Cidade de Tubarão está enlutada, pela perda de um dos mais influentes representantes da imprensa, o Radialista José Carlos Aguiar 56 anos de idade, tendo por mais de 20 anos, prestado serviço de informação e apoio a toda a população através de seus programas radiofônicos, com um assento especial junto à comunidade, onde gozava de respeito e muita admiração por parte de todos, merecedor portanto, das devidas homenagens que ora proponho, para que aquela Cidade e sua família, saibam do reconhecimento dessa Casa, por aqueles que trabalham em prol da sociedade.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005.
– **Leonel Pavam**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PARECER N° 3.511, de 2005

A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM REUNIÃO REALIZADA EM 18/08/2005, APRECIANDO O RELATÓRIO APRESENTADO PELO(A) SENHOR(A) SENADOR(A) Romu Tuma QUE OPINA favoravelmente SOBRE A MENSAGEM N.º 206, DE 2005, DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA SUBMETENDO À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL O NOME DO SENHOR MÁRCIO PAULO BUZANELLI PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN.

SALA DA COMISSÃO, 18 DE AGOSTO DE 2005.

PRESIDENTE

RELATOR(A)

CONCLUÍDA A VOTAÇÃO, PROCEDE-SE A CONTAGEM DOS VOTOS APURANDO-
- SE O SEGUINTE RESULTADO:

VOTOS FAVORÁVEIS	(<u>anze</u>)
VOTOS CONTRÁRIOS	(<u>um</u>)
VOTOS EM BRANCO	(<u>—</u>)
VOTOS NULOS	(<u>—</u>)
ABSTENÇÕES	(<u>—</u>)

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ENCERRA-SE A REUNIÃO, LAVRANDO EU,
SENADOR(A) Márcio Santa A PRESENTE ATA, QUE, APÓS LIDA
E APROVADA É ASSINADA PELO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS
PRESENTES.

PRESIDENTE
RELATOR(A)

RELATÓRIO

Relator: Senador **Romeu Tuma**

Esta Casa do Congresso Nacional é chama-
da a manifestar-se sobre a indicação que o Senhor
Presidente da República faz do Senhor Márcio Paulo
Buzanelli para exercer o cargo de Diretor-Geral da
Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), conforme
art. 52, inciso III, alínea f da Constituição, combinado
com o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7
de dezembro de 1999.

Acompanha a Mensagem nº 514, da Presidência
da República, de 2 de agosto de 2005, o currículum
vitae do interessado, do qual cumpre extrair para este
Relatório as seguintes informações:

Nascido em Campinas (SP), em 20 de março de
1950, filho de José Paulino Buzanelli e de Ana Calin
Buzanelli, o Senhor Márcio Paulo Buzanelli é bacharel
em Administração pela Faculdade de Administração de
São Paulo, tendo colado grau em 1979. Possui, ainda,
cursos de especialização e aperfeiçoamento na área

da Segurança Pública e Inteligência, entre os quais
convém destacar:

- Curso de Informações categoria “B”, atual Curso de Formação em Inteligência, na Escola Nacional de Informações (ESNI), em 1980.
- Curso de Informações categoria “A”, atual Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência, na ESNI, em 1985.
- Curso de Informações do Campo Externo, ESM, 1988.
- Curso de Preparação de Oficiais de Inteligência no Exterior, no Centro de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos da Secretaria de Assuntos Estratégicos (CE-FARH/SAE), em 1990.
- Curso de Gestão de Recursos de Defesa, pela Escola Superior de Guerra, em 2002.

Como servidor público de carreira da área de
inteligência, Márcio Paulo Buzanelli tem larga experi-
ênci na área de informações. Ingressou no serviço de
inteligência em 1978, tendo servido na Agência São
Paulo, do então Serviço Nacional de Informações, até
1987. Entre 1988 e 1999, serviu no Departamento de

Inteligência das Secretarias de Assuntos Estratégicos e de Inteligência, órgãos antecessores da Abin, quando ocupou as funções de analista e chefe das divisões de crime organizado, de terrorismo e de Oriente Médio. Entre 1995 e 1999, foi chefe da Coordenação de Assuntos Especiais (CAE), unidade voltada à execução de atividades de inteligência contra o crime organizado.

Conveniente registrar, ainda, que o indicado em apreço integrou, em 1997, o grupo de trabalho encarregado de elaborar a proposta do Projeto de Lei de criação da Abin, naquele ano apresentada ao Congresso Nacional, e que culminou na edição, em 7 de dezembro de 1999, da Lei nº 9.883, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e criou a Abin.

Também cabe destacar que, no período de janeiro de 2000 a julho de 2002, Márcio Paulo Buzanelli atuou como Oficial de Ligação, representando o Brasil junto ao Counterdrug Operations Center, do Joint Interagency Task Force East. O órgão, sediado em Key West, Flórida, é o centro de comando e controle interagencial vinculado ao Comando Sul das Forças Armadas dos Estados Unidos da América e voltado ao intercâmbio de inteligência e ações hemisféricas de repressão ao tráfico de drogas e ao terrorismo.

Em virtude de sua experiência no combate ao crime organizado e ao terrorismo, o indicado integrou a Secretaria de Acompanhamento e

Estudos Institucionais (SAEI) da Presidência da República, em 1999 e entre agosto de 2002 e abril de 2004. Em 2004, integrou o grupo de trabalho interministerial da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN) encarregado de propor uma política nacional de prevenção ao terrorismo. Ainda em setembro de 2004, foi nomeado Diretor do Departamento de Inteligência da ABIN, função que desempenha até o momento.

De acordo com o documento enviado a esta Casa, o servidor em apreço participou, nos últimos vinte anos, de congressos, conferências e reuniões internacionais sobre terrorismo e crime organizado, tendo integrado comitivas do Serviço de Inteligência e delegações interministeriais do governo brasileiro. Também proferiu palestras no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio-Branco, na Escola de Inteligência Militar do Exército (ESIMEX) e na Escola Superior de Guerra (ESG).

Das condecorações e prêmios recebidos, cumpre citar a Medalha do Mérito Santos Dumont e a Medalha do Pacificador, sendo cavaleiro da Ordem do Mérito da Defesa.

Antes de concluir este Relatório, convém apresentar algumas considerações sobre a importância da atividade de inteligência em um Estado democrático e

do cargo para o qual foi indicado o senhor Buzanelli. Nesse sentido, tivemos a honra de atuar como Relator do Projeto que culminou na Lei nº 9.883, de 1999. Naquela oportunidade, registramos a urgente necessidade de que o Brasil tivesse, como qualquer outro país, um órgão da inteligência instituído nos marcos de um regime democrático.

Passados mais de cinco anos, reiteramos nossa preocupação com a necessidade de que o Brasil tenha um órgão de inteligência eficiente sem que, para tanto, seja necessário malferir qualquer direito individual consagrado na Constituição do País, sobretudo quando vivemos em um mundo onde as questões de segurança ocupam primeiro plano. Com o Sisbin e a Abin, o Estado brasileiro foi dotado de mais um instrumento para a preservação de sua soberania, para a garantia de suas instituições com respeito absoluto à dignidade humana e aos direitos individuais. Nesse contexto, o Diretor-Geral da Abin tem importantes atribuições e responsabilidades.

De fato, é o Diretor-Geral da Abin o auxiliar direto, para questões que envolvam a atividade de inteligência e a defesa do Estado, da sociedade e das instituições democráticas, do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), ao qual a Abin está hierarquicamente subordinada. Nesse sentido, importante ressaltar a necessidade de que este Diretor-Geral seja de absoluta confiança e opere sempre em estreita sintonia com o Ministro-Chefe do GSI. Esperamos que o indicado possa cumprir esse papel, de modo a garantir o funcionamento harmônico do órgão de inteligência.

Dada a natureza da matéria, e consoante o Regimento Interno do Senado Federal, art. 383, V, essas são as considerações a serem exaradas no âmbito do presente Relatório. Julgo que essa Comissão dispõe das informações necessárias para votar a presente indicação.

Sala da Comissão, 18 de agosto de 2005. – **Romeu Tuma, Relator.**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 69/GSJS

Brasília, 16 de agosto de 2005

Prezado Sr. Raimundo Carreiro

Remeto a V.Sa. o anexo “Relatório da Participação na Sessão Conjunta das Academias Brasileira de

Letras e Francesa, no contexto do Ano do Brasil na França", contendo descrição das atividades realizadas durante a viagem a Paris, ocorrida no período de 17 a 25 de junho de 2005.

Na oportunidade, renovo meus votos da mais alta estima e considerado.

Atenciosamente, Senador **José Sarney**.

**RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DO
SENADOR JOSÉ SARNEY NA SESSÃO CONJUNTA
DAS ACADEMIAS BRASILEIRA DE LETRAS
E FRANCESA, NO CONTEXTO
DO ANO DO BRASIL NA FRANÇA**

Paris, 17 a 25 de Junho de 2005

Introdução

Realiza-se, no período de março a dezembro de 2005, o Ano do Brasil na França, organizado conjuntamente pelo Comissariado Brasileiro, pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério das Relações Exteriores, do lado brasileiro, e pelo Comissariado Francês, pelo Ministério dos Assuntos Estrangeiros, pelo Ministério da Cultura e Comunicação e pela Associação Francesa de Ação Artística, do lado francês. Trata-se de uma série de mais de 300 grandes eventos culturais, artísticos e comerciais brasileiros, destinados a divulgar junto ao público francês a diversidade e as riquezas do nosso país. Há, ainda, o benefício adicional de apresentar um Brasil moderno e em crescimento, que oferece oportunidades comerciais e de investimento.

2. Desde 1985 a França promove temporadas culturais anuais para homenagear outros países. O Ano do Brasil é, porém, a maior edição em número de eventos, em distribuição geográfica (outras cidades além de Paris) e em interesse do público e da mídia desde o início do programa.

3. O Ano do Brasil na França foi organizado em torno de três blocos de eventos, a saber, "Nossas Raízes", "Verdade Tropical" e "Galáxias". Estas etapas temáticas relacionam-se com obras de escritores brasileiros. "Raízes do Brasil", em homenagem a Sérgio Buarque de Hollanda, "Verdade Tropical", de Caetano Veloso, e "Galáxias", uma menção à obra do poeta Haroldo de Campos.

4. No primeiro bloco – "Nossas Raízes", que acontece entre os meses de março e junho -, estiveram em foco as raízes indígenas e a Amazônia Brasileira. A partir de junho, o foco desloca-se para a música brasileira, que será apresentada em diversos espaços franceses, dentro da etapa "Verdade Tropical". Finalmente, no outono e no inverno francês, o tema "Galáxias" apresentará o Brasil contemporâneo com

espetáculos de dança e artes plásticas, com ênfase nos jovens talentos, além de eventos promocionais que demonstram a inovação tecnológica e industrial do país. O destaque será para concertos de música clássica. Serão realizados recitais de música barroca em diferentes pontos de Paris e também nas principais cidades da França.

5. Durante todo o ano, em diversas oportunidades, o Brasil apresentará seus projetos e programas sociais e de inovação tecnológica e industrial por meio de exposições, colóquios, debates e seminários. A exposição gerada por uma temporada cultural e artística na França é extremamente vantajosa em termos econômicos. Ademais da divulgação do Brasil como destino turístico, o Ano do Brasil permite ampliar mercados de exportação dos produtos brasileiros que serão colocados em evidência para o empresariado europeu. Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e a Agência de Promoção de Exportações do Brasil, duas redes francesas de supermercados colocaram à venda cerca de 230 diferentes produtos nacionais, num total de 7,2 milhões de mercadorias em 4,9 mil pontos de vendas espalhados por toda a França. As redes de grandes lojas de departamentos e outros estabelecimentos comerciais e culturais na França também têm contribuído com a divulgação do Ano do Brasil, colocando à venda desde produtos industrializados até peças de artesanato brasileiro, camisetas com bandeiras e cores do Brasil e fitinhas do Senhor do Bonfim.

6. Os pontos altos da programação do Ano do Brasil na França foram à participação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República nas solenidades da data nacional francesa (14 de julho) em Paris e a realização da sessão conjunta da Academia Brasileira de Letras e da Academia Francesa. O Senado Federal foi convidado, através da Academia Brasileira de Letras, a participar das comemorações do Ano do Brasil na França e, neste contexto, pude levar a presença do Senado Federal à sessão conjunta das Academias, bem como a outros eventos da programação.

A Sessão Conjunta das Academias

7. Tendo como pano de fundo o Ano do Brasil na França, a Academia Brasileira de Letras e a Academia Francesa planejaram e organizaram, em contato com os coordenadores da temporada cultural brasileira, uma sessão conjunta destinada a receber, em 23 de junho de 2005, no plenário daquela venerável instituição francesa, comitiva da ABL.

8. A Academia Francesa foi fundada pelo Cardeal Richelieu em 1635. Após mudar de sede diversas vezes, passou a reunir-se definitivamente no atual Palácio

do Institut de France a partir de 1805. Com a morte de Richelieu, os Chefes de Estado franceses chamaram a si a responsabilidade e o título de protetores da Academia, situação que perdura até hoje.

9. A Academia Francesa possui uma dupla função, a de guardião da língua francesa e a de mecenas literário. Para desincumbir-se da primeira e principal função, a Academia buscou fixar o uso formal da língua, por meio da elaboração de um dicionário e pela emissão de recomendações referentes a terminologia e ao bom uso do idioma. Quanto a sua segunda função, a Academia oferece prêmios literários, dentre eles o *Grant Prix de la Francophonie*, um dos mais importantes do mundo.

10. O impacto da Academia Francesa na língua e na literatura excede em muito as fronteiras da França. Inúmeros países inspiraram-se no exemplo de Richelieu para criar instituições nacionais com fins, formato e procedimento semelhantes. No Brasil, a Academia Brasileira de Letras (ABL) foi instituída em 1897, nos moldes da francesa.

11. A sessão conjunta da ABL com a *Académie Française* realizou-se 23 de junho de 2005. Compareci na qualidade de representante do Senado Federal e proferi discurso que se encontra em anexo ao presente relatório. Destacaram-se, durante o evento, os discursos dos acadêmicos franceses Maurice Druon, Secretário Perpétuo Honorário da *Académie*, Jean d'Ormesson e Hélène Carrère d'Ancausse, atual Secretária Perpétua, bem como o do acadêmico brasileiro Ivan Junqueira. Merece menção especial a presença do maior intelectual francês vivo, e um dos maiores do mundo, Claude Lévi-Strauss.

Outras Atividades

12. Fez parte da programação da viagem a Paris uma sessão de trabalho na Embaixada do Brasil, uma recepção oferecida pelo Embaixador do Brasil e uma visita especial à residência de Claude Lévi-Strauss. Representei o Senado Federal em cada um destes eventos.

13. A sessão de trabalho permitiu-me ouvir do Embaixador Sérgio Amaral relato sobre o andamento das negociações com a França para a conclusão do Acordo Bilateral sobre a Ponte Brasil-Guiana Francesa, dentre outros assuntos tratados.

14. A recepção oferecida pelo titular da Missão diplomática brasileira em Paris aos acadêmicos brasileiros e franceses contou com a presença de nomes como Maurice Druon e Denis Tillinac, dois grandes escritores franceses.

15. A visita à residência do intelectual francês Claude Lévi-Strauss foi um dos pontos altos da missão

a Paris. Homem muito ligado ao Brasil, Lévi-Strauss atribui ao nosso país a inspiração para a sua monumental obra no campo da antropologia. No decorrer do encontro, agradeceu ao Senado Federal a homenagem feita no plenário da Casa pela passagem de seus 96 anos.

Conclusão

16. Poucas coisas são mais importantes para um povo do que a sua língua e a sua literatura. À medida que esta se torna mais complexa, necessita cada vez mais que os usuários do idioma sigam regras comuns de comunicação lingüística e que a sofisticação e o acervo vocabular da língua sejam constante e coerentemente expandidos. O surgimento de uma instituição dedicada à normalização e à padronização deste instrumento básico de comunicação é, portanto, um desdobramento natural do desenvolvimento de uma sociedade.

17. A cooperação e o intercâmbio de experiências entre as Academias francesa e brasileira também se constituem em processo natural e esperado tendo em vista as semelhanças entre as duas línguas e as duas sociedades, bem como a origem da instituição de nosso país, inspirada na congênere francesa. Por ser a academia de letras mais antiga do mundo, pela plethora de programas de divulgação e criação literárias, pela tradição de ser a Casa de Racine, Corneille, La Fontaine, Chateaubriand e Marguerite Yourcenar, a ABL só tem a ganhar com a troca de experiências com a *Académie Française*. O momento não poderia ser mais oportuno – o Ano do Brasil na França, a grande celebração da cultura brasileira naquele país europeu.

18. A memorável sessão conjunta das Academias foi à oportunidade perfeita para que o Senado Federal pudesse, por meu intermédio, homenagear aquela instituição francesa e participar da temporada cultural brasileira na França.

19. Ao pronunciar-me naquela ocasião, pude levar a presença do Senado Federal ao plenário da *Académie Française* e discorrer acerca dos laços que unem brasileiros e franceses através da história, desde as expedições francesas ao Brasil até a relação pessoal com o Brasil por parte de grandes nomes da literatura da França, como Druon e Lévi-Strauss.

20. Não há dúvida de que ficam Brasil e França ainda mais próximos após o evento de 23 de junho de 2005 no *Institut de France*. Cumpri a missão que me confiou o Senado Federal e representei a Casa nos eventos do Ano do Brasil na França assinalados acima.

PRINCIPAIS EVENTOS DO ANO DO BRASIL NA FRANÇA

Show na Praça da Bastilha – Viva Brasil
Martinho da Vila no Olympia
Accentus e Villa-Lobos
Turnê da Organista Domitila Ballesteros
Brasil Pop
Lenine e A Orquestra Nacional D'Ile-de-France
“O Amor Brasileiro” – V Mês Nacional do Barroco Latino-Americanano
Jovens Intérpretes no Auditório do Louvre
Eurockéennes de Belfort
Festival Les Musiques Marseille
Milton Nascimento
Ramiro Musotto e Berimbau Modern Orchestra
Babel Med Music
Dona Inah, Rainha do Samba de São Paulo
Concertos “Música Popular Brasileira”
22º Festival Banlieues Bleues
Trios Elétricos
Festival Val Latina
Sertão Mineiro
Brasil em Movimento
O Melhor do Documentário Brasileiro
Festival Tudo Bom
O Charme da Animação Brasileira
Viva Brasil
Retrospectiva de Lucy e Luiz Carlos Barreto
Cidades do Brasil: Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo
La Nuit Des Publivores
Vidéoformes 2005
17º Encontro de Cinema da América Latina em Toulouse
Encontro com o Cinema da América Latina
7º Festival do Cinema Brasileiro em Paris
Les Midis du Balzac
IV Encontros com o Cinema da América Latina de Choisy-le-Roi
7º Encontro Cinematográfico Sul-Americano
Festival “Teatro e Cinema ee Bobigny” Mue de Jean Lambert-Wild
Centro de Pesquisa Teatral Lume: Workshops, Colóquio e Apresentação
Hysteria
O Sol Também
Artes Espetaculares da Bahia
Teatro em Obras
Enrique Diaz
Paulo Autran
Paris Plage – Vamos à Praia!
Villette Brasis
Eixo Social no Ano Brasil na França

Lavagem do Sacré-Coeur
Um Pedaço da Alma Brasileira no Coração da Capital Francesa
Veleiro Cisne Branco Leva Exposição Itinerante a Festival das Águas em Bordeaux
Cavalhadas em Paris
Especial Brasil Na TV 5
Especial Brasil Na TV 5
Galerias Lafayette em Paris Promovem Produtos Brasileiros
O Brasil em Cergy e no Val D'oise
Ciclo Made in Brasil
Festival Rio Loco
Corcovado em Notre Dame de Paris
29ª Maratona de Paris
Percurso Brasis
Prêmio Escolar Ano do Brasil
Orfeo Festeja o Brasil
Festival do Oh!
Brasil Frenético
Festival Brasileiro no Relais Plaza
E se Vocês Ainda não Tivessem Visto Nada?
Traços da Bahia
O Universo da Literatura de Cordel
Coleção Brasiliiana: o Brasil na Época Romântica (1820-1870)
Território em Trânsito
Um Verão Brasileiro
Mônica Nador no Festival Rio Loco
Exposição Mônica Nador
Diálogos com a Natureza: Eventos Associados
Diálogos com a Natureza: “Florestas Urbanas”
Diálogos com a Natureza: Eventos Associados
Selos Brasileiros
Ibere Camargo, Ciclistas e Outras Variações
O Brasil no Castelo D'eu
Arte Plumária da Amazônia
Sebastião Salgado: Pensar o Mundo
Miguel Rio Branco
“Olhares do Morro”
O Império Brasileiro e seus Fotógrafos
Brasília: uma Metáfora da Liberdade
Sant'ana: Esculturas Barrocas da Coleção Ângela Gutierrez
Frans Post, do Brasil á Corte de Luís XIV
Brasil, Herança Africana
Amazônia Brasil
Três Séculos de Arte Brasileira
Arte Indígena da Amazônia: Arte do Cotidiano
Brasil Índio: as Artes dos Ameríndios do Brasil
Cícero Dias: os anos 20, Os Anos Brasileiros
Mpb: Música Popular Brasileira
Diálogos com a Natureza: Frans krajcberg

Ainda Moderna – Arquitetura Brasileira: 1928-2005
 Tunga – Instalação
 Lia Chaia e Sandra cinto
 Julio Villani: “Eu Não Sou Daqui”
 Exposições de Artur Barrio
 Marepe
 Mauricio Dias e Walter Riedweg
 Imagens do Inconsciente
 A Obra Fotográfica de Pierre Verger
 Mucuripe, Fotografias de Chico Albuquerque
 As Geringonças de Mestre Molina
 Morrinho
 Adriana Varejão – “Câmara de Ecos”
 Luciano Figueiredo: “Do Jornal à Pintura”
 Samwaad de Ivaldo Bertazzo
 Zona Branca
 Malandragem
 Espetáculos da Companhia dos À Deux
 Grupo Corpo no Théâtre des Champs-Elysées, Paris
 Bruno Beltrao
 Que Resta de Nossos Amores?
 Cristina Moura
 Lia Rodrigues
 Grupo Corpo
 Waujá: A Dança das Grandes Máscaras Amazônicas
 Ler o Brasil em Vichy
 Brasil no Festival “Etonnantes Voyageurs” em Saint Malo
 21º Salão do Livro e da Imprensa Jovem
 Belas Latinas
 Ler em Limoges
 Brasilivro
 O Brasil no Printemps des Poètes
 Na Intersecção das Literaturas Brasileira e Portuguesa
 Esporte no Brasil
 Fome Zero e Integração Social em Marselha
 Fórum Econômico França-Brasil: Diversidade – Modernidade – Competitividade
 IV Congresso Franco Brasileiro de Cancerologia
 Colóquio Sobre a Diversidade Cultural
 Fórum Franco-Brasileiro da Sociedade Civil
 Congresso Internacional da Associação dos Pesquisadores e Estudantes Brasileiros na França (CIAPB)
 O Brasil no Imaginário Francês: de Jules Verne a Georges Bernanos
 Brasil: A Diversidade Como Identidade
 As Telenovelas: O Poder da Ficção

Discurso na Academia Francesa

Madame le Secrétaire perpétuel de l’Académie française, à qui je tiens à exprimer notre gratitude, car elle nous honore grandement em présidant cette ses-

sion, et notre profonde admiration pour son oeuvre imposante, contribution décisive à la compréhension de l’histoire de l’Europe et de l’humanité.

Monsieur le Secrétaire perpétuel honoraire, cher ami, citoyen du Maranhão.

Senhor Presidente da Academia Brasileira Senhor Ministro da Cultura do Brasil

Senhor Embaixador do Brasil

Senhoras Acadêmicas e Senhores Acadêmicos

Senhoras e Senhores

Quando a Academia Francesa foi fundada, em 1635, num mundo desconhecido, o Brasil era uma indefinida colônia portuguesa, numa América fantástica e de sonhos. Era o tempo da formação do Estado francês, que remonta a Filipe o Belo, conheceu grande impulso sob Henrique 4º e foi terminada pelo Cardeal Richelieu.

O Brasil era um desenho, linhas imprecisas de um país, cuja única definição estava na cabeça dos reis e navegantes lusitanos. Era tudo mistério e lenda, inventadas e divulgadas na ingênuas literatura dos viajantes.

Sou um homem do Norte do Brasil, das fraldas da florestas amazônica, onde até hoje vivemos o primeiro dia da criação, em que as águas estão se separando das terras. Ali começa minha pátria brasileira, no Estado do Maranhão, e como dizia o grande poeta português Fernando Pessoa, tenho outra pátria: “a língua portuguesa”. A pátria da lusofonia, de 230 milhões de pessoas escolhidas pelos deuses do destino, a pensar e falar no mesmo idioma.

A minha cidade São Luís, capital do Estado, foi fundada por franceses, 23 anos antes da criação desta Academia. Eles saíram de Cancale e Saint Malo para a aventura de construir a França Equinocial, numa missão civilizadora, ao contrário de outras que ali tentaram se estabelecer, comandadas por companhias de negócios.

A missão francesa em uma ação de Estado, levava botânicos, artistas, artesãos, oleiros e construtores, sem faltar o ideal de uma convivência religiosa entre os protestantes, como La Ravardiére, o comandante, e os católicos representados pelo Barão de Molle e de Gros Bois, senhor de Sancy, e pelos irmãos de Razilly, sob a proteção das orações de quatro frades franciscanos saídos do seu convento do faubourg Saint Honoré. Maria de Médicis entregara a eles um pavilhão com a Flor de Lis, as armas do Rei Menino Luís 13. Era uma tentativa de participar do testamento de Adão que Francisco 1º disse que queria ver, onde constava à partilha do mundo entre a Espanha e Portugal. O sonho fracassou. E Luís 13 não pôde ser, como queria o cronista da missão, Claude d’Abeville, rei de três

coroas: França, Navarra e Maranhão. Foi por causa do malogro desse sonho que a Academia me ouve em português.

Esta língua que era quase um dialeto do espanhol foi no século 16 e 17 a língua dos navegantes, dos marinheiros que dominavam todos os mares nas descobertas dos caminhos da América e das Índias. Língua de corte na África, como foi o francês na Europa. Dos matriarcados de Moçambique, falado nas costas ocidental e oriental do Continente negro, chegou a Goa, na Índia, atravessou o estreito de Malaca, foi a Macau e a costa da China, chegando até Nagasaki, onde deixou e recolheu palavras, no delírio de São Francisco Xavier em cristianizar o Japão.

Depois, a língua portuguesa, expulsa de suas colônias pelos holandeses, não tendo mares onde fosse falada, encontrou as vastidões das terras do Brasil, continuou o seu destino como língua de viajantes, faiscadores, bandeirantes e aventureiros. Penetrou nas matas, nos rios e só parou nos contrafortes dos Andes ou na selva intransponível da Amazônia. E ali encontrou, atrás das montanhas e da mata, o espanhol, o idioma do qual se separara na península ibérica.

Nossas academias são guardiãs deste patrimônio que são as línguas, saídas do mesmo berço do Lácio. Não queremos perder nossas identidades nem a maneira de pensar e viver. No passado, tivemos a colonização territorial. Hoje, não seremos perdoados, se aceitarmos a colonização cultural, que começa pela erosão da língua.

Quando a Academia Francesa foi fundada vários livros sobre o Brasil – que diríamos fundamentais – já tinham sido escritos por franceses. Primeiro os de Thevet, em 1556, e os de Léry, em 1578, relatando a aventura civilizadora de Villegaignon no Rio de Janeiro.

Em nossos primórdios, os padres Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux, o primeiro na **Histoire de la Mission des Pères Capucins em l'Isle de Maragnon**, o segundo, na **Voyage au Nord du Brésil**, em 1614, seriam os primeiros a descrever a fauna, a flora, os índios e como estes viam as estrelas e o firmamento. Estes livros impregnaram o imaginário europeu. Índios brasileiros dançaram em Roem para Henrique 2º e aqui, na catedral de Notre Dame, índios da minha terra foram batizados, na presença do Rei menino Luís 13 e da Regente. Rouen e Paris pararam, na curiosidade dos nativos do Novo Mundo. Malherbe fez-lhes poemas e escreveu cartas descriptivas. Nos Ensaios, em 1580, Montaigne forjou a imagem do bom sauvage. Condescendente com a antropofagia, escreveu que era mais conveniente comer um homem assado que lhe arrancar pedaços vivo.

Falamos de episódios ocorridos há quase cinco séculos. Mas, o essencial é que o orgulho da presença francesa permaneceu no imaginário popular. Imaginário que louva os fundadores, pois até hoje no seio do povo, aqui e ali, são vistos cabelos loiros e olhos azuis, reminiscências do sangue de Cancale e Saint Malo. Em São Luís, por exemplo, a estátua da cidade não é do vencedor português e sim a do francês La Ravardiére. O Hotel de Ville chama-se Palace de La Ravardiére. A estátua da Cidade é dele, a avenida principal chama-se "dos Franceses" e os logradouros tem nomes franceses. É à força da França, que perdura na alma popular, em suas canções, em sua magia de pensar. A França ali é aquela mulher bela, esvoaçante, símbolo da liberdade que flutua na alma rebelde da cidade.

Certa vez, um repórter me fez a pergunta lugar comum de todas as entrevistas sobre literatura: "Que livro o senhor levaria para ler na eternidade?" E ficaram surpresos, pois, não respondi – "Dom Quixote". Certamente eu não passarei sem ele, o cavaleiro da triste figura, que traz saudades do futuro e é uma sombra eterna. Mas – respondi: **Memoires d'Outre Tombe**, de Chateaubriand. Gosto de acompanhá-lo à beira do mar de Saint Malo, marés que vão e vêm com saudades do monte Saint Michel, viajar no tempo e no espaço com ele: "j'ouve les yeux, comme Auguste, pour voir les Trirèmes dans les mouillages de la Sicile" e depois, ainda no início de sua vida, voltar e não ver mais nada, "tout avit disparu, hommes et monuments".

A Independência do Brasil está ligada à história da França. Quando Napoleão invadiu a península ibérica e os exércitos de Junot chegaram a Portugal, o Príncipe Regente d. João, com a Rainha d. Maria 1ª e sua corte, se refugiou no Brasil. Instalou-se no Rio de Janeiro, sob a proteção da esquadra inglesa. Quando d. João VI voltou para Portugal deixou o filho, que proclamou a Independência do Brasil. Durante quase todo o século 19 tivemos a única monarquia na América do Sul, a dos Bragança que era também dos Bourbon.

Em 1816 chegou ao Brasil à missão francesa, integrada por artistas como Grandjean de Montigny, os irmãos Taunay e Debret, que deixaram os mais preciosos retratos como também da vida cotidiana ligada não só daquele tempo aos acontecimentos da Independência.

A riqueza da literatura francesa permitiu que, ao longo do tempo, ondas sucessivas ou simultâneas de influencia irrigassem a literatura brasileira nascente. Baudelaire, Verlaine, Rimbaud, Mallarmé, Appolinairé foram nomes que inspiraram as formas e imagens da poesia brasileira. Foram eles que asseguraram o substrato do "movimento antropofágico", expressão de

vanguarda da Semana de Arte Moderna de 22, marco da moderna literatura brasileira.

A França se expandiu pelo mundo, e o francês e o português não são apenas um meio de comunicação para nossas comunidades de nações; não são apenas elementos aglutinadores para nossas culturas. Nossas línguas devem ser, acima de tudo, vetores de amplos movimentos de renovação cultural e de cultura e, por conseguinte, de desenvolvimento. Elementos decisivos em nossa estratégia comum de elevar os níveis de progresso e bem-estar de nossas sociedades. Os universos lusófono e francófono tomaram-se amplos e diversificados. Incorporaram formas de sentir e de expressar nascidas da adaptação do gênio francês e do gênio português às culturas americanas, africanas e asiáticas. O português e o francês revelaram-se plásticos, abertos à novidade e à transposição cultural. Criaram patrimônios que permitem comunicação direta e instantânea e integram culturalmente um largo número de países. Neles afirma-se um saudável pluralismo cultural, que nos coloca diante de um duplo desafio: identificar e aperfeiçoar os traços culturais que nos são comuns e preservar e valorizar os elementos que nos diferenciam. À francofonia e à lusofonia se colocam, portanto, desafios comuns, desafios que devem nos unir na resistência à uma globalização predatória.

A amizade entre o Brasil e a França passa pela amizade entre pessoas. Quero recordar as relações entre Jorge Amado e André Malraux. Foi a generosidade do ministro francês que permitiu ao ex-banido brasileiro voltar ao país que o acolhera no primeiro exílio.

Madame le Secrétaire Perpetuel chers confrères,

Somos todos, cidadãos da língua portuguesa, cidadãos da língua francesa, herdeiros de uma única pátria, o Lácio. Caminhamos daquela língua latina que se degradava e se reformava e se renascia no coração de uma civilização em construção. Falamos juntos o provençal, a *langue d'oc*, e nela nos filiamos a um universo de latinidade, que nos une numa visão generosa do mundo. O provençal resiste no cancionero popular, no romance popular, e a história de Carlos Magno e os Doze Pares de França alimenta ainda a fantasia dos meninos do nosso sertão. Continuamos sendo, no que temos de melhor, projetos de heróis de cavalaria.

Nos orgulhamos, por exemplo, de que um dos bisavôs de Maurice Druon seja o brasileiro-maranhense Odorico Mendes, que apresentou, em nossa primeira legislatura depois da Constituinte de 1823, logo após a Independência, o primeiro projeto de abolição da escravatura no Brasil. Druon é um símbolo da liberdade, compagno de la libération, autor deste símbolo maior que é o Chant des Partisans, em que os tambores da

guerra e do sacrifício nos soavam não como uma abstração num país distante, mas nos fazia saber que “dans la muiit la liberté nous écoute”. Menino, sofri a queda de Paris, vibrei quando De Gaulle e Leclerc desfilavam nos Champs Elysées. Depois conheci o grande romancista, o historiador, o humanista e o pensador. Pude recebê-lo na sua cidade de São Luís do Maranhão e pude, honra maior, tornar-me seu amigo.

Não esqueço comovido, Druon ajoelhado, numa manhã ensolarada de São Luís do Maranhão, junto à estátua do seu bisavo, tradutor de Homero e um dos grandes clássicos da literatura brasileira e portuguesa.

Em todos os tempos são raras as pessoas que se projetam além de sua época, com uma dimensão que rompe as fronteiras da história. Claude Lévi-Strauss, é um desses seres raros: teve nas ciências humanas o impacto idêntico ao de Marx, Freud, Darwin.

Ele ilustrou ainda mais o Collège de France como titular da cadeira de antropologia social. Em qualquer lugar do mundo é reverenciado.

No discurso em que recebeu Claude Lévi-Strauss aqui na Academia Francesa, Roger Caillois, o grande pensador, sociólogo e ensaísta, dizia que “sua obra é tão rica, tão diversa, tão complexa, por natureza tão labiríntica” que não ousava analisá-la. Ele marca uma etapa na história do pensamento, é uma referência da aventura do homem.

Para saudar Claude Lévi-Strauss, nós, da Academia Brasileira, temos grandes motivos. Desde 1935 o Brasil se tomou o palco de sua descoberta fundamental, a de que o homem constrói sua cultura, como sua linguagem, em estruturas básicas, que independem de nossa visão ocidental de progresso.

No final de 1934, o Diretor da École Normale Supérieure, o convidou para ser professor de Sociologia na Universidade de São Paulo. Abrindo este livro de uma beleza que cativa todos os leitores, *Tristes Tropicos*, Lévi-Strauss diz que detesta as viagens. Mas sente necessidade de contar como aconteceu o processo que o levaria a compreender mais profundamente o ser humano, abolindo, de uma vez por todas, a idéia de que os valores humanos são melhores em algumas sociedades, abolindo toda e qualquer base para o racismo.

Em um de seus livros mais recentes, em que fala sobre a arte – *Regander É couter, Lire* –, Claude Lévi-Strauss diz: «Suprimir ao acaso dez ou vinte séculos de história não afetariam sensivelmente nosso conhecimento da natureza humana. A única perda insubstituível seria a das obras de arte que estes séculos tivessem visto nascer. Porque os homens só se diferenciam, e mesmo só existem, por suas obras. Só elas dão a evidência de que

ao longo do tempo, entre os homens, alguma coisa realmente aconteceu."

Eu, pessoalmente, tenho também que agradecer a Lévi-Strauss por ter me distinguido com uma amizade.

Senhoras Acadêmicas e senhores Acadêmicos.

Esta reunião representa o encontro de duas academias que são maiores que a soma de nós mesmos. A Academia Francesa, pelos seus membros, pode avaliar o que significa para nos, acadêmicos brasileiros, a dimensão histórica deste encontro.

A Academia Francesa é um tesouro da humanidade. Se o mundo acabasse e restasse apenas a história e o acervo da Academia Francesa, seria possível reconstruir toda a história da humanidade, seus costumes, seus personagens, a vida mesma no que ela tem de mais complexo; seria possível refazer o próprio pensamento, a sabedoria verdadeira que é a chave do passado e do futuro.

Senhoras Acadêmicas, Senhores Acadêmicos,

Quando eu entrei para a Academia de Letras da minha província tinha 23 anos. Meu avô era um rude lavrador do nordeste brasileiro, retirante das secas fugindo da tragédia e da miséria. Tinha o dia e a noite e sete filhos. Falava por provérbios e era um repertório da sabedoria popular, sabedoria que aprendi e muitas vezes utilizei em meus livros. Ao ser eleito escrevi-lhe e disse da minha alegria e do que aquilo representava para minha vida. Ele ao receber a carta tomou-se também de grande júbilo e, no povoado de casas de palha, começou a soltar foguetes, por onde começa e termina a pura alegria dos pobres lavradores de minha terra.

Sua vizinha, diante daqueles fogos, perguntou-lhe:

– O que aconteceu seu Assuéro?

Ele respondeu:

– Meu neto José entrou para a Academia.

– E o que é Academia, seu Assuéro?

Ele respondeu:

– Eu não sei, mas sei que é coisa grande!

Coisa grande no imaginário popular, maior ainda na cultura de nossas pátrias.

Cultura que hoje necessita de vigilante proteção. A sociedade industrial gera valores materiais. Os valores espirituais são deixados de lado pela competição. Já Pascal assinalava que o motor da ação humana é o desejo de reconhecimento, o desejo de aceitação social. Numa sociedade voltada para o consumo, para a riqueza, há uma constante e perigosa diminuição dos elementos que construíram a nossa civilização.

O caminho para o jovem aproxima-se rapidamente do hedonismo e do hedonismo pervertido, da tentação fácil da droga e do egoísmo.

Diz-se que o desenvolvimento econômico, gera uma potência política e cultural. Porque não pensar também que uma potência cultural gera desenvolvimento econômico e político? A cultura é, hoje, fonte de grande fluxo de comércio. Para sermos um grande espaço econômico temos de ser um grande espaço cultural. Este o caminho moderno, o único que pode gerar a riqueza permanente de uma nação.

Cheys confrères,

Escrever é uma compulsão. Dividido em duas vertentes, da política e da literatura, sempre precisei encontrar tempo, ao longo de minha existência, em meio à urgência que toma conta de todos os atos da vida política em nossos dias, para este diálogo com um outro que está em nós e com quem trocamos nossos sonhos, imaginamos nossos personagens, discutimos e escolhemos as palavras e as frases para dizer o que nossos atos não podem dizer eternizar instantes, fatos, sentimentos, pensamentos, mundos e histórias imaginárias, receber e transmitir saberes. A arte de Deus, a criação pela palavra escrita. Dostoevski e Baudelaire afirmaram a necessidade da arte. Escrever foi, para mim, desde moço, um ato necessário.

Daí talvez minha convicção inabalável de que tudo vai acabar, menos o livro. O livro é a grande descoberta tecnológica da humanidade. O livro não precisa de energia! O livro cai e não quebra, pode ser levado por nos a todo e qualquer lugar. No livro está registrado todo o conhecimento, todo o amor, toda a fé.

O livro é o verdadeiro difusor da cultura, o que fixa o conhecimento, o que torna iguais o pobre e o rico, o que concretiza a liberdade de expressão, a defesa de novas idéias. No livro nasce a revolução e garantia dos direitos, no livro se preserva o passado e propõe o futuro. No livro começa a computação.

Entramos no século XXI com o desafio de universalizar o livro. O caminho para uma civilização que seja digna deste nome passa pelo livro. Ele é que nos permite pensar as relações entre Ocidente e Oriente, pobres e ricos, cristãos e muçumanos. O livro abre a porta do conhecimento, da ciência, da arte. O livro transforma o efêmero em permanente, o humano em imortal.

Senhora Secretária, Senhor Presidente.

Hoje estamos unidos em nome de uma amizade entre nossos povos, de nossas raízes comuns e de nosso passado. Permaneceremos unidos por nosso

futuro. A crença nas nossas línguas, nas nossas literaturas, na nossa cultura como contribuição fundamental para a esperança.

Vivemos num tempo de desigualdades e injustiça social, num mundo de discriminações e competição, voltado para a distância cada vez maior entre os povos e as pessoas, entre os ricos e os pobres. A diferença leva, hoje, à perda de identidade, que muitas e muitas vezes e só o que têm famílias que foram atingidas pela guerra ou pela pobreza. A preservação de nossas línguas, de espaços culturais é a melhor forma de aproximar as pessoas e os povos, resgatando as identidades pessoais, locais e nacionais.

Comungamos, a Academia Francesa e a Academia Brasileira, de projetos idênticos. Além dos mares e terras que nos afastam, abre-se um espaço enorme para o encontro.

É com esse orgulho e esse sentimento que estamos aqui para louvar esta casa sagrada e eterna, neste ano em que comemoramos o Ano do Brasil na França, do qual faz parte esta sessão, o mais simbólico e significativo ato desta celebração de 2005.

Muito obrigado.

OF. GLPMDB nº 300/2005

Brasília, 18 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Romero Jucá, como membro titular, em vaga existente, na Comissão de Assuntos Sociais – CAS.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 301/2005

Brasília, 18 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o remanejamento do Senador Romero Jucá para a titularidade da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência designa o Sr. Senador Romero Jucá para compor as Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos dos **Ofícios nºs 300 e 301, de 2005**, que acabam de ser lidos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

Ofício nº 133-presidência/ CCJ

Brasília, 10 de agosto de 2005

Assunto: Prorrogação de prazo

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 131, de 2005, de autoria do Senador Francisco Pereira.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que foram autuados, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes avisos:

AVISOS TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Aviso nº 27, de 2005-CN (nº 1.064-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.062, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria no Programa de Trabalho 25.752.0296.1887.0051 – Expansão de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Mato Grosso (Acréscimo de aproximadamente 365 Km de Linha de Transmissão, Implantação da SE Jauru (MT) 400 MVA e Reforço nas Subestações Associadas Equivalente a 563 MVA). (TC nº 006.075/2005-O).

- Aviso nº 28, de 2005-CN (nº 1.109-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.143, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento das publicações e do envio dos Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes e órgãos federais do 1º quadrimestre de 2005, previsto na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. (TC nº 008.546/2005-4)
- Aviso nº 29, de 2005-CN (nº 1.122-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.132, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada no Programa de Trabalho 05.781.0631.12CE.0001 – Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual Nacional, em especial a construção do Aeroporto do Planalto Serrano. (TC nº 004.441/2005-4).

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

- Os expedientes lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

- Há oradores inscritos.

Antes, pela ordem, tem a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem.)

- Eu pediria a V. Ex^a, Sr. Senador Tião Viana, que nos inscrevesse para uma comunicação inadiável, a critério de V. Ex^a, mas, se fosse permitido, agora poderia ser feita.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

- V. Ex^a está inscrito na prorrogação da Hora do Expediente, nos termos do art. 14 do Regimento Interno.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.

Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição como Líder antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

- V. Ex^a tem a palavra neste momento, Senador Mozarildo Cavalcanti, por até sete minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, solicitei a palavra para fazer o registro de uma matéria publicada na revista **IstoÉ**

desta semana, cujo título é “A Verdadeira História de Papillon”.

Todos nós sabemos, até porque foi um filme que teve bastante repercussão mundial, da história desse fugitivo francês, que fugiu da chamada Ilha do Diabo, na Guiana Francesa, e que, segundo o filme, teria morrido nos Estados Unidos. Na verdade, depois de muitos anos de pesquisa, um jornalista em Roraima conseguiu comprovar que o fugitivo adentrou o Brasil, pelo Estado de Roraima, na época Território Federal de Roraima, e viveu lá durante muito tempo. Eram cinco fugitivos e o verdadeiro Papillon faleceu no Estado de Roraima, na Vila do Surumú, onde, conforme mostra a foto da reportagem, uma cruz marca sua sepultura.

Essa comprovação se deu graças a um trabalho obstinado do jornalista Platão, que levantou toda essa história, e também ao trabalho especial da Polícia Federal, que fez um laudo comparando as fotografias e os dados existentes.

O verdadeiro Papillon, que foi o Sr. René Belbenoit, está enterrado no Estado de Roraima. O falso Papillon, que escreveu o livro que foi famoso no mundo todo, o Sr. Henri Charrière se locupletou dos escritos do Sr. René Belbenoit se passando pelo verdadeiro Papillon.

Sr. Presidente, quero solicitar a V. Ex^a que o artigo da revista **IstoÉ** seja transscrito na íntegra e faça parte deste meu pronunciamento.

Quero chamar a atenção de toda a Nação para um dado importante, porque às vezes a nossa história é roubada de maneira fragorosa, principalmente pelos poderosos. Quer dizer, os Estados Unidos publicaram esse livro, talvez até enganados por esse fugitivo que não era o verdadeiro Papillon; e hoje, depois de muito tempo, ficamos sabendo que a verdade é outra e esperamos que nosso Estado de Roraima possa ter também o seu quinhão na história por ter sido lá que esses fugitivos se instalaram. Eles vieram da Guiana Francesa, foram para a Guiana Inglesa, hoje República Cooperativista da Guiana, e depois fugiram para o Brasil, com medo dos horrores da Segunda Guerra Mundial, com medo do nazismo.

Reitero o meu pedido de transcrição na íntegra da matéria publicada na revista **IstoÉ**.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A VERDADEIRA HISTÓRIA DE PAPILLON

EDUARDO HOLLANDA - Boa Vista (RR)

Ele se tornou famoso mundialmente em 1969, ao publicar o livro *Papillon*, no qual contava a sua fuga espetacular, ocorrida em 1935, da Ilha do Diabo, o sinistro complexo de presídios que a França mantinha na Guiana Francesa. O sucesso foi ainda maior quando a história do prisioneiro Henri Charrière, o Papillon, chegou às telas dos cinemas em 1971 em uma superprodução de Hollywood, com Steve McQueen no papel principal. Mas Charrière, um homem de poucos estudos, era uma gigantesca farsa. O verdadeiro autor de *Papillon* foi outro fugitivo, René Belbenoit, um intelectual que falava quatro línguas e liderou um grupo de presos (entre eles Charrière), façanha relatada em seu livro *A Ilha do Diabo (Dry guillotine no original, Prêmio Pulitzer de 1938)*. O sucesso do livro na época fez com que a França terminasse por desativar o presídio por onde passaram (e morreram, em boa parte) milhares de prisioneiros. Depois de fugir para a então Guiana Inglesa, René Belbenoit, o verdadeiro Papillon, radicou-se com seus parceiros em Roraima desde 1940, morrendo em 1978, aos 73 anos, e sendo sepultado na Vila Surumú, no norte do Estado, hoje parte da Terra Indígena São Marcos.

**Laudo da
Polícia Federal
confirma que
o famoso
prisioneiro
francês que
fugiu da Ilha
do Diabo viveu
seus últimos
anos no Brasil
e teve sua
obra roubada**

Esse aparente fim obscuro de Belbenoit concluiu uma trajetória de vida cheia de intrigas, 13 anos de desterro (1922-1935) na Ilha do Diabo por assalto, livros de sucesso, identidades falsas, um assalto milionário e muitos negócios com garimpos de ouro, diamantes e metais preciosos. Além, é claro, da história de como os manuscritos dos livros *Papillon* e *Banco*, escritos por René Belbenoit.

Conheci o René em 1943 e fui seu sócio durante mais de dez anos em garimpos do rio Maú e em outros lugares da região

*Alfredo Ferreira Nunes,
o professor Parazinho*

benoit na Vila Surumú, acabaram nas mãos de Charrière. Os dois primeiros livros de Belbenoit, *Hell on trial* e *Dry guillotine*, foram publicados nos EUA graças à amizade que ele construiu durante anos de correspondência, ainda na prisão, com a escritora americana Blair Niles. Os dois acertaram ainda que um dos fugitivos, de nome desconhecido, deveria seguir para os EUA e assumir a identidade de René Belbenoit, como medida de segurança para o grupo que ficou na América do Sul.

Esse falso René, que morreu em 1959 na Califórnia e teve o corpo cremado, acabou sendo vital para que a verdadeira identidade de Papillon fosse comprovada este ano no Brasil. Foi comparando fotos dos dois com a identidade de Belbenoit, tirada em 1973, que os peritos da Polícia Federal Paulo Quintiliano e Marcelo Ruback, depois de seis meses de trabalho em computador, chegaram à conclusão de que o verdadeiro René, o Papillon (apelido que ganhou

na prisão ainda na década de 1920), é o que morreu e está enterrado no Brasil. "Usamos um programa de computador que desenvolvi em minha tese de doutorado e que permite a identificação precisa de pessoas através de imagens faciais", diz o perito Paulo Quintiliano. "Isso mostra que eu tinha razão ao garantir que Papillon tinha vivido décadas e morrido em Roraima", comemora o fotógrafo e escritor Platão Arantes (*leia à pág. 81*), autor de dois livros sobre o caso.

Medo dos alemães — René e seus parceiros, que estavam sendo bem-sucedidos no garimpo de diamantes e de ouro na Guiana Inglesa, decidiram vir para o Brasil em 1940, depois que as tropas de Hitler invadiram a França, deixando o Reino Unido na mira dos nazistas. Preocupado com o domínio alemão, ele convenceu os outros a fugir para o Brasil. O grupo subiu de barco o rio Demerara e depois fez uma caminhada de 23 dias pela mata e pela savana, até chegar às margens do rio Maú. "Eu estava na frente de nossa casa, uma fazenda à beira do rio, quando ouvimos os chamados de um grupo de homens no outro lado. A fazenda de papai era o ponto de passagem no rio Maú e meu pai me mandou pegar a canoa e trazer o pessoal", conta Rui Meneses, o seu Bebê, 77 anos. Na época, ele tinha 12 anos e ficou admirado com o chefe do grupo, que falava perfeitamente o português, apesar do forte sotaque. Além de René, integravam o grupo Maurice Habert, Joseph Guillermín Marcel, Charrière e Roger.

Em uma região que era um enorme e desértico município do Amazonas, os fugitivos sentiram-se seguros. Maurice casou-se com uma nativa, teve três filhos e implantou o cultivo do tomate na região. Sua influência foi tão grande que conseguiu que a Vila do Maú se tornasse a Vila Normandia, em homenagem à sua região natal na França. Belbenoit, que tinha recebido um bom dinheiro, fruto do sucesso de seus livros nos EUA, investiu no garimpo de diamantes e ouro, além de colaborar com os americanos, interessados na pesquisa mineral da região. Mas não ficou apenas nos negócios. Fiel ao seu passado bandido, em 1942 René comandou o bem-sucedido assal-

Sucursal do inferno

Entre 1794 e 1799, anos que se seguiram ao período do Terror na Revolução Francesa, o governo de Paris passou a deportar prisioneiros para sua possessão na América do Sul, a Guiana Francesa. O alto índice de mortalidade entre os desterrados fez com que aquela colônia tropical ficasse conhecida como *guillotine sèche* (guilhotina seca). Em 1852, um complexo prisional foi construído nas Ilhas Salut, a 250 quilômetros de Caiena. Numa delas, a Ilha do Diabo, um antigo leprosário foi transformado num centro de trabalhos forçados. Aquele local inóspito faria jus ao nome sinistro, com os desterrados literalmente comendo o pão que o diabo amassou.

A partir de 1895, muitos dissidentes políticos também viveram lá sua temporada no inferno. O mais famoso deles foi o capitão Alfred Dreyfus (1859-1935), oficial judeu do Exército francês injustamente acusado de traição, que lá ficou confinado de 1895 a 1899. (O *affair Dreyfus* revelou uma França ainda dilacerada pelos antagonismos da Revolução: de um lado, anti-semitas, católicos, monarquistas e militares; de outro, democratas, socialistas e republicanos). Outro preso famoso foi Charles Ullmo (1882-1957), oficial da Marinha viciado em ópio que roubou segredos militares apenas para sustentar os caprichos da amante, Lison Welsch. Mas o local se tornaria notório com o livro *Papillon*, de Henri Charrière, e ainda mais com o filme homônimo de Franklin J. Schaffner.

O complexo penal foi abolido pelo governo socialista de Léon Blum (1936-1938), mas voltou a funcionar durante a Segunda Guerra, sendo extinto em 1946.

CLÁUDIO CAMARGO

Eu estava na frente da nossa casa, na beira do rio, quando ouvimos os chamados de homens do outro lado

**Rui Meneses, "seu Bebê", testemunha
da chegada do grupo de René a Roraima**

to à filial da empresa JG Araújo, em Boa Vista. A empresa era um entreposto que fornecia víveres e todo tipo de equipamento para a região que é hoje o Estado de Roraima, e ainda negociava com ouro, diamantes e servia como um banco informal. Platão Arantes ouviu testemunhas que suspeitam de conluio entre os donos da empresa, os devedores e até as autoridades da época. O assalto serviu de tema, anos depois, para o livro *Banco*, de Belbenoit, que também lhe foi roubado por Charrière.

Ascensão e queda – Quando Roraima virou território em 1943, as investigações, que eram comandadas de Manaus, foram encerradas. “Conheci o René em 1943 e fui seu sócio durante mais de dez anos em garimpos no rio Maú e em outros lugares da região. Só em 1961 tive certeza de que ele tinha sido o chefe do assalto”, conta Alfredo Ferreira Nunes, o professor Parazinho, 84 anos. Ele garante que o amigo era muito inteligente e ganhou muito dinheiro. “Quando não estava escrevendo, o René estava fazendo bons negócios. Ganhou muito dinheiro, mas, no fim da vida, perdeu tudo de maneira muito estranha. Mas quem se aproveitou dele ficou sem nada. Até as terras passaram para os índios”, comenta Parazinho. Ele não tem dúvida de que Charrière traiu seu amigo. “Ele fez sacanagem, colocando seu nome nos escritos do René. Todas as histórias do livro e do filme são do René. Ele me contava”, garante.

Maria do Socorro da Cunha Camilo, 58 anos, também se lembra bastante de René. Ela conheceu o verdadeiro Papillon quando pequena, no Surumú, onde seu pai tinha uma fazenda. René, que tinha um armazém e bar que abastecia a região, gostava de contar histórias para crianças e adultos, lembrando de suas aventuras. Maria do Socorro só

percebeu a dimensão das histórias em 1981, quando o filme *Papillon* estava sendo exibido na tevê. “Eu não estava prestando muita atenção até que vi a cena do teste com a jangada de cocos. Virei para meu filho menor e disse: ‘Essa é a história do padrinho da Ana, sua irmã.’ Ele perguntou como eu sabia e respondi que durante anos, desde garota, ouvi o velho René contar como ele e uns companheiros fugiram da Ilha do Diabo”, recorda.

Os destinos de René Belbenoit e Henri Charrière, que haviam se separado em 1943, quando o falso Papillon foi para a Venezuela, voltaram a se cruzar em 1955. René tinha recebido um pedido de um diretor de cinema americano, amigo do casal Niles, para que transformasse o livro *Dry guillotine* em uma espécie de roteiro para o cinema. Mas que contasse a fuga de apenas um prisioneiro. René escreveu um calhamaço e considerou que a forma mais fácil de mandar o material para os EUA era via Venezuela. E contatou Charrière, que trabalhava no porto. O falso Papillon guardou os manuscritos, que estavam em inglês, durante anos. Quando soube da morte do falso René nos EUA, contratou um jornalista francês que morava na Venezuela e lhe devia dinheiro para fazer uma adaptação em

**Usamos um programa
que desenvolvi no meu
doutorado e que permite
a identificação de pessoas
através de imagens faciais**

Paulo Quintiliano, perito da Polícia Federal

francês, acrescentando mais um fugitivo. E, em 1969, depois de ter mandado tatuar no peito uma borboleta, lançou como seu o livro *Papillon*.

Em 1971, Charrière mandou emissários à Vila Surumú para pegar os originais do livro *Banco*. René estava quase cego, com catarata e uma doença no nariz – há dúvidas se era câncer ou leishmaniose – e cedeu às pressões. As divergências entre os dois livros ajudaram a expor Charrière como um farsante. Ele gastou praticamente todo o dinheiro ganho com o livro e o filme *Papillon* na produção de outro filme que foi um fracasso total. E morreu pobre, destruído pela bebida, em 1973. Em Roraima, já existe um movimento para transformar a Vila Surumú em um museu vivo do verdadeiro Papillon. E trocar a cruz branca sem identificação por uma tumba à altura do novo ídolo do Estado. ■

O obstinado Platão

Doze anos atrás, pouco depois de ter-se mudado do Recife para Boa Vista, capital de Roraima, o fotógrafo Platão Arantes ouviu pela primeira vez uma história sobre Papillon. A história era sobre um velho francês que tinha vivido na Vila Surumú e que muita gente dizia que era o verdadeiro Papillon. “O caso ligou alguma coi-

sa na minha cabeça. E passei a aproveitar os fins de semana de folga para investigar", conta Platão.

As histórias e os personagens foram se acumulando. Platão escreveu um primeiro livro em que centrava fogo contra Henri Charrière e apresentava depoimentos de gente que tinha sido contemporânea do tal René de Surunú. As histórias tinham um traço em comum. O homem era inteligente,

articulado e escrevia furiosamente. Além disso, gostava de contar histórias de seu passado para o povo da localidade. Novas pesquisas permitiram que Platão tivesse acesso ao material na Guiana Francesa, onde visitou as antigas instalações do presídio e conseguiu uma foto de René Belbenoit jovem.

Escreveu mais um livro, mas faltava a prova científica definitiva. Ele apelou para o senador

Mozarildo Cavalcanti (RO), que também sabia das histórias sobre René. Foi um ofício do senador que colocou o Instituto Nacional de Criminalística da PF na investigação. Agora, com sua tese "louca" comprovada, Platão prepara o livro definitivo sobre o Papillon de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT-AC)
– V. Ex^a será atendido, nos termos do Regimento.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Roberto Saturnino.

S. Ex^a dispõe de até 12 minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, na semana passada usei esta tribuna para apresentar um apelo, em nome do Estado do Rio de Janeiro, às autoridades econômicas do Governo Federal, especialmente o Ministério do Planejamento, contra a retirada da prioridade que era dada ao chamado arco rodoviário, a ligação das rodovias federais do Estado do Rio com o Porto de Sepetiba, circundando todo o município do Rio de Janeiro.

E, hoje, novamente, venho a esta tribuna para apresentar outro apelo, sempre tendo em vista as necessidades urgentes, as necessidades prementes, inadiáveis por que passa o meu Estado, o Estado do Rio de Janeiro, sujeito a pressões de toda a ordem, especialmente na área de segurança, mas pressões essas que são derivadas de um estiolamento na sua economia, que tem quarenta, trinta anos de existência e que até hoje não encontrou o seu caminho de recuperação.

Pois bem, o caminho de recuperação, ao meu juízo, está precisamente na alavanca estratégica que são as universidades do meu Estado, especialmente as universidades federais. Poderia exemplificar as necessidades e as dificuldades por que passa o Rio, falando, por exemplo, do possível contingenciamento das dotações federais destinadas à realização dos Jogos Pan-Americanos, que o **Jornal do Brasil** noticia hoje como tendo sido decisão já tomada. Acho impossível que seja uma decisão já tomada porque, neste caso, o Estado e o Município sozinhos não teriam como arcar com as despesas necessárias à realização desses jogos, que são um evento da maior importância para a

vida do Estado e da cidade e até para a projeção em direção ao futuro dessas entidades da Federação que outrora tiveram tanto carinho por parte das autoridades federais. E hoje em dia – aliás, já há muito tempo, não é deste Governo – há uma dívida em relação ao Rio de Janeiro que foi assumida quando a capital mudou para Brasília. Foi reafirmada quando houve a fusão, em que era Presidente o General Geisel, e até hoje não houve o cumprimento desses compromissos. Os fluminenses e os cariocas não estão nem mais cobrando esses compromissos, mas reivindicando um tratamento justo em termos de dotações federais, que são essenciais para, pelo menos, a manutenção da vida econômica e social do meu Estado.

Hoje quero falar especialmente das universidades, porque, como eu disse, elas constituem o foco, o pólo principal de projeção do futuro do Rio de Janeiro. O Rio tem esta vocação. Isso já foi detectado há mais de 20 anos. Na minha gestão como Prefeito, projetei a constituição, a implantação dos pólos de atividades de ciência e tecnologia, precisamente porque reconhecia, e não fui eu só que reconhecia, todo um planejamento e uma projeção feita por técnicos do Rio de Janeiro, que indicavam que este era o caminho de solução para o impasse em que o Rio de Janeiro havia sido jogado.

Essa vocação derivava do fato de o Rio ser um grande centro de produção de ciência, de conhecimento de ciência e tecnologia e conhecimento avançado, dados pelo conjunto de universidades que existem naquele Estado. Infelizmente esse programa dos pólos também foi abandonado pelos sucessores. Mas o fato é que hoje essas universidades ainda constituem – e direi mais –, na verdade, o único pólo capaz de alavancar a economia do Estado, a economia da cidade para um futuro que ofereça possibilidade de enfrentar problemas agudos como, por exemplo, o problema da segurança pública, mais o problema da falta de serviços essenciais para percentuais enormes da nossa

população, que vivem nas comunidades carentes, nas favelas; um mar de gente que só faz crescer, sem que o Estado e a cidade tenham capacidade de fazer face a esse problema por falta de recursos econômicos do Estado e do Município. Esses recursos têm crescido, sim, com a produção de petróleo, mas esse crescimento tem sido insuficiente, dado o acúmulo de problemas que se processaram durante tantas décadas.

Hoje, esse conjunto de universidades federais no Rio de Janeiro encontra-se num estado tão lamentável que, mês a mês, tem que fazer uma escolha: ou pagam a água ou a luz ou o telefone, porque não há recursos para pagamentos desses serviços. E as dívidas com as respectivas empresas – Light, Cedae e Telefônica – vão se acumulando mês a mês e se tornaram praticamente impagáveis.

Portanto, esse é o apelo das universidades que quero transmitir aos colegas no sentido de que haja um reconhecimento da importância desse pólo de saber e de formação de conhecimento que é o conjunto universitário, e que haja o atendimento por parte dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, principalmente. É claro que ao Ministério da Educação não falta vontade política. Há uma emenda de oito milhões de reais, colocada no Orçamento do ano passado pela Bancada do Estado do Rio, que está com sua liberação bloqueada. É preciso que haja essa vontade política para desbloquear, liberar essa emenda de oito milhões de reais, para atender a todas as quatro universidades – na verdade, às cinco universidades, porque existe ainda o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), que é uma entidade de ensino profissional, mas que também é federal e já está ingressando no campo da formação profissional técnica, da maior importância para meu Estado.

Sr. Presidente, apenas para dar uma idéia do que são esses recursos, de sua pequenez, faço um simples cotejo entre a proposta, o que é dado, o que é considerado como dotação para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFRJ, a jóia desse sistema, a maior universidade federal do Brasil, a outrora Universidade do Brasil, que era admirada internacionalmente, que tinha esse conceito que está na história das universidades do mundo. Pois a UFRJ está recebendo, como proposta orçamentária para 2006, exatamente o mesmo quantitativo que teve neste ano, sem nenhum acréscimo, da ordem de 70 milhões de reais para suas despesas de custeio.

Só para efeito de comparação, Sr. Presidente, é importante mostrar que a Universidade de São Paulo, que é estadual, dispõe de 300 milhões para esse custeio em investimento, despesas de custeio e de capital. A Universidade de Campinas dispõe da metade da USP:

150 milhões. Assim mesmo, é mais do que o dobro do que está sendo proposto para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, com toda a sua história, com toda a sua capacidade de formação de alunos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Roberto Saturnino...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Entendo, é preciso atentar para isso. Trata-se de uma reclamação, uma reivindicação do Rio de Janeiro, que tem raízes na história deste País, que tem, enfim, argumentos fortíssimos na medida em que a formação de conhecimento universitário é fator estratégico do desenvolvimento para o País e muito especialmente para o Rio de Janeiro.

Ouço o Senador Mão Santa com muito interesse.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a realmente representa muito bem o Rio de Janeiro. Vivi como estudante naquele Estado na época em que foi extraordinário Prefeito.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – E agora V. Ex^a está mais abrangente porque desperta e acorda o Governo Federal para aquilo que é fundamental: uma universidade. O Japão é o Japão, as condições geográficas e geológicas são as piores possíveis, mas há um ensino universitário que quase todos conseguem galgar e de alta qualidade. E se o Rio de Janeiro está assim, eu teria que incorporar o nosso Piauí, que, desde o início, aqui bradamos para que funcione o nosso hospital universitário. Apesar dos nossos apelos, o próprio Tião Viana foi sensível, acionamos os Ministérios da Educação e da Saúde para um hospital universitário inconcluso, que só colocaram para funcionar a parte ambulatorial. E, então, a Universidade Federal do Piauí não dispõe de hospital universitário, fundamental para a formação. E tanto é verdade que, de chofre, quando Governador, criei uma universidade estadual, uma faculdade de medicina, e já existem duas faculdades privadas, porque não avançou aquele sonho que V. Ex^a está despertando: a responsabilidade do Governo Federal de manter a tradição das universidades. A Universidade do Rio de Janeiro foi sempre um patrimônio cultural do País.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Mão Santa. Agradeço profundamente o aparte de V. Ex^a. Pode contar que tudo que se destinar a universidades e a hospitais universitários, da minha parte, terá sempre todo o apoio e toda a solidariedade, especialmente a do Estado de V. Ex^a, o Piauí.

Sr. Presidente, o meu tempo já acabou. Encerro aqui estas palavras, deixando esse apelo veemente e forte não somente para a liberação dessa emenda apresentada pela Bancada do Rio de Janeiro para as universidades federais do Rio, mas para um tratamento mais justo e mais digno para as universidades no Orçamento do ano que vem, e muito especialmente para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que é a jóia desse sistema. Aliás, a jóia do sistema de universidades federais de todo o Brasil, a antiga Universidade do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à eminente Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, ao Senador Eduardo Azeredo.

V. Ex^a dispõe de até 12 minutos, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, agradeço a aprovação, na Comissão de Assuntos Sociais, hoje pela manhã, de um projeto de nossa autoria que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Essa foi uma solicitação de todo o movimento educacional dos portadores de deficiências auditivas em nosso País. Agradeço, porque foi aprovado por unanimidade e agora vai seguir para a Comissão de Educação, em caráter terminativo. Espero que seja também aprovado rapidamente nessa Comissão, para que possamos enviar para a Câmara essa importante matéria legislativa incluída nos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais em termos de audição. Quero agradecer, de forma muito especial, ao Senador Cristovam Buarque, Relator do projeto, que inclusive fez uma emenda para aprimorá-lo, e aos Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Reginaldo Duarte e Antonio Carlos Valadares, que durante a reunião se pronunciaram favoravelmente, relevando a importância da matéria.

Há outro motivo que me traz à tribuna. Estamos vivenciando, Senador Roberto Saturnino, quase 20 horas de trabalho por dia nas investigações da CPI dos Correios, com a tarefa, neste momento, de investigar, de apurar, para que possamos efetivamente punir todos os responsáveis por todo e qualquer ato de corrupção que tenha acontecido em nosso País, agora e antes, seja lá quem for que tenha participado. Às vezes, ficamos muito angustiados, porque é muito importante apurar, investigar, mas também é muito importante que

aproveitemos a crise para darmos saltos de qualidade, aprimorando a legislação, o controle da máquina pública, da fiscalização.

Estou lamentando porque, por exemplo, está ocorrendo um belíssimo debate na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania sobre a reforma política, e não podemos participar. Gostaria muito de estar participando.

Mas o que me traz à tribuna hoje é uma proposta muito importante. Inclusive iremos, em seguida, a uma audiência com o Dr. Rachid, na Receita Federal, para apresentar uma proposta que vem ao encontro de toda essa busca de superação, de aprimoramento da legislação, da fiscalização e do controle da máquina pública. Trata-se de uma proposta de Declaração de Bens e Direitos em Tempo Real.

O Estado brasileiro efetivamente precisa de mecanismos mais eficazes de combate a irregularidades de toda ordem. A corrupção, que aparece sob várias formas, está na origem da crise política que vivemos e precisa ser enfrentada com propostas concretas. As mudanças precisam ser profundas. Temos de aproveitar este momento de crise para fazer as mudanças que o País todo está aguardando. Não apenas punir, mas fazer as mudanças.

Não basta podar a corrupção. Precisamos extirpar as suas raízes, senão ela brota toda de novo. A oportunidade está diante de nós, do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Uma oportunidade colocada pela exigência da sociedade e pela própria crise, que apressa a tomada de decisões. Pois é dentro de uma postura propositiva, que tem pautado a nossa atuação no Parlamento, que levo hoje à Receita Federal uma sugestão elaborada pelo Professor Valmor Slomski, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de São Paulo – USP, que nos honra com a sua presença aqui na galeria.

O Professor Valmor Slomski é um dos poucos doutores em Ciências Contábeis com especialização em contabilidade pública no País. Por feliz coincidência, ele é natural do Estado que aqui represento, do Município de Dionísio Cerqueira.

Depois de 18 anos de muitos estudos, ele elaborou o projeto chamado Declaração de Bens e Direitos em Tempo Real. Por apoiar a sua proposta de grande valor, sobretudo cívico, acompanharei o Professor Valmor, nesta tarde, às 15 horas, durante a apresentação para o Secretário-Geral da Receita Federal, Dr. Jorge Rachid, do Projeto de Declaração de Bens e Direitos em Tempo Real.

Essa proposta leva em consideração padrões de controles compatíveis com a realidade tecnológica, informacional e cultural vigente, proporcionando exa-

tamente uma maior eficácia no combate à sonegação de tributos e lavagem de dinheiro.

O projeto se inicia alterando a forma de transferência de bens – iniciando-se pelos automóveis – e depois se estende a todos os bens patrimoniais que são transferidos, formando, assim, a Declaração de Bens e Direitos em Tempo Real para o controle de veículos automotores, estendendo-se para os demais bens e direitos.

A contribuição principal desta proposta é a de controlar as transferências de propriedade de bens e de direitos. A sua implementação facilitará a arrecadação dos tributos a elas vinculadas, tais como: Imposto de Renda de Pessoa Física, Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, IPVA, ICMS, ISS, ITBI, ITBM. O objetivo do controle de todos esses tributos feito pela Declaração de Bens e Direitos em Tempo Real é evitar as famosas triangulações e a aquisição de bens sem demonstrar a devida fonte de recurso.

Dessa maneira, ao ser efetuada uma venda ou uma compra, o Sistema de Declaração de Bens e Direitos em Tempo Real emitirá, via Internet, o documento para a transferência entre CPF/CGC, CGC/CGC, CGC/CPF e CPF/CPF – ou seja, a pessoa física ou jurídica que transacionar automaticamente, *on line*, via Internet, deixará a compra e venda registrada –, com a geração de guia de arrecadação de imposto sobre o ganho de capital quando for o caso.

Senador Saturnino, já lhe darei o aparte.

De um modo geral, a Declaração de Bens e Direitos em Tempo Real oferece as seguintes contribuições:

- a) controlar as transferências de propriedade de bens e direitos;
- b) facilitar a arrecadação dos tributos vinculados às transferências;
- c) evitar a triangulação nas transferências – o cidadão entrega o carro na concessionária sem que essa transferência seja registrada, depois a concessionária passa para outro, o proprietário inicial passa para o terceiro, e, muitas vezes, até a mudança no valor acaba se perdendo e não há arrecadação de impostos nessa triangulação;
- d) prestar outros serviços aos Governos estaduais e municipais;
- e) controlar e emitir boletos de cobrança de multas de trânsito;
- f) verificar em tempo real, via internet, o patrimônio vinculado ao CPF/CGC, bem como seu valor venal;
- g) calcular e acompanhar a depreciação dos bens;

h) oferecer instrumentos ao combate de furtos e para a legalização de veículos automotores;

i) servir de base para a implantação do dinheiro digital – dessa forma, cada vez mais, vamos eliminar a utilização inclusive do famoso *cash*, do dinheiro em mala, em maleta, ou coisas advindas da corrupção;

j) eliminar a exigência da declaração de ajuste anual do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Por outro lado, cria um instrumento eficaz para o combate à lavagem de dinheiro oriunda de transações efetuadas pelo narcotráfico, pela sonegação fiscal e pela corrupção de agentes públicos. Além disso, a sua implementação vem ao encontro dos objetivos do Ministério da Justiça, que têm sido de oferecer instrumentos de combate a eventos dessa natureza. E temos que louvar o trabalho do Ministro Márcio Thomaz Bastos, que se tem dedicado, de modo muito eficaz, a aprimorar todo o controle da lavagem e da evasão de divisas.

A implantação do projeto de declaração de bens e direitos em tempo real, com um banco de dados de aproximadamente 144 milhões de bens e direitos vinculados a CPFs e a CGCs, proporcionará à Receita Federal do Brasil ganhos pela agilidade, transparência e diminuição da burocracia ao cidadão que paga os seus impostos.

Na prática, esse projeto incluirá todos os bens e direitos ao seu real valor de aquisição e incluirá rendas que hoje adquirem bens e não possuem adequada procedência. Inibirá também a aquisição irregular de bens por pessoas físicas que, ao se declararem isentas para a Receita Federal, acabam camuflando e deixando em situação irregular bens oriundos, muitas vezes, do crime.

Para dar um exemplo, esse tipo de procedimento evitará casos como o da empregada doméstica da advogada do traficante Fernandinho Beira-Mar, que possui uma BMW blindada no seu nome. No entanto, como ela não possui renda compatível para declarar imposto de renda, esse bem fica absolutamente oculto, não tributado e servindo de biombo para a bandidagem.

Ouço, com muito prazer, o aparte do Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senadora Ideli, eu queria que V. Ex^a levasse ao Dr. Rachid a minha presença – não é física, porque não tenho condições, tenho outros compromissos, mas minha presença em espírito, a seu lado –, encampando esse projeto do professor Valmor, que efetivamente é uma contribuição inestimável para que fatos como os que

originaram toda essa crise não voltem a ocorrer. Este País está precisando, mais do que nunca – é uma exigência da nossa sociedade, do povo brasileiro –, de mecanismos capazes de exercer um controle efetivo sobre essas transações ilícitas, lavagens de dinheiro e tudo o mais. Esse mecanismo parece-me altamente eficaz, altamente eficiente, razão pela qual cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento e pela proposta que levará ao Dr. Rachid. Peço que inclua o meu nome entre os que o apóiam, e acredito que toda a Bancada petista aqui no Senado estará pronta a apoiá-lo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Saturnino.

Concluindo, Sr. Presidente, espero que, ao encampar e levar adiante essa importante contribuição do professor Valmor Slomski – apoiado inclusive pelo Senador Mercadante, que já teve a oportunidade de conversar com o professor e dar o seu apoio, no agendamento com o Secretário da Receita Federal –, estejamos ajudando o Brasil a dar um passo adiante no combate à sonegação e ao famosos caixas dois, três, quatro, cinco, que existem por aí. Um combate que começa na investigação, na apuração dos fatos, na punição dos corruptos, mas que deve ser complementado com a apresentação de propostas para que o País saia muito melhor dessa crise.

Agradeço novamente, Sr. Presidente. Quero dizer, com muito orgulho e com muita satisfação, que existem brasileiros e brasileiras como o professor Valmor, que estão dando contribuições tão significativas. Neste momento de crise, podemos ter uma proposta dessas para apresentar ao País, em um salto de qualidade, deixa-me muito animada e até estimulada a continuar naquela tarefa tão árdua da investigação na CPMI dos Correios.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Eduardo Azeredo, por até 12 minutos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, no último dia 29, ocorreu um fato relevante que não pode permanecer despercebido em meio às turbulências da atual crise política. Refiro-me à entrega do anteprojeto da reforma universitária ao Presidente da República, feita pelo então Ministro da Educação às vésperas de sair do cargo para assumir a presidência nacional do Partido dos Trabalhadores.

Trata-se ainda, obviamente, apenas de um esboço de proposição que o Executivo enviará no futuro ao Congresso Nacional. Mas exatamente por essa razão é que desejo trazer o assunto à reflexão desta Casa.

Meu objetivo não é o de, **a priori**, levantar objeções e criar resistências à reforma concebida pelo Governo. Mas, sim, o de alertar para o fato de que matéria dessa natureza, importância e implicação precisa logo ser avaliada por todos nós congressistas.

Uma vez que já existe um anteprojeto e, portanto, uma base concreta para discussão preliminar, considero que é chegado o instante de fazê-la, mesmo porque este é o momento adequado para fazermos sugestões básicas de mérito que possam ser eventualmente incorporadas a tempo na futura proposição de lei que o Governo irá formular. Assim, estaremos evitando novos atrasos no envio da matéria pelo Executivo e na sua apreciação pelo Congresso.

Aliás, o primeiro ponto para o qual chamo a atenção dos nobres Senadores é precisamente o da lentidão do Governo em concluir sua formulação sobre a reforma. É natural que as discussões, por se referirem a assunto tão complexo, sejam demoradas. Mas já passou tempo mais que suficiente para encerrá-las no âmbito do Executivo.

Quem avalia assim são muitos dos especialistas e representantes de entidades universitárias que, em fases anteriores, debateram a matéria. Agora está na hora é de o Governo ouvir as últimas sugestões e recomendações, bater o martelo e remeter a proposição para apreciação do Congresso.

Se o Governo permanece paralisado e não faz logo isso que precisa fazer – como parece ser o caso – ele está apenas demonstrando mais uma vez sua crônica dificuldade em decidir! Ou então perdeu o norte da questão, ao perceber, durante o próprio debate preliminar sobre o assunto, as sérias resistências que, com toda justiça, se levantaram contra a reforma que o Ministério da Educação e o Planalto planejavam realizar.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, o fato foi que o propósito inicial do Governo na reforma universitária era o de praticamente engessar o sistema de ensino superior brasileiro e o livre exercício da inteligência nas formas pré-fabricadas de muitos dos conceitos ultrapassados sobre o Estado e a sociedade. Em vez da autêntica autonomia, pretendia-se impor à universidade brasileira os parâmetros de organização e funcionamento típicos do centralismo autoritário.

De outro lado, ao arremeter-se, preconceituosa e duramente, contra o ensino superior de instituições universitárias, comunitárias e privadas, a reforma preconizada no início igualmente não só restringia liberdades garantidas pela Constituição, mas também ignorava dogmaticamente a realidade atual da educação universitária no Brasil.

Em nome de supostos princípios de democracia social e de independência e soberania nacionais, o que o Governo chegou a pretender foi transformar o ensino universitário em matriz de reprodução de dogmas e valores ideológicos e partidários, ou seja, em usina de formação de quadros que pensassem com os mesmos clichês do pensamento oficial, que então tinha hegemonia no próprio Palácio do Planalto.

Contra esse propósito essencialmente ideológico, fez muito bem ao futuro do País a forte resistência que opuseram a tais concepções de reforma diversas lideranças sobejamente experientes nas lidas universitárias. Elas rejeitaram a perda de autonomia, o populismo das facilidades de acesso à universidade pública e o preconceito contra a participação da iniciativa privada no ensino superior.

Verdade e justiça sejam feitas, o então Ministro da Educação, mesmo contrariado em suas concepções próprias, recuou em pontos cruciais e não bateu o pé nas idéias que o Governo tinha para reformar a universidade.

Com isso, aqueles que se opunham a elas também puderam dar sua contribuição, e dela resultou o anteprojeto entregue ao Presidente da República no dia 29 de julho: uma formulação, sem dúvida alguma, muito superior às anteriores, mas que ainda peca por certos equívocos básicos.

Dentre eles, o mais grave é o que envolve a distorção da realidade da educação no Brasil. A reforma universitária fez uma opção quase radical pela priorização do ensino superior. Destina-lhe – vejam só! – o mínimo de 75% da receita constitucional federal vinculada à área da educação pública, que por sua vez representa 18% do Orçamento Geral da União, já deduzido o percentual da DRU.

Ora, em que pese a boa intenção de se promover ensino universitário gratuito e de qualidade para todos os brasileiros que concluem o ensino de segundo grau, trata-se de uma dotação orçamentária que beira o delírio.

Seria maravilhoso que a realidade do País fosse outra e que pudéssemos contar com esse “mínimo” de recursos somente para a universidade pública. Infelizmente, não é assim, pois 75% dos 18% da educação é muito. No caso, além de ser algo delirante, a destinação ao ensino superior de “pelo menos” 75% da receita orçamentária federal efetua, na prática, uma inversão de prioridade no sistema educacional brasileiro.

A base, que é o ensino de primeiro e segundo graus, vai contar com que recursos financeiros para atender os milhões de crianças e jovens que demandam a escola fundamental e a secundária?

Como projetar uma universidade criativa e dinâmica, geradora e produtora de conhecimentos acadêmicos, científicos e tecnológicos, se não se assegurar, antes, que a ela cheguem estudantes bem preparados e talentosos?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é o óbvio ululante que a boa universidade é resultado também de uma boa e anterior escola fundamental e secundária, em que a formação lança alicerces não só da instrução formal, mas também de ensinamentos basilares para o desenvolvimento da personalidade do estudante.

Negar esse pressuposto significa colocar o carro na frente dos bois. Entretanto, há quem o faça até oficialmente, pois o próprio Ministério da Educação explicita que “algumas instituições internacionais” é que defendem ser a educação básica “uma preocupação exclusiva”.

Essa afirmação nos parece ser, na verdade, uma contrafação que visa politizar, de forma ideológica primária, a abordagem da questão do ensino no nosso País.

Muito dificilmente existirá – se é que existe – qualquer “instituição internacional”, mesmo supostamente mal intencionada em relação ao Brasil, que sustente a priorização exclusiva do ensino de primeiro e segundo graus.

Por outro lado, ninguém de bom senso neste País pode ignorar que o ensino superior deva receber aportes cada vez maiores de recursos para se desenvolver cada vez mais e alcançar níveis capazes de agregar valor ao esforço nacional pelo crescimento auto-sustentado.

Não se trata, pois, nem de oito nem de oitenta.

Num país ainda carente do atendimento de necessidades básicas como o nosso, o ensino fundamental e secundário têm tanta prioridade quanto o ensino universitário.

Logo, o desafio é alocar os recursos públicos, que são limitados, nas duas pontas do processo, para que tenham a melhor relação possível de custo/benefício e façam desenvolver todo o sistema educacional brasileiro.

Em suma, a prioridade não deve ser em favor de um nível de ensino em detrimento de outro. A prioridade deve ser na educação como conjunto e processo. Se, a exemplo do que fez a Coréia do Sul, o Brasil efetivamente também priorizar o ensino como um todo, logicamente teremos, aí sim, uma Nação fortalecida e com grande futuro.

Falo, Srs. Senadores, com muita credibilidade nesta questão, porque, como Governador de Minas Gerais, fiz investimento recorde na educação, chegando a 45% do orçamento do Estado.

O anteprojeto da reforma universitária contém avanços resultantes da contribuição daqueles que viram a tempo suas distorções de ordem conceitual e ideológica.

Entre os pontos em que se progrediu, pode-se citar, por exemplo, a adoção de mecanismos regulatórios que permitam à União padronizar e articular melhor a avaliação e o credenciamento de escolas e cursos universitários. Tais dispositivos certamente levarão à crescente melhoria da qualidade do ensino, principalmente em escolas privadas.

Porém, antes mesmo que a discutamos quando chegar ao Congresso, temos o dever de advertir que a boa reforma não pode ser descontextualizada da realidade e da limitação de recursos orçamentários da União e dos Estados. Tampouco pode permitir que persistam traços de preconceito contra o concurso da escola privada na expansão e desenvolvimento do ensino superior, de que participa com o expressivo percentual de mais de 70% das matrículas.

Claro que esse é um percentual elevado, e a universidade pública precisa contrabalançá-lo, não por voluntarismo ou passe de mágica, mas por uma estratégia de longo prazo e de disponibilidade efetiva de recursos.

Recentemente pudemos aprovar no Senado algumas novas universidades, como as do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, na cidade de Diamantina, a universidade do sul de Minas, em Alfenas. Houve também a aprovação, na Comissão, da Universidade do Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, além da Universidade de Uberaba, que sucede a Faculdade de Medicina.

Na base das demandas educacionais brasileiras, conforme demonstra a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio de 2002, 97% das crianças e jovens entre 7 e 14 anos estão matriculados no ensino fundamental. Contudo, quase 12% de brasileiros com 16 anos ou mais ainda não sabem ler ou escrever. Dez anos atrás, o contingente de analfabetos nessa faixa etária era 30% maior. Isso evidencia o grande salto ocorrido na educação básica brasileira – não há como negar esse fato – e, ao mesmo tempo, ressalta que temos de continuar avançando na educação básica não apenas em termos quantitativos, mas também em qualitativos.

Ora, a própria instituição do Fundo de Educação Básica, o Fundeb, já constitui um desafio enorme, sobre o qual também alertei em pronunciamento que fiz desta tribuna no dia 11 de maio último.

O propósito do Fundeb é estabelecer parâmetros obrigatórios de dotação de verbas federais e, ao longo de dez anos, aplicar no sistema nacional de edu-

cação pública mais de R\$32 bilhões – quase US\$13 bilhões.

Na ocasião, destaquei as dúvidas que o novo Fundo provocou pelo fato de o Ministro Antonio Palocci ter apontado que o Governo Federal poderia não vir a dispor de cerca de R\$4,3 bilhões ao ano para repassar a Estados e municípios com o objetivo de custear o ensino pré-escolar, o fundamental e o médio – todos incluídos agora no Fundeb.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Eduardo Azeredo, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Com muita honra, concedo o aparte ao nobre Senador Mão Santa, já me encaminhando para o fim, Sr. Presidente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Azevedo, o pronunciamento de V. Ex^a é muito oportuno, mas vejo perspectiva muito sombria na educação, principalmente na universitária. Lembro-me, quando eu era prefeitinho no Piauí, de ter sido convidado a ir à Alemanha por uma multinacional, a Merck Darmstadt. Quem me acompanhava era um diretor químico. Em todo lugar que ele entrava, para facilitar as coisas, o trânsito, restaurante, teatro, chamava-se Professor Basedol. Indaguei: “Mas o senhor não é diretor químico de uma das maiores potências, a Merck Darmstadt”? Ele disse: “É, mas professor é o título mais importante na Alemanha, mais honrado. Então, prefiro usá-lo. Eu sei que sou diretor químico, tenho muito dinheiro, mas, antes de ser diretor da Merck, eu era professor em Heidelberg. Para poder continuar usando o título, eu dou uma aula por semana, gratuitamente”. Olha a desgraça que ocorre no Brasil: o Poder Judiciário conseguiu amarrar o seu aumento salarial para R\$27 mil, para o ano. Um professor universitário em Minas, no Piauí, ganha R\$1 mil. Então, as melhores inteligências não vão se dedicar à educação e à pesquisa; vão buscar as vantagens salariais que somente o Poder Judiciário está tendo, neste momento de injustiça que sofremos no Governo do PT.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado, Senador Mão Santa.

O meu pronunciamento é exatamente no sentido da importância da educação em todos os seus níveis: primário, básico, segundo grau e universitário.

Considero pertinente, portanto, que esta Casa faça uma análise da reforma universitária em vista das limitações dos recursos públicos.

Sonhar sempre é bom, mas, quando o sonho vira devaneio e quimera, pode-se jogar por terra tudo de bom que foi legado no sistema educacional brasileiro por governos anteriores, inclusive o do meu Partido, o PSDB.

Out seja, em vez de termos uma ótima universidade no futuro, corremos o risco, por inadequação com o princípio de realidade, de não contarmos mais nem com o que ainda há de bom no conjunto do sistema educacional.

Esse é o alerta que quero registrar hoje, enfatizando mais uma vez que o meu Partido e a Oposição não se eximirão de discutir com isenção e grandeza um assunto de tamanha importância para o Brasil e, especialmente, para as futuras gerações. A educação precisa sempre da nossa atenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Batista Motta.

S. Ex^a dispõe de até 12 minutos. A seguir, o Senador César Borges.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, vim aqui hoje fazer coro com o cidadão brasileiro chamado Tarso Genro no que diz respeito a sua entrevista hoje à **Folha de S.Paulo**. O ex-Ministro Tarso Genro, em sua entrevista, assegurou que o Governo do PT errou em manter uma política de juros altos e superávit exagerado. Acrescentando minhas palavras às do Presidente do PT Tarso Genro, esses são os verdadeiros motivos pelos quais o Governo deveria pedir desculpas e perdão ao povo brasileiro: pedir perdão aos que plantaram soja neste País, acreditando na política agrícola deste Governo, que bateu ao teto mínimo de R\$23,00 o saco; pedir desculpas àqueles que plantaram arroz, quando esse custava R\$50,00 o saco e hoje não custa mais de R\$15,00; pedir desculpas aos pecuaristas, porque também hoje estão enfrentando o menor preço já visto em sua existência. As matrizes do rebanho brasileiro estão sendo todas sacrificadas, Presidente Tião Viana. Enquanto isso, enquanto vivemos esse drama em nosso País, ainda esta semana eu fui ao Ministro da Agricultura e falei: Ministro, o senhor deve pedir o seu boné e ir embora para casa. O senhor é um homem de trabalho, o senhor é um homem que gosta do que faz, o senhor é um produtor, o senhor é um homem com competência para presidir este País, não apenas para ser Ministro, mas, no entanto, não consegue implementar uma política capaz de fazer com que os agricultores, os homens do campo deste País sejam pelo menos respeitados.

Sr. Presidente, quero deixar aqui bem claro que existe, no entanto, muitas pessoas que, ao invés de pedir desculpas ao povo, têm que pedir desculpas ao Governo pelo que estão fazendo com o povo brasileiro. Aqueles que, por exemplo, exportam produtos primários

como o granito, que são rochas ornamentais, como o ouro, como o minério de ferro. Exportamos, em 2004, 218 milhões de toneladas em minérios para jogar na nossa balança apenas US\$4,5 bilhões de dólares, enquanto a madeira – e ninguém vê exportar madeira em lugar algum porque é exportada e beneficiada – contribuiu com US\$3 bilhões; enquanto algumas máquinas que o Brasil exportou – também oriunda do minério – rendeu para a nossa balança US\$16 bilhões. E o pior de tudo que é que nessa marcha, dentro de 20 ou 30 anos, o Brasil não terá mais minério de ferro para fabricar essas máquinas. É duro para o cidadão brasileiro assistir a isso, sem que nenhuma providência seja tomada.

Eu quero aqui fazer justiça porque toda essa coisa não foi gerada neste Governo. Isso nós conseguimos com o advento da Lei Kandir que, de uma hora para outra, isentou de qualquer tipo de tributação todos os produtos exportados, mesmo que não gerasse emprego, nem que agregasse nenhum valor. Aí, passamos a ser um Governo entreguista, em que tudo está sendo mandado para o exterior, sem que possamos fazer absolutamente nada.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Tem mais gente que, também, tem que pedir perdão ao povo brasileiro, mas, primeiro, eu vou conceder um aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador João Batista Motta, V. Ex^a aqui substituiu Paulo Hartung um grande homem público. Mas foi como Pelé que, ao sair, deixou Amarildo, e vencemos a Copa. V. Ex^a tem se apresentado com pronunciamentos os mais objetivos, os mais desenvolvimentistas e realistas. A realidade que V. Ex^a traz salta aos olhos. O que nos impedia de vê-la era o governo de Duda Mendonça, a mídia. O Brasil chegou a ser a oitava potência econômica. Hoje, está em 15º, 16º lugar. Em 50 anos, este País cresceu 8%, 7%, 6%. Agora está parado. Só crescemos mais que Haiti e El Salvador. Esta é a realidade: a renda diminuiu. Faltou, sobretudo, aquilo que é mais importante para a Nação: o ser humano. O trabalho e o trabalhador devem ter primazia, mas o Governo só beneficiou a quem não trabalha: os banqueiros. Aliás, nessas emendas que vêm de reforma partidária, vou sugerir uma emenda, aqui, para trocar o nome do PT, por PB, Partido dos Banqueiros.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Agradeço ao Senador Mão Santa pelo aparte.

Agora, com todo o prazer, concedo o aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador João Batista Motta, não tive a graça de ouvir por completo o pronunciamento de V. Ex^a. Mas existe um ponto que me chamou muito a atenção.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Estou me congratulando com o Ministro Tarso Genro pelas declarações, nas quais ele diz que o Governo está no caminho errado, com relação a juros e excesso de superávit primário.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Essa é uma matéria que, no PT, nos conduz há muito tempo. Há divergência, sim, de ponto de vista. É um assunto que não se encerra dentro do PT. Eu até concordo porque realmente são pontos de vista. Mas sobre desenvolvimento e crescimento nessa última palavra que V. Ex^a pronunciou, que é a questão da exportação brasileira de matéria-prima **in natura**, de matéria-prima em estado bruto.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – E o seu Estado é vítima também.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Vítima disso. Então, há sim, neste momento, mas considero isso uma fase brasileira. Estou destinando parte de minhas atividades a visitar experiências que considero de extremo sucesso e que independe de determinadas regras estabelecidas no jogo. Eu e os Senadores Héraldo Fortes e José Maranhão acabamos de visitar a Embraer. Lá tivemos a oportunidade de observar uma empresa que desafiou o mundo, colocando-se hoje em vários aspectos como a quarta maior empresa do setor de aviação no mundo. E estou querendo visitar outras experiência de que já tenho informação de terceiros. A grande preocupação que nos traz aqui é que essa fase não pode ser eterna, ela é necessária neste momento. Precisamos levar para o mundo que o País tem condições de honra cada vez melhores contratos. Mas a disputa de mercado, seja ela em que âmbito for, só vai se dar com maior tranquilidade se inevitavelmente partirmos para agregação de valor, ou seja, vender não apenas matéria-prima daqui para frente, mas vender acima de tudo tecnologia e conhecimento. Então, se era nesse sentido a sua preocupação, aproveito para parabenizar V. Ex^a pela lucidez das palavras que, mais uma vez, traz ao Senado Federal.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Senador Sibá Machado, estou falando exatamente isso. O Brasil exportou 218 milhões de toneladas de minério para faturar apenas 4,5 bilhões, enquanto algumas máquinas exportadas geraram US\$16 bilhões. Ora, no caminho que estamos indo, em vinte anos, não haverá mais minério de ferro no Brasil. É esse crime que estou denunciando e tenho denunciado nesta Casa diariamente. Devemos beneficiá-lo, agregar

valor e gerar emprego neste Governo. Não podemos deixar por menos.

Fico satisfeito por saber que V. Ex^a será mais um soldado do nosso lado para combater esse absurdo que está sendo cometido em nosso País. Porém, quero discordar de V. Ex^a porque também não se trata de uma fase passageira, não. Para V. Ex^a ter uma idéia, na Medida Provisória do Bem, que o seu Governo está enviando a esta Casa, ele isenta de qualquer tipo de tributo o maquinário a ser importado de outros países, sem pagar um tostão de imposto para aumentar a extração de minério, comprar mais vagão para a Vale do Rio Doce, comprar mais máquinas, extrair ferro e ouro de nossas minas e exportar sem pagar um centavo de tributo ou sem agregar nenhum valor.

Sr. Presidente, peço somente mais um minuto, estou quase terminando o meu pronunciamento.

Há mais um grupo neste País que deve agradecer ao Governo: os banqueiros, porque nunca se faturou tanto como os bancos hoje; nunca enriqueceram tanto como estão enriquecendo hoje. Essa medida provisória, essa tática do Governo está errada, Senador Sibá Machado. Precisamos mudar esta situação. Este Governo não tem o direito de ser entreguista.

Quero dizer ainda que o Governo Federal também deve pedir desculpas ao meu Estado porque nós, com o problema que o Cade nos gerou, estamos diante de um grande problema: a venda da fábrica Garoto. O Governo Federal não tinha o direito de fazer isso com o meu Estado e tem que pedir desculpas também, porque o meu não Estado não tem recebido nada dele. Nós estamos vivendo lá à custa de sacrifício, de luta e da moralidade implantada pelo Governador Paulo Hartung, que nos colocou numa situação decente. E do nosso Estado, hoje, podemos nos orgulhar. A bandidagem que existia, acabou. Infelizmente, veio para Brasília.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB. V. Ex^a dispõe de até sete minutos, Senador Virgílio.

Em seguida, falará o Senador César Borges.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, as autoridades policiais e a Polícia do Senado terminaram resolvendo essa história da bomba que foi instalada na Barbearia da Casa. Lá, e com isso concorda o Presidente Tião Viana, teriam morrido três ou quatro pessoas, no mínimo, se não tivessem sido tomadas providências. Já não é o primeiro boato. E dessa vez era verdade, tinha uma bomba mesmo.

Isso significa o quê? Significa uma forma subdesenvolvida e corrupta de terrorismo? Significa o quê? Afinal, estamos em pleno processo de apuração de responsabilidades, com três comissões de inquérito funcionando na Casa, estamos vendo um festival de denúncias grave, estamos vendo carreiras políticas sendo ceifadas pelas denúncias em que certos personagens se envolveram. E, por outro lado, se imaginarmos que isso possa ser algum tipo de reação à decisão do Congresso, à atitude do Congresso de investigar, nós veremos o Brasil indo para descaminhos, para desvãos. Nada, contudo, impedirá a apuração das responsabilidades e a punição dos culpados. Nada! O Congresso vai cumprir com o seu dever. O Congresso tem o dever de apurar as denúncias envolvendo irregularidades e corrupção no Governo Federal e tem o dever de se depurar dos seus membros que praticaram os malfeitos, que entraram na relação promíscua com empresas privadas e com o Executivo.

Vejo com certo estupor o fato de o Senhor Presidente da República não ter mudado nada daquele tal pedido de desculpas para cá. Ele continua com as viagens populistas, continua com as declarações inconsequentes, continua com as declarações que não subsistem, continua, enfim, como se não tocasse nele, como se não tocasse no seu Governo tudo o que está sendo arrolado no campo da corrupção, no campo da irregularidade! E não é assim. Sua Excelência passará para a história como o Presidente que menos deu explicações a respeito de denúncias de corrupção. Menos! O tempo inteiro fingindo que não é com ele, o tempo inteiro fingindo que não tem nada a ver, que não tem nada a dizer, e isso só vai agravando o seu quadro. Gosta tanto de pesquisa e de eleição que sabe que há uma pesquisa do Ibope, e isso foi noticiado ontem já no *blog* do jornalista Ricardo Noblat e também pela TV Bandeirantes, mostrando resultados desastrosos, desabando sua perspectiva eleitoral, desabando sua credibilidade administrativa. Então, está na hora da explicação e de mais nada. Não é viagem demagógica para aqui e para acolá. Está na hora do verdadeiro pedido de desculpas, está na hora da explicação ou, quem sabe, está passando da hora da explicação verdadeira.

As manifestações, tipo aquela caquética da UNE, jovens caquéticos liderando jovens de boa-fé, subvenzionados por recursos públicos, essa que é a verdade, e tentando convencer que é possível mobilizar fazendo protestos a favor; contra a corrupção, mas a favor do Governo Lula. Não consigo entender isso se o Governo Lula está crivado de denúncias de corrupção. Que alguém diga “quero poupar o Presidente, não acho que seja a hora de *impeachment*” até a Oposição já

disse isso, mas sair por aí como se Lula fosse vítima e não o Presidente que nomeou quem praticou corrupção e que permitiu que a corrupção grassasse sob sua responsabilidade é caquético, isso não faz jus à juventude, isso é inédito na história da UNE.

Aliás, a UNE está precisando de eleição direta. Precisa de eleição direta para acabar de uma vez por todas com essa história de meia dúzia sem representatividade dominar a entidade estudantil. Partidos que dominam a UNE dependem de se rebaixar de cinco para dois por cento a cláusula de barreira para poderem existir. Então, como é que pode ter voto na UNE? Se tem voto, é tranquilamente direto o voto, e os Partidos não precisariam ser tão fracos e fazer a cláusula de barreira cair para dois por cento. Já tivemos ontem a manifestação do P-SOL, PSTU, enfim, manifestação de esquerda contra o Governo.

A pergunta que faço é muito simples: não estamos querendo fazer isso, mas é um desafio para começarmos a fazer? É um desafio para nós vermos quem põe mais gente na Praça da Sé? Será que é isso que o Presidente está propondo para nós? É um desafio? Eu gostaria de saber se oficialmente é um desafio. Estão nos desafiando a fazer um grande comício na Praça da Sé. Outro na Cinelândia. É um desafio? Estou disposto a ouvir. Se for, vou pensar seriamente em recolher essa luva, Senador César Borges, e vamos ver se é possível se juntar gente na Praça da Sé para defender ou justificar este quadro de descalabro que aí está. Ou na Cinelândia, no Rio de Janeiro, para ver se é possível juntar gente para defender este quadro de falta de decoro que aí está.

Termina virando para o Presidente Lula – Sr. Presidente, já concluo – um pouco aquilo que o verde amarelo foi para o Presidente Collor. Ele disse: “Quem estiver do meu lado coloca verde amarelo”. E as pessoas colocaram luto nas portas das suas casas. Se o Presidente fizer um desafio parecido com este “Quem estiver ao lado dele coloca uma estrela vermelha no peito” e nós dissermos o contrário “Quem estiver contra o Senhor Presidente coloque a Bandeira brasileira fora das suas casas”... Será que esse é o desafio? Será que estão querendo nos conduzir a isso?

Aquelas lideranças caquéticas da UNE insultaram a Oposição ontem. Ainda acham que têm o direito de fazer isso! Ainda acham que têm direito de dizer uma coisa como essa! Torcem a verdade. Começaram a mentir tão jovens, aprenderam a mentir tão cedo. É tão grave! O ideal seria ninguém mentir em idade nenhuma. Agora, mentir tão jovenzinhos... Então dizemos que não queremos provocar *impeachment* e ainda temos que agora engolir a molecada, insultando as Oposições nas ruas. Se isso for orientação do Presidente,

que depois os recebeu, eu gostaria de saber se topam mesmo nós fazermos o desafio dos atos públicos. Se topam mesmo. Se for um desafio, eu estou disposto a aceitar o desafio. E não quero saber de coisa pequena, não. É Praça da Sé e Cinelândia para começar a brincadeira. Depois, vamos ver no que vai dar. Se alguém tiver café no bule que diga porque a Oposição está cansada dessas incompreensões; está disposta mesmo – vou repetir uma expressão bem popular – a ver quem é que tem café no bule. Nada de rua pequena; nada de viela. Tem que ser Praça da Sé e Cinelândia. Está lançado o repto, se é que nos fizeram um desafio com aquele bate-perna da juventude caquética da UNE anteontem em Brasília.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Antes de conceder a palavra ao eminentíssimo Senador César Borges, a Mesa esclarece que foi informada pelo Chefe de Polícia do Senado que foi encontrada uma sacola na barbearia da Casa com suspeitas de origem. Chamada pelos servidores da área, a Polícia do Senado levou a sacola até o setor de raio-x, identificou tratar-se de um artefato, levou-o para uma área aberta, chamou o grupo antibomba, que confirmou tratar-se de um artefato, detonado há poucos minutos. Ele não causou qualquer dano à integridade física de ninguém, mas traz um alerta a todo o Serviço de Segurança do Senado Federal e seguramente da Câmara dos Deputados.

No que diz respeito ao Senado Federal, a Presidência já determinou todas as medidas de cautela e que se redobrem os cuidados com a segurança e a integridade de todos que transitam e que procuram participar da vida democrática do País no Congresso Nacional brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, saúdo a ilustre Senadora Iris de Araújo, representante do Estado de Goiás, que novamente está entre nós. Que S. Exª seja bem-vinda e tenha um bom mandato!

Sr. Presidente, a par da crise política que estamos vivendo, o Governo se escuda no que ele considera o grande pilar de sustentação: a economia. É apresentada como uma grande vitória do Governo a manutenção dos fundamentos da economia brasileira.

Sras e Srs. Senadores, fui antecedido por outros Senadores, e sempre a questão abordada é a mesma: essa economia só traz benefícios e vantagens para o mundo financeiro, para o grande mercado; ela não

resolve os problemas, por menores que sejam, da população brasileira. Nós temos problemas seriíssimos, Sr. Presidente, em todas as áreas: saúde, educação, infra-estrutura – nossas estradas estão mal conservadas, esburacadas, dilapidadas, ceifando milhares de vidas de brasileiros.

Aí é que está a grande ironia: o Governo se sustenta numa política que é conhecida como política neoliberal; eu diria até ultroliberal, porque preconiza, acima de tudo, a manutenção de uma taxa elevada de juros, porque temos que cumprir uma meta inflacionária extremamente draconiana, dura, de mais de 5% da inflação por ano. Isso significa manter uma taxa de juros de 19,75%, Sr. Presidente. Ontem, mais uma vez, o Copom, pela terceira vez consecutiva e oitava na escalada dos juros no Brasil, manteve a taxa nesse patamar. Nisso nós somos campeoníssimos mundiais, lamentavelmente. Gostaríamos de ser campeões mundiais em vários setores, inclusive no futebolístico, mas, não, nós somos campeões mundiais na taxa de juros, disparados. Não há ninguém próximo de nós, pois estamos com uma taxa real de 14,16% ao ano. A taxa selic é 19,75%, mas descontando a inflação é 14,6%. O Brasil tem como vice-líder a China, que está com juros de 5,96%, ou seja, praticamente 30%. A média mundial de taxas de juros dos países emergentes se situa em torno de 3%, enquanto a média mundial de todos os países não chega a 2%.

O Brasil está, Senador Mão Santa, com 14,16%. É claro que nós vamos continuar vendendo balanços recordes entre os bancos, inclusive os oficiais. O Banco do Brasil apresentou lucro de quase R\$2 bilhões.

Essa economia tem fundamentos sólidos para o mercado, mas – veja bem – não são fundamentos verdadeiramente sólidos. São fundamentos que exigem um sacrifício altíssimo da população brasileira.

Estamos vivendo uma crise política grave, mas gravíssima também é a crise de investimentos no País, dos investimentos públicos, essenciais para desenvolver o País e melhorar a vida de nossa população.

Todos conhecem – sei que o Senador Mão Santa gosta de ler e de História – o que Franklin Delano Roosevelt fez nos Estados Unidos para tirar o país da crise: investimentos públicos, estradas, barragens. Tudo isso melhorou a vida da população e tirou os Estados Unidos da crise. Aqui não; aqui temos a necessidade imperiosa, ditada pelo Fundo Monetário International, de cumprir um superávit primário de 3,75%. Hoje o Brasil está cumprindo mais de 5,1% de superávit primário.

Como é conseguido esse superávit primário? Aumentando a carga tributária a ser paga pelo povo brasileiro, por um lado, e, por outro lado, fazendo o

quê? Diminuindo as despesas. Onde? Em cargos comissionados? No Aerolula? Nas mordomias? Não, as despesas que estão sendo diminuídas são as dos investimentos públicos, que, na verdade, não devem ser consideradas despesas, mas investimentos. Estamos vivendo uma crise seriíssima.

Em sete meses deste ano, 2005, sabe quanto pagamos de juros, Srs. Senadores? Pagamos R\$93 bilhões. E sabe quanto foi efetivamente investido e pago, liquidado pelo Governo? Apenas R\$800 milhões, R\$886 milhões, para ser mais preciso. Isso, o que foi liquidado até o mês passado, ou seja, pagamos cento e cinco vezes mais de juros do que os investimentos em saúde, em educação, em transporte, em segurança pública e assim por diante.

Essa é a triste realidade que estamos vivendo hoje. E de uma hora para outra o Governo, para não dizer que está literalmente morto e que não foi ainda sepultado, procura dar sinal de vida, abre o olho e diz: vamos fazer o investimento de R\$1 bilhão, Sr^ss e Srs. Senadores, ou seja, vamos passar de 4% para 9% do total que está previsto para o ano que já vai além da metade. Já se passaram sete meses deste ano, está, praticamente, concluído o ano.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges, V. Ex^a está explicando e foi muito oportuno quando disse que o vice-campeão de juros altos tem uma taxa que é menos da metade da nossa. Mas, na prática, se você tiver um cheque-ouro, vai ver que é mais, porque entra o risco, a administração, o risco da capital, o *spread* e tal. V. Ex^a citou Franklin Delano Roosevelt – e digo que já era hora de o PT aprender –, que governou os Estados Unidos, quatro vezes, disse que as cidades podem ser destruídas, porque elas ressurgirão do campo, mas, se o campo for destruído, as cidades vão morrer de fome. E o campo está aí. Vimos, recentemente, um “tratoraço”, com 25 mil pessoas. Basta dizer, simbolizando tudo, que, neste País, uma garrafa de água mineral importada é mais cara do que o leite, traduzindo a falência da nossa produção.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Efetivamente, o Governo Federal não tem dado a atenção devida e não tem tido sensibilidade com os setores mais frágeis de nossa economia, como o setor agrícola, que sofre com os preços, porque são *commodities*, porque tem o mercado mundial muitas vezes abundante, sofre com as secas... Hoje há uma grave crise em nossa agropecuária. Vejam bem, Sr^ss e Srs. Senadores, o Governo disse que ia investir como

se fosse uma grande notícia dada ao País. Agora, vamos discriminar onde está esse R\$1 bilhão, Senador Sibá Machado – eu lhe darei já o aparte. Para a Infraero, R\$350 milhões, para concluir obras de interesse de Governo em aeroportos nacionais. Para o Ministério da Fazenda, R\$170 milhões – eu não sei o que o Ministério vai fazer com isso. Somando isso, temos R\$520 milhões, ou seja, 52% do total do R\$1 bilhão.

Em terceiro lugar, vem o Ministério das Cidades. Aí, sim, precisamos de habitação, de saneamento, de transporte urbano. O investimento de R\$170 milhões que foi para a Fazenda cai para R\$79 milhões, o que significa absolutamente quase nada diante das necessidades nacionais.

Depois do Ministério das Cidades, veio a Presidência – Presidência, Sr. Presidente! –, com R\$45 milhões. Para que a Presidência da República quer R\$45 milhões? É para pagar o combustível do aerolula? Para pagar as aeromoças? Não sei exatamente que tipo de destinação têm esses R\$45 milhões.

Por último, na relação que contempla outros Ministérios com valores abaixo dos R\$45 milhões, não se tem o Ministério dos Transportes, não se tem o Ministério da Saúde, não se tem o Ministério da Educação.

Queria conceder um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador César Borges, em primeiro lugar, quero dizer que fico muito admirado da forma precisa, contundente, séria de V. Ex^a expressar seus pensamentos. V. Ex^a tem sido uma pessoa que me tem despertado para esse tipo de diálogo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Eu queria apenas falar sobre um ponto que diz respeito às taxas de juros. Eu não entendo da matéria, mas quero externar uma dúvida muito forte que tenho, porque nós trabalhamos, aqui no Congresso Nacional, com a possibilidade de abordar uma matéria sobre a independência do Banco Central. Ou seja, a autoridade maior da moeda brasileira, que tem assento no Conselho Monetário Nacional e no Copom, que tem assento sobre essas coisas. Nós estamos trabalhando a independência, para evitar a ingerência política. Queremos dar ao mercado a tranquilidade, porque os contratos são de longo prazo e serão cumpridos. Deixarmos o Governo assumir a postura de, por uma conjuntura política ou algo desse tipo, impor uma taxa de juros por decreto não seria uma forma irresponsável de administrar a Nação? Na verdade, eu fico sem entender da matéria, porque estou com esse tipo de dúvida. Se V. Ex^a puder, esclareça-me sobre isso, já que eu comprehendo

que V. Ex^a entende muito bem desse assunto, além dos demais, é claro!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Olhe, qualquer banco central do mundo cuida da moeda, mas sempre associado à questão do desenvolvimento do País e à geração de emprego e renda. Há essas duas grandes variáveis com que qualquer banco central se preocupa.

Aqui no Brasil, infelizmente, o Banco Central somente se preocupa em manter a estabilidade do mercado, conservando essa taxa de juro altíssima, e não se preocupa com o desenvolvimento do País. É a isso que nós estamos assistindo. E o País não consegue mais pagar essa taxa de juros, que faz com que a nossa moeda esteja em um patamar irreal, como aconteceu no passado tão criticado pelo Partido dos Trabalhadores. Nós estamos mantendo um dólar a R\$2,30, que não é a verdade do valor aquisitivo do real. Isso tem prejudicado a nossa agricultura, que vende como *commodity* nossos produtos, tem prejudicado nossa balança comercial externa, porque temos uma depreciação do nosso produto.

Então, o que eu acho é que podemos até chegar a um Banco Central independente, mas não é o momento. O que está acontecendo, Senador Sibá Machado, é que o atual Governo não tem sensibilidade social, não se interessa pelo País, pelo social. A única preocupação é manter os fundamentos econômicos do mercado, da bolsa de valores, do mercado de dólar, do mercado de moedas estrangeiras, do mercado financeiro. Mas o País vive disso? Será que é só isso que interessa ao Governo dos trabalhadores? Aí é que nós ficamos achando que essa é mais uma frustração que assola toda a população brasileira, além da frustração da bandeira da ética, da moralidade, que era empunhada pelo Partido dos Trabalhadores como sendo um compromisso firme e sério em que muitos acreditaram neste País. Eu confesso a V. Ex^a que eu, inclusive, acreditava na mudança de métodos. Mas não houve. Cai a bandeira da ética e da moral. E a política econômica? Alguém esperava que o PT trabalhasse para dar esses lucros fabulosos aos bancos nacionais e internacionais?

Lamentavelmente, é essa a frustração que a população brasileira vive e que vamos ter que analisar aqui por diversas vezes, para mostrar que o povo brasileiro foi enganado, foi traído. Quem foi traído não foi o Presidente Lula. Quem foi traído foi o povo brasileiro, na sua expectativa e na sua esperança de melhores dias. Na verdade, o mercado venceu a esperança, que era a promessa do Presidente Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento, por até sete minutos. A seguir, o Senador Sibá Machado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a Câmara dos Deputados, ontem, praticou um crime contra a Nação, contra os trabalhadores do Brasil. Na medida em que o Senado cresceu aos olhos do povo, dando um salário mínimo de R\$384,00, a subserviência levou a que eles derrubassem os R\$384,00 e ficasse em R\$300,00 o salário mínimo do trabalhador brasileiro.

E o que é mais triste de tudo isso, Sr. Presidente, é que isso foi feito com as mãos ágeis – bem ágeis – do Sr. Deputado Inocêncio Oliveira. O Deputado Inocêncio Oliveira sabia da derrota pelo painel; tinha já, desde a véspera, e ontem renovado, um pedido de verificação mais do que suficiente para se fazer a votação nominal pelo painel. Entretanto, ele não permitiu a votação pelo painel, ameaçando até – eu vi na televisão, parece incrível, mas é verdade – levar para o Conselho de Ética Parlamentares que reclamavam de ele não estar cumprindo o Regimento.

Para mim, não foi surpresa. Eu me equivocava bastante quando diziam que ele praticava o trabalho escravo nas suas fazendas. Eu não acreditava. Entretanto, quem procede assim com o trabalhador brasileiro, na sua fazenda, não paga sequer os R\$84,00, que dirá os R\$384,00!

Saiba o Deputado Inocêncio Oliveira que isso vai marcar mais a sua vida política do que os poços artesianos que foram abertos em suas fazendas. Saiba o Deputado Inocêncio Oliveira que esses que querem ficar sempre agarrados na fralda do Governo perdem o valor moral para os debates nos seus Estados.

Eu faço isso constrangido. Quantas vezes me enganei e ajudei ao tal do Inocêncio! Quantas vezes pude ajudá-lo, com a minha Bancada, a galgar postos que talvez, hoje, estou consciente de que não merecia!

Mas o tempo passa. O trabalhador brasileiro, mesmo passando fome, vai sobreviver, mas a política do Inocêncio jamais sobreviverá, porque é uma política pequena e mesquinha e que não está à altura de um representante do povo de Pernambuco.

Sei bem que as ordens do Presidente foram cumpridas. Um dos seus Ministros se gaba de ter morado na Câmara, para que Inocêncio derrubasse o salário verdadeiro do trabalhador brasileiro. Tenho a consciência tranquila, Sr. Presidente, como V. Ex^a tem também. Se V. Ex^a pudesse, o salário seria outro, mas o Congresso já começa a ser vítima com bombas aqui,

bombas ali, por não estar vendo que, além de nós Parlamentares e Ministros, que ganham bem, tem a grande multidão que ganha pessimamente e que não tem como sobreviver e, por isso, se multiplicam as prisões e os assaltos.

Sr. Presidente, poderia eu hoje não estar nesta tribuna. Mas, se não estivesse, não seria eu. Daí ter tido o apoio do Líder do meu Partido, para me permitir que falasse estes minutos ao povo brasileiro, dizendo que nós estivemos sempre com a boa causa, e aqueles que falharam ao povo, inclusive alguns líderes, que combinaram não votar ou permitir a maneira irresponsável de fazer cumprir o Regimento erradamente do Deputado Inocêncio.

Quero agradecer aos Srs. Deputados, porque eles iam votar o salário mínimo verdadeiro no painel, mas proibiram o painel. Teve que ser uma votação simbólica e com as ameaças de quem é valente em algumas horas, mas não é valente nas horas decisivas da Nação.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antônio Carlos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E eu já vi isso várias vezes.

Só um minuto.

Uma vez ele disse que não falaria mais com o Presidente Fernando Henrique no Palácio do Planalto. Cortou relações públicas. Aí passou a conversar no Palácio da Alvorada. Ele achava que o problema era o Planalto, mas no Alvorada ia bater à porta do Senhor Presidente Fernando Henrique. Ele pagará um dia.

Os trabalhadores estão atentos e viram a maneira como ele procedeu porque a televisão ontem mostrou claramente várias vezes os seus arreganhos de violência. Violência própria daqueles que não tiveram a cultura suficiente para entender a grandeza do cargo que ocupam e, sobretudo, o problema social do nosso País.

Sr. Presidente, quero me congratular com todos aqueles Deputados que quiseram votar e não puderam o salário mínimo de R\$384,00 e, ao mesmo tempo, dizer àqueles que ajudaram o Inocêncio que a execração pública virá mais cedo ou mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado de Goiás, adotarei o nome abaixo consignado e integrei a bancada do Partido PMDB.

Nome Parlamentar: **Íris de Araújo**

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2005. – **Íris de Araújo**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB nº 302/2005

Brasília, 18 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação da Senadora Íris de Araújo, como membro titular, nas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Desenvolvimento Regional e Turismo e como membro suplente, na Comissão de Assuntos Sociais – CAS, em vagas existentes.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência designa a Sr^a Senadora Iris de Araújo membro das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Desenvolvimento Regional e de Assuntos Sociais, nos termos do **Ofício nº 302, de 2005**, que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A nobre Senadora Iris de Araújo passa a participar dos nossos trabalhos.

Seja bem-vinda à Casa. É uma honra tê-la novamente participando do processo legislativo do Senado Federal brasileiro.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela

ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela Liderança do PL, se possível antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a usará da palavra após o Senador Sibá Ma-

chado, que falará agora por 12 minutos, por cessão do Senador Almeida Lima.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Tião Viana, Sras e Srs. Senadores, quero dizer à minha brava guerreira Senadora Ana Júlia Carepa que pode contar com todo o apoio desta Bancada em tudo que estiver ocorrendo ou que venha porventura a atormentá-la.

Sr. Presidente, uma das lições que aprendi na minha vida e que preservo muito é reconhecer quando as pessoas têm profunda razão naquilo que falam. Sobre isso, quero me reportar, primeiramente, a um momento de extrema lucidez manifestado nesta Casa pelo Senador Jorge Bornhausen, que nos desafia a todos a contribuir para que aperfeiçoemos aqui as leis que vão normatizar os processos eleitorais.

O desafio foi muito grande e a lucidez foi tão grande que impôs uma rapidez ímpar: o projeto já está praticamente em fase de encerramento dentro do Senado Federal. Não quero me ater aqui a todos os dispositivos, ao eixo central do projeto, não quero discutir isso, porque já tivemos oportunidade de fazê-lo na CCJ e podemos ter oportunidade de fazê-lo ainda no plenário.

Mas há um desafio muito maior. O desafio maior que nós teremos, Sr. Presidente, será o de negociar que esse projeto seja votado em tempo hábil na Câmara dos Deputados. Acho que isso vai requerer uma conversa muito franca, direta, entre os Presidentes das duas Casas, e principalmente entre os líderes das bancadas, para que cheguemos ao final do mês de setembro tendo promulgado uma idéia que eu considero que, de fato, vai dar uma melhor organização aos processos eleitorais. Pode ainda não ser o estágio máximo, digamos assim, do que se espera, mas vai contribuir demais para que possamos ter, já nas eleições de 2006, um novo marco, que, de fato, vai criar uma transparência entre o candidato, o eleitor e o órgão fiscalizador, o Tribunal Superior Eleitoral.

Sr. Presidente, outro assunto que eu gostaria de tratar, mas só a título de esclarecimento, pois não me convém aqui. Estou numa missão, como a que o Senado Federal me deu, de presidir a comissão externa que trata da situação de Rondônia, mas não gosto de abordar assuntos que estão sob investigação. Mas fui impelido a falar um pouco sobre isso, porque é sabido que havia um processo contra o Governador Ivo Cassol, não como Governador, mas como Prefeito do Município de Rolim de Moura, lá em Rondônia. Esse processo foi julgado ontem no Superior Tribunal de Justiça, e ficou muito claro que se trata de um processo quando

ele era Prefeito. O Governador, no meu entendimento, até pelas razões que hoje a conjuntura nacional nos impõe, foi muito cruel comigo. O que estou dizendo publicamente é aquilo que os fatos estão mostrando. Estamos investigando outra coisa que não tem nada a ver com o processo que o STJ estava analisando. Então não cabe aqui qualquer comentário, porque o nosso trabalho não está concluído, Sr. Presidente. Quando concluirmos o nosso trabalho, e o Senador Demóstenes Torres, que é o Relator, apresentar o relatório, aí competirá às pessoas fazerem qualquer tipo de comentário. Então não quero entrar nisso, não quero responder ao Governador, não me interessa esse tipo de coisa, não tenho interesse algum em Rondônia, estou cumprindo uma missão do Senado Federal. Quero encerrar o meu trabalho da melhor maneira possível e vou responder ao tratamento que recebi como uma pessoa que está constrangida com tudo o que está acontecendo.

Mas, Sr. Presidente, sobre as ações do nosso Governo, é importante lembrar que, depois que as CPIs começaram a funcionar, o Brasil inteiro tem ficado muito atento a elas. Ontem, eu estava preparado para falar um pouco disso e quero fazer agora só um pequeno comentário. Não quero ater-me a esse ponto com tanta ênfase. O que sucede, Sr. Presidente? É que essa CPI tomou-se de uma popularidade tamanha que é notório que – se eu estiver errado que me corrijam – semanalmente, a gente sente que é preciso ter um fato novo para a imprensa, é preciso criar uma notícia forte para que as pessoas que estão nas suas casas, que vêm o telejornal, que leem uma revista, que leem o jornal escrito, tenham uma novidade para saber como as coisas estão andando. Isso cria uma ansiedade de prestação de serviços que, em meu entendimento, pode prejudicar a conclusão dos trabalhos.

São duas CPIs que a gente cobra todos os dias, que é preciso as duas se entenderem, é preciso as duas se colocarem nos seus objetos, nos seus focos, prestarem um serviço de qualidade, trazer as pessoas corretas para serem ouvidas, analisar os documentos que têm que ser analisados e, a partir disso, ir construindo um relatório a ser apresentado pelo Relator.

Diante disso, a minha preocupação é que, já nos primeiros momentos, na CPMI dos Correios vimos – e ouvi, tive que ir lá conferir – que documentos que chegaram por intermédio daquebra dos sigilos fiscais e de clientes do banco chegam à nossa CPI visivelmente alterados.

Quando a gente olha um documento que foi grampeado uma vez, por mais que uma pessoa tente acertar um segundo grampo no mesmo lugar, não consegue. E nós vimos que havia sinal de mais de um grampo. E em alguns documentos, dentro da mesma caixa, com

as mesmas condições, nós vimos alguns documentos muito bem organizados e outros misturados. Quem fez isso? Foi dentro do Banco Rural? Foi no caminho do Banco Rural até o Congresso Nacional? Foi dentro da CPI? Isso eu não posso dizer. Mas está lá um problema para ser resolvido.

Em segundo lugar, parte de documentos sigilosos, que a nossa CPI é obrigada a ter sob sua guarda, um documento importante some de dentro das caixas – lá da prateleira do cofre da CPI – e é estampado na capa de um dos jornais no dia seguinte.

Terceiro problema, Sr. Presidente: aparecem notas fiscais vinculadas àqueles papéis apreendidos em Minas Gerais, quando foi denunciado que havia uma pessoa queimando documentos que estaria vinculado às empresas de Marcos Valério. Alguns documentos resgatados desapareceram. Suspeita-se de mais ou menos dez notas que desapareceram.

Outra questão é, numa reunião fechada, numa reunião reservada de uma diligência da CPI, que vai até São Paulo ouvir aquele doleiro, alguém grava a reunião e publica-a.

Então, estou aqui externando esta preocupação porque o meu medo é que cheguemos depois a um relatório, cujas pessoas que poderiam ser incriminadas, punidas, veementemente, encontrarão um álibi, um bode expiatório para se safarem e dizerem que a CPI não tem autoridade para tal coisa.

A outra questão é não trocar os momentos certos para determinadas punições. A citação de nomes de Parlamentares gera muitos incômodos, levando alguns deles a irem à CPI e dizerem para tirar o nome, que não têm nada a ver com isso etc. Creio que não precisamos passar por tudo isso.

Sei que a sociedade brasileira, ao assistir aos depoimentos pela televisão, espera ver a CPI atuando, arrancando o couro de alguém, esganando sua garganta, coisa parecida, que faça a pessoa falar. Sei que o espectador que ver isso, não tolera assistir a um depoente tergiversar, enrolar, mentir, coisa parecida. É muito ruim para quem está em casa ver uma situação como essa. Porém, não podemos fazer nada mais do que estamos fazendo, encontrando provas e trazendo os elementos.

Estou fazendo isso, Sr. Presidente, porque acho que temos condições suficientes para solucionar esses problemas.

Portanto, queria aproveitar aqui do “finalmente”, o que me gerou até um aparte...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Tenho mais dois minutos, Sr. Presidente, fora este?

Continuando, o Senador João Batista Motta afirmou que o País é ingrato e que está encaminhando ao entreguismo. Não posso concordar com isso, mas acho que tem razão num ponto. Se o País não avançar em tecnologias, em modernização de sua produção e vender produtos cada vez mais sofisticados, ou seja, vender tecnologia, informação, com certeza o Brasil, como qualquer outro lugar do mundo, encontrará quem o supere.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Senador, V. Ex^a dispõe de somente mais um minuto.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Concluindo, Sr. Presidente, neste ponto, acho que o Senador tem razão.

Chamo a atenção de todos para o fato de que temos que incentivar o nosso setor produtivo a vender cada vez mais produtos com alto acabamento, com alta capacidade de retorno para trazer aquilo que os ingleses descobriram há muito tempo, que é a chamada balança comercial favorável. Enquanto portugueses e espanhóis avançavam os mares atrás de ouro e prata para ficarem ricos, os ingleses vendiam produtos industrializados, e todo o ouro e a prata, canalizados das Américas, da África e sul da Ásia, eram imediatamente transferidos para os cofres da Inglaterra porque vendia produtos de alto acabamento.

E voltarei no momento oportuno para tratar dos sucessos que considero o Governo Lula.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ribamar Fiquene.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição pelo Partido Socialista Brasileiro para falar após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me? Esqueci de pedir que dê como lida a íntegra desse segundo documento, que não deu tempo de eu falar sobre ele, e incluí-lo no meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Deferido, na forma do Regimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) Pela ordem.) – Peço a minha inscrição como Líder para falar após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aelton Freitas, pela Liderança do PL, para assunto urgente e de interesse partidário. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) Pela Liderança do PL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, pela primeira vez, em dois anos e meio, venho a esta tribuna para protestar publicamente contra a intenção do Ibama de desapropriar terras de grande parte dos produtores rurais do sudoeste do meu Estado para expandir em 130 mil hectares a área de preservação do Parque da Serra da Canastra. Trata-se de uma ampliação extemporânea, que geraria grandes problemas sociais e que, por incrível que pareça, poderia contribuir ainda mais para a degradação do patrimônio natural daquela região.

A área atual do Parque Nacional da Serra da Canastra é de 71 mil hectares, Srs. Senadores. Agora, baseado em um decreto de abril de 1972, 33 anos após, o Ibama publica uma portaria com o novo Plano de Manejo do Parque, prevendo a sua ampliação para 200 mil hectares – sem dizer nada nem por quê –, através da inclusão de uma área de 129 mil hectares, onde sobrevive um contingente significativo da comunidade do entorno.

Quero deixar bem claro aqui que, como engenheiro agrônomo, como ex-presidente da Emater do meu Estado e como mero conhecedor daquela região, daquela situação, jamais seria contrário à preservação do meio ambiente, por entendê-lo como o maior aliado do produtor.

Entretanto, não posso aqui aceitar – e tenho certeza que os meus colegas também não aceitarão – que o Ibama cometa tanto equívoco com os produtores da agricultura familiar, que tiram das terras do entorno da Serra da Canastra o seu sustento e que, sem dúvida alguma, já têm demonstrado uma crescente consciência ambiental em todos os sentidos.

A verdade, Srs. Senadores, é que quem conhece minimamente a área da Serra da Canastra, a nascente do rio São Francisco, no sudoeste de Minas

Gerais, sabe que a área oficial do Parque está muitas vezes mais degradada do que a área que agora o Ibama pretende agregar. Ou seja, em termos práticos, os produtores, em muitos casos, têm feito a preservação mais eficiente do que o órgão governamental.

A ampliação do Parque e a desapropriação que acarretará trará grandes preocupações para os produtores, para as lideranças, para os prefeitos e para nós, Parlamentares, que conhecemos e representamos o Estado e a região, dentre os quais me incluo. Um exemplo desta preocupação foi a realização, nesta manhã, de uma audiência pública conjunta das Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, por iniciativa do nobre Deputado Federal Carlos Melles, promovida especialmente para a discussão do problema. Estiveram presentes representantes, produtores rurais e Prefeitos dos estimados Municípios de Delfinópolis, de Vargem Bonita, de São Roque de Minas, de São João Batista do Glória, de Capitólio, de Sacramento e de Alpinópolis, enfim, todos os Municípios do entorno da Serra da Canastra.

Infelizmente, em virtude da reunião da CPI dos Correios, não pude estar presente durante todo o evento, mas nos contatos realizados pude perceber claramente a angústia de todos os conterrâneos mineiros presentes. E é em respeito e solidariedade a sua luta que faço aqui este pronunciamento, em forma de protesto.

Diretores do Ibama que participaram da audiência alegam que ninguém será retirado ou expulso de suas propriedades sem uma indenização prévia. Mas não é isso que esperamos. Isso não tranquiliza ninguém nem resolve nenhum tipo de problema. A questão que se coloca é que, mesmo recebendo eventuais indenizações, os produtores teriam grandes dificuldades em se manter em outro tipo de negócio, pois sempre trabalharam no campo, e a economia dos Municípios a serem afetados diretamente depende em grande parte da produção rural.

Existe um consenso entre as lideranças regionais do sudoeste de Minas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de que devemos trabalhar para fazer com que o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama revejam essas posições e não insistam em fazer valer o texto de um decreto de mais de trinta anos, desconsiderando toda a evolução histórica das comunidades regionais. Cabe salientar que essas terras não foram ocupadas por má-fé, pois, efetivamente, a área que o Ibama sempre manteve foi de 71 mil hectares e não de 200 mil hectares como pretendem fazer valer agora.

O Ministério do Meio Ambiente e o Ibama precisam compreender que a Serra da Canastra pode e deve ser preservada em parceria com os produtores

rurais que ali vivem e conhecem toda a situação da sua fauna e flora, e não por meio de uma posição de conflito, como está sendo colocado na prática. Se é necessário um novo texto legal para dimensionar de maneira justa a área do Parque Nacional, que isso seja feito de maneira democrática e direcionada para atender adequadamente todas as partes envolvidas.

Hoje pela manhã, o próprio Deputado Fernando Gabeira, conhecido e respeitado defensor do meio ambiente, reconheceu a necessidade de que o redimensionamento do Parque Nacional da Serra da Canastra seja conduzido sem radicalismos por parte dos órgãos ambientais.

Como o meu tempo está escasso, Sr. Presidente, pretendo dar como lido meu discurso.

Por que não se tentar fazer um projeto modelo para aquela região? Como exemplo, o queijo da Canastra é um patrimônio histórico, assim como muitas coisas que há ali, inclusive sua população.

Quero aqui contar com o apoio dos nobres Senadores desta Casa para trabalharmos juntos a fim de que o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente revejam a sua posição, pois seria ineficaz; não nos interessa. Não podemos deixar que esta pretensão aconteça.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DO SR. SENADOR AELTON FREITAS

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. presidente, Srs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para protestar publicamente contra a intenção do Ibama em desapropriar terras de grande parte dos produtores rurais do Sudoeste de Minas Gerais, para expandir em 130 mil hectares a área de preservação do Parque Nacional da Serra da Canastra. Trata-se de uma ampliação extemporânea, que geraria grandes problemas sociais e que, por incrível que pareça, poderia contribuir para degradar ainda mais o patrimônio natural da região.

A área atual do Parque Nacional da Serra da Canastra é de 71 mil hectares. Agora, baseado em um decreto de abril de 1972, 33 anos depois o Ibama publicou uma portaria com um novo Plano de Manejo do Parque, prevendo a sua ampliação para 200 mil hectares, através da inclusão de uma área de 129 mil hectares onde sobrevive um contingente significativo da comunidade do entorno.

Quero deixar bem claro que, como engenheiro agrônomo, jamais seria contrário à preservação do meio ambiente, por entendê-lo como o maior aliado do produtor. Entretanto, não posso aceitar que o Ibama cometa um equívoco contra produtores de agricultura familiar que tiram das terras do entorno da Serra da

Canastra o seu sustento e que, sem dúvida alguma, já têm demonstrado uma crescente consciência ambiental.

A verdade, Srs e Srs. Senadores, é que, quem conhece minimamente a área da Serra da Canastra no Sudoeste de Minas, sabe que a área oficial do Parque está mais degradada do que a área que agora o Ibama quer agregar. Ou seja, em termos práticos, os produtores têm, em muitos casos, feito uma preservação mais eficiente do que o órgão governamental.

A ampliação do Parque e a desapropriação que acarretará traz grandes preocupações para os produtores, lideranças, prefeitos e parlamentares que conhecem e representam a região, dentre os quais me incluo. Um exemplo desta preocupação foi a realização, nesta manhã, de uma audiência pública conjunta das Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, por iniciativa do nobre Deputado Federal Carlos Meles, promovida especialmente para a discussão do problema. Estiveram presentes representantes, produtores rurais e prefeitos dos estimados municípios de Delfinópolis, Vargem Bonita, São Roque de Minas, São João Bastista do Glória, Capitólio, Sacramento e Alpinópolis.

Infelizmente, em virtude da reunião da CPI dos Correios, não pude estar presente durante todo o evento, mas nos contatos realizados pude perceber claramente a angústia dos conterrâneos mineiros. E é em respeito e solidariedade à sua luta que faço este pronunciamento.

Diretores do Ibama que participaram da audiência alegam que ninguém será retirado ou expulso de suas propriedades sem uma indenização prévia. Mas isto não tranquiliza e nem resolve o problema. A questão que se coloca é que, mesmo recebendo eventuais indenizações, os produtores teriam grande dificuldade em se manter em outro tipo de negócio, pois sempre trabalharam no campo e a economia dos municípios a serem afetados depende em grande parte da produção rural.

Existe um consenso entre as lideranças regionais do Sudoeste de Minas que devemos trabalhar para fazer com que o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama revejam suas posições e não insistam em fazer valer o texto de um decreto de mais de 30 anos, desconsiderando toda a evolução histórica de comunidades regionais. Cabe salientar que essas terras não foram ocupadas por má fé, pois, efetivamente, a área que o Ibama sempre manteve foi de 71 mil hectares, e não de 200 mil hectares com quer fazer valer agora.

O Ministério do Meio Ambiente e o Ibama precisam compreender que a Serra da Canastra pode e deve ser melhor preservada em parceria com os produtores

rurais, e não através de uma posição de conflito. Se é necessário um novo texto legal para dimensionar de maneira justa a área do Parque Nacional, que isto seja feito, de maneira democrática e direcionada para atender adequadamente todas as partes envolvidas.

Hoje pela manhã, o próprio Deputado Fernando Gabeira, conhecido e respeitado defensor do meio ambiente, reconheceu a necessidade de que o redimensionamento do Parque Nacional da Serra da Canastra seja conduzido sem radicalismos por parte dos órgãos ambientais do governo. Deve-se se chegar a um acordo com as comunidades locais que garanta a preservação e o desenvolvimento sustentável, envolvendo a população como co-responsável pela integridade do parque. Como bem questionou o deputado Gabeira, porque não se tentar fazer um projeto modelo na região? Basta que os órgãos ambientais se sensibilizem com os apelos dos parlamentares e busquem um diálogo consistente com os produtores do Sudoeste de Minas.

As belezas naturais da Serra da Canastra devem ser preservadas e potencializadas para o ecoturismo, mas o patrimônio cultural formado ao seu redor não pode ser desprezado. O nosso queijo canastra, produzido pelos agricultores da região, é patrimônio histórico brasileiro. São os fazendeiros que abrigam animais típicos da região, que hoje fogem das queimadas ocorridas em áreas controladas pelo Ibama, pois o órgão não dispõe de recursos para realizar uma fiscalização eficiente.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, e cidadãos mineiros que nos acompanham, declaro publicamente o meu apoio à manutenção do patrimônio humano e cultural construído no entorno da Serra da Canastra. Os meus conterrâneos do Sudoeste de Minas podem ter certeza que, juntamente com os demais parlamentares da região, estaremos trabalhando para fazer com que o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente vejam com outros olhos as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na região. Uma ampliação do Parque Nacional da Serra da Canastra nos moldes já propostos pelo Ibama seria ineficaz, não nos interessa e não podemos deixar acontecer.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao eminente Líder da Minoria, Senador José Agripino, por cinco minutos, e, em seguida, ao eminente Senador Teotônio Vilela Filho, por doze minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e

Srs. Senadores, domingo passado foi dia de jogo de futebol na Granja do Torto. Parecia que estava tudo às mil maravilhas no País, Senadora Íris de Araújo. O Presidente, de camiseta, de calção, de joelheira, todo apetrechado, postava-se no gol, Senador Mozarildo Cavalcanti, aguardando as bolas que vinham, na posição de goleiro. Levou uns frangos. Foi o que a tevê mostrou. Faz parte. Eu digo isso, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, para recuperar um pouco desses dois anos e meio de governo até chegarmos aos fatos de hoje.

Sua Excelência o Presidente da República gosta muito de fazer metáforas e de construir representações à imagem e semelhança de jogo de futebol. Ele se arvora a condição de técnico, que é. Técnico que escala o time, como escalou; que designa o capitão do time, como designou. E até identificou um consultor técnico, o seu Zagalo. O time é o seu grupo de Ministros, de auxiliares, os petistas, o Estado aparelhado, o modelo PT de governar. O capitão do time, com a faixa preta no braço para todo o Brasil conhecer e aplaudir ou vaiar, era o ex-Ministro José Dirceu. Ninguém tenha dúvida sobre isso. O consultor técnico, Senador Mozarildo, Senador Teotônio Vilela, muitas vezes foi até confundido com Ministro. V. Ex^a se lembra bem de que Duda Mendonça, num dado momento, de tanto aparecer no Palácio do Planalto e se confundir com as funções da Secom, foi tido como um Ministro sem Pasta, um Ministro **pro forma**. Lembra?

O time estava jogando, orquestrado pelo Presidente da República, o grande técnico. Recebia o tempo todo instruções do técnico, que trabalhava sempre em sintonia com o capitão do time, assessorado nos momentos de dificuldade pelo consultor técnico Duda Mendonça. O capitão do time era José Dirceu. De repente, não mais que de repente, o time começa a trocar os pés pelas mãos.

É preciso que se registre que esse time sempre jogou sob a regência do técnico, do Presidente. Nunca ouvi falar, nunca, que técnico de futebol não soubesse o que estava fazendo com seus jogadores. Não conheço, não faço a menor idéia. Era um time, como o Presidente dizia, orquestrado por ele, que era o técnico; tinha um capitão com uma tarja preta no braço, que era José Dirceu, e um assessor técnico, havido pelo Brasil inteiro como respeitado, o publicitário Duda Mendonça. Não se pode admitir que o técnico não soubesse o que o time estava fazendo. Até porque as ordens eram dele. Em qualquer time de futebol, as ordens são do técnico. É quem muda a estratégia, quem muda a forma de jogar, quem passa do ataque para a defesa, da defesa para o ataque, quem sabe a hora de fazer o gol, é ele quem sabe tudo.

De repente, na hora em que o time é pilhado no malfeito, na hora em que as caneladas explícitas acontecem, em que a Nação o flagra, a começar do Sr. Maurício Marinho, ele entra em conflito com seu time, como se pudesse. E de repente, não mais que de repente, ele começa a se distanciar de seu time, como que se afastando de seu Governo e de seu Partido, Sr. Presidente. É aí que quero fazer algumas considerações: ele está claramente procurando se distanciar de seu PT, de seu Partido, querendo fazer uma diferença de seu Partido, que tem um novo Presidente, um novo candidato a Presidente, que pede desculpas ao País. O PT pede desculpas ao País, mas não abre processo sobre nenhum dos denunciados.

Vejam que jogo de faz-de-conta: o Presidente começa se afastar do seu Partido, como se fosse possível o País entender Lula se afastar do PT; e o PT, por sua vez, pede desculpas ao País, depois de Lula pedir aquelas desculpas insinceras. O PT pede desculpas, como se o País fosse aceitar as desculpas desse Partido, que não abriu processo contra nenhum dos denunciados. Mais uma vez, desculpas da boca para fora.

E começa a se distanciar do próprio Governo. Que Governo? Defenestra o técnico José Dirceu, se aparta de Duda Mendonça...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Vou terminar, Sr. Presidente.

Na hora em que se aparta do capitão do time, José Dirceu – estou vendo e quero fazer o registro –, a agência France Press, agora à tarde, Senadora Iris de Araújo, registra uma declaração do Deputado José Dirceu: “Lula é quem tem que dizer quem o traiu”. Porque Lula, no pronunciamento que fez, disse que estava traído, que havia traidores.

Eu sempre disse, Senador Mão Santa, que a verdade ia aparecer – e vai aparecer, se Deus quiser – na disputa que se vai estabelecer ou que está estabelecida entre o PT bom e o PT ruim, “entre credor e devedor”. Pois José Dirceu desafiou o Presidente da República, o técnico defenestrado desafiou o Presidente. E com a palavra o Presidente.

(*Interrupção do som.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Repito o que José Dirceu disse: “Lula é quem tem que dizer quem o traiu”. E com a palavra o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Não sei se terei tempo, mas ouvirei V. Ex^a com o maior prazer. Permita-me apenas concluir.

Duda Mendonça foi defenestrado das condições de marqueteiro do Palácio do Planalto – não tem mais contrato nenhum –, mas veio à Comissão Parlamentar de Inquérito, fez declarações, e eu vou dar uma ajuda. Aliás, dei uma ajuda: fui ontem à Procuradoria Geral da República e pedi ao Procurador que ajuíze uma ação de investigação judicial eleitoral em função das declarações de Duda Mendonça e arvorado no pensamento que tenho, amparado no art. 21 da Lei Eleitoral, que diz que o único responsável pelas prestações de conta de campanha é quem a assina – ou o próprio ou quem ele mandou. E o próprio é o candidato.

Não adianta Lula...

(*Interrupção do som.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Não adianta Sua Excelência, o Presidente Lula, pensar que, pelo fato de ser Presidente, está acima do bem e do mal e que não deve explicações. Deve, sim. As contas que ele apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral estão confrontadas pelas declarações de Duda Mendonça.

E vai estabelecer-se agora um outro conflito de opiniões e posições. Uma é de José Dirceu, que declarou – vou repetir – à agência France Press: “Lula é quem tem que dizer quem o traiu”. Com a palavra o Presidente. E agora, na ação judicial eleitoral que propus e que espero que o TSE julgue, vai estabelecer-se o confronto para saber quem tem razão. Duda Mendonça disse que foi contratado por R\$25 milhões; recebeu R\$14 milhões no Brasil – parte legal e parte ilegal – e os restantes R\$11 milhões inteiramente ilegais no exterior. Resta saber se essas contas estão registradas na prestação de contas do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Com a palavra o Presidente.

Eu sempre disse...

(*Interrupção do som.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Vou terminar, Sr. Presidente.

Eu sempre disse que esses assuntos serão esclarecidos com o passar do tempo – e acredito que estarei certo –, na medida em que as pessoas do PT bom se contraponham às pessoas do PT ruim e na medida em que os credores se contraponham aos devedores. Está posto o diálogo, e o Brasil espera: José Dirceu **versus** Lula; Duda Mendonça **versus** Lula.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Com a palavra o nobre Senador Teotônio Vilela Filho.

S. Ex^a dispõe de 12 minutos.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quem acompanha os depoimentos e os desdobramentos das CPIs

no Congresso não tem dúvidas: a crise é grave, com desdobramentos cada vez mais impensáveis e inquietantes. Quem acompanha os comícios do Presidente da República, Brasil afora, também não tem dúvidas: a campanha começou, mais de 14 meses antes das eleições, mais de 11 antes do prazo permitido pela lei.

Qualquer promotor da mais remota comarca brasileira veria clara propaganda eleitoral fora de época nas faixas que o Governo encomendou para recepcionar o Presidente em Garanhuns, no interior de Pernambuco, para citar apenas uma das últimas incursões eleitorais de Sua Excelência.

Qualquer Presidente cumpriria o dever de mandar retirá-las, por apreço à lei. O Presidente Lula não o fez.

Entre a gravidade dos fatos e dos desdobramentos da CPI e os comícios inconseqüentes do Presidente, ficam certezas igualmente graves. A Presidência está vaga, até porque o Presidente que nada sabe, nada vê, nada decide, nada manda, agora também nada faz, a não ser campanha eleitoral fora de época.

Há tanta letargia que a mera liberação de verbas orçamentárias é saudada e efusivamente festejada como sinal efetivo de que existe Governo. Há tanta lerdeza na Administração Federal, Sr. Presidente, que, por falta de regras claras e transparentes e por excesso de intervencionismo e dirigismo estatal, nos últimos 30 meses não se iniciou nenhum grande projeto na área de geração de energia. Não é preciso sequer enxergar longe para antever um apagão à vista, que só não preocupa o Governo, pois este já não existe.

Não se sabe hoje o que é pior, se a crise moral que enlameia o presente ou a crise administrativa e gerencial que compromete o futuro próximo e as chances de desenvolvimento.

O Presidente age como se nada tivesse a ver com a crise que choca o País e imobiliza a administração. Ora ensaiá ameaças veladas de instabilidade da própria economia, vulnerável e frágil, segundo ele, na contramão do discurso de seu próprio Ministro da Fazenda, para quem os fundamentos da economia são sólidos e estáveis. Noutra hora, o Presidente parece querer encarnar um chavismo despropositado, acenando ou ameaçando com a mobilização de sindicatos, de taxistas, de operários e do movimento social, enfim. Num e noutro momento, o Presidente se comporta como se não houvesse qualquer crise política; como se o Brasil não estivesse absolutamente perplexo diante do que ouve e descobre a cada dia; como se o mundo não dirigisse os holofotes e aumentasse suas lutas em relação aos escândalos que se multiplicam no Governo e no Partido do Governo do Brasil.

Os mercados, num primeiro momento, pareceram temer a retórica presidencial: a bolsa despencou, o dólar subiu, o risco-país subiu mais ainda. Mas, depois, todo mundo se acostumou com esse palanquismo, e felizmente ninguém mais levou a sério esses discursos do Presidente.

Os jornais noticiam que o Governo instalou e até já reuniu o que se está chamando de gabinete da crise, que não se sabe ao certo o que virá a ser. Mas, pelo noticiário, não promete muito, pois sua primeira recomendação foi de que o Presidente calasse, sem fornecer as explicações minimamente convincentes que o País exige. Não se sabe se o Presidente cala porque tem vergonha do que está à sua volta ou porque desconhece a extensão do lamaçal e a profundidade do pântano em que aprisionaram seu Governo e seu Partido.

O grave, Sr. Presidente, é que, se o Presidente da República age e se comporta como sequer existisse crise, não há como gerenciá-la. Não há como estabelecer uma interlocução com os setores responsáveis desta Casa, do Congresso Nacional e da sociedade com vistas a atravessar toda essa turbulência política. Isto é o que mais inquieta: não se vê saída, não se vê luz qualquer à frente. Não há horizontes de tempo, apenas cenários de lama. Não há interlocutores na crise, apenas testemunhas, depoentes, investigados e investigadores.

O que de construtivo se vai tirar para o futuro institucional, Sr. Presidente? O que vai sobrar da crise além de denúncia e desmoralização, de constrangimento e desesperança?

O Congresso Nacional não pode se furtar a investigar, e investigar com rigor e absoluta e inconfundível profundidade, todos os desmandos e escândalos, que não param de chocar a opinião pública. Mas, em circunstância alguma, o Congresso pode-se conformar em virar delegacia de polícia. Essa sucessão de CPIs compõe uma circunstância dolorosa da vida nacional, mas não pode ser uma condenação consentida no cenário institucional. Não somos delegados de polícia, por mais respeito e admiração que eles nos mereçam.

Outras crises já sofremos. Outras CPIs já tivemos. Além da punição de culpados eventuais, o País espera dessas Comissões propostas concretas de aperfeiçoamento legal e institucional, que evitem no futuro a repetição dos problemas investigados.

Dessa crise, o que poderá sair, se o Governo, por exemplo, parece ignorá-la? No mundo de palanques, de comícios, no Brasil de faz-de-conta em que se refugia o Presidente da República, os áulicos deverão perguntar: "Crise, que crise? Escândalos, que escândalos?"

Estamos a menos de dois meses do prazo final para qualquer mudança na legislação para o pleito do próximo ano, Sr. Presidente. Fala-se, mas apenas se fala, em reforma política. Fala-se, mas apenas se fala, em financiamento público de campanhas. Discutem-se os mais contraditórios itens de uma reforma política que parece urgente e inadiável, mas cada vez menos consensual.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Já vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – V. Ex^a tem mais dois minutos.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Mas o que há sobre a mesa, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou hoje, é uma proposta de normas pontuais sobre as próximas eleições, marcadas pela crise, contingenciadas pelos escândalos.

Sr. Presidente, se o Governo não governa, não propõe, não formula, não debate, cabe ao Congresso assumir suas responsabilidades. É preciso criar mecanismos de gerenciamento dessa crise. É preciso, sobretudo, não perder de vista a oportunidade ímpar de avançar institucionalmente, de propor uma legislação que evite, no futuro, delúbios e valérios; que previna a ocupação predatória das estruturas de Estado por parte de partidos e a perigosa confusão entre partido e governo – como o PT está fazendo com o Governo Lula ou fez até recentemente.

Renúncias e cassações, denúncias e investigações podem ser inevitáveis. Mas essa não é a função primordial do Congresso, que tem a obrigação de legislar, de montar um arcabouço legal e institucional do País, de prevenir crises e de apontar saídas institucionais. É isso o que nos cabe, é isso o que temos de fazer, mesmo que o Governo continue paralisado e que o Presidente só pense em campanha.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, peço que dê como lido o restante do meu pronunciamento.

**SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIA-
MENTO DO SR. SENADOR TEOTÔNIO VI-
LELA FILHO.**

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, quem acompanha os depoimentos e os desdobramentos das CPIs no Congresso não tem dúvidas: a crise é grave, com desdobramentos cada vez mais impensáveis e inquietantes. Quem acompanha os comícios do presidente da República, Brasil afora,

também não tem dúvidas: a campanha começou. Mais de quatorze meses antes das eleições, mais de onze antes do prazo permitido pela lei.

Qualquer promotor da mais remota comarca brasileira veria clara propaganda eleitoral fora de época nas faixas que o governo encomendou para recepcionar o presidente em Garanhuns, no interior de Pernambuco, para citar apenas uma das últimas incursões eleitorais de sua excelência.

Qualquer presidente cumpriria o dever de mandar retirá-las, por apreço à lei.

Entre a gravidade dos fatos e dos desdobramentos da CPI, e dos comícios inconseqüentes do presidente, ficam certezas igualmente graves. A presidência está vaga, até porque o presidente que nada sabe, nada vê, nada decide, nada manda, agora também nada faz. A não ser campanha eleitoral fora de época.

Há tanta letargia que a mera liberação de verbas orçamentárias é saudada e efusivamente festejada como sinal efetivo de que existe governo. Há tanta lerdade na administração federal que, por falta de regras claras e transparentes, e por excesso de intervencionismo e dirigismo estatal, nos últimos 30 meses não se iniciou nenhum grande projeto na área de geração de energia. Não é preciso sequer enxergar longe para antever um apagão à vista, que só não preocupa o governo, pois esse já não existe.

Não se sabe hoje o que é pior, se a crise moral que enlameia o presente ou a crise administrativa e gerencial que compromete o futuro próximo e as chances de desenvolvimento.

O presidente age como se nada tivesse a ver com a crise que choca o país e imobiliza a administração. Ora ensaiá ameaças veladas de instabilidade da própria economia, vulnerável e frágil, segundo ele, na contramão do discurso de seu próprio Ministro da Fazenda, para quem os fundamentos da economia são sólidos e estáveis. Noutra hora, o presidente parece querer encarnar um chavismo despropositado, acenando ou ameaçando com a mobilização de sindicatos, taxistas e operários e do movimento social, enfim. Num e noutro momento, o presidente se comporta como se não houvesse qualquer crise política, como se o Brasil não estivesse absolutamente perplexo diante do que ouve e descobre a cada dia. Como se o mundo não dirigisse os holofotes e aumentasse suas lutas em relação aos escândalos que se multiplicam no governo e no partido do governo do Brasil.

Os mercados, num primeiro momento, pareceram temer a retórica presidencial: a bolsa despencou, o dólar subiu, o risco país subiu mais ainda. Mas depois todo mundo se acostumou com esse palanquismo e, felizmente, ninguém mais o levou a sério.

Os jornais noticiam que o Governo instalou e até já reuniu o que se está chamando de gabinete da crise, que não se sabe ao certo o que virá a ser. Mas, pelo noticiário, não promete muito, pois sua primeira recomendação é de que o presidente calasse, sem fornecer explicações minimamente convincentes, que o país exige. Não se sabe se o presidente cala porque tem vergonha do que está à sua volta ou porque desconhece a extensão do lamaçal e a profundidade do pântano em que aprisionaram seu governo e seu partido.

O grave é que se o presidente age e se comporta como sequer existisse crise, não há como gerenciá-la. Não há como estabelecer interlocução com setores responsáveis do Congresso e da sociedade com vistas a atravessar toda essa turbulência política. Isso é o que mais inquieta: não se vê saída, não se vê luz qualquer à frente. Não há horizontes de tempo, apenas cenários de lama. Não há interlocutores na crise, apenas testemunhas, depoentes, investigados e investigadores. O que de construtivo se vai tirar para o futuro institucional? O que vai sobrar da crise, além de denúncia e desmoralização, de constrangimento e desesperança?

O Congresso não pode se furtar a investigar, e investigar com rigor e absoluta e inconfundível profundidade, todos os desmandos e escândalos que não param de chocar a opinião pública. Mas em circunstância alguma o Congresso pode se conformar em virar delegacia de polícia. Essa sucessão de CPIs compõe uma circunstância dolorosa na vida nacional, mas não pode ser uma condenação consentida no cenário institucional. Não somos delegados de polícia, por mais respeito e admiração que eles nos mereçam.

Outras crises já sofremos. Outras CPIs já tivemos. Além da punição de culpados eventuais, o País espera dessas Comissões propostas concretas de aperfeiçoamento legal e institucional, que evitem no futuro a repetição dos problemas investigados. Dessa crise o que poderá sair, se o governo, por exemplo, parece ignorá-la? No mundo de palanques, de comícios, no Brasil de faz-de-conta em que se refugia o presidente da República, os áulicos deverão perguntar: crise, que crise? Escândalos, que escândalos?

Estamos a menos de dois meses do prazo final para qualquer mudança na legislação para o pleito do ano que vem. Fala-se, mas apenas se fala, em reforma política. Fala-se, mas apenas se fala, em financiamento público de campanhas. Discutem-se os mais contraditórios ítems de uma reforma política que parece urgente e inadiável, mas cada vez menos consensual. Mas o que há sobre a mesa, e que a Comissão de Constituição de Justiça do Senado aprovou hoje, é uma proposta

de normas pontuais sobre as próximas eleições, marcadas pela crise, contingenciadas pelos escândalos. É um conjunto de regras talvez até necessárias e importantes, mas insuficientes para modificar o pano de fundo dos problemas atuais, que é o financiamento da campanha e suas prestações de contas.

Confesso que as experiências anteriores de leis sugeridas pelas crises e aprovadas a toque de caixa mais agravam que resolvem problemas. Quando nada são apenas inócuas ou nada contribuem para as soluções a que se propuseram.

E da legislação que daqui sair dependerá muito não apenas a legitimidade das próximas eleições, mas sobretudo o ânimo da cidadania em relação ao processo eleitoral.

Se nada for feito, e com muita urgência, as próximas eleições serão balizadas pela mesma legislação consensualmente ultrapassada e inadequada. O que aumenta a responsabilidade do Legislativo.

Se o governo não governa, não propõe, não formula, não debate, cabe ao Congresso assumir suas responsabilidades. É preciso criar mecanismos de gerenciamento dessa crise. É preciso, sobretudo, não perder de vista a oportunidade ímpar de avançar institucionalmente, de propor uma legislação que evite, no futuro, delúbios e valéries; que previna a ocupação predatória das estruturas de Estado por parte de partidos e a perigosa confusão entre partido e governo.

Renúncias e cassações, denúncias e investigações podem ser inevitáveis. Mas essa não é a função primordial do Congresso, que tem a obrigação de legislar, de montar um arcabouço legal e institucional do País, de prevenir crises e de apontar saídas institucionais. É isso o que nos cabe, é isso o que temos de fazer. Mesmo que o governo continue paralisado e que o presidente só pense em campanha.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Gilberto Goellner, por dez minutos.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs^{as}s e Srs. Senadores, após um curto período de euforia, a agropecuária brasileira está enfrentando a pior crise dos últimos tempos. Essa crise é resultado, basicamente, da drástica queda na cotação das *commodities* agrícolas no mercado internacional, principalmente a soja, o milho, o algodão, o trigo e o arroz; da expressiva elevação dos custos da produção no Brasil; e, sobretudo, da brutal desvalorização do dólar frente ao real.

Afora esses fatores, os produtores tiveram de enfrentar, em algumas regiões, longos períodos de seca;

em outras, excesso de chuvas; e mais: os produtores de soja tiveram ainda de gastar além do previsto para combater a ferrugem asiática.

Sr. Presidente, quem conhece o trabalho no campo ou quem vive nele sabe que a crise deste ano é diferente das anteriores. A crise deste ano decorre da queda brusca de renda do produtor rural a ponto de não lhe permitir fechar suas contas. Ano passado, cada produtor fez a sua programação: comprou máquinas, equipamentos, insumos necessários à plantação daquela safra com base no dólar cotado a R\$3,20, a R\$3,50. Quando esse mesmo produtor foi vender este ano a produção, o dólar já estava valendo R\$2,60, R\$2,50; agora, cotado abaixo de R\$2,40, ou abaixo até de R\$2,30.

Sr. Presidente, a conjunção desses aspectos negativos refletiu-se, imediata e dramaticamente, nas finanças do produtor rural, e a sua quase totalidade acabou contabilizando receitas menores do que as despesas, o que tem inviabilizado por completo o acerto de suas dívidas com os fornecedores e financiadores da produção.

O impasse reside no fato de, se o produtor não quitar ou renegociar a sua dívida atual, acabará não tendo como custear a próxima safra e, sem a safra, não poderá pagar suas dívidas. Forma-se aí um pernicioso círculo vicioso, que, se não for, de alguma forma, rompido imediatamente, levará o produtor rural à insolvência, com o consequente agravamento da crise do campo.

Hoje, no Estado de Mato Grosso, onde sou produtor há 25 anos, pela primeira vez, vi produtores falindo completamente, perdendo todos os seus bens.

O reflexo dessa situação vai-se tornando evidente de acordo com estudos realizados pela Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil, CNA, e pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo. Esses estudos indicam que o PIB da atividade primária da agropecuária já teve uma retração de cerca de R\$15 bilhões em comparação com os resultados do ano passado e que o faturamento dos 25 principais produtos agrícolas caiu, de janeiro a junho deste ano, R\$27,6 bilhões, o que significa queda de 15%. Prevê-se que a próxima safra seja menor que 100 milhões de toneladas, contra os 112 milhões de toneladas dessa última safra.

Em Mato Grosso, Estado cuja economia se assenta, predominantemente, na atividade agropecuária, já vêm ocorrendo demissões em massa de empregados em quase a totalidade das cidades do interior. Nelas já se assiste a uma situação de desespero por parte dos trabalhadores e de suas famílias. Em muitos desses municípios, os desempregados, para sobreviverem,

acabam se enveredando pelos caminhos do crime e da delinquência, levando intranqüilidade às populações locais. As receitas municipais já experimentam uma queda de 30%, em média, na sua arrecadação, o mesmo se dando na receita estadual. Isso estrangula a administração pública.

A gravidade da crise foi demonstrada por ocasião da grande manifestação denominada “Tratoraço – Alerta do Campo”, realizada em Brasília no final do mês de junho, quando cerca de 25 mil produtores rurais de diversos Estados brasileiros vieram a esta cidade para tentar sensibilizar a sociedade e o Governo Federal a respeito da necessidade de se implementarem novos instrumentos de apoio ao setor rural.

Na oportunidade, pequenos comitês das confederações representativas do setor rural, com o apoio e a participação efetiva de deputados federais e de senadores ligados ao agronegócio brasileiro, foram recebidos em audiência pelo Presidente Lula e por autoridades do Governo Federal, a quem apresentaram as reivindicações do setor.

Entretanto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, nós, que estamos no campo, em contato direto com o produtor rural, sentimos que, até o momento, pouco foi operacionalizado. A inquietação é generalizada no meio rural. Algumas medidas que haviam sido anunciadas não saíram do papel e outras não foram sequer colocadas no papel.

A prorrogação para 2006 do prazo do pagamento das dívidas de custeio com vencimento neste ano não foi ainda autorizada pelo Conselho Monetário Nacional e teme-se que as condições a serem oferecidas não atendam as reais necessidades dos produtores e sejam, portanto, inócuas. A linha de crédito do BNDES criada para viabilizar o refinanciamento dos débitos dos produtores com o setor privado, chamado de “FAT-Giro Rural”, vem tendo enormes dificuldades para ser operacionalizada; a liberação dos recursos para apoiar a comercialização de produtos que estejam com problemas de preço no mercado, entre eles o arroz, só foi parcialmente efetivada. A prorrogação do prazo para pagamento das parcelas de 2005 das operações securitizadas, do Pesa, do Recoop, bem como outras medidas de fundamental importância, como, por exemplo, a que viabiliza o seguro agrícola, parece que nem sequer foram discutidas pelo Governo Federal.

Ora, diante desse quadro de crise e de incertezas, o produtor rural não teve outra opção senão se retrair. Faltando alguns poucos meses para o início da próxima safra, a maioria deles não teve condições nem de adquirir os fertilizantes, os corretivos, os defensivos e os insumos necessários. O temor do produtor rural é

de que seja atropelado pela carência de tempo, uma vez que o período de plantio é imutável e só obedece ao calendário agrícola.

O calendário agrícola não pode se subordinar a imperativos políticos, nem à votação pelo Congresso Nacional da LDO ou de qualquer matéria de interesse do Governo, como podem imaginar alguns.

Sr. Presidente, como Senador recentemente empossado nesta Casa, mas convededor antigo da dinâmica do meio rural e estando profundamente comprometido com a dinâmica do meio rural, sinto-me no dever de, neste meu primeiro pronunciamento, deixar registrado o meu alerta ao Governo Federal quanto à gravidade da crise e ao risco de que ela provoque um lamentável retrocesso na agropecuária brasileira.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Gilberto, permite-me um aparte? V. Ex^a ainda tem mais dois minutos de tolerância ainda.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT)
– Pois não.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Quero, primeiro, cumprimentá-lo, porque V. Ex^a está há poucos dias aqui no Senado e substitui muito bem o Senador Jonas Pinheiro. V. Ex^a é produtor, como Jonas Pinheiro. Acompanhei, ontem, na Comissão de Agricultura, os depoimentos de V. Ex^a. Mato Grosso pode se orgulhar deste Senador que está na tribuna, se orgulhar de Gilberto, porque, assim como Jonas Pinheiro, que aqui defendia os agricultores, V. Ex^a também defende. Eu não sou agricultor, mas tenho um compromisso com a agricultura brasileira, especialmente com o Estado de Santa Catarina. Também ontem também deixamos registrada a nossa revolta com o Governo Federal, por não dar sustentação aos nossos agricultores. Estão beneficiando agricultores de outros países, como os da Argentina e de outros lugares, mas não os nossos agricultores. Então ficam aqui os meus cumprimentos pelo excelente trabalho que desempenha nesses poucos dias aqui no Senado Federal. Parabéns, Senador.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan. Sei o quanto é difícil representar aqui, por quatro meses, o Senador Jonas Pinheiro.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Deixo aqui o nosso alerta ao Governo Federal quanto à gravidade da crise e ao risco que ela provoque um lamentável retrocesso na agropecuária brasileira. Sinto-me também no dever de apelar ao Governo para que sejam implementadas as medidas para evitar um lamentável retrocesso e que esta crise de agora cause maiores e irreparáveis danos à condição financeira de cada agricultor, ao bolso do consumidor

na cidade, aos trabalhadores e à economia do País como um todo.

Não podemos jogar por terra anos de esforço...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Peço a V. Ex^a que conclua em um minuto.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Concluindo, não podemos jogar por terra anos de esforço e de investimento na agropecuária e matar a galinha dos ovos de ouro da economia brasileira.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Gilberto Goellner, o Sr. Ribamar Fiquene, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício A.L. nº 72/2005

Brasília, 18 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, de acordo com o disposto no artigo 7º, parágrafo 2º, do Regimento Interno, a partir desta integrarei a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

Respeitosamente, – Senador **Almeida Lima**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 905, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 346, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005 – Senador **Aloizio Mercadante**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item VIII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 906, DE 2005

Nos termos do art. 119 do Regimento Interno, requeiro a dispensa de parecer da Comissão de Educação para o PLS nº 148 de 2005, que “regulamenta as relações entre a internet e a propaganda eleitoral e dá outras providências”, a fim de que a matéria seja reencaminhada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e assim, possa ser analisada juntamente com outras que pretendem modificar o processo eleitoral, principalmente porque o prazo para que as novas regras passem a valer já nas próximas eleições está se esgotando.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005. – Senadora **Serys Shchessarenko**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana, Bloco/PT – AC)

– O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea **c**, item V, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 907, DE 2005

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Solene a ser realizada no dia 15 de setembro, às 10 horas da manhã, a fim de celebrar os 20 anos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005.

Serys Shessarenko
Senadora Serys Shessarenko (PT/MT)

José Sarney
Senador José Sarney (PMDB/AP)

Renan Braga

Edinho

Waldemar Vaz

Roberto Requião

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana, Bloco/PT – AC)

- O requerimento lido será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana - Bloco/PT - AC)

– A Presidência lembra ao Plenário que a primeira hora da sessão de amanhã será dedicada a homenagear a maçonaria brasileira pelo Dia do Maçom, de acordo com

o Requerimento nº 744, de 2005, do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana, Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 908, DE 2005

Senhor Presidente,

Na forma do disposto no art. 76, § 1º, do Regimento Interno, requeremos prorrogação, por sessenta dias, do prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial destinada a apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005. – Senador **Marco Maciel**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana, Bloco/PT – AC)

– O requerimento lido será apreciado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana, Bloco/PT – AC)

– A Presidência informa que, em virtude da edição da Medida Provisória nº 259, de 21 de julho último, que alterou a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e tendo em vista, ainda, o disposto no art. 50 da Constituição, que prevê que os requerimentos de informações poderão ser dirigidos “a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República”, determinou a modificação dos destinatários dos seguintes requerimentos:

- o de nº **324, de 2005**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, endereçado ao Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, será enviado ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República;
- o de nº **693, de 2005**, de autoria do Senador José Jorge, endereçado ao Secretário Especial dos Direitos Humanos, será enviado ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; e
- o de nº **701, de 2005**, de autoria do Senador José Jorge, endereçado ao Chefe da Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, será enviado ao Chefe da Secretaria de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a Mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 903, DE 2005

Nos termos regimentais e conforme as tradições da Casa, requeiro, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do pediatra Eduardo Luiz Mouzinho Mariz, ex-integrante do Quadro Médico do Senado Federal, ocorrido ao anoitecer de ontem, dia 17 de agosto, nesta Capital, dessa decisão dando ciência à família do conceituado médico.

Descendia Eduardo Mariz de tradicional família potiguar, filho do eminentíssimo homem público Dinarte Mariz, ex-Governador e ex-Senador da República, que prestou assinalados serviços ao Rio Grande do Norte e ao País.

Eduardo Mariz deixa viúva Dra. Rosa Mariz, igualmente médica aposentada do Senado Federal, e os filhos Izabella Mariz dos Santos, Karina Maria Silveira e Sérgio Eduardo Mariz. Destaque-se que Eduardo Mariz, além de muito estimado por seus colegas e sua grande clientela, exerceu o cargo de Diretor da Subsecretaria de Assistência Médica do Senado Federal e, também, de Diretor do Hospital Regional da Asa Sul de Brasília.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 2005



Senador Marco Maciel

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de Lideranças, para apreciação do Item 1.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 251 de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2005 (proveniente

da Medida Provisória nº 251, de 2005), que institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romeu Tuma

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição

Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 87, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003,

tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2004

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação*

nação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Volta-se à lista de oradores.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para falar pelo PSDB, informando que a documentação necessária já foi entregue à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a é o terceiro inscrito, após a Senadora Iris de Araújo e o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Maranhão, por até 20 minutos. A seguir, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, com a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pedi a minha inscrição com bastante antecedência para após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa registra a inscrição de V. Ex^a e pedirá um esclarecimento à secretaria para ver a ordem em que V. Ex^a estava inscrito e o informará em seguida. Eu não estava presidindo quando V. Ex^a solicitou a inscrição. Peço um esclarecimento à Secretaria para a devida informação. Pela norma regimental, fala um orador regularmente inscrito e, após, um Líder, alternadamente. (Pausa.)

Segundo o secretário, terá a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti e, em seguida, V. Ex^a, após o Senador José Maranhão, sem intercalar com os oradores.

O Senador José Maranhão tem a palavra por até 20 minutos. (Pausa.)

Não estando S. Ex^a em plenário, concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti por 20 minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o momento político que o nosso país vive atualmente, com todas as suas atribulações, reviravoltas e lances cinematográficos, coloca-nos diante da inegável tentação de limitarmos nossa análise e nossos comentários ao campo restrito dos fatos imediatos.

Contudo, é sempre saudável dar um passo para trás e, assim, usufruir uma perspectiva mais larga, buscando conceitualizar o presente num quadro mais amplo e, consequentemente, mais instrutivo.

A ocorrência diária e freqüente do termo *corrupção* e seus derivados, aliada à leitura de um artigo publicado recentemente na revista **Saúde Em Primeira Página**, levou-me às reflexões que passo a compartilhar com V. Ex^{as}.

Uma frase, em particular, desse artigo chamou minha atenção: “Não há corrupção sem antes haver um processo de autocorrupção”. A corrupção não é um ente impessoal e atemporal: antes de tudo, ela é subjetiva, personalíssima e suas origens podem ser rastreadas no íntimo do ser humano. Poderíamos dizer que não existe corrupção, mas CORRUPTOS.

Prosseguindo na reflexão, inevitavelmente nos perguntamos: o que leva alguém a se corromper, a adotar a mentira como **modus operandi**, na busca de vantagens pessoais a qualquer custo?

Não existem corruptos de nascença. Eles são forjados pelos valores nocivos com os quais tomam contato ao longo da sua vida – no ambiente familiar, na escola, no trabalho, na mídia, na sociedade em geral.

O mero contato com esses valores, contudo, não é suficiente para que uma pessoa se corrompa. Do contrário, teríamos uma sociedade constituída tão-somente de corruptos, pois, inevitavelmente, em algum momento, seremos expostos a valores questionáveis. Uma combinação complexa de fatores subjetivos e sociais é que determina qual será a escala de valores deste ou daquele indivíduo.

A razão, por sua vez, é uma moeda com dois lados bem distintos. Ao mesmo tempo em que ajudou o homem a produzir idéias e máquinas que elevaram sua capacidade de alterar a natureza em grau espantoso, o pensamento racional, por meio de uma série de distorções, também forneceu ao ser humano pretextos para a prática da mentira, da calúnia, do preconceito.

Essas questões são alvo da reflexão humana desde sempre. Na Grécia Antiga, berço da civilização

ocidental, os valores e sua corrupção foram objeto da análise dos maiores filósofos do período, como Sócrates, Platão e Aristóteles. Cada um à sua maneira, eles pensaram exaustivamente sobre questões cruciais como **justiça e verdade**.

Uma vida pública e um ambiente político em que justiça e verdade não prevaleçam é completamente inviável. A confiança na veracidade do que o outro diz é fundamental para a vida em sociedade, em especial no ambiente da política. Da mesma forma, não pode prosperar uma sociedade em que a justiça não seja eficaz, em que não se punam os infratores, em que as regras sejam a impunidade e a permissividade.

JUSTIÇA E VERDADE: eis os dois valores que gostaria de ver respeitados e exercitados ao longo da presente crise política. Em sua **Ética a Nicômaco**, Aristóteles, confrontando o seu apreço a Platão com seu respeito à verdade, afirma claramente sua opção: “embora ambos nos sejam caros, o dever moral nos impõe preferir a verdade”. A busca Da verdade deve nortear as ações daqueles que investigam as denúncias de corrupção deste Governo e de qualquer outro. Esse é o valor que diferencia a investigação séria do mero jogo de cena.

Luigi Einaudi, célebre político italiano, dizia que “a justiça não existe onde não há liberdade”. Conquistamos a liberdade política, e a administração da nossa justiça avançou muito nos últimos anos. Apresenta-se perante nossos juízes – e não me refiro aqui apenas aos magistrados do Poder Judiciário, mas também aos Parlamentares que, em circunstâncias especiais, como as que estamos atravessando, também assumem essa função – apresenta-se perante nossos juízes, eu dizia, mais uma oportunidade de fazer avançar o exercício do direito em nosso País. A imagem do Brasil como o país da impunidade, aos poucos, vem deixando de corresponder à realidade. A punição dos culpados e a absolvição dos inocentes...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mozarildo...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – ...no presente contexto, pelo relevo das partes envolvidas, será uma demonstração clara e inequívoca da maturidade do nosso sistema jurídico.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador, V. Ex^a traz um pronunciamento de grande importância para o momento atual, combatendo o grande mal, que é a corrupção, mas é bom relembrar – infeliz do país que

não precisa buscar outros pensadores –, aqui mesmo, é bom revivermos Rui Barbosa, quando diz: “a justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a, como o qual concordo em grande parte. Realmente, Senador Mão Santa, quando aquele que busca a justiça tem de esperar demasiado por ela, ele realmente se sente injustiçado, mesmo que ainda abrace aquela idéia de que justiça é boa mesmo que tardia.

Este momento, em que debatemos essas questões no Brasil todo, em que o Poder Judiciário está debruçado sobre a apuração de corrupção, bem como o Ministério Público, as CPIs e as CPMIs do Congresso, é um momento muito sério e muito importante. Precisamos chamar a atenção da sociedade para esses valores que, como já disse no início, começam dentro de casa, continuam nas escolas, permeiam o nosso ambiente de trabalho e, portanto, fazem parte da nossa estrutura, do nosso caráter. Não se pode raciocinar com o “se todo mundo faz, nós também podemos fazer”, nem podemos justificar o erro de hoje com o erro do passado.

Quero finalizar dizendo, Sr. Presidente, que um ambiente social justo e indivíduos moralmente corretos são duas instâncias que se favorecem mutuamente. Uma pessoa que viva em uma sociedade na qual a verdade venha à tona e os corruptos sejam punidos será menos estimulada a se autocorromper. Isso, combinado com uma educação adequada e uma justa distribuição de renda e de oportunidades, proporcionará, com certeza, o surgimento de um país de cidadãos e cidadãs justos e honestos.

Que a crise atual represente o início de um período de mais reflexão, mais justiça e mais verdade, e simbolize um golpe forte na corrupção, principalmente na autocorrupção.

Peço, Sr. Presidente, que faça parte do meu pronunciamento a transcrição, na íntegra, deste artigo intitulado “Autocorrupção”, publicado na revista **Saúde em Primeira Página**.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

DEFINIÇÃO - tudo o que corrompe a anatomia da realidade dos fatos relativos a si ou a um grupo, em prol de uma vantagem pessoal, seja moral ou material, gerando uma fachada mentirosa para a verdade

O assunto pode parecer uma novidade, mas na verdade, não é. Desde antes de Cristo, a filosofia vem estudando profundamente a intimidade da mente humana no que se refere a valores nobres como a ética, honestidade, justiça e lealdade. Não há corrupção sem antes haver um processo de autocorrupção. A permissão para mentir, prostituir, enganar, caluniar, trair, fraudar, burlar, entre uma série de predados ingratos, é dada, primeiro, pela pessoa envolvida pelo medo, baixa auto-estima ou atrás de um status social e de poder. A grande maioria da sociedade se encontra em um processo de obtenção de um relativo bem estar a qualquer custo. Mesmo que isso signifique anexar ao histórico pessoal adjetivos que qualquer um detestaria carregar abertamente, a compra e venda da moral alheia rola solta e é objeto de barganha, inclusive, dentro das famílias. Na esfera pessoal, renegar a própria realidade parece ser a mais grave e complexa das autocorrupções. A atitude pode comprometer a evolução da pessoa porque estaria construindo a própria vida sobre uma base que não corresponde à realidade, vivendo uma espécie de teatro. Se nos basermos no entendimento de que nosso pensamento traduz o que realmente somos, avaliando os malabarismos que fazemos para encobrir essas verdades, poderemos ter uma noção do nível da nossa autocorrupção. Ao expressar opiniões que não condizem com o nosso pensamento original, omitir posicionamentos, vestir de acordo com o gosto de

outra pessoa, comer algo que detesta numa mesa de negócios, fingir um status, abrimos mão de viver o que somos para cumprir o que a pauta social está determinando e, consequentemente, passamos a viver algo fora do nosso contexto pessoal.

Por que mentimos tanto?

Comprar a nós mesmos e às pessoas com argumentos falsos parece ser o caminho mais curto para a obtenção de algum ganho. Sendo a mentira uma fantasia, ela pode receber adereços a qualquer momento, tornando-a forte o suficiente para seduzir. É comum pegar pessoas de todos os níveis sociais recorrendo à mentira e a utilizando, até com uma certa maestria. De resultados imediatos, a mentira altera a percepção da realidade em favor de alguém, mas, quase sempre, em prejuízo de outra(s) pessoa(s). Quem a usa, fica viciado. Está sempre com o recurso na manga como ferramenta básica para a manutenção de ganhos pessoais ou para explicar situações onde a sua auto-estima é colocada em cheque. Quando identificado (o meno hábel), o mentiroso é rotulado com o sobrenome (mentiroso) e vira alvo de críticas, às vezes bem humoradas, outras de depreciação, carregando por anos esse predicado. Os bobos, sem saber, pensam que conseguem enganar a todos, e suas investidas para seduzir as pessoas acabam em frustrações pouco tempo depois. Eles não entendem que a grande maioria é "expert" nesse assunto e é capaz de identificar as mentirinhas já no decorrer das primeiras frases. Já os políticos são incrivelmente bem treinados e o julgamento social passa a ser favorável a quem mente melhor, mas não à verdade. Alguns são tão bons nisso que acabam acreditando na própria mentira, sem saber ao certo, o que realmente é a verdade. O menos informado é o que mais cai nas armadilhas do convencimento pelas palavras falsas. Sem conhecimento, qualquer alteração no volume da voz, ou batida de mão na mesa pelo mentiroso pode convencê-lo facilmente. A mentira é uma das faces mais cristalinas da autocorrupção e mostra o nível de fragilidade de uma pessoa que, quanto mais usa o recurso, mais depende dele para sustentar a sua fértil imaginação, protetora de uma personalidade desagradável a ela mesma. Ao contrário, o nível de autenticidade, pode revelar a capacidade de enfrentamento de uma pessoa, assim, os fortes costumam abdicar da covardia e trazer à tona a verdade sem pestanejar.

INVERSÃO DE VALORES - Por que estamos na contra-mão da ética, da verdade e da lealdade, formatadas como princípios básicos para o desenvolvimento há mais de 400 a.C.?

Três filósofos gregos, que viveram entre 470 e 320 a.C., podem ser considerados os homens que mais avançaram nos conceitos de justiça, ética e verdade, entre uma série de valores que, de lá para cá, foram, aos poucos, sendo jogados para escanteio e deixando de fazer parte do nosso cotidiano. Sócrates - fundador da filosofia moral, estabeleceu o método de tentar chegar à verdade através de questionamento persistente, Platão - que dizia que a palavra precisa concordar com o fato, e Aristóteles - que mapeou, pela primeira vez, a lógica, a física, a ciência política, a economia, a psicologia, a metafísica, a meteorologia, a retórica e a ética, viveram em seqüência, sendo um discípulo do outro, respectivamente. Os três deixaram os mais marcantes passos para a evolução na história humana. Moradores de Atenas, na Grécia, em vários pontos, fizeram referências sociais e políticas que, se fossem levadas em consideração, talvez estivéssemos no paraíso. Para Aristóteles, o verdadeiro propósito de um governo é permitir aos seus cidadãos viver a vida plena e feliz, viabilizando o desenvolvimento através do exercício das suas capacidades em compatibilidade com a vida em sociedade, sendo que o equilíbrio social, financeiro e político entre as pessoas é a chave para o bem estar de uma nação.

Valores que poderiam ajudar a sociedade

Em 2005, no Brasil, através das mídias eletrônicas de todo o país, todos os dias, estão sendo registrados, dos pequeninos detalhes mentirosos aos escândalos mais surpreendentes de corrupção, situações onde o desprezo e o desrespeito à integridade moral de uma sociedade, se transformaram em acontecimentos normais, aceitos comumente. A orientação filosófica para uma vida melhor pessoal e em conjunto, de mais de 2.400 anos, são honestidade, perseverança, respeito, lealdade, igualdade, amizade, caráter, compromisso e liberdade - referências, entre outras, que deveriam sustentar um grupo social.

Pisando na bola

Sendo o poder público, como já colocava Aristóteles, o principal elemento criador das leis e da fiscalização dessas leis, é também o principal vacilão. Fatos recentes sobre corrupção deixam frescas em nossas memórias dados sobre o nível de qualidade dos valores pessoais que sustentam personalidades de políticos, juízes, diretores de estatais, empresas privadas e até do presidente. Por exemplo,

apoiar e deixar passar em branco as ações criminosas do MST é mostrar às nossas crianças que existe espaço para a invasão, roubo, degradação, agressão, tiros e ocupação indevida, entre outras coisas sérias, de igual teor, ou piores, sem que haja responsabilidade e punição para tais atos. Pelo contrário, há um apoio político ao movimento que tem boa parte de seu custo bancado pelo próprio governo. Colocar o boné da instituição e vestir a camisa do MST, para muitos e para as crianças, significa corroborar com a atitude dele. Ao mesmo tempo, ao ir para um cinema com a família para assistir ao filme Guerra nas Estrelas, um pai se vê proibido pelo Juizado de menores de entrar com os filhos menores de 12 anos (depois, incoerentemente com os motivos que colocaram a censura 12 anos, baixaram para 10) porque o filme estaria desqualificado para as idades das crianças. A surpresa fica por conta de que, há pouco tempo, no Jornal Nacional, havia um juiz matando uma pessoa num supermercado do Ceará. Isso revela uma incoerência no que parte da classe é, faz e sentencia (o ato de assassinar) numa rapidez tremenda (quando acha conveniente). No momento em que o episódio do assassinato foi lembrado pela criança, em contra posição à censura do filme, é que se percebe a seriedade do problema. Podemos justificar para nós mesmos que não se pode generalizar, mas a criança está criando referenciais. No passado, Star Wars era considerado diversão (como poderia ser hoje) e mostrava, de uma forma objetiva, como é importante o valor da lealdade, do compromisso, da responsabilidade e honestidade nas relações interpessoais. Hoje, não precisamos ir tão longe para mostrar a falta de tais valores. Vejamos, um veículo do Detran passa por uma comercial do Sudoeste, região nobre de Brasília, multando vários carros que estariam estacionados em local proibido. Mas, alguns, de uma revendedora de veículos, estacionados de modo totalmente irregular, inclusive em local destinado para carga e descarga, sequer são questionados pelas autoridades. Com a ciência do administrador da região, dos fiscais e de outras autoridades, no mesmo local, um lava jato irregular, instalado numa kombi, também, irregular, poluidora do meio ambiente utilizando produtos extremamente corrosivos, sem registro de empregados que não têm carteira de motorista, cujo o dono mora numa das partes mais nobres de Brasília e que possui liminar da justiça para funcionar, ocupa as vagas destinadas a clientes do comércio local que paga impostos colossais, incluindo os salários do juiz que concedeu a liminar e as mais diversas e criativas taxas públicas relativas à ocupação e à fiscalização. Mais incrível, ainda, é um empresário ser convencido, pelas consultas feitas com advogados, a desistir de registrar ocorrência de furto praticado por uma funcionária, sob o risco de ter que pagar uma indenização por danos morais à sobre coitada.

Igual, mas diferente

O direito, que para alguns é implacável, para outros não significa nada. Vejamos, uma adolescente, que agora desconhece a própria raça, pergunta inocentemente: acho que sou branca, terei direito a 20% de vagas na universidade assim como as pessoas da raça negra? Passando pelas ruas de Brasília é possível notar que há uma enorme incoerência quanto aos limites de velocidade nas vias da cidade. Um exemplo é a velocidade máxima de 70km/h estipulada para as vias do Lago Sul, sendo que, no Lago Norte, que tem a mesma configuração urbana, o permitido é de 60km/h. Por que? Outra coisa é o cidadão vir a 60km/h e, no momento em que há a medição de velocidade, o permitido cai para 50km/h, sendo ele multado e condenado a pagar, à unanimidade, pela junta de recurso do Detran, órgão responsável pela análise da defesa do motorista apresentada contra a imposição da multa. Há uma operação "Lau Lau" aí (apelido antigo dado a ladrões que faziam suas incursões de modo sorrateiro e desapercebido), vez que o objetivo da fiscalização é fazer com que o condutor ande dentro do limite da via que é de 60km/h. E, quando se cobra dele uma multa por andar dentro do limite da via, fica evidente a segunda intenção. A revolta do motorista é transmitida, automaticamente, à família e aos filhos, que por sua vez, vão listando o que é considerado justo ou não pelas autoridades da sociedade. Hoje, para muitos, inclusive para profissionais da lei, o que é fora da lei é considerado uma coisa natural e perfeitamente aceitável. O caso do ex-governador Garotinho, que agora está elegível novamente no Rio e a feira do Paraguai (de sacoleiros importadores) na Capital Federal, onde muitos fiscais, policiais, juízes, promotores e outras autoridades fazem as suas comprinhas, ilustram bem isso. Autoridades, aliás, que determinam o quanto uma empresa deve ganhar, estando ela inserida em uma economia de mercado promovida pelo próprio estado, indo na contra-mão da justiça. Aliás, em termos de promoção da justiça, o Brasil é hoje, o penúltimo no mundo no que se refere a distribuição de renda, na frente, apenas, de Serra Leoa. E, a cada dia que passa, a desejada justiça social está cada vez mais distante. A conversa de "João sem braço", que é transmitida para explicar a maior taxa de juros do planeta, não consegue encobrir a realidade da divisão de renda num Brasil politicamente partidário da riqueza de poucos e da pobreza da grande maioria. Os "poucos", que decidem a vida dos "muitos", ganham, em média, 50 vezes mais (sem contar o mensalão) que a massa brasileira. Os fatos estão aí. Os números do Brasil estão em todas as instituições sociais que avaliam as nações como um todo e todos eles indicam o quanto estamos sendo incoerentes entre o que falamos e o que fazemos.

De Jefferson a Aristóteles

A prática de compensações na política brasileira é considerada "normal". Quando a direção de um Ministério é "dada" a um político de outro partido, que tem outras convicções, o processo de compensações está concluído. Isso não se pode negar e nem defender, está na Esplanada dos Ministérios e todo mundo pode ver, se quiser. Independentemente do fato dos políticos concordarem ou não com os objetivos das ações ou da filosofia de

outro partido, a barganha, a compra e a troca de favores falam mais alto na Presidência, nos Ministérios, no Congresso e nos Estados. A convicção de uma idéia em prol do desenvolvimento do País perde, de longe, para a conveniência de uma negociata entre políticos. Todos os dias essas compensações são notícias nos principais jornais brasileiros. Para o político que conhece os fundamentos do assunto Política, tratados por Sócrates, Platão e Aristóteles, pessoas em um congresso que não estejam defendendo interesses sociais com ética, honestidade e compromisso com o povo no qual elas representam, não podem exercer o papel de político. Segundo a origem e formatação¹ política proposta por Aristóteles, o exercício político não poderia ser remunerado, mas sim doado através de trabalhos, cuja finalidade seria desenvolver meios de melhorar as condições de vida da comunidade. Assim, cargos com tamanha importância e seriedade só poderiam ser exercidos por pessoas que tivessem uma excelente condição financeira e comprovada competência, sendo este, um pilar representativo de toda uma sociedade. No Brasil, dirigir um Ministério ou uma estatal, não tem nada a ver com competência específica na área, mas ,tão somente, com barganhas políticas entre partidos. A demora em dar uma resposta à sociedade sobre as denúncias de corrupção de deputados do PT e de outros partidos, a ciência de ministros e do próprio Presidente sobre o caso, uma revolta generalizada no congresso como se nenhum deputado soubesse de nada, o objetivo de cassação do mandato do denunciante e a conveniência de respostas programadas para ver se o povo aceita, são uma evidência de que não há coerência, ética e valores em toda a cadeia política. Há exceções como toda regra, mas são apenas exceções. A regra é outra. Rapidamente, como pouco se viu na história do Brasil, a classe inteira de políticos e deputados se uniu contra o denunciante.

Repensar o Poder Público e suas ações é atitude urgente

Ter um norte e nordeste com problemas eternos, os quais todos os brasileiros conhecem, sendo representados, já há muito tempo por uma legião de conterrâneos no congresso nacional (maioria com 46% das cadeiras, sem contar os nordestinos eleitos pelas

regiões centro-oeste, sudeste, e sul) e ver a desigualdade social aumentar, a cada dia, revela o tamanho da incoerência política com o qual o assunto é tratado. Evidentemente, manter uma população de desinformados e necessitados é uma excelente estratégia política para assegurar pessoas de baixa qualidade no poder. Pela desinformação, é fácil convencê-las da honestidade e competência prometidas. Pela necessidade, é fácil comprá-las com algum calçado, roupa ou comida. E, pelo peso político que os representantes do Poder Público determinaram para a região, num notório desequilíbrio entre as regiões do Brasil, é fácil controlar todo o processo de estagnação dessa parte do país, num Congresso onde a maioria das cadeiras é ocupada por representantes desses Estados. Todas as vezes em que a inversão de valores fica clara no campo político, todos os envolvidos sempre negam as informações, depois voltam atrás, dizem que vão investigar e, mesmo que haja algum culpado, pouco ou nada acontece, vez que, ainda existe uma justiça que não faz a justiça. O ex-deputado Sérgio Naya, absolvido, que o diga. A pobreza moral é maior do que os níveis da pobreza populacional. Nunca se desmatou tanto no país que mostrou políticos do partido do Presidente recebendo dinheiro de madeireiros para liberar o desmanche ilegal da Amazônia. Não há no mundo, taxa de juros com tamanha envergadura. Nunca houve no Brasil um governo com uma variedade tão grande de partidos "aliados". Por um grotesco inchaço da máquina pública, os impostos chegaram a níveis insuportáveis. Depois da democracia, nunca se falou tanto em calar a boca de pessoas e da imprensa. Cada palavra, cada choro, acaba por revelar uma incoerência entre o que se fala, se sente e, efetivamente, se faz. E a resposta para isso é simplesmente a falta da convivência com os valores de qualidade. Falta essa que é vivida por uma elevadíssima parte da população do país. Reconhecer e trabalhar para encontrar e conviver com honestidade, determinação, respeito, lealdade, igualdade, amizade, caráter, compromisso e liberdade, seria uma tarefa de absoluta prioridade para resgatar, pelo menos, as novas gerações dos podres e a falta de vergonha na cara que a falta desses valores gera.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ribamar Fiquene.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Está deferido, eminente Senador, de acordo com o Regimento Interno.

Com a palavra, o eminente Senador João Capiberibe, Líder do PSB, por vinte minutos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, os brasileiros perderam um grande guerreiro. Perderam um forte. Miguel Arraes de Alencar, o “Dotô Arrai” dos pernambucanos, enfrentou, e venceu, quase todos os obstáculos que lhe foram colocados à frente.

O menino Arraes lutou e conseguiu sua primeira vitória contra as adversidades do sertão cearense em Araripe, onde nasceu. De lá, seguiu para o Crato, onde concluiu o segundo grau.

Em 1933, quando chegou ao Recife, Arraes obtém mais uma vitória que o aproxima da vida pública: é aprovado em concurso público para ser servidor do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). Foi lá que conheceu, alguns anos mais tarde, o Presidente do IAA, Barbosa Lima Sobrinho, respeitado jornalista brasileiro cuja vida marcou a Imprensa Nacional. Barbosa nomeou Arraes Delegado do IAA em Pernambuco. O jovem cearense, que ainda não sonhava ser governador dos pernambucanos, chegava então ao cargo de Secretário Estadual da Fazenda, a convite do mesmo Barbosa Lima Sobrinho, então Governador de Pernambuco. Miguel Arraes começava, assim, a se transformar no legendário “Dotô Arrai”.

Desde a primeira eleição, em 1950, quando assumiu o mandato de Deputado Estadual, Arraes foi colecionando vitórias até chegar à Prefeitura de Recife em 1959. Doze anos depois de entrar na política, chegou ao Governo Estadual de Pernambuco. Recebendo 48% dos votos, Arraes derrotou os nomes da UDN e também do PSD, os dois principais Partidos da época. Apoiado pelas correntes de esquerda, Arraes fez um governo voltado para os segmentos mais desfavorecidos da sociedade pernambucana, apoiando-se sobre os movimentos sociais da cidade, bem como os de pequenos agricultores familiares. A vitória de Arraes foi a vitória do povo de Pernambuco.

Devo destacar, Senador Mão Santa, entre as várias decisões de Arraes em Pernambuco, a equiparação do salário mínimo rural ao salário mínimo industrial, fazendo com que o poder aquisitivo dos trabalhadores da cana, dos trabalhadores da mata norte e da mata sul de Pernambuco dobrassesem o seu poder de

compra. Esse exemplo se espalhou pelo País e essa equiparação foi adotada em todo o Brasil.

Em 31 de março de 1964, os militares depõem João Goulart e oferecem a Arraes a liberdade em troca da renúncia. A resposta de Arraes: “Prefiro a prisão a trair o povo”. Os militares empurraram-lhe, goela abaixo, sua primeira derrota. Com uma operação cinematográfica, o Exército, fortemente armado, cercou o Palácio Campo das Princesas e prendeu Arraes. Em seguida, Miguel Arraes foi confinado na Ilha de Fernando de Noronha. Do arquipélago, foi levado ao Rio de Janeiro. Finalmente, foi enviado para mais longe e por mais tempo: catorze anos de exílio na Argélia.

Anistiado, Arraes volta com a disposição de vencer novamente. A chegada de Arraes ao Brasil, em 16 de setembro de 1979, foi uma apoteose: mais de 60 mil pessoas foram abraçá-lo.

Na primeira eleição após o retorno ao Brasil, Arraes volta ao Congresso Nacional como o Deputado Federal mais votado do Nordeste. Em 1986, outra vitória maciça: Pernambuco devolve a Arraes o Governo do Estado. Mais de 55% dos pernambucanos escolheram novamente o “Dotô Arrai” como Governador.

O guerreiro Arraes continuou lutando e vencendo. Em 1990, já pelo Partido Socialista Brasileiro, elege-se o Deputado Federal mais votado do Brasil. Em 1994, volta como Governador ao Palácio Campo das Princesas, com uma vantagem de mais de 300 mil votos sobre o segundo colocado.

Outra derrota de Arraes foi motivada pelas duras críticas à política econômica de Fernando Henrique. Remando contra a corrente de opinião pública naquele momento, Arraes foi derrotado por seu antigo aliado, Jarbas Vasconcelos, do PMDB. A última vitória foi em 2002, quando se elegeu Deputado Federal, também entre os mais votados.

O “Dotô Arrai” enfrentou, nos últimos dias, com a coragem costumeira, a morte. Várias vezes os médicos proclamaram sua vitória, mas a morte surpresa insistia em surrupiar-lhe o bem que lhe era mais precioso: a vida.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador João Capiberibe?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Em seguida, Senador.

Mas essa batalha ele não conseguiu vencer. Nós, do PSB, perdemos nosso líder.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador, associo-me a V. Ex^a nessa louvação ao Dr. Arraes, talvez um dos últimos grandes líderes deste País – temos poucos. Ultimamente privei muito mais da convivência dele nas voltas para Pernambuco – o avião tem de pa-

rar em Recife antes de seguir para João Pessoa. Nós sempre sentávamos na fila da frente – ele pedia isso à secretária dele e eu à minha – e fámos conversando. V. Ex^a falava sobre a Argélia. Eu participei do encontro em que recebemos aqui o Presidente da Argélia. Deixou-me impressionado um comentário que ele fez: “Suassuna, você viu? Eu perguntei por dez amigos da Argélia que conviveram comigo no exílio. O Presidente me disse que oito deles morreram. Está chegando o nosso tempo. Que coisa incrível!” E fico muito triste porque eu, na Paraíba, e ele, em Pernambuco, nas campanhas, sempre tínhamos certa simbiose. Com certeza, Pernambuco perdeu um grande homem, mas também o Nordeste e o Brasil ficaram desfalcados da figura inesquecível do nosso “Pai Arrai”.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Muito obrigado, Senador Suassuna. Creio que o Nordeste ganhou um novo mito, o mito Arraes.

Ouço o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Capiberibe, tive a felicidade de ser Governador no período em que Miguel Arraes também governou o Estado de Pernambuco. Freqüentamos muitas reuniões da Sudeste. Como Governador, publiquei um livro e o escolhi para prefaciar. Mas quero dizer como é a vida – está aqui do nosso lado Alberto Silva – fui prefeitinho da nossa Parnaíba – não tão brilhante quanto Alberto Silva, mas fui. Criei um Palácio da Cultura, instalando uma biblioteca, um museu, um conselho municipal e me lembro muito bem que tirei um domingo para organizar a biblioteca; estava com minha esposa Adalgisa. Nesse dia, ele me fez fazer o único furto na minha vida política, e vou confessá-lo aqui, no Senado. Arrumando a biblioteca, domingo, já que a inauguração do Palácio da Cultura – residência do ex-Consul Coimbra – seria na segunda-feira –, vi um livro: **Mistificação das Massas**. Peguei e li: tradução de Miguel Arraes. Enquanto minha esposa arrumava, eu fiquei lendo. Mais tarde, minha mulher cansou e disse para irmos almoçar. Gostei tanto do livro que levei-o comigo. Pensei: estudante não vai ler. E levei. Como estudei medicina, tinha por costume riscar o livro, anotar, criticar, comentar. E o livro ficou envelhecido. Mas sempre que eu viajava buscava comprar outro para repor. No entanto, Senador Alberto Silva, não encontrava. E o livro que eu havia pegado estava todo danificado por minhas anotações. Um dia, em um almoço em Pernambuco, onde estava eu e o Malan, eu disse, confessei que ele tinha me inspirado a cometer esse furto, e que nunca tinha devolvido porque o livro tinha sido danificado. Miguel Arraes, então, disse: Mão Santa, você tem esse livro? Isso porque a Ditadura andou atrás e cassou o livro naquele tempo de censura. Era, então, uma obra rara.

Mas valeu a pena porque aprendi e esse livro me fez Governador. E perguntei: mas onde V. Ex^a traduziu o livro? Ele disse: preso, 90 e tantos dias no Corpo de Bombeiros. Aprisionado, decepcionado, com maus pensamentos, S. Ex^a até me disse que, pela humilhação, havia pensado em suicídio. Como ele sabia um pouco de francês, pegou um dicionário e foi traduzir o livro. Disse a Miguel Arraes: tenho esse livro e queria um novo para repor na biblioteca. S. Ex^a, então, pediu o livro. Em outra viagem, levei-o, quando ele, de posse do original, tirou umas cópias e me deu uma. E ainda reimprimiu – e esse livro **Mistificação das Massas**, Serge Tchakotine*, orientou a toda a mocidade. E ele ainda veio aqui com o filho dele me convidar para apresentar o livro, pois sabia o que tinha aprendido com o livro. Do lado de S. Ex^a estava Malan que pediu também uma cópia. Assim, Miguel Arraes foi muito importante para o Nordeste, influenciou a todos nós. Penso que essa geração – o Senador Alberto Silva está aqui, que é uma riqueza do Piauí e deste Plenário, com as bênçãos de Deus, que está representado pela imagem de Cristo – com o exemplo de homens como Miguel Arraes, vai construir neste País uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna, que sintetizou as ações políticas de Miguel Arraes.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Capiberibe, não vou tomar o tempo de V. Ex^a para discurso porque senão iria falar muito sobre o Dr. Arraes, pela minha relação com ele. Mas quero dizer apenas uma coisa: o Dr. Arraes foi o meu primeiro voto, em 1962, para Governador de Pernambuco. E 43 anos depois, posso dizer, com orgulho, que não me arrependi daquele voto. Poucos eleitores podem dizer isso daqueles nos quais votaram. Mas eu posso dizer isso de Arraes. Talvez esse seja o maior elogio que se possa fazer a um político. Não me arrependi, 43 anos depois, do voto que eu, muito jovem, dei a ele.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, também vou dar o meu testemunho pessoal da convivência com Miguel Arraes. Eu o conheci em 1979, em Maputo*, Moçambique, quando estávamos já sonhando com a possibilidade de retornar ao convívio de nossos familiares e do povo brasileiro.

A expectativa da anistia estava à vista. Recebemos Miguel Arraes em Maputo e fizemos um jantar. Nesse jantar, ele falou da necessidade de mantermos a unidade do MDB para que, unidos, pudéssemos operar a transição democrática. Falou do seu Nordeste, com tanta paixão, com tanto entusiasmo que naquele momento nós decidimos – eu e a minha companheira,

hoje Deputada Federal Janete – voltar para o Brasil e, na volta ao Brasil, morar em Pernambuco.

Fomos morar em Pernambuco e tive a felicidade de trabalhar dois anos com Miguel Arraes, em Pernambuco, e mais do que isso, foi com ele que aprendi a construir na política, pois Arraes era um homem de construção, propositivo, um homem de pensamento amplo, de pensamento nacionalista. Pensou sempre nos excluídos, naqueles que aqui não tinham voz, tanto é que o seu gesto de equiparar o salário mínimo rural com o salário mínimo industrial abriu a possibilidade para todo o País.

Portanto, foi a partir de Moçambique que decidi viver na terra de Cristovam e tive a felicidade de passar dois anos fantásticos, de aprendizado, convivendo com os trabalhadores rurais, com os canavieiros da mata sul e da mata norte. Foi junto com Arraes que trabalhamos e preparamos as primeiras greves, ajudamos, apoiamos as primeiras greves dos canavieiros e também desenvolvemos vários projetos na região do agreste.

SGM-P 1.520

A cabeça de Arraes era uma usina de projetos para melhorar a vida do povo. Fizemos projetos no Município de Angelim, no Município de Lajedo, na tentativa de buscar alternativas e solução para os agricultores familiares.

É por isso que consideramos a perda de Arraes uma perda imensa para o nosso Partido. E o X Congresso do Partido, que vai começar amanhã, começa com uma missa dedicada a Miguel Arraes, na Catedral de Brasília, e certamente será o congresso marcado pelo vazio da presença desse grande líder.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. Ribamar Fiquene, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ribamar Fiquene.

É lido o seguinte:

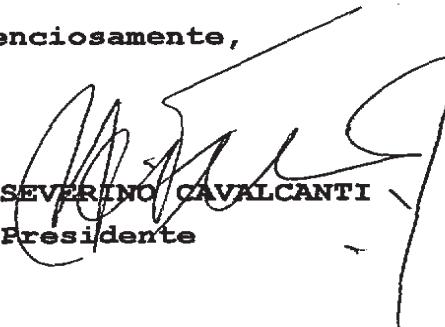
Brasília, 18 de agosto de 2005.

Senhor Presidente,

Tendo o Plenário desta Casa, em Sessão Plenária realizada em 17.08.05, rejeitado o Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2005, apresentado por essa Casa à Medida Provisória nº 248, de 2005, encaminho a Vossa Excelência, para os fins constantes do art. 12 da Resolução nº 01, de 2002, do Congresso Nacional, a Medida Provisória nº 248, de 2005, que "Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências.".

Atenciosamente,

Deputado SEVERINO CAVALCANTI
Presidente



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, promulgo, neste momento, a Lei nº 11.164,

de 18 de agosto de 2005, e determino sua publicação no **Diário Oficial**.

É a seguinte a Lei promulgada:

LEI N° 11.164, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.

Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências.

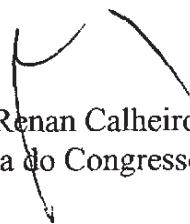
Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 248, de 2005, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A partir de 1º de maio de 2005, após a aplicação dos percentuais de 6,355% (seis inteiros e trezentos e cinqüenta e cinco milésimos por cento), a título de reajuste, e de 8,49% (oito inteiros e quarenta e nove centésimos por cento), a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), o salário-mínimo será de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput** deste artigo, o valor diário do salário-mínimo corresponderá a R\$ 10,00 (dez reais) e o seu valor horário a R\$ 1,36 (um real e trinta e seis centavos).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 18 de agosto de 2005.
184º da Independência e 117º da República


Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque.

Em seguida, darei a palavra, com muita satisfação, à Senadora Iris de Araújo.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs Senadores, no dia 23 de maio, portanto há quase três meses, estive aqui lembrando os movimentos que estavam ocorrendo nos países da América Latina: Bolívia, Equador, Venezuela e Argentina estavam com mobilização nas ruas.

Eu disse que aquilo era um aviso das ruas latino-americanas para as ruas brasileiras. Lembrei que, naquele tempo, nesses países, o **slogan** que se usava nas bandeiras e nas faixas era “que todos se vão”. Não havia diferença entre corruptos e não-corruptos, não havia diferença entre Esquerda e Direita. O povo gritava nas ruas dos países irmãos que todos os políticos deveriam ir embora.

Eu dizia naquela época, Sr Presidente, que me parecia que poderíamos chegar a esse ponto, e o Senador Mão Santa fez um aparte naquele momento.

Senador Mão Santa, hoje o **Correio Braziliense** publica a manchete “Fora todos”, A manchete não é “Fora os corruptos”, não é “Fora os petistas”, não é “Fora este ou aquele”, mas “Fora todos”. Por enquanto, foi uma manifestação com alguns poucos milhares. Mas convidou os colegas Senadores e Senadoras a uma reflexão. Isso não vai demorar a se transformar em um movimento da maioria da população brasileira. Por enquanto, são aqueles descontentes com a crise ética que vivemos. Em breve, serão aqueles descontentes com o salário mínimo; os descontentes com a falta de terra, de teto, de escola, e, sobretudo, aqueles que têm o que hoje sobra no Brasil: frustração.

Nós somos um País de sem, muitos sem e de uma imensa quantidade de frustração. Há no País, hoje, pronto para arrebentar, o que eu, no dia 23 de maio, chamei de uma rebelião espontânea da população. Não será amanhã, não será neste mês, mas, se não agirmos, isso acontecerá no Brasil. E não vemos ações para tentar impedir que isso aconteça.

Vejam que, de repente, felizmente, despertamos para a necessidade de uma reforma política no Brasil. Felizmente. Graças à pressão dos meios de comunicação, passamos a ver a manifestação da necessidade de uma reforma política. E a estamos fazendo. Estamos fazendo a reforma eleitoral porque os formadores

de opinião nos pressionaram. Mas cadê a reforma da educação de base? Cadê a reforma agrária mais radical? Cadê a reforma que permitirá a desconcentração da renda no Brasil? Um conjunto de leis simples que permita não tomar repentinamente o dinheiro de ninguém, mas que permita, em dez anos, deixarmos de ser campeões da concentração de renda.

Não estamos levando a sério o humor da opinião pública brasileira, e esse humor começa discreto, de repente é uma faixa no meio de uma passeata com poucas pessoas, e, logo depois, pode ser uma passeata com centenas de milhares de pessoas, como aconteceu em países vizinhos, e que eu falei aqui como exemplo do que poderia acontecer.

Volto a insistir no risco de que esse exemplo possa contaminar a população brasileira. Não vejo hoje esperança de que essa mudança venha a partir de qualquer partido especificamente do Brasil. Aliás, não é de hoje que é assim. Nenhuma grande transformação brasileira, Srs. Senadores, saiu de um partido.

Senador Mão Santa, que sempre nos dá aulas de história, espero que nos diga se é ou não verdade. Qual movimento, qual transformação saiu de um partido? Não foi a independência, não foi a República, não foi a abolição, não foram as duas redemocratizações, não foi o próprio desenvolvimento que saiu de uma figura como Juscelino, mas que liderou o movimento nacional. Recentemente, a anistia, a Constituinte, Diretas, tudo isso saiu de movimentos, não de partidos.

Eu não acredito que essa transformação venha de um partido, qualquer que seja. O PT, o meu Partido, foi o primeiro a encarnar a transformação social e chegar ao poder. Outros chegaram a encarná-la antes, Sr. Presidente, mas não chegaram ao poder. O nosso a encarnou, chegou ao poder e frustrou. Temos de reconhecer isso com todas as letras.

Vejo o Presidente pedindo desculpas de atos indecentes que ocorreram. Não o vi pedindo desculpas daquilo que não fez, e um governo não tem de pedir desculpas só do que fez de errado; tem de pedir desculpas do que não fez, comparado com as promessas de campanha. Não vejo esse pedido de desculpas.

Lembro que, como Ministro, fiz uma lista de metas muito criticada no núcleo central do Governo, porque disseram que algumas eram inviáveis, e eu tinha convicção de que eram viáveis, até porque algumas tinham o prazo de 15 anos. E eu disse: aquelas que são ambiciosas, eu prefiro colocá-las com ambição e depois pedir desculpas porque não as realizei a comemorar o pouco que prometi, como é o caso da abolição do analfabetismo em quatro anos, que era possível. Estaríamos hoje comemorando 10 milhões

de alfabetizados, se o programa tivesse sido mantido. Não foi mantido.

Falta ao nosso Governo, ao nosso Partido pedir desculpas também pelo que não fizemos, pelo que não cumprimos dos nossos compromissos de campanha, para que o povo comece a trazer de volta a esperança.

Quero dizer, Senador Paulo Paim, que não acredito que virá do meu Partido, nem dos outros partidos, individualmente, a chama da esperança outra vez para o Brasil. Ou a gente cria um movimento nacional pelas transformações sociais, aceitando pessoas de todos os partidos e aquelas que não são de partidos, ou não vamos conseguir trazer de volta a esperança. E as manifestações pequenas que dizem “todos fora” se transformarão em manifestações de todos contra todos nós, os políticos. E manifestações que vamos ter que reconhecer que serão justas, porque não teremos cumprido a nossa missão.

O meu medo é que, quando isso acontecer, já não dê tempo de pedir desculpas, porque a paciência do povo não aceita pedidos de desculpas depois da hora, têm que ser feitos antes da hora.

Sr. Presidente, digo isso para reafirmar o meu descontentamento com os partidos que temos. A minha convicção é de que vou continuar militando como um dos que sonham neste País que é possível uma transformação e que essa militância tem que ser mais no movimento do que num partido. E isso, Sr. Presidente, espero ter anos suficientes de vida, ainda, para poder ajudar o Brasil a levar adiante.

Quero encerrar o meu discurso, até por que a Mesa esqueceu de dizer quanto tempo eu tinha e não ficou marcado quanto falta. Antes, porém, concedo um aparte ao Senador Alberto Silva, nosso patrimônio devido à sua experiência.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a está colocando a questão do descontentamento e das esperanças do povo brasileiro diante do que está havendo e diante do que não está havendo. Isto é, não tem nenhuma proposta, V. Ex^a diz com muita razão, e se preocupa que as reuniões, aos poucos, vão crescendo e se transformem em movimentos de descontentamento contra, principalmente, a classe política – é o que pude entender. V. Ex^a, quando Ministro, ofereceu várias soluções como aquele programa da alfabetização que, se tivesse sido levado avante, teríamos hoje, como diz V. Ex^a, mais de 10 milhões de pessoas alfabetizadas e, por conseguinte, mais conscientes, talvez, e com direito de formar juízo a respeito do papel do Congresso Nacional diante do País. Nobre Senador, no regime presidencialista que nós vivemos, qual é a posição realmente do Congresso

Nacional? Nós aqui poderemos fazer uma proposta que seja levada em conta pelo Poder Executivo, que prefere mandar para cá o prato feito. As medidas provisórias nem sempre são encaminhadas para uma solução que seja a luz no fim do túnel. Nós, aqui, assistimos à enorme quantidade de MPs editadas, e o Congresso fica manietado para votar aquilo que o Executivo manda. E nós? Que proposta deveríamos mandar? Daí da tribuna V. Ex^a mesmo já me aparteou várias vezes. E tenho feito algumas propostas. Não sei se seriam totalmente exequíveis, mas, pelo menos, para se ir a algum lugar, há que se dar o primeiro passo. V. Ex^a fala, por exemplo, do descontentamento no campo, na falta de emprego. E se nós aproveitássemos, por exemplo, a experiência que tivemos lá, de que, no campo, poderíamos começar a criar uma esperança, com o Programa Biodiesel, que pode, com três hectares, Ministro Cristovam Buarque, dar um salário a uma família que produza mamona e feijão de R\$600,00 a R\$700,00 por mês? De que precisamos para isso? Será que é necessário que o Governo compreenda e mande uma MP ou um projeto de lei ou nós poderíamos fazer isso aqui? Creio que, neste instante, meu caro e nobre Ministro, competente companheiro e colega de profissão, nós poderíamos ainda criar um grupo de trabalho aqui – e conclamo V. Ex^a – para evitarmos que não tenhamos vez e que não possamos apresentar uma proposta que gere esperança para o povo. Vamos experimentar? Parabéns a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Senador Alberto Silva, V. Ex^a trouxe aqui um ponto fundamental e que ajuda muito na defesa daquilo que apresentei. V. Ex^a levanta, com correção, que, sendo um regime presidencialista, temos praticamente as mãos amarradas, porque estamos divididos em Partidos, individualizados. Mas se esta Casa, em conjunto, decidisse fazer alguma coisa, não tenha dúvida de que o Presidente teria que nos ouvir.

Isso confirma a minha idéia de que precisamos de um movimento mais do que de um Partido. Se eu falei num movimento social pelas mudanças, imagine um movimento senatorial pelas mudanças!

E por que não chegarmos a alguns pontos que nos unam aqui? Somos divididos em muitas coisas, mas há coisas que nos unem. Agora mesmo o Senador José Jorge, o Senador Aloizio Mercadante e eu, graças a uma provocação da Unesco, do Sr. Jorge Werthein, estamos circulando aqui uma idéia de pacto pela educação, que é um pacto abstrato ainda, solto. Por que não sentamos, por intermédio das lideranças – e aí, sim, os Partidos têm uma função – para costurar um projeto de revolução educacional?

Falo em educação porque é a minha mania, mas pode ser outra coisa, como a transparéncia que o Senador João Capiberibe encarna. Nós temos, sim, um poder que não estamos usando por causa da nossa divisão e porque não estamos querendo transformar o Senado em um movimento cívico neste País. Se fizéssemos isso, nós teríamos um poder e qualquer Presidente teria que nos escutar.

Concedo um aparte ao Senador João Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Caro Senador Cristovam Buarque, compartilho inteiramente das suas preocupações com esse retardo sistemático para solucionar essas questões que causam graves problemas sociais e inquietações, como, por exemplo, o combate sistemático à corrupção ou a mudança necessária no sistema tributário para melhorar a distribuição da renda. O imposto que mais se arrecada neste País é um imposto injusto, que sobrecarrega os pobres, da mesma forma que sobrecarrega os ricos – o ICMS, o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços, um imposto de consumo. Todos pagam, independentemente se ganha um, cem ou duzentos salários mínimos. Essa preocupação em se combater de forma sistemática a corrupção deveria ser dominante nesta Casa, porque existem mecanismos. Nós podemos aprimorar os mecanismos de controle e de prevenção da corrupção, melhorar, reformar completamente o sistema político-eleitoral, que está esgotado. Já deveríamos ter feito isso desde o início, acho que quando nós entramos no Senado. Uma das primeiras reformas, que certamente não deve estar na agenda de reformas do Banco Mundial ou do Fundo Monetário Internacional, é a reforma política. É essa a reforma necessária que, finalmente, no meio da crise... Mas é fundamental que aproveitemos a crise. São os conflitos que fazem a sociedade avançar. Portanto, quero compartilhar essa preocupação, e acho que temos que nos mobilizar para conseguir nova ascensão. Do mesmo jeito que estamos fazendo a reforma política, a reforma eleitoral, com a intenção de fazer valer para o ano que vem, teríamos que pensar na reforma tributária, para fazer justiça social.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Estou de acordo, Senador. Só que eu queria agregar mais: quando falamos em reforma tributária, falamos em quem paga. Temos que falar também em quem recebe o dinheiro dos tributos. E aí é que quero voltar a insistir que não basta lutar contra a corrupção no comportamento dos políticos, mas também contra uma corrupção muito mais grave, que é a corrupção nas prioridades das políticas públicas. Fazer um prédio de luxo para o setor público...

(*Interrupção do som.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– (...) é corrupção mesmo que ninguém roube. Já é uma corrupção colocar dinheiro público em um prédio público de luxo, quando há necessidade de saneamento e de escola. Essa corrupção nas prioridades está clandestina; ela não é vista.

Pensamos que ladrão é apenas quem se apropria de dinheiro público. Ladrão somos os políticos que colocamos o dinheiro, que deveria ir para o povo, em projetos que servem à minoria privilegiada. Isso também é corrupção.

Não sei se ainda dá tempo, Sr. Presidente, mas gostaria, nos trinta segundos que ainda me faltam, de conceder um aparte ao Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concederei mais um minuto a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, seus pronunciamentos são sempre muito oportunos. Este País está vivendo momentos muito difíceis. Creio que essa paz ainda é originária da fé cristã que nós temos e que diz que “depois da tempestade vem a bonança”. Então, o povo cristão espera. E como estamos falando de Cristo e de reforma, lembro que a Igreja de Cristo já esteve como está o Brasil. Era papa sendo pai, comprando e vendendo lugar no céu. Então, fizeram uma reforma. Lutero surgiu, teve coragem, e criou outras igrejas, que melhoraram o mundo cristão. É este o momento. Já que V. Ex^a é professor, vou citar Rui Barbosa, que, vivendo uma época de corrupção – e ela sempre vai existir e nós temos que combatê-la –, disse: “De tanto ver triunfar as nulidades” – e nunca tantas nulidades assumiram o poder como hoje –, “de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”. Esse é o dia que o PT trouxe ao Brasil. É a hora de pegarmos essa experiência e de fazermos aquela reforma, como Lutero. Creio que é fundamental reformarmos a nós mesmos. Este Poder, para fazer leis boas e justas – e é um Poder moderado e de controle –, tem que se purgar, se reformar, se purificar, separando, o que está no Livro de Deus, o joio do trigo, aquilo que é elementar numa administração: premiar os bons e punir os maus. Não tem ninguém punido aí; é aquela “pizza” que o povo está falando que está acontecendo, estão enrolando e já estão pensando em uma reforma para outras eleições, de não mais 300 picaretas, mas de outros picaretas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Sr. Presidente, obrigado pela generosidade do tempo.

Ficou faltando um aparte, do Senador Flexa Ribeiro. Peço mais uma vez sua generosidade, Sr. Presidente.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Cristovam, quero parabenizá-lo pelo seu brilhante pronunciamento, como sempre profundo. Acho que todos os brasileiros e brasileiras que estão a nos assistir terão um momento de reflexão para lembrar das suas palavras na tarde de hoje. Como bem disse V. Ex^a, é necessário que haja essa reflexão. Lamentavelmente a esperança venceu o medo, mas não venceu a incompetência, a corrupção. Quero associar-me, dizendo que, realmente, a reforma de base que deve ser feita tem que começar pela educação, que V. Ex^a tão bem defende nesta Casa.

Penso que, ao reformularmos, ao investirmos maciçamente na educação, teremos o Brasil com que todos sonhamos para o futuro. Infelizmente, como V. Ex^a ressaltou, os resultados não são em curto prazo, não são resultados para a próxima eleição, como V. Ex^a de forma implícita colocou, mas para gerações ou décadas à frente.

Contudo, tem que haver o início, o ponto de partida. Parabéns pelo discurso!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, apenas para encerrar, ressalto que estamos pedindo desculpas, o povo está-nos avisando, e o aviso é muito mais grave do que as desculpas.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ribamar Fiquene.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem, para um pequeno registro que me sinto no dever de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra a V. Ex^a por cinco minutos.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento esta Casa por ter aprovado hoje, em caráter emergencial e num tempo curtíssimo, modificações na legislação eleitoral. Não é um passo tão grande, mas é significativo quando começamos a pensar no que fazer para que no futuro não vejamos e não venhamos a lamentar episódios tristes como este a que assistimos hoje, de uma corrupção alastrada pelo nosso País.

Cumprimento mais uma vez o Senador José Jorge pela sua competência. Aliás, S. Ex^a fez para esta Casa, como Relator, um trabalho excelente, que faz

com que nós, engenheiros – como o referido Senador, também o sou –, tenhamos profunda admiração pela sensibilidade de S. Ex^a na montagem desse arcabouço jurídico que certamente vai melhorar a relação com o povo nas eleições em futuro breve.

Ressalto o quanto fiquei satisfeito. Não participei do debate hoje pela manhã porque me encontrava participando de uma das CPIs desta Casa, a CPI dos Correios, e não podia dali me ausentar, mas tive acomodadas, pelo Senador José Jorge, algumas emendas, dentre as quais destaco a da proibição de pesquisas eleitorais em período superior aos quinze dias que antecedem as eleições, para evitar que as pesquisas eleitorais se tornem instrumento de propaganda, além de outras emendas que foram aprovadas no todo ou em parte por S. Ex^a.

Quero cumprimentar esta Casa e aqui registrar a minha expectativa de que a Câmara dos Deputados, como fez o Senado da República, com agilidade, faça essa reforma, que vai, sem dúvida nenhuma, obstruir canais que ensejaram a corrupção.

Não é que seja apenas este canal que enseja a corrupção no País. Fiz aqui uma relação de tantas coisas e citei um projeto que considero excelente, do Senador Capiberibe, que universaliza o acesso ao Siafi. Devíamos obrigar a que os Governos, em todos os níveis – federal, estadual e municipal –, colocalassem as suas contas na tela do seu computador para que o povo pudesse, na Internet, acompanhar as receitas e os gastos e fazer ali uma crítica adequada.

Reitero aqui o cumprimento ao Senador Capiberibe e também renovo a minha esperança e a minha expectativa de que o projeto de S. Ex^a seja reproduzido nos níveis estadual e municipal.

Parabéns ao Senado da República, porque avança na luta contra o que todos temos o dever de banir de forma definitiva: a corrupção. Não tive oportunidade de apartear, mas quero estender esse cumprimento ao pronunciamento que fez aqui o Senador Cristovam Buarque.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra à eminentíssima Senadora Iris de Araújo, do PMDB, por 20 minutos.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, mais uma vez sou chamada a representar Goiás, meu Estado, nesta Casa, desta vez num grave momento da vida nacional. E se aqui em Brasília sentimos o peso dessa gravidade. E haja peso, porque, nesse meu primeiro dia, ao tentar adentrar o recinto do Senado, fui impedida por um cordão de isolamento, uma vez que havia, logo ali

na entrada, uma ameaça de bomba que se concretizou, sim, só não se tornando um fato realmente trágico porque o serviço de segurança agiu rapidamente, e a bomba foi detonada antecipadamente.

Mas muito mais grave nos parece a situação quando ouvimos pessoalmente os brasileiros nos municípios mais distantes.

Senador Pedro Simon, que é um ícone, é a nossa referência dentro do PMDB, pessoas que trabalham – V. Ex^a sabe – 8, 10 e até 14 horas por dia, grande parte das quais na informalidade e sem nenhuma proteção social, estão estarrecidas com as monumentais quantias de dinheiro envolvidas na corrupção política.

Digo isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque acabo de visitar exatos 120 municípios goianos, onde ouvi habitantes da zona urbana e também trabalhadores rurais. Em todos esses 120 municípios goianos presenciei a indignação popular diante desse descalabro.

Assim, chego a esta Casa ciente da responsabilidade que nos cabe e com o coração pesado ao ver o perigo que corre o Brasil, Srs. Senadores, caso se desfaça o pacto social que nos mantém em relativa paz em todo o País. Digo relativa paz porque não se pode chamar de paz o clima de violência que reina nas grandes cidades e, de uns tempos para cá também, nas pequenas cidades do interior.

Mas mesmo essa paz relativa está agora ameaçada, porque a cada dia a população perde um pouco do respeito devido à autoridade, o que caracteriza uma situação de altíssimo risco social.

Para além da Constituição, para além de todas as leis estaduais e municipais, há uma lei maior não escrita. Uma lei não escrita, mas inscrita nas consciências das pessoas. Essa lei, que eu chamo de pacto social não escrito, é baseada, Sr. Presidente, no respeito de um pelo outro e no respeito de todos pelas autoridades que nos representam.

Quando os servidores públicos não têm sequer razões para respeitar seus chefes envolvidos em crimes e maracutaias... Quando o cidadão honesto tem medo da polícia, quando o empresário é achacado e chantageado para conseguir concessões ou oferecer serviços ao Governo... Não há pacto social que resista! E esse é, de longe, o maior perigo que o Brasil atravessa.

Chamo, pois, à responsabilidade todos nós, inclusive o Presidente da República, para o perigo de convulsão social neste País. Não é hora, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, de inflamar paixões. Não é hora de fazer da inauguração de uma obra pública um comício apaixonado. Os brasileiros têm todo o direito de ir às ruas, quando quiserem, para manifestar o seu pensamento. Mas num momento tão grave da história repu-

blicana, nós, representantes políticos dos cidadãos, não temos o direito de concluir o povo para defender interesses de conquista ou permanência no poder. Aqueles que apelam para essas práticas sabem o que pretendem. Mas, seguramente, não sabem aonde isso pode levar. Estão brincando com fogo.

Mais do que nunca, é hora de trabalhar. E a mais urgente tarefa que cabe ao Parlamento brasileiro é a demonstração de que estamos empenhados em dar fim à impunidade, Senador Mão Santa. Não é pequeno o número de Parlamentares e altas autoridades envolvidas nesse escândalo, e isso nos cobre de vergonha. Mas, tenho certeza, é maior ainda o bloco daqueles que trabalham para solidificação da democracia brasileira, o que inclui a diminuição das desigualdades sociais.

E é nome da democracia que também discordo das críticas recebidas pela Presidência da República pela recente liberação de R\$1 bilhão para custeio e investimentos públicos. Pelo contrário, minha opinião é que isso já deveria ter sido feito há muito tempo.

Estudo, recentemente divulgado pelo IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, que é ligado ao Ministério do Planejamento, portanto trabalha com dados oficiais, mostra que o Brasil continua a ser o vice-campeão mundial em má distribuição de renda. Esse estudo, denominado Radar Social, nos revela que 1% dos brasileiros mais ricos têm renda equivalente à usufruída por 50% dos mais pobres. Peço a atenção das senhoras e dos senhores – e aí digo, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a audiência que tem sido conseguida pelo País afora, por meio das CPIs, e que tem desbanhado inclusive o horário das novelas, com a presunção de que outras pessoas estejam também atentas ao que se passa aqui dentro do Senado, aqui neste Plenário –, esse Programa, denominado Radar Social, é verdadeiramente um radar a nos revelar em números a dura realidade.

Tal como na época da ditadura militar, a economia vai bem, Senador Pedro Simon, mas o povo não vive tão bem assim. Por isso, ao ver os números do Radar Social, fiquei a pensar nos R\$6,5 bilhões que serão consumidos até o final do ano com o Programa Bolsa-Família. Esse é um Programa que venho acompanhando, com interesse, porque vincula ajuda social e educação. E a educação, como já se cansou de repetir neste País, é, comprovadamente, a grande estimuladora do desenvolvimento socialmente sustentado.

Já no final do primeiro ano deste Governo, começaram as críticas à falta de fiscalização dos recursos investidos nos programas sociais. O Governo, é verdade, reagiu e procurou retirar o benefício de famílias que dele não necessitavam. Mas publicamente aceitou um certo afrouxamento na cobrança da contrapartida social.

Em nome de uma falsa piedade social, defendeu-se a não-retirada do benefício da Bolsa-Família daqueles que não cumpriam com o dever de manter os filhos na escola. Ou seja, essa “compreensão” política da miséria considera correto investir recursos públicos para a manutenção dessa miséria. Porque, sem escola, não há educação. E sem educação não há desenvolvimento político, econômico e social. Os brasileiros não podem e nem devem pagar para que crianças fiquem fora da escola. Quanto mais educados e esclarecidos, mais capazes seremos, os brasileiros, de afirmar os nossos direitos e cumprir com os nossos deveres.

Mas voltemos ao Radar Social, que é tão esclarecedor. Nas suas conclusões, diz o estudo citado que são três os maiores desafios para a diminuição das desigualdades sociais: ampliação do mercado de trabalho, diminuição da informalidade, melhoria da renda do trabalhador. Por isso, eu aprovo, sim, a liberação de recursos para custeio e investimentos, que hão de movimentar a economia, melhorar o aparelhamento da segurança pública e da fiscalização de impostos, renovar aeroportos e outros investimentos de grande significação. Mas não apóio, com a mesma ênfase, que boa parte desse dinheiro – R\$45 milhões – sejam geridos diretamente pela Presidência da República em Programas como o Pró-Jovem, entre outros. No momento, a lei assim o determina. Que seja cumprido!

Mas está na hora desta República se tornar verdadeiramente republicana. A concentração de poderes e de recursos na Presidência da República é um entulho autoritário que nós, Parlamentares, temos de enfrentar.

Mas, para isso, temos que mostrar, com toda a clareza que o Parlamento brasileiro é digno do voto que recebeu dos cidadãos. Para isso, temos que trabalhar com urgência a reforma política, mãe de todas as outras reformas. E, paralelamente, temos de garantir a punição de todo aquele que seja culpado, garantindo plenamente o direito de defesa; logicamente, que seja cobrado de cada um a responsabilidade por aquilo que fez.

Ansiosa por colaborar para o debate e a realização da reforma política – em 2003, Senador Mão Santa, Senador Pedro Simon e demais Parlamentares aqui presentes, foi o meu segundo discurso, o primeiro foi o de estréia e, no segundo, defendi a reforma política –, quero fazer uma sugestão. Que, juntamente com outras limitações impostas aos governantes no período eleitoral, imponha-se também a proibição de cadastramento de pessoas a serem beneficiadas com programas sociais.

No início desta fala, referi-me à escuta direta da população que venho fazendo pelos Municípios de

Goiás. Em todos os 120 Municípios, por onde estive, em todos, sem exceção, ouvi queixas de cidadãos que havia sido cadastrados para receberem programas sociais às vésperas dos períodos eleitorais. Pessoas saem de suas casas, enfrentam filas, apresentam documentos e têm seus nomes aprovados para o recebimento de ajuda. Passadas as eleições, a conversa é outra, não se fala mais no assunto. Ou então, muitos dos anteriormente aprovados são retirados da lista dos recebedores. Esse e outros procedimentos políticos são altamente reprovados pelo eleitor, mas nem por isso, aquele que precisa deixa de ir à fila para viver, mais uma vez, uma desilusão. Essas práticas políticas maliciosas desgastam a imagem do político e da autoridade. Por isso, não tenho dúvida nenhuma, precisam ser banidas, antes que a falta de respeito pela autoridade nos leve a uma grave convulsão social.

Recentemente, os meios de comunicação têm sido bombardeados com os bons resultados da economia brasileira. Pela primeira vez, os bancos foram superados em matéria de lucro por empresas dedicadas à produção, entre elas a Petrobras. Essas são, verdadeiramente, boas notícias, que precisam ser complementadas também por notícias boas na área política, ou tudo periga, tudo pode desandar.

Aos que participam das Comissões Parlamentares de Inquérito, aos responsáveis pelos inquéritos policiais e àqueles que, no Judiciário, terão o dever de julgar cabe a responsabilidade de combater a impunidade, seja de quem for. A nós todos cabe a responsabilidade de sustentar politicamente o fim da impunidade, mas também a de continuar o trabalho de cada dia, que inclui a urgente reforma política, que nos vai garantir mais um passo importante na conquista da democracia.

Já fui, antes e depois das eleições, uma apoiadora deste Governo. Hoje, já não estou contra nem a favor. Estou atenta. Apóio com alegria as boas conquistas.

E, mais do que nunca, estou disposta a combater todo e qualquer uso abusivo da autoridade.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, retorno a esta Casa com o sentimento de muita responsabilidade. Ouvi, antes de chegar aqui, de uma jornalista que me entrevistava, a seguinte pergunta: mas a senhora não tem medo? Respondi-lhe: venho de uma longa caminhada, ainda jovem, combatendo o estado de exceção, lutando pela retomada das eleições diretas, passando por momentos de dificuldades em que meu marido teve seu mandato cassado. E não seria agora, Senador Pedro Simon, companheiro de longas jornadas, Senador Mão Santa, que me sentiria intimidada.

O bom político, Sr. Presidente, não escolhe a hora, vai. É por isso que aqui estou.

Obrigada a todos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora, V. Ex^a ainda tem cinco minutos. O Senadores Pedro Simon, Mão Santa e Garibaldi Alves Filho, todos querem saudá-la.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Com o maior prazer. Fico extremamente honrada, ao perceber que, com meu discurso, provoquei o aparte de ilustres Senadores. Tenho certeza de que todos gostariam de ouvir V. Ex^as.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Primeiro, o Senador Pedro Simon, por questão hierárquica.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Senador Pedro Simon, por favor.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É com muita alegria que recebemos V. Ex^a de volta hoje. O mesmo brilho, parece mentira, e ainda mais bonita.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Obrigada, Senador.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Essa jornalista que perguntou se V. Ex^a não tinha medo deve ser muito nova não deve conhecer a política do nosso País. Uma jornalista com experiência conhece a sua luta, a sua garra, o trabalho que V. Ex^a fez não apenas como Primeira-Dama da Prefeitura ou do Governo do Estado em mais de uma oportunidade, mas no plano social, no atendimento à criança, na preocupação com a questão da moradia. A plataforma sua e do Governador Iris Rezende* foi qualquer coisa de extraordinário; marcou presença e época pelo que significou. Mas sei – o Senador Maguito Vilela me falou – que V. Ex^a está em campanha para vir em definitivo para esta Casa, candidatando-se ao Senado na próxima eleição – ele, Maguito Vilela, para Governador, e V. Ex^a, para o Senado. Dizia-me que o que está fazendo a diferença e é muito positivo é a comparação entre o que o atual Prefeito está fazendo, nesse ano e meio de mandato, e os oito anos de administração do Governo de Estado anterior. Depois de muito tempo, do PMDB, com Iris Rezende e Maguito Vilela no Governo do Estado de Goiás, lá está outro partido. Mas, na eleição do ano que vem, vai-se fazer a comparação. O que fomos nós na Prefeitura e no Governo, e o que são eles. Disse ao Senador Maguito: Mas para você é mais fácil, porque a Senadora Iris vai enfrentar o Governador. Ele disse: olha, Pedro Simon, a vitória dela é mais fácil do que a minha, porque há quase unanimidade no sentimento de que o lugar é dela. Então, vi um pronunciamento oportuno, competente, em que V. Ex^a parece ter feito uma análise deste ano, da sua última vinda.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – V. Ex^a tem mais dois minutos.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É uma demonstração – não tenho nenhuma dúvida – de que, dentro de pouco tempo, teremos aqui uma extraordinária Senadora, que honrará ainda mais Goiás e o Brasil. É uma alegria muito grande tê-la ao nosso lado, nossa querida Senadora Iris.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço ao Senador Pedro Simon as gentis palavras, que abrilhantam, neste momento, meu primeiro pronunciamento.

Passo a palavra ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Iris, faço minhas as palavras de Pedro Simon, que disse que V. Ex^a está mais bonita, mas isso tudo é compreensível. Eu a acompanhei, quando candidata a Vice-Presidente, votei em V. Ex^a, que está mais jovem. Isto é complexo: como ficou mais jovem e bonita? Mas quero dizer o que significa a presença de V. Ex^a. V. Ex^a é evangélica e é mulher. É a presença da mulher na política. Precisamos da candidata. Creio que foi Deus que a colocou, porque, ao longo da história da humanidade, a mulher tem sido mais correta, mais decente, mais honrada, mais honesta e mais legítima. Em respeito a V. Ex^a, que é evangélica, entendemos que o maior drama da humanidade foi a crucificação de Cristo. Uma reflexão: todos os homens falharam. Anãs*, Caifás*, o pai dele, José, Pedro. Todos os homens falharam. Lá estava Verônica, enxugando o rosto, as três Marias... E V. Ex^a representa tão bem, neste momento de dificuldade política, como herança da história de Cristo, essa dignidade e fortaleza que a mulher traz. Precisamos de pureza e firmeza na política do Brasil.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço o aparte do Senador Mão Santa e devo dizer que S. Ex^a cumpre as ameaças que faz. S. Ex^a havia ameaçado, há pouco, que dizer que eu estava mais bonita agora.

Quero dizer àqueles que não nos conhecem que a nossa vivência nos dá essa liberdade, porque somos companheiros de longa data.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A Sr^a empata com a Adalgisa.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu disse isso a ele.

Obrigada, Senador Mão Santa.

Senador Leonel Pavan, também gostaria de ouvir V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senadora Iris, quando a vi hoje, fiquei muito feliz, porque vimos o quanto V. Ex^a foi importante para o Congresso e para o Brasil no período em que aqui esteve. Fui Prefeito de Balneário Camboriú por três vezes, e uma das minhas maiores propostas, um dos meus maio-

res compromissos foi com o social. Quando investia no social, dizia aos empresários que era para fortalecer o turismo. Muitos não entendiam isso. Eu dizia: Olha, o turista só gosta da cidade, se nela encontrar um povo feliz. E um povo feliz tem educação, saúde, saneamento, habitação, qualidade de vida, e um sorriso estampado no seu rosto. Investi muito no social e, com isso, no turismo daquela cidade.

(Interrupção do som.)

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Sabemos do seu trabalho, da sua luta, justamente na área social. Quando a vi hoje, disse: bom, temos mais um reforço para defendermos a maioria do povo brasileiro, que é um povo sofrido; para defendermos os projetos e os investimentos no social, coisa que este Governo, infelizmente, não vem fazendo. Com V. Ex^a aqui, vamos sair mais fortalecidos, estaremos mais fortes para lutar pelo povo humilde, trabalhador e que carece hoje de projetos sociais. Parabéns pela sua volta. Estamos felizes.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço as gentis palavras do nobre Senador Leonel Pavan. Concordo com tudo o que V. Ex^a colocou, uma vez que, dentro do meu pronunciamento, a análise foi exatamente nessa direção.

Eu gostaria de ouvir o nobre Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Iris de Araújo, não tive o privilégio de conviver com V. Ex^a no seu mandato nesta Casa, mas quero saudar o seu retorno a esta Casa, ao convívio dos seus Pares, em substituição ao nobre Senador Maguito Vilela. O primeiro objetivo do meu aparte, tão generosamente concedido por V. Ex^a, era fazer essa saudação inicial ao seu retorno e, depois, dizer que concordo plenamente com o texto do seu pronunciamento, principalmente na parte em que tão bem expõe a questão do aparelhamento do Estado pela pobreza, que é aquela manutenção. Não somos contra o atendimento emergencial dos mais necessitados. No entanto, é necessário que, ao mesmo tempo em que se faz esse atendimento emergencial, o Governo invista na geração de emprego e renda, para que aqueles que hoje são necessitados possam dar uma sobrevivência digna a suas famílias. Compartilho do seu pensamento. Farei também um pronunciamento nesse sentido, relacionado à entrevista das páginas amarelas da **Veja** da semana passada. O economista queniano James Shikvati* fez uma referência a esse fato, lamentando e pedindo que os países do Primeiro Mundo não continuem mandando recursos, subsídios, de 50 bilhões – como querem mandar este ano para a África. Entende que,

com isso, estão fazendo a manutenção da pobreza. É preciso que os pobres da África também tenham condições, por meio de investimentos, de gerar emprego e renda; que, na seqüência, possam ter um emprego para, com dignidade, manterem suas famílias. Parabéns pelo seu pronunciamento.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço o pronunciamento de V. Ex^a e o prazer de conhecê-lo.

Gostaria de terminar minhas palavras fazendo uma pequena reflexão e dando continuidade ao que foi dito pelo Senador Flexa Ribeiro. Creio, sim, que os programas sociais são importantes, mas não podemos permitir – e é aí que chamo a atenção de V. Ex^as – que esses programas sejam utilizados como forma de ganho político.

(Interrupção do som.)

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Isso é inadmissível no momento em que se discute o País em termos de moralização, do que está acontecendo neste País, no mundo político, ou lá fora. Quando se fala em mensalão – escrevi um artigo recentemente e o distribuí até para os Senadores do meu Partido – e “mensalinhos”, trata-se de uma prática que já existe há muito tempo. Agora, porém, as vísceras dessa prática – desculpem-me a palavra – indecente estão sendo colocadas aos olhos da Nação.

Registro a consciência nacional que se formou em termos da fiscalização e do acompanhamento do trabalho político não só do Senado, mas da Câmara em todos os momentos. Nunca tivemos notícia de que o Brasil estivesse tão atento ao mundo político. Costumo dizer que o grande horário eleitoral não está sendo desligado, como se faz na época das eleições.

Eu gostaria de terminar minhas palavras, mas antes quero conceder um aparte, com o maior prazer, ao nosso Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senadora Iris de Araújo, pedi este aparte por três motivos distintos que se complementam. Primeiro, para registrar quão aquinhoados é o Estado de Goiás de ter o Senador Maguito Vilela como seu representante nesta Casa e, quando S. Ex^a tira uma licença, termos a condição, a categoria e a importância de receber novamente uma Senadora do quilate de V. Ex^a, que já tem uma história nesta Casa. Sem dúvida alguma, será um pilar importante na construção do debate social que V. Ex^a mencionou aqui. Registro ainda que é importante o acompanhamento dessa questão social, e hoje voltamos, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma legislação eleitoral que visa a proteger os programas sociais, mas evitar também que esses pro-

gramas sejam instrumento da compra de voto. Na verdade, os programas sociais têm de ser algo libertador, e não algo que vá levar à prisão e à desmobilização da sociedade. Então, tenho certeza de que, com sua competência, seu brilho, sua experiência, nos meses em que vai abrilhantar a Bancada do PMDB, teremos muitas oportunidades de discutir e procurar caminhos importantes para que a sociedade brasileira seja cada vez mais respeitada, reerguendo-se e construindo a cidadania que todos almejamos. Bem-vinda à Casa! É um prazer recebê-la de volta.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço, eminente Senador. Suas palavras só podem acrescentar o que acabei de dizer.

Para terminar realmente, estaremos todos aqui...

(Interrupção do som.)

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – ...prolongando esse debate que considero importante.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Mais um minuto.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Mais um minuto para conceder um aparte ao eminente Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senadora Iris de Araújo, serei breve pelas contingências do momento. A Presidência já está fazendo um apelo a V. Ex^a no sentido de encerrar seu brilhante pronunciamento. Manifesto minha satisfação por estar aqui e ver que V. Ex^a vai-nos dar novamente uma grande contribuição na tribuna da Assembléia, nas comissões, onde V. Ex^a estiver presente. V. Ex^a chega a esta Casa num momento difícil, crítico, mas, com pessoas valorosas como V. Ex^a, com Parlamentares do seu quilate, saberemos enfrentar esta crise e encontrar soluções. Muito obrigado.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço, sensibilizada...

(Interrupção do som.)

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – ...ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, Governador do seu Estado por duas vezes. S. Ex^a só contribuiu para o engrandecimento do nosso País.

Muito obrigado a todos pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao eminente Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHOTOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a dimensão histórica dessa crise pode ser medida, não só pelos volumes financeiros envolvidos, que temos presen-

ciado a cada momento, mas, talvez, pela omissão de órgãos que deveriam estar fiscalizando, agindo e não estão; e, sobretudo, pela reputação dos envolvidos, pela quantidade de baixas que já provocou tanto no Governo quanto na sua base de apoio, incluindo-se aí vários dirigentes de estatais, deputados, enfim.

Na verdade, essas comissões parlamentares mistas de inquérito estão cumprindo seu papel. Deverem cumprir o seu papel constitucional de investigar e esclarecer essa rede de corrupção e de identificar todos, absolutamente todos os envolvidos, para que as autoridades competentes apliquem penas duras, não apenas colocando na cadeia quem lá mereça está, mas, sobretudo, sobre o patrimônio dos culpados, retornando ao Erário os recursos que tenham sido desviados.

Sobre a devolução de recursos públicos que tenham sido desviados, quero fazer desta tribuna algumas considerações para o povo brasileiro. Trata-se de considerações de extrema importância, razão pela qual as assinalei hoje, de forma veemente, indignada mesmo, na Comissão Parlamentar Mista do Mensalão, da qual sou membro titular, durante o depoimento do tesoureiro, ou ex-tesoureiro, do Partido dos Trabalhadores, o Sr. Delúbio Soares.

Em primeiro lugar, é flagrante a estratégia da maioria das pessoas que vêm depor, do Governo, de não serem objetivas nas respostas; ao contrário: alongam as respostas e divagam para que a reunião flua sem que se chegue ao essencial. O pior – e isso é de se lamentar –, é que, por vezes, a Comissão entra no jogo do depoente, deixando-se levar por discussões paralelas que nada acrescentam, perdendo o foco da investigação e dando ao delinquente o benefício do esgotamento do tempo das perguntas.

Quero dizer, como disse hoje na CPMI, que já é hora de acabar com a denominação “dinheiro não-contabilizado” – essa foi a primeira colocação que fiz quando o Sr. Delúbio Soares começou a falar de recursos não-contabilizados. Chamo a atenção para o seguinte: está S. S^a, a rigor, se referindo a caixa dois, é dinheiro por fora, e é preciso que seja tratado dessa forma e não com o nome pomposo de “dinheiro não-contabilizado”. Caixa dois é caixa dois e vai ser caixa dois, dinheiro por fora, para o resto da vida.

Também não concordei com outra declaração do Sr. Delúbio Soares. S. S^a assinalou que não está envolvido nenhum tipo de recurso público em toda essa questão. Eu afirmei que está e demonstrei por quê. Demonstrei que essa não era apenas uma opinião, mas dedução a partir daquilo que está estampado em jornais.

Fala-se, por exemplo, dos empréstimos do Partido dos Trabalhadores junto ao Banco do Brasil. Está aqui o jornal **O Globo**, 16 de agosto, terça-feira, que diz o seguinte: "BB agora se prepara para o calote do PT". Aqui informam que uma operação do Partido dos Trabalhadores com o Banco do Brasil foi lançada em "Créditos em Liquidação" – isso, no jargão técnico, significa que foi lançada em prejuízo. O Banco do Brasil contabilizou como prejuízo uma operação de R\$ 3 milhões, e, contabilizando como prejuízo, quem perde são seus acionistas, que são, no fundo, todo o povo brasileiro, porque é o Tesouro Nacional o principal acionista do Banco do Brasil.

Além disso, o Banco do Brasil já provisionou recursos – e aí calculo cerca de R\$ 6 milhões – para compensar uma outra operação, uma operação de *leasing* de computadores, o que não é usualmente feito, porque o computador é um bem que, do ponto de vista tecnológico, deprecia-se rapidamente e, por isso, não deve ser objeto de operação de *leasing* – são mais cerca de R\$ 6 milhões lançados em "Créditos em Liquidação". Se somarmos esses valores, teremos R\$10 milhões lançados a prejuízo, contra o Tesouro Nacional e a favor do PT, o que não me parece, absolutamente, ser razoável, ser lógico. Sobretudo, não me parece justo que, num país onde tanta gente tem tanta necessidade, seja o partido que ocupa o governo beneficiado com esse tipo de recurso. Repito: isso não é justo nem é devido. Desminto, portanto, o Sr. Delúbio Soares quando diz que não há recursos públicos envolvidos. Há, e eu provo neste momento que esses recursos estão envolvidos nessas operações.

É difícil entender como os bancos aceitaram fazer essas operações, que foram feitas também com as empresas de Marcos Valério, com o PT. É difícil entendê-las principalmente quando se tem em mente que elas representam hoje, a preços de hoje, cerca de R\$100 milhões – originariamente, eram de R\$50, R\$55 milhões e hoje são R\$100 milhões. Essas operações foram feitas sem nenhum tipo de garantia, o que leva a supor que alguma coisa diferente aconteceu com essas operações, Senador Mão Santa, porque ninguém empresta R\$100 milhões simplesmente no aval. É impossível isso, mesmo porque as regras do Banco Central não permitem que assim se proceda. Se o Banco Central estivesse mais atento, dificilmente essas operações teriam sido feitas.

Eu suponho até que exista uma triangulação com recursos do exterior, com recursos que venham do exterior, recursos que tenham sido aplicados no exterior em títulos lá fora para que garantissem essas operações aqui, porque, de outra forma, não há como entender que essas operações pudesssem ter sido feitas.

O Manual de Normas e Instruções do Banco Central é muito claro em relação à proibição dessas operações triangulares. Quanto à insuficiência de garantias, da mesma forma. Quer dizer, não é possível que essas operações sejam feitas sem a constituição de garantias. E mais: não se pode esquecer que elas foram, como foi no caso da operação do PT, já lançadas em "Créditos em Liquidação", ou seja, lançadas em prejuízo, prejuízo do povo – é prejuízo lançado no Banco do Brasil mas em prejuízo do povo.

Há um outro ponto que é importante. Ao lançar essas operações do Partido dos Trabalhadores em prejuízo, o Banco do Brasil, no dia seguinte, na mesma hora ou simultaneamente, tinha a obrigação moral, ética e legal de executar o Partido dos Trabalhadores, executar judicialmente, protestar judicialmente contra a inadimplência, executando os bens de propriedade do Partido dos Trabalhadores. Acho que isso também não foi feito.

Diante dessas dúvidas todas, eu apresentei hoje um requerimento à Comissão do Mensalão, pedindo ao Banco Central esses esclarecimentos, pedindo que deixe muito claro o que está havendo. É importante que possamos entender todo esse processo de mensalão, todo esse processo de corrupção, e só vamos conseguir isso se conseguirmos fechar as duas pontas, a ponta dos créditos com a ponta dos débitos. E você só pode fazer isso se, efetivamente, levantar todas essas operações que foram feitas e sair atrás de todas elas.

Espero ver respondidos os oito itens do requerimento que encaminhei à Comissão questionando todos os aspectos dessas operações. Não vejo como possível outra forma de operar a não ser com absoluta transparência.

Concedo, com muita satisfação, aparte ao Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Rodolpho Tourinho, quando o assunto é exposto por V. Ex^a, eu não preciso examinar dados para ter a segurança de que a questão está sendo tratada sob o aspecto da responsabilidade. V. Ex^a é um dos Senadores mais seguros, mais firmes e mais cuidadosos no trato de questões que dizem respeito ao interesse nacional. Não ouvi o início de sua fala e não sei se as dúvidas que levanta dizem respeito à atual administração do Banco do Brasil ou a administrações anteriores...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Questiono mais a posição do Banco Central. Acho que o Banco do Brasil está cumprindo hoje o que tinha de cumprir, que era lançar em "Créditos em Liquidação", no entanto, ao fazer isso, teria que ter partido para executar o Partido dos Trabalhadores. Ao lançar em

"Créditos em Liquidação", ao lançar em prejuízo, tem de executar.

Além disso, não acho que seja da boa técnica bancária se conceder operação de *leasing* de longo prazo, sobretudo para computadores, como não considero boa técnica bancária se conceder operações de crédito para times de futebol, partidos políticos, igrejas, hospitais, porque dentro da boa técnica bancária sempre foram considerados, ao longo da vida dos bancos, difíceis de serem cobrados ou, às vezes, impossível, e acabaria fazendo um mal àquela instituição.

O meu questionamento é mais no sentido, Senador Edison Lobão, do próprio Banco Central e da boa técnica no Banco do Brasil.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Bom, entendi bem. Sucedeu o seguinte. O que quero dizer é que o Banco do Brasil está sendo dirigido hoje por uma equipe de profissionais, liderada esta equipe pelo Dr. Rossano Maranhão, que é meu conterrâneo. Trata-se de um antigo servidor do Banco do Brasil, que foi vice-Presidente por muitos anos, e, agora, assumiu a Presidência do Banco. É um profissional da melhor categoria e da maior responsabilidade e respeitabilidade, o Dr. Rossano Maranhão. Ele, com o seu modo de dirigir o Banco do Brasil, já conseguiu inclusive um feito extraordinário para o Tesouro Nacional, ao qual V. Ex^a se refere, e para os acionistas privados. Mas como realmente o Tesouro Nacional é o maior acionista, vamos considerar que assim seja. O Banco do Brasil nesse semestre já apresentou um lucro recorde de R\$2 bilhões. Isso exatamente em razão da administração eficiente, criteriosa e séria que se exerce ali. Mas estou convencido de que o requerimento de informações de V. Ex^a haverá de trazer uma luz mais ampla a essa dúvida que surge, não apenas na cabeça de V. Ex^a, mas seguramente na mente de muitos outros Srs. Senadores. V. Ex^a, como sempre, trilha o caminho do interesse público e da melhor causa nacional. Mas estou convencido de que, do ponto de vista do Banco do Brasil, o Dr. Rossano Maranhão terá sempre uma explicação convincente, porque calcada na realidade, de tudo o quanto se faz nessa gestão do Banco do Brasil. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. RODOLPHOTOURINHO (PFL – BA) – Senador Edison Lobão, é até bom que V. Ex^a tenha feito a pergunta, porque no começo, quando falei, V. Ex^a não estava presente. Em hora nenhuma fiz crítica ao Banco do Brasil. Nem ao Sr. Rossano. O meu requerimento refere-se aos R\$55 milhões de operações, hoje R\$100 milhões, das empresas de Marcos Valério com bancos privados. Não tem nada a ver com o Banco do Brasil. Absolutamente nada.

Hoje, fui contra a posição do Sr. Delúbio Soares ao não querer chamar caixa dois de caixa dois. E, depois, ao dizer que não havia recursos públicos envolvidos. Mostrei que havia, porque o Banco do Brasil acertadamente, lançou em prejuízo. O Banco do Brasil fez o que tinha de fazer. Então, quero deixar claro que, em momento nenhum, o que falei hoje na CPI e o que estou falando agora aqui é um ataque ao Banco do Brasil – e nem tenho porquê –, ao Sr. Rossano e a ninguém do Banco do Brasil. Sei que o Banco do Brasil agiu corretamente ao fazer o lançamento, antecipando-se, inclusive. Ele podia até não ter feito ainda, mas se antecipou e fez. Então, só tenho elogios a fazer para o Banco do Brasil. Em hora nenhuma eu toquei nesse assunto. Quero deixar muito claro, mesmo porque admiro muito toda a estrutura do Banco do Brasil, tenho enorme respeito por ela, e não houve nenhuma intenção, nem falei nada sobre o Banco do Brasil.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Fico muito contente em ouvir essas implicações finais de V. Ex^a. Aliás, tinha dito no começo da minha intervenção – e, espero, tenha sido breve – que aquilo que diz V. Ex^a eu assino embaixo pelos critérios com que V. Ex^a sempre pauta os seus pronunciamentos, dos cuidados e da responsabilidade. Mas fico alegre por ver os encômios de V. Ex^a também à atual administração do Banco do Brasil, que é liderada pelo Dr. Rossano Maranhão. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. RODOLPHOTOURINHO (PFL – BA) – Não tenho dúvida. Repito que o meu questionamento é em relação a operações de mercado das empresas do Sr. Marcos Valério, sem garantias e com valores altíssimos. Aí sim é que temos, efetivamente, que contestar e buscar as razões disso.

Mas, enfim, o que quero deixar muito claro é que ou juntamos todas essas pontas, do débito e do crédito, das entradas e saídas, ou dificilmente vamos obter resultados satisfatórios, porque entendo que não adianta ficarmos eternamente fazendo reuniões, inquirindo pessoas sem chegar a um objetivo final. Penso que, neste momento, temos de conduzir todas as nossas ações dentro de um foco, buscando os culpados, buscando punir os culpados, porque esse é o dever do Senado Federal. E é o que toda a população brasileira espera que cumpramos e que tenho absoluta convicção de que cumpriremos.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Rodolpho Tourinho, o Sr. Ribamar Fiquene, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador Leonel Pavan, pela Liderança do PSDB.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Nobre Senador e Presidente Mão Santa, quero dizer que, para mim, é uma honra usar esta tribuna com V. Ex^a presidindo, até por que o nosso Estado de Santa Catarina, como todo o Brasil, admira-o muito pelo seu trabalho e pela forma corajosa com que desempenha o seu mandato. Então, para mim, é uma alegria enorme usar a tribuna enquanto V. Ex^a preside.

Quero colocar aos nobres companheiros que hoje, pela manhã, estivemos no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, falando com o nosso querido catarinense, do Município de Concórdia, o nosso Ministro Luiz Fernando Furlan*.

O Ministro Luiz Fernando Furlan disse-me que já está veterano no cargo porque se mudaram muitos Ministros e ele permanece no cargo. Permanece pela sua competência e, acima de tudo, por honrar o seu mandato como Ministro e orgulha os catarinenses, orgulha o povo de Concórdia, lado oeste de Santa Catarina.

Fomos falar com ele, juntamente com os Deputados Paulo Bauer, Carlito Merss, Paulo Afonso e Fernando Coruja que comandam, hoje, a Bancada de Santa Catarina. Falamos com o Ministro sobre a questão dos moveleiros, principalmente de Santa Catarina. É claro que há inúmeras indústrias no País, mas quero me referir ao meu Estado, Santa Catarina, e àqueles que estão no oeste de Santa Catarina, esquecidos dos Governos.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a robustez econômica do Estado de Santa Catarina depende, em larga medida, dos médios e pequenos empreendimentos da classe produtora local. Nesse sentido, não se pode cruzar os braços quando se verifica que o setor moveleiro catarinense denuncia atravessar uma crise comercial de graves contornos. A gravidade do quadro empresarial, de tão incisiva, leva o setor a clamar aos políticos por assistência e apoio.

Na verdade, segundo a Associação dos Moveleiros do Oeste ou de toda a Santa Catarina, a situação é tão problemática que exige uma intervenção urgente mais efetiva do Governo Federal. Isso se justifica na medida em que os fatores responsáveis pela depressão dos negócios guardam proximidade causal muito expressiva com as diretrizes macroeconômicas ditadas pelo Governo Federal.

Sem dúvida, o impacto da austeridade macroeconômica tem imposto um severo e injusto fardo financeiro e comercial aos moveleiros. Se procedermos a uma

análise mais detalhada sobre a planilha dos preços e da inflação do período compreendido entre maio de 2002 e maio de 2005, constataremos que o aumento dos principais itens da cesta de custos é espantoso.

Para ter uma ligeira idéia do assombro, vale registrar que o preço da madeira, por exemplo, teve um reajuste acumulado de 66%, ao passo que o INPC do mesmo período mal atingiu a faixa dos 33%. Isso para não mencionar o estrondoso aumento de 83% no valor dos fretes para a Europa, e de 73% para os Estados Unidos.

Não por acaso, num levantamento recente, a maioria das empresas moveleiras consultadas declarou a redução nas vendas em relação a 2004. Em alguns casos, os números chegam a uma dimensão assustadora, com a queda nas vendas na faixa dos 40%! Disso resulta a inclinação do setor para apelar à concessão de férias coletivas, folgas e outros artifícios mais drásticos, como é o caso das demissões em massa.

Nós poderíamos dizer, Senador Mão Santa, que todo o setor moveleiro está preocupado. Mais do que acompanhar a paulatina redução do poder de compra do consumidor – objeto de não somenos relevância para o mercado interno –, a entidade associativa entende que a depreciação do dólar tem influído negativamente nas atividades exportadoras.

Poderíamos dizer, Sr. Presidente, que, diante da falta de políticas para o setor moveleiro, diante da falta de investimentos no setor e de reconhecimento dessa atividade, pela importância que tem para Santa Catarina e para o Brasil, o setor moveleiro está prestes a tomar uma posição dura e drástica.

A associação dos moveleiros do Oeste de Santa Catarina reivindica, para não tomar nenhuma posição pública ou fazer algum movimento em Brasília, conforme documento amplamente distribuído, que o Executivo se sensibilize com a dramática realidade não somente de quem vende no mercado interno, mas sobretudo de quem exporta.

Queria dizer ao nobre Senador Flexa Ribeiro, que também sabe da importância do setor em Belém do Pará – porque lá lida-se muito com madeira –, que, desse modo, sugerem os moveleiros que os incentivos fiscais estaduais e federais sejam viabilizados para o setor, sem que, com isso, comprometam-se recursos que previamente seriam destinados à indispensável modernização da infra-estrutura nacional.

Sr. Presidente, estou resumindo este pronunciamento. Depois, vou entregá-lo para que seja integralmente publicado nos Anais desta Casa para que possamos, certamente, usá-lo quando necessário, já que foi feito com a assessoria de uma comissão técnica, tendo muitos dados e pesquisas que não gostaria de

citar, até porque gostaria de dividir o meu tempo com os demais Senadores.

Mas é importante dizer que o endosso absoluto às reivindicações da Associação, com a convicção de que a economia de Santa Catarina não pode ser o bode expiatório de um projeto econômico excludente e estagnante. O protesto dos moveleiros deve ser interpretado como um alerta às autoridades econômicas, na expectativa de que uma mudança na política cambial seja, de imediato, adotada.

Sr. Presidente, entrego meu pronunciamento para que seja integralmente registrado nos Anais desta Casa.

Concedo um aparte ao nobre Senador Flexa Ribeiro, para que S. Ex^a possa expressar o seu amplo conhecimento sobre o sofrimento dos empresários dessa atividade.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador Leonel Pavan, quero agradecer a V. Ex^a pela oportunidade que me concede de participar de seu pronunciamento, tão oportuno. Trata-se de um momento em que o setor industrial exportador brasileiro sofre, como V. Ex^a bem colocou, a super valorização do real. É necessário que haja uma medida do Governo em socorro, principalmente, Senador Leonel Pavan, de uma questão de ponta do setor moveleiro, do setor madeireiro, que sofre em nossa região, em nosso Estado – deve, também, estar sofrendo no sul do País –, pela dificuldades de acessar a matéria-prima necessária para a continuidade da atividade. No Pará, já temos um estado de calamidade pública pela inanição dos órgãos competentes do Governo, Incra e Ibama, no sentido de atenderem os projetos de manejo florestal que fornecem insumos necessários para a cadeia produtiva da madeira. Quero, como disse, associar-me ao pronunciamento de V. Ex^a, principalmente no que diz respeito ao setor moveleiro, que está na ponta. Todo o setor produtivo nacional busca atingir esse estágio, agregando valor a nossas matérias-primas para exportação. Quero parabenizá-lo por sua atuação em defesa do Estado de Santa Catarina, V. Ex^a que foi prefeito por três mandatos de Balneário Camboriú. Tive oportunidade de, ao visitá-lo, confirmar a aceitação quase que unânime do povo de Santa Catarina pelo trabalho de V. Ex^a em defesa daquele Estado. E tenho certeza absoluta de que, em futuro próximo, Santa Catarina terá V. Ex^a como seu Governador. Obrigado pelo aparte, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agradeço ao nobre Senador Flexa Ribeiro, uma das maiores autoridades deste Senado e que orgulha seu Estado, o Pará.

Como falei, Senador Flexa Ribeiro, tenho alguns dados, pesquisas, pois a assessoria do Senado fez um estudo muito profundo desse setor, constando, inclusive,

a opinião de alguns empresários. Porém, por ser um pronunciamento muito extenso, não o lerei na íntegra, mas vou deixá-lo registrado nos Anais do Senado.

Mas, para finalizar meu discurso, não poderia deixar, nobre Presidente Mão Santa, de registrar alguns dados referentes ao que está ocorrendo em âmbito nacional e principalmente nas CPMIs.

Todos os Senadores, independente de cores partidárias, sempre têm usado a tribuna chamando a atenção do Governo referente aos desmandos...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Leonel Pavan, peço permissão para interrompê-lo, porque regimentalmente esta sessão termina agora às 18h30 e vou prorrogá-la por mais meia hora, tempo necessário para que V. Ex^a conclua seu pronunciamento e possamos ouvir ainda os oradores inscritos e que o Brasil quer ouvir.

Estão inscritos ainda os Senadores Pedro Simon, Alberto Silva, Ribamar Fiquene.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – RO)

– O Senador Flexa Ribeiro já aparteou e creio que está satisfeito. Falta também o Senador Garibaldi Alves Filho. Então, peço a compreensão e o espírito sintético de todos os senhores para dividirmos o tempo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Tenho certeza de que teremos tempo para todos os Senadores. Sr. Presidente, Senador Mão Santa, a intervenção que V. Ex^a fez agora, embora importante, gastou dois minutos do meu tempo e, por isso, solicito apenas que os desconte do meu tempo.

Gostaria de deixar registrado à população brasileira, que está apreensiva, preocupada, frustrada, indignada, que tenha certeza de uma coisa: nós, Senadores, estamos fiscalizando não apenas aqui no plenário, mas principalmente nas CPMIs, e vamos honrar o nosso mandato. Certamente, as CPIs enviarão às Comissões de Ética o nome de todos os Parlamentares envolvidos nesse mar de lama.

Não é possível, não poderemos conceber e não vamos aceitar, de forma nenhuma, que tudo isso termine em nada. A população brasileira está esperando punições.

Hoje, pela manhã, ouvimos na CPMI, mais uma vez, o tesoureiro do PT, Sr. Delúbio Soares. Quando nós perguntávamos ao Delúbio se ele era amigo do Presidente Lula, ele se esquivava e não dizia; não queria dizer se era amigo ou inimigo. Será que ele estava comprometendo o Presidente? Será que o Presidente o comprometia?

Achamos muito estranho para...

(Interrupção do som.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, vou concluir..

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB-PI) – Senador Leonel Pavam, as palavras se vão no vento e as obras ficam no coração. V. Ex^a é um político muito feliz porque já fez muitas obras em Santa Catarina, na cidade de que foi Prefeito.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas se existe uma obra que temos que construir é o resgate da dignidade e da confiança do povo com a classe política. Talvez essa seja a maior obra que nós teremos que construir aqui no Congresso Nacional, Senador Mão Santa, e essa obra depende de nós, senão, nas próximas eleições, nós iremos pagar muito caro. Por

isso é uma obra do resgate da dignidade, da confiabilidade e do fortalecimento da ética, que é o nosso maior compromisso.

Aproveito essa sua intervenção para finalizar o meu pronunciamento, dizendo que todos aqueles que se comprometeram com a sociedade brasileira e com seus eleitores precisam cumprir com dignidade o seu mandato.

Por isso faço um apelo aos que integram a CP-MIs, como eu, para que sejamos rápidos e possamos levar à Comissão de Ética os nomes dos envolvidos, se forem parlamentares, para que sejam punidos, e assim não sejamos nós cobrados nas ruas.

Obrigado, Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR LEONEL PAVAN.

DO SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB – SC)
Senhor Presidente, Senhoras e Senhores

Senadores,

– A robustez econômica do Estado de Santa Catarina depende, em larga medida, dos médios e pequenos empreendimentos da classe produtora local. Nesse sentido, não se pode cruzar os braços quando se verifica que o setor moveleiro catarinense denuncia atravessar uma crise comercial de graves contornos. A gravidade do quadro empresarial, de tão incisiva, leva o setor a clamar aos políticos por assistência e apoio.

+ Na verdade, segundo a Associação dos Moveleiros ~~do Oeste~~ de Santa Catarina, a situação é tão problemática que exige uma intervenção urgente e mais efetiva do Governo Federal. Isso se justifica na medida em que os fatores responsáveis pela depressão dos negócios guardam proximidade causal muito expressiva com as diretrizes macroeconômicas ditadas pelo Governo Federal.

Sem dúvida, o impacto da austeridade macroeconômica tem imposto um severo e injusto fardo financeiro e comercial aos moveleiros. Se procedermos a uma análise mais detalhada sobre a planilha dos preços e da inflação no período compreendido entre maio de 2002 e maio de 2005, constataremos que o aumento dos principais itens da cesta de custos é espantoso.

Para ter uma ligeira idéia do assombro, vale registrar que o preço da madeira, por exemplo, teve um reajuste acumulado de 66%, ao passo que o INPC do mesmo período mal atingiu a faixa dos 33%. Isso para não mencionar o estrondoso aumento de 83% no valor dos fretes para a Europa, e de 73% para os Estados Unidos.

Não por acaso, num levantamento recente, a maioria das empresas moveleiras consultadas declarou redução nas vendas em relação a 2004. Em alguns casos, os números chegam a dimensão assustadora, com queda nas vendas na faixa dos 40%! Disso resulta a inclinação do setor para apelar à concessão de férias coletivas, folgas e outros artifícios mais drásticos, como é o caso das demissões em massa.

Mais do que acompanhar a paulatina redução do poder de compra do consumidor — objeto de não somenos relevância para o mercado interno —, a entidade associativa entende que a depreciação do dólar tem influído negativamente nas atividades exportadoras. Embora o cenário nacional acene com cores econômicas otimistas, especialistas advertem que, muitas das vezes, os efeitos de uma valorização cambial sobre os fluxos de comércio demoram a se materializar.

No caso específico dos moveleiros, os resultados desastrosos da alta do real já se fazem bem sensíveis. Submetidos a uma situação de cruel tratamento comercial, os moveleiros reclamam da inundação desleal dos produtos chineses no mercado interno, secundando observação já externada pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Por isso, Emílio Odebrecht, renomado empresário brasileiro, afirmou, em recente entrevista, que, do jeito que está, o câmbio favorece apenas as empresas que investem fora do Brasil.

No mesmo diapasão, a avaliação de Paulo Skaf, Presidente da Fiesp, sobre o fenômeno não foge ao mesmo tom de gravidade. Para ele, as exportações ainda não despencaram por duas razões fundamentais. De um lado — explica Skaf —, trata-se de contratos de médio e longo prazos; de outro, o mercado doméstico não absorve toda a produção brasileira.

Diante de tudo isso, Senhor Presidente, foi com certo alívio que os exportadores brasileiros receberam a notícia do Ministro do Desenvolvimento, Luiz Furlan, segundo a qual o Governo prepara uma série de medidas para compensar o impacto da alta do real frente ao dólar sobre determinados setores produtivos. Mais que isso, o Ministro, ao reconhecer

as dificuldades da conjuntura atual, promete que iniciativas prioritárias serão conduzidas na área de transporte e de logística.

De fato, a Associação dos Moveleiros do Oeste de Santa Catarina reivindica, em documento amplamente distribuído, que o Executivo se sensibilize com a dramática realidade não somente de quem vende no mercado interno, mas sobretudo de quem exporta. Desse modo, sugere que os incentivos fiscais – estaduais e federais – sejam viabilizados para o setor, sem que, com isso, se comprometam recursos que, previamente, seriam destinados à indispensável modernização da infra-estrutura nacional.

Para finalizar, Senhor Presidente, gostaria de, resumidamente, frisar endosso absoluto às reivindicações da Associação, com a convicção de que a economia de Santa Catarina não pode ser o bode expiatório de um projeto econômico excludente e estagnante. O protesto dos moveleiros deve ser interpretado como um alerta às autoridades econômicas, na expectativa de que uma mudança na política cambial seja, de imediato, adotada.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Pedro Simon, por cessão do Senador Valdir Raupp.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, parece importante salientar que, em meio a essa crise que vive o Brasil e o Congresso Nacional, houve no Senado, hoje pela manhã, um acontecimento da maior importância.

Os Líderes de todos os Partidos, convocados pelo Presidente Renan Calheiros, elaboraram e votamos hoje pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania uma minirreforma eleitoral urgente, urgentíssima, que permitirá à Câmara votar – e tenho certeza de que votará –, para que, até o dia 30 de setembro, esteja promulgada e possamos fazer frente às eleições do ano que vem.

Essa série de denúncias e de fatos que apareceram na imprensa do Brasil inteiro exigem de nossa parte que, ao lado de se fazer o que está se fazendo, – diga-se de passagem muito bem – nas comissões parlamentares de inquérito, investigando e apurando, está claro que não podemos ir para uma eleição no próximo ano sem algumas modificações indispensáveis.

Não podemos fazer as reformas ideais, a reforma política como precisava ser feita. Eu dizia nesta tribuna, no início do mandato do Presidente Lula que, em vez de fazer a reforma da Previdência, o que ele deveria ter feito era a reforma política, era a mais necessária e deveria ser a primeira. E para fazer uma reforma po-

lítica com sucesso, ela deve ser feita no primeiro ano do mandato do Presidente e do Congresso, porque aí haveria serenidade, independência, descomprometimento com fatos daquele Congresso. Não saiu. Não fizemos a reforma partidária e estamos aí com 30 a 40 Partidos.

Votamos no Senado, mas ficou parada na gaveta da Câmara, o financiamento público de campanha. E, hoje, com os escândalos que se repetem, entendemos como ele é necessário. O debate sobre a fidelidade partidária nunca foi tão significativo como hoje. Duzentos parlamentares por mandato de quatro anos, 40%, mudam de Partido. Dessa vez nós tivemos as transferências oficializadas. O Partido do Governo bancou dobrar a Bancada do PP, a Bancada do PTB, a Bancada do PL. E dobrou a sua Base parlamentar, e agora está se verificando de que maneira, com que dinheiro.

Aliás, falando nisso, com tudo que aconteceu, ontem, a Câmara funcionou no velho estilo: nós votamos um salário mínimo, considerado muito alto, de R\$380,00 – muito menor do que o que o Lula prometeu, que seria duplicar no seu Governo –, foi para Câmara e o que aconteceu?

Nós estamos pedindo por amor de Deus, com o excesso de arroz por causa da importação da Argentina e do Uruguai, para que o Governo compre o que está sobrando de arroz e não para jogar fora, seria uma aplicação, porque ele guarda e vende no ano que vem. Faz parte da política governamental uma política

de estoque, de comprar na época da sobra e vender na época da falta. O Governo não tem dinheiro. Não tem porque não tem, porque não tem, porque não tem. Ontem liberou R\$1 bilhão para as emendas dos parlamentares e foi aprovado, a toque de caixa, não houve nem a possibilidade de votação nominal. Mas derrubaram, como queriam, o aumento do salário!

Então, reparem como tudo o que aconteceu ainda não fez o Governo entender que ele tem que parar para pensar. E nesse método e nessa forma ele não vai chegar a lugar algum. Derrotou o salário mínimo; não será R\$380,00, mas R\$300,00. Mas o preço foi muito caro. O preço de trocar meia dúzia de emendas para cada Deputado para que ele votasse a favor, não pedisse verificação de **quorum**, desse presença para manter o número necessário na Câmara dos Deputados, demonstra como é grave a nossa situação.

Por isso, a reunião de hoje de manhã foi realmente muito importante. Eu até mexi: o Presidente era do PFL, Sr. Antonio Carlos, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; o texto inicial, o projeto inicial, do ilustre Presidente do PFL, Senador Bornhausen, de Santa Catarina; e o Relator era do PFL de Pernambuco, Líder da Minoria, Senador José Jorge. Eu nunca vi o PFL tão “por cima”, comandando praticamente tudo. No entanto, a Comissão teve um belo desempenho, e conseguimos aquilo que muito dificilmente se consegue: o entendimento de todos os Partidos. E votamos um projeto que vai melhorar a eleição do ano que vem.

Primeiro, não teremos mais os Dudas Mendonças criando um Lula artificial, de paz e amor. As campanhas de televisão serão praticamente ao vivo, e os candidatos se apresentarão, falarão, exporão suas idéias, irão para o debate. Não será mais um programa em que são gastos 60% da receita que um partido político destina para uma eleição – e é um programa gratuito, imaginem se tivesse de ser pago!

Mas fazem um programa tão espetacular que se gasta mais do que em um capítulo de uma novela da **Globo**. E fazem tudo isso para esconder o candidato, para você não saber quem ele é, o que pensa, qual a sua história e quais os compromissos que tem para com a sociedade.

A nossa decisão é que a campanha tem de ser ao vivo – e acho que foi uma grande decisão. Serão proibidos camisetas, brindes e “showmícios”, onde dois cantores ganham praticamente uma fortuna para se apresentar e reunir multidões. Em Caxias, minha terra natal, o PT fez dois **shows** espetaculares em que dizímos para a nossa gente: “vão lá”. Diziam: “é a única chance na vida que tenho de ver o Fulano de Tal, e de

graça”. Não vai ter mais “showmício”, nem camisetas, nem brindes. Isso foi aprovado também.

Foi aprovada uma maior transparência. Não é o ideal. O ideal – e ainda é possível a Câmara aprovar – é dinheiro público na campanha, que o Senado já aprovou. Isso seria o ideal. Mas, se não for isso, nós aprovamos limitações na campanha, limitações na busca do dinheiro. Cada candidato tem de ter uma conta única, uma conta para o candidato. Não podem aparecer, como agora, restos de campanha. Não há mais restos de campanha. A campanha tem de ter naquela conta; o que entra é naquela conta e o que sai é naquela conta, e o candidato é responsável civil e criminalmente por aquela conta. Creio que foi muito importante essa decisão. Creio que a Câmara se reunirá e votará esse projeto e creio que o Congresso reagiu com alívio.

Há alguns dias eu estive nessa televisão...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já encerro, Sr. Presidente. Eu estive nessa televisão, dizendo que eu talvez seja candidato ao Senado no Rio Grande do Sul se meu Partido me der legenda.

Mas eu me pergunto: como é que eu vou para a televisão? Falar o quê? Qual a propaganda que vou fazer, se há uma interrogação em todo...? E eu argumentava: “eu vou, vou usar o programa de televisão, sentar, colocar atrás ‘Pedro Simon, Senado, nº 15’ e dizer: ‘olha, eu sou candidato, se quiserem votar em mim eu fico muito satisfeito’.

Qualquer coisa que fizer a mais será suspeito, porque isso que está acontecendo tisnou todo o Congresso Nacional, nós todos estamos marcados. Por isso, o esforço que se fez hoje no Senado foi muito importante e espero que a Câmara dê uma resposta também favorável. Não é possível que não tenhamos condições de fazer a reforma política por que o Brasil está esperando. Não é possível que tenhamos quarenta partidos aqui apenas para vender legenda.

Mas, se Deus quiser, repito, hoje foi um bom início.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedemos a palavra ao Senador Alberto Silva. V. Ex^a, com a inteligência privilegiada e a capacidade sintética, em cinco minutos vai levar a mensagem ao País, porque Cristo fez em um minuto o Pai Nossa, e V. Ex^a, com uma inteligência igual, em cinco minutos, vai falar ao País.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Solicito que V. Ex^a aumente esse tempo, faça uma deferência

ao seu conterrâneo e passe isso para dez minutos, prorrogando por dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a terá mais dois minutos de prorrogação pelo fato de juntos termos nascido no Piauí. Farei como os Apóstolos fizeram com a mensagem de Cristo, saindo propaganda até o dia de hoje.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Vai começar agora, o tempo vai começar agora, porque V. Ex^a gastou o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está com a palavra.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu acho que ser sintético nessa hora não é fácil, mas quero apanhar as palavras do Senador Simon, que acaba de sair da tribuna e disse que afinal de contas os partidos se reuniram e aprovaram uma modificação na Lei Eleitoral que permite evitar o que tem acontecido agora, porque ele diz que as empresas de propaganda transformam, escondem os candidatos, isso é verdade, gastam-se fortunas com showmícios. Isso é um grande passo que o Congresso está dando. Ele espera que a Câmara aprove e depois menciona a necessidade... Diz ele que tem muita fé que o Congresso, ainda reunido, possa apresentar sugestões para o desenvolvimento do país. Então, quero ver se sintetizo, uma vez que o Presidente me colocou uma blindagem de tempo, de cinco minutos mais dois. Vou tentar, dei aula muitas vezes e procurei ser sintético com os alunos, sintético, mas claro nas minhas proposições para que não hajam dúvidas. Tenho feito isso durante toda a minha longa vida pública.

Neste instante, penso assim: a OAB diz que o Presidente devia convocar o Conselho da República para que apresente sugestões ao Presidente e depois logo diz que o Presidente não atendeu, li nos jornais hoje. Acontece que sou membro desse Conselho, por decisão que muito me honra, por eleição aqui neste plenário, e, como Conselheiro, ex-Senador, ex-Governador, ex-Prefeito, ex-Deputado e agora Senador pela segunda vez, creio que nós, do Congresso, temos uma obrigação. Já não falo o conselheiro ir lá e propor aos seus companheiros que chegue até o Presidente com algumas sugestões. Podemos dar as sugestões a Sua Excelência daqui mesmo. São necessárias reformas? São. Quais delas? Várias. Agora mesmo a reforma política fez um pequeno arranjo, que vai ser utilíssimo nas próximas eleições. Mas o que eu acredito que o Brasil está precisando urgentemente, e o Presidente da República – creio – pode fazer isso, é aproveitar o momento do mundo. O mundo inteiro está consciente de duas coisas, que são terríveis para a humanidade, que

depende da energia ou do petróleo para movimentar o desenvolvimento. Então, se o petróleo acabar – e vai mesmo acabar dentro de 20 anos, segundo previsões –, há um Protocolo, o de Kyoto*, que reclama que o petróleo queimado aquece a atmosfera e o planeta e, em aquecendo-o, há os que digam que virão ondas de 100 metros e arrasarão com tudo. O que devemos fazer? O Brasil tem a chave na mão. Diria, que nós, aqui deste Congresso, poderíamos nos reunir, fazer um grupo de trabalho, e levar uma proposta ao Presidente. Eu a faria logo agora: Presidente, o Brasil pode se transformar no mais importante País do mundo produtor de energia. Por quê? Porque temos solo, temos água, temos terra e temos gente desempregada. Está na hora de empregar essa gente toda, produzindo energia renovável. Não precisa furar buraco no chão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Permita-me, senão me atrapalho. Dê-me aqueles minutos, basta apenas V. Ex^a apertar o botão.

Em vez de furar buraco, como faz a Petrobras para achar o combustível fóssil, plantemos, que é renovável: planto hoje, planto no ano seguinte, planto no outro ano, e dou emprego a todos os trabalhadores rurais, e o dinheiro, circulando, gera riqueza.

Vamos mais adiante. Vamos para a Amazônia, que está sendo ameaçada de ser conquistada pelos que precisam de energia. Na Amazônia, temos a possibilidade de alguns milhões de hectares serem plantados com dendê. Sabem quantos litros de óleo dá um hectare de dendê? Oito mil litros.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, permita-me, porque esse negócio é importante.

Só na Amazônia, podemos produzir o equivalente a 6 milhões de barris de combustível/dia. Só na Amazônia. Se fizermos um acordo com uma binacional, com a Venezuela, por exemplo, que também tem um pedaço amazônico, teremos, o que fizemos em Itaipu, energia gerando riqueza e emprego. E, no semi-árido nordestino, plantando mamona e feijão, teremos energia e emprego, e o Brasil pode se transformar. Garanto-lhes como os japoneses e os chineses colocarão dinheiro aqui no Brasil para que façamos álcool biodiesel e vendamos para eles, que estão necessitando.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, vejo que o nosso Governador, o Senador José Maranhão, gostaria de me apartear. Permita-me conceder-lhe o aparte, por favor.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – É um prazer, Senador, apartear V. Ex^a, para dizer que V. Ex^a fala de cátedra sobre este assunto que aborda neste final de sessão do Senado da República, porque V. Ex^a tem o conhecimento acadêmico e tem a experiência prática. A demonstração de sua competência ficou comprovada quando exerceu o Governo do Estado do Piauí.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – E levou todas essas experiências a que está-se referindo à prática.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Exatamente.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – E diria, a título de lembrança – sei que isso está nas preocupações de V. Ex^a também, porque V. Ex^a disse que o Nordeste tem solo, tem água; o Brasil tem solo, tem água –, que o Brasil tem sol, que é uma grande fonte de energia não poluente.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Esqueci-me do sol.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – E, no Nordeste, temos a brisa constante do litoral nordestino, que pode ser a fonte geradora de energia eólica.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Com certeza.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Portanto, V. Ex^a está de parabéns, e de parabéns também está o Senado da República por ter um homem público do gabarito e do porte de V. Ex^a.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senador Maranhão. Fomos companheiros, e Governadores que fomos, e o Presidente, que também foi Governador, concorda conosco.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que, durante a minha longa vida, a única coisa que peço a Deus é que não me deixe ser pessimista, e que me permita ser otimista até o fim da minha vida, e que eu possa, em determinados momentos, como agora, convocar os companheiros desta Casa para formarmos um mutirão em favor de uma proposta como essa que acabei de fazer e de outras que poderemos oferecer ao Presidente.

Presidente Lula, já que as coisas estão assim, assuma o comando e nos convoque, a todos, não precisa ser o Conselho não, convoque a todos nós, do Congresso, que levaremos propostas concretas como essa.

Criar a Beberas coloca o Presidente na escala dos que trabalharam pelo Brasil: Getúlio criou a Petrobras; o regime militar criou o Pro-álcool, que é uma potência, e Lula pode criar a Biobras, que será muito

maior do que a Petrobras e gerará milhões de empregos para os brasileiros. É o que esperamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Quero informar a V. Ex^a, Senador Alberto Silva, que jamais cortaria o seu tempo, porque está escrito nas Sagradas Escrituras que Deus dá longa vida àqueles seus escolhidos e permite que eles, durante todos os dias de sua vida, exercitem sua atividade profissional. E Ele tem dado essa benção a V. Ex^a, como um engenheiro político, que, confirmado ontem, quando tivemos uma audiência com a Ministra, a Senadora Marina Silva, defendendo a carcinicultura, não só do Piauí, mas de todo o Nordeste, quando V. Ex^a, com a sua inteligência privilegiada, conseguiu a sensibilidade da Ministra Marina Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedemos a palavra ao Senador do Estado do Maranhão, Ribamar Fiquene.

O SR. RIBAMAR FIQUENE (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a representação política constitui-se em uma das mais engenhosas e inteligentes criações humanas. Transferir para um indivíduo a responsabilidade pelo encaminhamento, defesa e deliberação das vontades coletivas pressupõe o alcance de um elevado grau de um compromisso civilizador dos distintos grupos sociais.

Na quadra lamentável que atravessa o Brasil de 2005, tornam-se necessárias, senão imperiosas, intensas e renovadas reflexões acerca da natureza, extensão e responsabilidade da representação política. Parece-me o caminho eficaz para mudança radical das práticas acintosas e criminosas que, em estado de constante sobressalto e perplexidade, a Nação vem conhecendo a cada dia.

Mas, na tarde de hoje, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna são cumuladas inquietações e, mais do que isso, uma indisfarçável irresignação em torno da Resolução nº 21.702, de 2 de abril de 2004, do Tribunal Superior Eleitoral, que impôs a redução do número de Vereadores em nossas Câmaras Municipais.

Penso que estaremos todos de acordo, eminentes Pares, em conceder ao municipalismo um papel elementar, fundacional das nossas práticas democráticas de representação.

É no Município, célula-tronco do nosso modelo político, que invariavelmente nos vamos abastecer do voto popular, conhecer as dificuldades enfrentadas pelo povo e pela cidade e os desafios que precisam ser

equacionados e superados. É no Município que nasce e floresce a representação política mais basilar, com os Vereadores, cidadãos-representantes que vivem o cotidiano da **polis** e que, reunidos nas Câmaras, vão debater, decidir e legislar sobre os temas imediatos mais relevantes para as comunidades representadas.

É exatamente por isso, Sr^{as}s e Srs. Senadores, que me parece imprescindível uma profunda revisão da resolução do Tribunal Superior Eleitoral, equivocando em seu entendimento sobre o número adequado de Vereadores por municipalidade. Ainda há pouco, prevalecia o entendimento de que cabia à Lei Orgânica Municipal, observados os limites constitucionais, a definição da composição das Câmaras Municipais. O art. 29 da Carta Política, da Carta Magna, não deixa dúvidas, ao comandar a combinação de proporcionalidade e baliza constitucional. Os juízes coletivos, por seu turno, também compreendiam que não cabia interferência de qualquer outro órgão ou entidade na definição do número de Vereadores às Câmaras Municipais. Até mesmo a nossa mais alta corte de justiça, o Supremo Tribunal Federal, suspendera dispositivos de Constituições Estaduais que limitavam os Municípios na fixação, via lei orgânica, do número de seus Vereadores.

Agregue-se, igualmente, que o próprio Tribunal Superior Eleitoral havia elucidado a questão em acórdão que diz, com todas as letras: “A Constituição federal reservou à autonomia de cada Município a fixação do número dos seus vereadores, desde que contida entre o limite mínimo e o limite máximo correspondentes à faixa populacional respectiva”. Se percorrermos a jurisprudência firmada por distintos tribunais estaduais, teremos a convergência de entendimentos na delegação ao Município de tal tarefa.

Essa compreensão, escorada, como disse e reafirmo, em pronunciamentos de várias cortes, altera-se radicalmente no julgamento, pelo STF, em março do ano passado, do Recurso Extraordinário nº 197.917, relatado pelo então Ministro Maurício Corrêa. Prevalecem, a partir de então, agregações condicionantes e redutoras, como o princípio da razoabilidade no poder de legislar das Câmaras de Vereadores e o postulado da isonomia, fazendo-se uma nova e alargada hermenêutica da previsão constitucional da proporcionalidade. Reduz-se, em uma decisão, o poder concedido, de forma inequívoca, pela Carta Constitucional aos Municípios.

Dias depois dessa decisão do STF, o Tribunal Superior Eleitoral, ancorado no Código Eleitoral e na deliberação do Supremo, edita a malsinada Resolução nº 21.702, de dois de abril de 2004, que estabelece “instruções sobre o número de Vereadores a eleger

segundo a população de cada Município”. Tem-se, assim, a abrupta redução no número de representantes em inúmeras municipalidades.

Na verdade – e é preciso que se diga isso com todas as letras –, a decisão do TSE, que culminou com a redução do número de Vereadores, é fruto de uma evidente exorbitância daquele Tribunal. Não cabe ao Colegiado Eleitoral alterar normas preexistentes ou inovar, editando uma norma legal. Sua prerrogativa normativa é meramente regulamentar; não cria direito novo, mas regulamenta direito previamente em vigor. Em uma expressão, busca conferir o mínimo de unidade e organicidade ao conjunto de normas preexistentes que vão regular o pleito que se segue.

Na síntese, as normas, dispostas em uma pirâmide, encontram-se devidamente hierarquizadas, em uma relação de subordinação e coordenação. Logo, não é aceitável que os regulamentos ultrapassem ou contrariem o comando da lei; na pirâmide, situam-se abaixo dessa norma e a ela deve harmonizar-se.

É preciso recordar e enfatizar, como o faz o ilustre Consultor Legislativo desta Casa, Gilberto Guerzoni Filho, em detalhado e iluminador estudo, que a “Resolução de nº 21.702, de 2004, do TSE, é criação originária, exercício de Poder Legislativo pelo Tribunal Superior Eleitoral”. Ou seja, tem-se aí uma evidente usurpação de poder, que implica verdadeiro atentado à autonomia municipal, prevista pelo art. 18 da Constituição Federal. Ademais, beira a desrazão, pois estabelece uma padronização que não encontra justificativa e privilegia as maiores Câmaras Municipais do País.

Evidência mais eloquente é o fato de que, com a Resolução citada, sobe de 56% para 90% o número de Municípios brasileiros que têm, na sua Câmara Municipal, a composição mínima de nove Vereadores. A mais de um terço dos Municípios do País impõe-se a redução, enquanto 3.120 Municípios, dos quais 3.098 já no mínimo, remanescem inalterados.

Embora a doutrina não seja pacífica no que tange ao caráter de ente federativo atribuído ao Município, restringir sua autonomia deve ser tomado como uma limitação ao princípio federativo. Do ponto de vista mais pragmático, cabe salientar que a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral não levará, obrigatoriamente, à redução das despesas com as Câmaras Municipais, como imaginam inúmeros apoiadores da medida. E isso é mera decorrência da manutenção dos dispositivos legais que tratam da matéria, notadamente a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade.

Em resumo, Sr. Presidente, entendo, apoiado por juristas e estudiosos do Direito, que a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral leva a marca da inconstitucionalidade formal e material, ferindo a autonomia

do Município, além de mostrar-se inócuas do ponto de vista econômico-financeiro. Da perspectiva política, reduz a representação e, ao fazê-lo, eventualmente, acaba-se por silenciar a voz de milhões de eleitores que vêm limitado o seu direito de escolha e de eleição de representantes identificados com suas causas e com seus ideais.

Nesse contexto deve ser proclamado o mérito das ações diretas de constitucionalidade, como a de número 3.345 no Supremo Tribunal Federal, em pauta de julgamento para o dia 25 de agosto corrente...

(Interrupção do som.)

O SR. RIBAMAR FIQUENE (PMDB – MA) –...impestrada pelo Partido Progressista, e a de número 3.365, do Partido Democrático Trabalhista e outras, em tramitação naquele Excelso Pretório.

Há de se ver, Sr. Presidente, que a matéria, embora polêmica, está **sub judice**, e o que se quer é que se dê direito a quem tem direito. **Dura lex sede lex**, ou melhor, a lei é dura mas é lei. E ninguém pode torná-la fraca; ninguém pode, no determinismo de qualquer situação, que o apanágio da mais veemente emoção do mundo venha a constituir-se no mais sério espetáculo do mundo brasileiro, porque o vereador é a essência da democracia!

Portanto, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, penso que é prudente e oportuno que esta Casa assuma, como prioridade, a rápida revisão da Resolução...

(Interrupção do som.)

O SR. RIBAMAR FIQUENE (PMDB – MA) –...nº 21.702, de 2004, reabrindo, ainda na atual legislatura municipal, se possível, o restabelecimento do direito de ocupação das vagas aos candidatos que foram atingidos pela mencionada Resolução do TSE.

É de se ressaltar, por fim, o que preconiza a doutrina e a jurisprudência no Direito Eleitoral.

Haja o que houver, no santuário da predestinação mandatária, a democracia nunca será manchada, enquanto existirem os pressupostos da legalidade.

A soberania nacional deve reposar nos pilares do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para que a hegemonia do Direito possa sustentar a grandeza do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Ribamar Fiquene, a Mesa foi muito generosa no tempo porque V. Exª traduz o pensamento do Senado da República. Ficou mal resolvida a questão do mandato dos vereadores, influenciado sobretudo pela mídia, e não por esta Casa. E sintetizariamos isso com um exemplo do mundo, que demonstra o que é ser vereador. Giscard d'Estain, Presidente da França por sete

anos, disputou uma eleição com Mitterand. Ganhou no primeiro turno, perdeu no segundo; questionado sobre o que ia ser na vida, ele disse: "Eu vou para a minha cidade ser vereador". Isso é o significado da importância do vereador no organograma da democracia.

Concedo a palavra ao Senador pelo Estado da Paraíba, ex-governador e que engrandece o PMDB, José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB.) – Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI.) – V. Exª vai dividir o tempo com outro nosso também Senador, ex-Governador do Rio Grande do Norte. Aí, encerraremos a sessão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – O Senador Garibaldi Alves, a quem quero homenagear também, sendo sucinto, nessa breve comunicação que quero fazer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI.) – Em respeito ao funcionários, que estão desde cedo trabalhando.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, as preocupações do Brasil são com o escândalo, esse verdadeiro terremoto Tsunami, que tomou conta dos noticiários dos jornais do Brasil inteiro e de alguns jornais de outros países.

De repente, quem contempla o cenário nacional, olhando pela ótica do periodismo brasileiro, tem a impressão de que não existe mais dignidade neste País. Existe, sim. A grande maioria do povo brasileiro, especialmente entre o povo simples, que, sendo simples, sabe renunciar à tentação que leva muitos homens públicos, às vezes até privilegiados do ponto de vista financeiro, a cometem delitos graves contra a Nação e, sobretudo, contra a confiança dos seus eleitores.

A revista **IstoÉ**, edição de 17 de agosto de 2005, traz na primeira página uma manchete. Aqui, a fotografia do Presidente Luiz Inácio da Silva e o noticiário de que o publicitário Duda Mendonça confessou ter recebido R\$10,5 milhões do PT nas Bahamas, dizendo que leva a crise política para o Palácio do Planalto.

Lá em cima, no cantinho, em letras bem menores, está a notícia que me chamou a atenção, porque se refere à pequenina e heróica Paraíba, meu Estado natal. Eu diria pequenina e honesta Paraíba, Estado que tenho a honra e o orgulho de representar nesta Casa do povo.

A manchete diz: “É possível ser honesto. Na Paraíba, famílias devolvem o cartão do Bolsa Família”. E o que está dizendo a revista com isso? Simplesmente registra um fato que poderia servir de exemplo para a Nação brasileira inteira. Duzentas e onze famílias beneficiárias do Bolsa Família, no meu Estado, Município

de Pombal, tomaram a decisão de devolver o cartão que lhes dava direito de receber R\$50,00 todo mês. Na sua consciência cívica, essas famílias se convenceram de que não tinham mais direito a receber o Bolsa Família, porque, naquele momento da devolução, deixava de existir a condição para recebê-la, que era o fato de todos serem desempregados na família.

Ouçamos os depoimentos que a revista **IstoÉ**, do alto da sua competência, tomou lá no Estado da Paraíba. Diz aqui que o marido de Gilvânia Monteiro Lacerda, de 34 anos, obteve um emprego em uma padaria. "Gilvânia entregou o benefício que recebia há menos de um ano, depois que ele foi trabalhar numa padaria."

Outro exemplo. São muitos aqui. Não vou citar todos, até pelas advertências do Presidente de que o tempo é exíguo.

"Se a gente que precisa não tiver consciência, quem vai ter?"

Veja o raciocínio honesto, simples, mas de uma clareza cartesiana, de uma pessoa simples e humilde, diferentemente daqueles que se apropriaram de milhões do Tesouro Nacional.

Depois de três meses doente, meu marido conseguiu trabalho. Minha mãe, embora meu pai não tenha emprego, porque sofre da coluna, nos ajuda. É como uma corrente. Acho que estou ajudando a outros, devolvendo um benefício que graças a Deus existe, mas que, no momento, não preciso mais.

Vejam outro exemplo:

Maria do Céu, 66 anos, reza na mesma cartilha de Gilvânia. Ela abriu mão de R\$50 depois que ficou viúva e passou a receber pensão: Eu não tinha nada e agora recebo dois salários.

Uma das pessoas ouvidas disse que a cidade é pobre, mas que a situação é de quem tem consciência e deve dividir o pouco com todos.

A Secretaria de Ação Social, Yasnaia Pollyana, dá uma declaração. Ela poderia muito bem, como faria um político populista ou vaidoso, dizer que tudo aquilo era fruto do trabalho que seu esposo, o Prefeito, fazia na cidade. Sei que, em grande parte, é assim, pois o Prefeito daquela cidade, o Jairo, é um homem de bem, faz uma administração séria atualmente, que já vem séria desde a administração anterior, do ex-Prefeito Verisinho Lacerda*, que se dedicou por inteiro ao equilíbrio fiscal de sua cidade e à seriedade administrativa.

Mas o que diz sua esposa? Ela diz aqui que esse fato se deve a duas coisas: ao envolvimento do Ministério Público e do Judiciário local e à obediência...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) –... de todas as regras do programa. Se todo mundo agisse dessa forma, com esse equilíbrio, com essa seriedade e com essa obediência ao império da lei, certamente não estaríamos amargando essa situação que está aí, que envolve sobretudo o Executivo e a Câmara Federal – graças a Deus, o Senado da República, até agora, tem se mantido fora das acusações.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero mais uma vez aqui repetir que estou muito orgulhoso de ser paraibano, porque em minha terra encontra-se gente como essas marias, como essas joanas, como essas aparecidas, que estão lá dando exemplo de dignidade, de seriedade e de obediência à lei.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – V. Ex^a me permite um aparte antes de deixar a tribuna?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – E não a deixarei agora só para ouvir V. Ex^a.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Muito obrigado. Na verdade, quero me congratular com o pronunciamento de V. Ex^a e dizer que V. Ex^a tem inteira razão em estar assim feliz, porque, na verdade, o que é que víamos antes? Eram reportagens dizendo que os programas sociais estavam sendo fraudados, o dinheiro sendo desviado...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Que muitas pessoas se aposentavam sem ter as condições necessárias, que até defunto recebia aposentadoria.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – E agora a Paraíba dá esse exemplo. Parabéns à Paraíba e parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Eu, realmente, estou orgulhoso do meu povo e da minha terra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mesa se associa à comemoração da virtude e da honestidade do povo paraibano. Não é sem razão que a bandeira da Paraíba traz escrito "Nego". Aquele bravo povo negou no passado o comunismo e hoje está ensinando o País a negar a corrupção.

Concedemos a palavra ao último orador desta sessão, Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB, do nascente "Grupo dos Autênticos".

V. Ex^a terá cinco minutos de tempo e a seguinte assertiva bíblica: "Os últimos serão os primeiros".

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a esta altura vou ser breve para dizer da minha imensa satisfação em estar ao lado de V. Ex^a nesse grupo que V. Ex^a denomina "Novos Autênticos do PMDB". Quero dizer também a V. Ex^a que, a exemplo do Senador Ribamar

Fiquene, estou dirigindo a minha saudação aos vereadores excluídos pelas Resoluções nºs 2.072 e 2.083 do TSE, e aos membros desse Movimento em Defesa da Constituição e do Número Legal de Vereadores, como eles se denominam. Quero lhes dizer da minha expectativa de que o Supremo possa dar ganho de causa a esses vereadores.

Estou na tribuna desta Casa hoje para assinalar que o dia de hoje foi um dia importante para o Senado Federal. Ao mesmo tempo em que se dava curso às investigações, que as CPIs estavam funcionando, aprovava-se uma reforma política e eleitoral de emergência, reduzindo custos de campanha. É sinal de que estamos atendendo aos dois lados da crise: há o lado punitivo – a Nação espera que os culpados sejam, efetivamente, punidos, custe o que custar – e há o lado preventivo – a Nação espera que isso não se repita.

Espero que a Câmara siga o exemplo do Senado, que hoje aprovou, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, medidas como a redução do período de campanha, a limitação de recursos tecnológicos, a limitação do uso do poder econômico e uma série de medidas que vão repercutir na próxima campanha eleitoral. Temos aqui ainda o agravamento das punições aos infratores da lei eleitoral e o rigor no uso da máquina pública. A adoção dessas medidas é algo de grande importância na promoção da grande reforma política que o País espera que se realize. Aliás, esse projeto, que dá início a uma grande reforma política, já está na Câmara, já está esperando que a Câmara o vote como foi votado no Senado – é o caso do financiamento público de campanha, é o caso da fidelidade partidária, é o caso das listas fechadas, tudo isso está sendo examinado pela Câmara.

De modo que todos nós podemos ficar tranqüilos: desta vez vamos aprender a lição, vamos, realmente, legislar para o futuro e impedir que esses abusos que se verificam hoje aconteçam novamente. Quem poderia imaginar, depois de um escândalo como o escândalo dos Anões do Orçamento, que gerou aquela CPI da qual fiz parte, que isso iria se repetir? Repetiu-se, e não apenas no que diz respeito à manipulação de verbas, como aconteceu com os Anões do Orçamento. Quem diria que aquilo iria se repetir, como estamos vendo agora, sob a forma de mensalão? Uma coisa não difere da outra e só fazem envergonhar esta Nação.

Portanto, Senador, V. Ex^a, que está aqui ao meu lado, fique certo de que há determinação, as duas Casas do Congresso estão absolutamente determinadas. Hoje mesmo ficamos seis horas na CPI dos Bingos, da qual sou Relator, tratando daquele caso do contrato da Gtech* e da Caixa Econômica. Não há a menor dúvida a esta altura de que foi um contrato

lesivo, pernicioso aos interesses da Caixa Econômica e aos interesses da Nação.

Termino as minhas palavras agradecendo ao Senador Mão Santa por esta oportunidade e dizendo a todos que vamos continuar, no ritmo de hoje, avançando para que o Brasil possa recordar esses tempos de hoje como tempos que já se foram e que não vão se repetir jamais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradeço a obediência ao tempo regimental.

Este é o Senador Garibaldi, que uma vez interrompeu o seu mandato no Senado para atender ao chamamento do povo do Estado do Rio Grande do Norte para ser o seu Governador, e um dos mais extraordinários Governadores da História do Brasil.

Os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Reginaldo Duarte, Arthur Virgílio e Paulo Paim enviaram discursos à Mesa que serão publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o § 2º, do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para registrar a visão da Igreja sobre a atual crise política e as denúncias de corrupção que atingem o governo do PT. Na próxima semana, a CNBB irá divulgar uma declaração que criticará o uso de fontes escusas para financiamento de campanhas. A declaração criticará, também, o desvio de recursos públicos e a manipulação de empresas estatais.

O Presidente da CNBB declarou, ainda, que “o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria se explicar à nação a respeito da crise política que atinge o governo, motivada pelas acusações de corrupção”.

Assim, Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito que as matérias intituladas “CNBB pede reforma política profunda e fim da reeleição” e “Presidente da CNBB cobra explicações de Lula”, publicadas, respectivamente, nos jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo** em suas edições de 12 de agosto do corrente, sejam consideradas parte desse pronunciamento, para que constem dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S.PAULO

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/A VISÃO DA IGREJA

D. Geraldo Majella diz que "não sabemos se já chegou à metade do que está por se revelar" e quer que presidente se explique à nação

Presidente da CNBB cobra explicação de Lula

MAURÍCIO SIMIONATO
DA AGÊNCIA FOLHA, EM INDAIATUBA

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e arcebispo de Salvador (BA), d. Geraldo Majella Agnelo, 71, disse ontem à Folha que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria "se explicar" à nação a respeito da crise política que atinge o governo, motivada pelas acusações de corrupção.

"O povo quer ouvir. Seria bom que ele fizesse pronunciamentos à nação para se explicar. É bom que ele fale nesta hora. Assim como ele se dirigiu aos bispos [em carta à CNBB], que ele também fale à nação e fale a todos sobre como ele está vendo a situação e como ele quer superar todas as dificuldades que surgem", disse.

Para ele, "é de estarrecer" a revelação do publicitário Duda Mendonça de que recebeu di-

nheiro das contas de Marcos Valério e que parte da dívida do PT com ele foi paga por caixa dois.

D. Geraldo e outros cerca de 300 bispos participam da 43ª Assembleia Geral da CNBB, no bairro de Itaici, em Indaiatuba (SP). A assembleia acaba na próxima quarta-feira e começou na última terça-feira.

Os bispos preparam uma declaração oficial sobre a conjuntura atual do país, que deve ser divulgada na próxima semana.

D. Geraldo Majella Agnelo disse ser "oportuno" o "choque" pelo qual o país passa — por causa da crise política — e que "não sabemos se já chegou à metade do que está por se revelar". "Foi oportuno o choque, por estar se desencadeando tudo aquilo que não era conhecido, que não era público. E nem sabemos se já chegou à metade do que está por se revelar."

O presidente da CNBB classificou a crise atual de "muito grave"

e disse que ela surge "especialmente da corrupção e de uma deterioração de nossa política".

Enganado

D. Geraldo afirmou que não pode afirmar se as denúncias atingiram o presidente, mas disse que Lula "seguramente não se sente bem" ao saber que foi "enganado e traído".

"Seguramente o presidente Lula, ao menos, não se sente bem sabendo ter sido rodeado por tantas pessoas nas quais colocava a sua confiança e que tenha sido enganado e traído na sua confiança. Não tenho indícios para dizer que ele possa ser atingido pessoalmente", disse.

O arcebispo cobrou ainda a aprovação de uma reforma política e mais "transparência em tudo o que se faz". "Não vejo que o financiamento de campanha seja justo. Essa é uma opinião pessoal.

Não vejo que seja justo o dinheiro público estar aí para financiar campanha. Os Três Poderes não podem se omitir. Tem de haver uma transferência em tudo o que se faz", afirmou.

O presidente da CNBB defendeu também que congressistas sejam impedidos de renunciar para preservar seus mandatos e escapar de processos de cassação. "Estes políticos devem ter sempre uma sanção e devem se tornar inelegíveis e enfrentem o processo de cassação até o fim."

O arcebispo informou ter enviado ontem a "carta de resposta ao presidente Lula", que enviou correspondência à CNBB na última terça-feira na qual diz ter "plena noção da gravidade" da crise política pela qual passa o país. A carta do presidente tem três páginas e foi lida no plenário aos bispos.

O arcebispo preferiu não revelar o teor da carta escrita por ele com apoio de bispos e assessores.

CNBB pede reforma política profunda e fim da reeleição

Documento, em fase final de debate, registra indignação com crise, mas conclama País a não perder esperança

CRISE NO GOVERNO LULA
José Maria Mayrink
INDAIATUBA

A declaração que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgará nos próximos dias sobre a crise política conclama o povo a recuperar a esperança, apesar da indignação diante das denúncias de corrupção e a aumentar sua participação nas decisões sobre os

rumos do País, para fortalecimento da democracia.

O texto, em fase final de discussão na 43ª Assembleia-Geral do episcopado em Itaici, no município de Indaiatuba (SP), propõe o fim da reeleição, a limitação de cargos de confiança, a realização de uma profunda reforma política, a garantia de luta nas campanhas eleitorais e uma rediscussão das relações entre Legislativo e Executivo, fechando as brechas ao cliente-

lismo. A versão provisória do documento receberá pequenas emendas no plenário.

"Esta crise está levando o povo ao desânimo e ao descredito da ação política", afirma a declaração, acrescentando: "O uso de sofridas escusas para o financiamento de campanhas eleitorais, o desvio de recursos públicos, a manipulação de empresas estatais em benefício de partidos é tantas outras denúncias

provocam em todos nós a indignação ética."

A CNBB adverte que a indignação ética é estéril "se não se torna motivo de maior comprometimento pessoal com ações concretas em favor do aprimoramento da ordem política". Em vez de se omitir ou desistir, aconselham os bispos, é indispensável aumentar a participação popular nas decisões sobre os rumos do País".

O texto alerta para a existen-

cia de duas faces da corrupção à pessoa, "que devia ser não só investigada e punida, mas também prevenida", é a estrutural, embutida no próprio sistema político-eleitoral brasileiro. Para o bispo, "não se po-

de desperdiçar a oportunidade de aproveitar este momento para realizar uma profunda reforma política".

Reafirmando seu apoio às investigações que vêm sendo feitas por Polícia Federal, Minis-.

tro Público, Controladoria-Geral da União e CPIs, a declaração da CNBB adverte que "é importante manter o discernimento, a busca incansável da verdade, sem hipocrisia e sem prejuizamentos, para formarmos

uma opinião pública esclarecida e operante".

A declaração termina com um voto de confiança no povo, "cuja cultura guarda valores de grande significação ética, como a solidariedade, a cordialidade e o senso de justiça".

A DECLARAÇÃO DA CNBB SOBRE A CRISE POLÍTICA DO BRASIL

'Resgatar a dignidade da política'

•• 1) Os Bispos Católicos do Brasil, reunidos na 43.ª Assembleia Geral da CNBB, de 9 a 17 de agosto de 2005, em Itaici, Indaiatuba, SP, diante das reiteradas denúncias de corrupção em altas instâncias do poder Executivo e Legislativo, face à indignação popular que elas levantam, conclamamos o povo brasileiro a recuperar a esperança.

•• 2) Esta crise está levando o povo ao desânimo e ao descrédito da ação política. É indispensável, por isto, renovar a convicção já expressa por Paulo VI, ao afirmar que a política é a forma mais sublime de praticar a caridade, quando colocada ao serviço do bem comum.

•• 3) O uso de fontes escusas para o financiamento de campanhas eleitorais, o desvio de recursos públicos, a manipulação de empresas estatais em benefício de partidos, e tantas outras denúncias, provocam, em todos nós, a indignação ética.

•• 4) Mas a indignação ética é estéril, se não se torna motivo de maior comprometimento pessoal com ações concretas, em favor do aprimoramento da ordem política. Ao contrário de omitir-nos, ou de desistir, é indispensável aumentar a participação popular nas decisões sobre os rumos do nosso País, fortalecendo a prática da democracia.

•• 5) Para que esse compromisso ético com o Brasil seja efetivo, é preciso ter presente as duas faces da corrupção.

•• 6) Existe a corrupção pessoal, que deve ser não só investigada e punida, mas também prevenida por meio de maior transparência na administração dos bens públicos.

•• 7) Existe a corrupção estrutural, embutida no próprio sistema político-eleitoral brasileiro, que precisa de urgente reforma.

•• 8) Este é o clamor mais evidente que emerge em meio a esta crise. Não se pode desperdiçar a oportunidade de aproveitar este momento para realizar uma profunda reforma política, que entre outras providências considere os seguintes pontos:

•• 9) Assegure a idealdade partidária,

•• 10) Promova a participação direta do eleitorado em decisões-chave para o País (como prevê o art. 14 da Constituição);

•• 11) Garanta a lisura nas campanhas eleitorais (pelo financiamento público, controle daingerência do poder econômico e aplicação mais rápida e severa da Lei 9840 contra a corrupção eleitoral);

•• 12) Limite cargos de confiança;

•• 13) Coloque as relações entre o Legislativo e o Executivo em nível (fechando as brechas ao clientelismo);

•• 14) Aprimore os institutos da democracia representativa e se favoreça os institutos da democracia direta, participativa e deliberativa, através de referendos, plebiscitos e

•• 15) Reveja o estatuto da reeleição;

•• 16) Queremos apoiar e incentivar todo o trabalho de averiguação dos fatos, levando adiante pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, pela Controladoria-Geral da União, e pelas diversas Comissões Parlamentares de Inquérito.

•• 17) Reconheçamos a importância da imprensa para divulgar os fatos, e colocá-los à disposição da cidadania, não como espetáculo a ser acompanhado para divertimento e alienação, mas para aprimoramento da consciência política dos cidadãos.

•• 18) É importante manter o discernimento, a busca incansável da verdade, sem hipocrisia e sem prejuizamentos, para formarmos uma opinião pública esclarecida e operante.

•• 19) Em sintonia com o nosso povo pobre e sofrido, excluído do mercado, do saber e do poder, devemos ter a lucidez e o senso crítico de não somente encarregar a corrupção na administração dos recursos públicos, mas perceber igualmente o grande mal do nosso país, que é sua enorme desigualdade social. Esta desigualdade é manizada e acentuada por uma política econômica que aumenta a concentração de renda e da riqueza, através de mecanismos que privilegiam o capital financeiro e frustam

tram políticas públicas mais eficazes e abrangentes.

•• 20) Conclamamos, portanto, os governantes e o povo brasileiro para fazer desta crise um momento de purificação política e de maior comprometimento na ação concreta pela construção de um Brasil justo, solidário, democrático e respeitoso da vida e da ecologia.

•• 21) Os pobres são as maiores vítimas da crise. Não podemos roubar-lhe a esperança de justiça e de condições dignas de vida.

•• 22) A experiência de participação popular na política – por meio de movimentos sociais, sindicatos, pastorais sociais, comunidades de base e em partidos políticos – é um patrimônio histórico do povo brasileiro, que não pode ser perdido pela ação nefasta de alguns políticos que buscam o poder a qualquer custo.

•• 23) Qual viajante assaltado por ladrões, caído à beira da estrada, o povo espera o bom samaritano que lhe dê a mão, restaura suas forças e o ajude a prosseguir em seu caminho, como sujeito de sua história.

•• 24) Reafirmamos nossa confiança no povo brasileiro, cuja cultura guarda valores de grande significação ética, como a solidariedade, a cordialidade e o senso de justiça. Ele já deu, ao longo da história, muitas provas de energia e capacidade de superar outras crises. Em sintonia com ele, proclamamos com todo vigor: não vamos desistir do projeto de construir uma Nação justa, pacífica e democrática.

•• 25) Nos momentos mais difíceis a graça de Deus mais se manifesta. Podemos contar com sua ajuda. Apostamos nas convicções cristãs do povo brasileiro, capazes de reanimar a todos, na sua superação dos impasses que a crise atual nos apresenta.

•• 26) Reanimados mutuamente, vamos todos nos unir ao mutirão por um novo Brasil, conforme a convocação da Quarta Semana Social Brasileira, que neste momento queremos renovar e encorajar.

•• 27) Que Deus nos ajude, e Nossa Senhora nos proteja.

Lula deveria ouvir pessoas experientes, sugere bispo

INDAIATUBA

O arcebispo da Paraíba, d. Aldo Pagotto, presidente da Comissão Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da CNBB, disse ontem ao Estado que o presidente Lula deveria convocar pessoas experientes que tenham uma visão abalizada da política para ajudá-lo a discernir sinais de vida e de esperança em meio à crise.

"É hora de refletirmos, até a última gota de nosso sangue, de fazer um esforço sérrissimo, evocando os princípios da ética que regem a República", adverte d. Aldo, insistindo que, em vez de ficar viajando, "um direito que ele tem", Lula precisa escutar a opinião de pessoas mais experientes.

"A Igreja vê grande parte dos bispos vê que o presidente está um pouco desgovernado, um pouco abalado, viajando para lá e para cá e se defendendo muito, quando seria hora de convocar algumas lideranças, além de seu

Grande parte dos bispos vê que o presidente está um pouco desgovernado

conselho, para começar a recuperar aquilo que foi quebrado", disse o arcebispo.

"Um impeachment de Lula seria uma iniciativa inconveniente, inóportuna, um caminho equivocado em busca da solução", adverte d. Aldo, acrescentando que a Igreja não está interessada em capitanear mobilizações contra o presidente. "A Igreja quer, no entanto, fazer parte de um grande mutirão em torno da respeitabilidade das instituições", afirmou.

Este mutirão, segundo o bispo, deve ter por objetivo a busca de um conjunto de saídas de cunho

ético e moral; a partir de três conceitos: 1) apuração rigorosa e serena dos fatos; 2) responsabilização dos envolvidos e condenação de eventuais culpados; e 3) devolução ao erário público daquilo que foi surripiado.

A mobilização social em defesa das instituições demo-

cráticas, sugeriu d. Aldo, "postularia uma reforma política onde, pelo atual sistema, ainda há muitas brechas para a corrupção". Como considera a situação gravíssima, o arcebispo argumenta que "não é possível empurrar com a barriga e dar tempo ao tempo, para que as coisas se resolvam".

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "O que já está provado", de autoria do colunista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 6 de agosto do corrente ano.

Mesmo que aleguem que o dinheiro era para o caixa dois das campanhas eleitorais, já está provado que houve compra de deputados. Mas ainda falta quem, no governo, inventou estimulou, tolerou ou não viu o esquema. O crime já está provado e alguns autores já foram descobertos, basta que se comece por eles para se chegar aos outros.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O QUE JÁ ESTÁ PROVADO

São Paulo – A torrente de denúncias e a grande quantidade de políticos e partidos envolvidos acabou por nublar o cenário.

O exemplo mais eloquente de confusão gira em torno de saber se houve mensalão ou não.

Aí, passa-se a uma questão de fé: eu acredito em José Dirceu ou eu acredito em Roberto Jefferson ou eu acredito em duende.

Bobagem. Vamos aos fatos já provados: o PT, via Delúbio Soares e Marcos Valério, comprou um punhado de deputados. Esse é um fato não controvértido porque, confessado pelos autores.

Se a compra foi em suaves parcelas mensais, como diz Jefferson, ou em grandes tacadas, importa um pepino.

Prevalece o fato de que houve compra de parlamentares.

Também o arcebispo de Florianópolis (SC), d. Murilo Krieger, apostava numa solução democrática para a crise. "O Brasil é maior que esses problemas", disse d. Murilo. E os culpados serão punidos, acredita, "porque a imprensa vai impedir que as investigações terminem sem resultados práticos".

Para d. Albano Cavallin, arcebispo de Londrina (PR), o presidente Lula precisa fazer com que as denúncias de corrupção "sejam investigadas a fundo e, se houver erro, pedir perdão". "Corrupção é fruto de safadeza", afirmou o arcebispo. • J.M.M.

Mesmo que se alegue que o dinheiro destinava-se a pagar dívidas de campanha ou para as futuras campanhas, continua o fato principal: houve compra de deputados.

Ou algum tolinho aí acha que, ao financiar a campanha de José Valdemar ou João, o PT nada esperava em troca?

Etapa seguinte dos fatos: quem se beneficiaria do dá-cá-toma-lá com os Josés, Valdemares e cia. Não era precisamente o PT, mas o governo do PT (nas votações no Congresso ou em futuros apoios para a reeleição do Presidente Lula).

Tudo o que falta apurar é quem, no governo, inventou, estimulou, tolerou ou não viu o esquema. Ponto.

Na outra ponta, é preciso apurar quem financiou o esquema, a menos que algum pateta acredite que foi Marcos Valério. Acredita nisso quem acredita que o Land Rover de Silvio Pereira foi doado no

Mais lindo gesto de amizade.

Tudo somado, o crime está provado, os nomes de alguns de seus praticantes/beneficiários idem. Por que não começar a limpeza por aí, enquanto se apura o resto?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ontem em Brasília, houve uma manifestação chapa-branca liderada pela UNE – que os jornais anunciaram que vem recebendo um elevado volume de recursos públicos – e o presidente Lula tocou sua agenda em Brasília, com relativa tranquilidade. Faz sentido realmente, pois o movimento foi pígio.

Hoje, no entanto, como houve na esplanada um movimento de partidos e entidades que fazem oposição declarada ao presidente Lula e a seu governo, o presidente resolveu viajar para fugir da agitação e dar continuidade a sua campanha eleitoral inaugurando, inclusive, obras já inauguradas.

Mas em sua viagem ao interior da Bahia, mais precisamente na cidade de Vitória da Conquista, o presidente mais uma vez pisou na bola com seus tradicionais improvisos. Disse o presidente:

“Não são poucos os que querem jogar a corrupção para dentro do Palácio”.

Mais uma vez ele se equivocou completamente. Na verdade são pouquíssimos que desejam isso, ou melhor, foi Vossa Excelência, o Presidente Lula, que colocou a corrupção dentro do Palácio. Afinal, quem nomeou José Dirceu? Quem tem ascensão sobre De-lúbio Soares?

Quem jogou a corrupção dentro do Palácio foi Vossa Excelência ao permitir que ministros recebessem Silvinho “Land Rover” Pereira, Delúbio Soares, Marcos Valério e outros dentro do Palácio.

Quem jogou a corrupção dentro do Palácio foi Vossa Excelência ao ver ministros de Estado recebendo os diretores e donos dos bancos envolvidos com os empréstimos ao PT, nas dependências do Palácio.

Sr, Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu gostaria também de, nesta oportunidade, homenagear o dia 15 de agosto. Foi neste dia, no ano de 1823, quase um ano após o Grito do Ipiranga, por dom Pedro I, que o Estado do Pará aderiu à Independência do Brasil.

Foi o bispo Dom Romualdo Coelho, que hoje dá nome a uma rua de Belém – a capital do meu querido Estado do Pará -, aproveitando o Dia da Assunção de Nossa Senhora, quem marcou a sessão solene de promulgação da adesão do Pará à independência do Brasil para o dia 15 de agosto.

O dia é data-magna do Pará e feriado estadual desde setembro de 1996 pela Lei nº 5.999, assinada pelo então governador Almir Gabriel.

A adesão do Pará à Independência completou, na segunda-feira (15), 182 anos. Maranhão e Pará, que formavam província com o hoje Estado do Amazonas, foram as duas últimas províncias a se renderem, depois que os portugueses foram expulsos do País.

O Pará, juntamente com outras províncias, à época da Independência do Brasil, preferiu se manter fiel à Constituição portuguesa.

Essa situação fez com que Dom Pedro I organizasse uma esquadra de marinheiros e oficiais, comandada pelo primeiro-tenente John Pascoe Grenfell e pelo almirante Cockrane, para expulsar a esquadra portuguesa dos mares brasileiros.

A adesão do Pará à Independência somente em 1823 foi um ato extremamente corajoso. Foi a resposta dos paraenses ao abandono que o Estado vinha enfrentando. Foi a insatisfação da elite amazônica, que se sentia afastada das decisões políticas e econômicas do País.

Contribuímos muito com a economia do Brasil, mas ainda somos um Estado pobre. Temos imensas riquezas minerais e vegetais, e pouco é revertido em favor do povo paraense. O pior de tudo é que, infe-

lizmente, poucos conhecem a realidade amazônica. Grande parte da população tem uma visão pouco realista do que seja a Amazônia. Para muitos brasileiros, a região é somente povoada por mitos. Não conhecem a grandiosidade do povo amazônico, que já foi capaz de protestar contra o abandono, através de uma revolução popular, a Cabanagem, que foi o grande movimento popular do Brasil na região Norte.

A adesão do Pará à independência quase um ano depois foi um movimento que congregou burgueses nacionalistas insatisfeitos, militares que desejavam alcançar altos postos, políticos que queriam maior poder de decisão na política brasileira, escravos que ansiavam pela liberdade, índios e mestiços movidos por séculos de dominação e opressão portuguesa. Um movimento corajoso e autêntico. Foi quando o Pará mostrou sua indignação e conseguiu juntar todos os paraenses em uma mesma direção.

No dia 15 de agosto, quando se comemorou a adesão do Pará à independência foi o momento de todos nós nos perguntarmos se está se dando verdadeira importância à região amazônica. Depois de séculos de abandono, é chegada a hora de darmos mais uma vez o nosso grito de revolta, para que o Brasil ouça a nossa indignação em relação à política regional implementada hoje pelo governo federal – se é que há alguma.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu concordo os meus conterrâneos a lutar bravamente pelo desenvolvimento do nosso Estado e da nossa região, com todas as nossas forças. Mostremos para o resto do Brasil a nossa capacidade de reverter o jogo.

Com toda a nossa contribuição ao Brasil, precisamos ser vistos e lembrados nas políticas regionais de desenvolvimento. Chega de sermos relegados a um segundo plano.

O povo do meu Estado tem muito orgulho da nossa grandeza de riquezas e de lutas. Não devemos, nunca, esquecer a coragem de nossos ancestrais que muito lutaram, com sangue, suor e lágrimas, para que a Amazônia tivesse o respeito que deveria ter, mas que ainda não tem!

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, gostaria também de comentar artigo do jornalista Fernando Rodrigues, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, de 13 de agosto de 2005, com o título: “Eutanásia incerta”.

Segundo o artigo, “o melhor cenário previsto para o presidente Lula é torcer para o governo sobreviver vegetando até o dia 31 de dezembro de 2006. Está como um doente terminal numa UTI. Tem danos no cérebro ainda não totalmente conhecidos. Talvez nunca mais consiga caminhar. Suas funções vitais são mantidas por aparelhos”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar os anais do Senado Federal. Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EUTANÁSIA INCERTA

Brasília – A que ponto chegou a administração federal do PT. O melhor cenário previsto para o Presidente Lula é torcer para seu governo sobreviver vegetado até dia 31 de dezembro de 2006. Está como um doente terminal numa UTI. Tem danos no cérebro ainda não totalmente conhecidos. Talvez nunca mais consiga caminhar. Suas funções vitais são mantidas por aparelhos.

As máquinas e os tubos impedindo a transformação de Lula num cadáver político atendem pelo nome de popularidade e economia.

A aprovação do petista vem caindo. Mas são respeitáveis os 31% de “bom e ótimo” e os 41% de “regular”. Nenhum grupo político de relevância defende em público uma eutanásia para o governo. Ok, a palavra **impeachment** é usada abertamente. Só que para recomendar cautela. “Não adianta querer impor o impedimento sem vontade popular”, analisa o líder do PFL no Senado, José Agripino.

Esse é o consenso em Brasília. Mesmo depois das últimas duas bombas. Primeiro, a confissão de Duda Mendonça sobre o caixa dois do PT em 2002. Depois, a entrevista do ex-deputado Valdemar Costa Neto à revista **Época** acusando Lula de saber do acerto financeiro traficado entre o PL e a direção petista.

Se o Brasil fosse o Japão, alguns deputados cometariam suicídio pulando de uma das torres do Congresso. Se o Brasil fosse a Suécia, possivelmente alguns já estariam cassados, inclusive o presidente da República. Mas aqui é o Brasil. Outro padrão.

E tem a economia. Em setembro de 1992 ao sofrer o **impeachment**, Fernando Collor segurava uma inflação anual de 1.131,47% (Fipe) – e só 9% de aprovação no **Datafolha**. Hoje a alta de preços nos últimos 12 meses foi de 6,2%. É muito diferente. Eutanásia e/ou **impeachment** do Governo Federal não é algo tão próximo como possa parecer. A maior característica da atual crise é o alto grau de imprevisibilidade de seu desfecho. Nunca nos esqueçamos. Aqui é o Brasil.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar artigo intitulado “Fantasmas”, de autoria da ar-

ticulista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 14 de agosto do corrente.

O artigo mostra que os últimos acontecimentos foram péssimos para o Presidente Lula: as declarações do ex-deputado Valdemar Costa Neto, o depoimento do publicitário Duda Mendonça e o resultado da última pesquisa do **Datafolha**, que mostrou que a popularidade do presidente Lula está em queda. Como diz a autora, “para a sorte do presidente, não há elementos jurídicos formais para um impeachment e ninguém quer uma saída tão traumática, chocante”.

O artigo conclui afirmando que “não há mais como esconder o sol com a peneira: o governo virou uma miragem, e Lula, um fantasma do velho Lula”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FANTASMAS

Brasília – A semana passada foi péssima para Lula; o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, disse que ele sabia das negociações de dinheiro para os aliados do PT; Duda Mendonça admitiu que recebeu R\$11,5 milhões do PT, via Marcos Valério, e enviou tudo clandestinamente para as Bahamas. O **Datafolha** mostrou que a popularidade de Lula está em queda e que, hoje, ele perderia de Serra num eventual segundo turno.

Repare que há uma íntima relação de causa e efeito entre essas três bombas contra Lula. Para comprar os aliados, os petistas montaram uma fábrica extraordinária de dinheiro com Valério e se meteram com contas em paraísos fiscais. O resultado é que o PT deixou de ser o PT, Lula deixou de ser Lula, ambos não conseguem mais governar e estão jogando pela janela da história uma reeleição tida como líquida e certa.

Os aliados comprados pulam do barco gritando impropérios. Os petistas inocentes se debulham em lágrimas no Congresso. Lula janta com Chávez e tenta entender o que se passa em conversas infundáveis com os poucos ministros que ainda querem resistir ao **tsunami**.

O pronunciamento do presidente na sexta era necessário, mas veio tarde e é insuficiente para conter as ondas fortes, os ventos adversários e a seqüência estonteante de fatos e confirmações. Não responde ao

fundamental: o presidente foi de fato “traído”? Com o principal ministro no centro das denúncias, a cúpula do PT liderando as operações, o filho recebendo financiamento inexplicável e tudo à sua volta ruindo, como ele foi o último a saber? E pela imprensa?!

Para sorte do presidente, não há elementos jurídicos formais para um impeachment e ninguém quer uma saída tão traumática, chocante. Nem a elite financeira, nem a oposição, nem os petistas que sempre foram os maiores defensores do impeachment dos outros. Mas não há como esconder o sol com a peneira; o governo virou uma miragem, e Lula, um fantasma do velho Lula.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial da **Folha de S.Paulo** do último dia 14 de agosto do corrente intitulado “O vazio do PT”.

O editorial mostra como os responsáveis pela arquitetura do projeto de poder do Partido dos Trabalhadores acabaram esfacelando a credibilidade do alegado patrimônio ético do partido.

Segundo o editorial, “certo é que o país já perdeu uma referência ética oposicionista e ganhou um governo medíocre, enredado num incrível esquema de corrupção”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido editorial seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O VAZIO DO PT

O que será do PT? A sucessão de erros da cúpula do partido e do Governo Luiz Inácio Lula da Silva já redundou no esfacelamento da credibilidade e do alegado patrimônio ético da legenda, criando uma situação que deverá provocar mudanças significativas no próprio sistema político-partidário do País.

Terminaram por se materializar os temores manifestados por alguns cardeais petistas acerca de um fracasso histórico das “forças democráticas de esquerda” recém chegadas ao poder. Muitos justificaram a opção por alianças e diretrizes econômicas conservadoras justamente por entender que esse seria o caminho necessário para evitar uma “desestabilização” do Governo Lula. O fiasco, no entanto, consumou-se, não por obra de uma conspiração das “elites” – como alguns

ainda fantasiam –, e sim em decorrência dos equívocos cometidos pela casta responsável pela arquitetura e administração do projeto de poder do partido.

Encastelado na direção do PT, o chamado Campo Majoritário foi o artífice da derrota. A tendência, que é sintetizada pelo Deputado José Dirceu, nas funções de formulador e operador político, e por Lula, no papel de animador de audiências, acreditou que seria possível comprar a escumalha a que se juntou e apropriar-se de estruturas e fundos públicos para consolidar uma posição duradoura de domínio do Estado.

Não contavam os aprendizes de feiticeiros, em sua arrogância de suposta “vanguarda” política, que, em meio à consecução do plano, desavenças características de associações mafiosas viessem a implodir prematuramente o esquema. Assiste-se agora a um constrangedor corre-corre em que cada um procura salvar sua própria pele, ora apontando para bodes expiatórios, ora alegando desconhecer os ilícitos, ora apresentando mentiras infantis.

Aqueles que acompanham o caótico processo em curso no partido não têm dúvida de que haverá uma cisão. A chamada esquerda petista, alijada do poder pelo grupo de Dirceu e Lula, ou deixada à legenda, para se juntar aos que dela foram anteriormente expurgados, ou conquistam o controle da agremiação e dela tentam expulsar seus antigos controladores.

Por ora, o quadro é de crise de autoridade. Nem o Campo Majoritário nem as alas de esquerda detêm efetivamente o poder. O jogo partidário deverá ser definido – ou o caos definitivamente triunfará – por ocasião das decisões internas que serão tomadas no próximo mês de setembro. O mais provável é que ambos os lados procurem se manter no partido. Se nutrem ambições eleitorais, será difícil que venham a abrir mão do generoso horário gratuito de rádio e TV a que faz jus a legenda. Mas não se sabe nem mesmo se o PT vai se manter como partido, pois as transgressões cometidas podem levar à cassação de seu registro.

Certo é que o País já perdeu uma referência ética oposicionista e ganhou um governo medíocre, enredado num incrível esquema de corrupção. O vazio representado pela subtração do antigo PT da cena política e a pulverização das forças de esquema devem acarretar um rearranjo cujas características dimensões ainda estão por definir.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Confie em mim”, de autoria do jornalista Diogo Mainardi, publicado na revista *Veja* em sua edição de 10 de agosto do corrente.

O autor, fazendo uso da frase “confie em mim”, ligou para três parlamentares e conseguiu algumas confissões. O primeiro a receber seu telefonema foi o Senador Eduardo Suplicy, que no governo do ex-Presidente Collor foi o primeiro a pedir o **impeachment**. Diogo queria saber se agora não era hora dele pedir o impeachment do Presidente Lula; a resposta foi não.

O segundo foi o Deputado Federal José Janene, que está entre os que receberam propina do Marcos Valério. Segundo o Deputado, o PP recebeu dinheiro do PT para se tornar aliado. Quem intermediou a negociação foi o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, que encaminhou o partido a Delúbio Soares. O dinheiro foi usado para o pagamento de dívidas eleitorais do PP.

O terceiro foi o Senador Almeida Lima, que apresentou uma proposta de emenda constitucional que poderia salvar o Congresso Nacional, diminuindo um monte de ladrões da vida pública. O Senador sugere a diminuição do número de senadores de três para dois, do número de deputados federais de 513 para 396, um corte de 25% nas vagas de deputados estaduais e vereadores e que se acabe com os vice-governadores e vice-prefeitos e vice-presidente.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CONFIE EM MIM

“Janene: Foi o próprio José Dirceu quem encaminhou o PP a Delúbio Soares. Pode colocar a informação numa matéria, mas sem me citar”

Telefonei para o Senador Eduardo Suplicy. Ele foi um dos primeiros a pedir o **impeachment** de Collor.

Eu: Não chegou a hora de pedir o impeachment do Lula?

Suplicy: Acredito que não.

Eu: A gente já sabe que o governo Lula, por meio de José Dirceu, deu dinheiro porco a parlamentares, em troca de apoio político. Não é matéria para um **impeachment**?

Suplicy: José Dirceu, na Comissão de Ética, afirmou reiteradas vezes não ter sido o responsável pelo pagamento a parlamentares.

Eu: O senhor acredita nele? Alguém acredita nele?

Suplicy: Dou-lhe o benefício da dúvida. Telefonei para o Deputado José Janene. Ele é um dos líderes do PP. Seu chefe de gabinete, João Cláudio Carvalho Genu, recebeu um dinheirão de Marcos Valério. Quando aderiu ao governo Lula, o PP tinha 43 deputados. Agora tem 55. Em 1º de julho de 2003, o presidente do PP, Pedro Corrêa, explicou à **Folha de S.Paulo** que a cooptação de parlamentares era negociada diretamente com José Dirceu: “Ele recebeu a mim e ao deputado que está vindo ao partido. Também ajudam o Pedro Henry e o José Janene”.

Eu: O Senhor nega que o PP tenha recebido propina do governo Lula. Diz que o dinheiro de Marcos Valério foi empregado apenas para dívidas de campanha eleitoral. O pagamento de dívidas de campanha eleitoral fazia parte das negociações entre o PP, os deputados cooptados pelo partido e o Ministro José Dirceu em meados de 2003?

Janene: Eu só posso falar sobre o assunto em **of.**

Eu: Confie em mim.

Janene: Em primeiro lugar, meu chefe de gabinete, Genu, não recebeu tudo isso que estão dizendo. Foram 600,000 reais.

Eu: O pagamento desses 600,000 reais foi negociado com José Dirceu?

Janene: Serei extremamente didático: sim. Foi negociado entre o presidente do partido, Pedro Corrêa, o líder do partido, Pedro Henry, e o Ministro da Casa Civil, José Dirceu. Na época, eu só tratava com Marcelo Sereno.

Eu: Foi o próprio José Dirceu quem encaminhou o PP a Delúbio Soares?

Janene: Claro. Foi ele.

Eu: Espero que o PP esclareça esses fatos em breve.

Janene: É o que pretendemos fazer.

Eu: Tem certeza de que não posso publicar nada disso?

Janene: Por enquanto, não. Pode colocar a informação numa matéria, mas sem me citar.

Eu: Confie em mim. Telefonei para o Senador Almeida Lima. Ninguém dá bola para ele. É um erro. Os parlamentares relutam em pedir o **impeachment** de Lula porque sabem que a população está com nojo deles. Se o Congresso Nacional quer recuperar um mínimo de legitimidade, deve aprovar imediatamente as propostas de emenda constitucional de Almeida Lima. Elas tiram um monte de ladrões da vida pública, reduzindo assim o número de senadores por estado de três para dois e o numero de deputados federais de 513 para 396. Almeida Lima propõe também o corte de 25% das vagas para deputado estadual e verea-

dor, além da abolição dos cargos de vice-presidente, vice-governador e vice-prefeito.

Eu: Em que pé estão suas propostas para a reforma do Estado?

Almeida Lima: Não foram nem apreciadas na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Eu: O senhor pode salvar o Congresso Nacional. Seus colegas parlamentares deveriam carregá-lo nos ombros, com uma coroa de louros.

Almeida Lima: Obrigado.

Eu: Confie em mim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “A desculpa que faltou”, de Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 13 de agosto do corrente.

Depois do discurso mediocre de ontem, ficou provado que Luiz Inácio Lula da Silva é realmente um inepto como piloto da crise. Como disse o autor: “como líderes são necessários, acima de tudo, nas horas de crise, Luiz Inácio Lula da Silva de certa forma demitiu-se ontem dessa função. Pode até permanecer na Presidência da república até o final do mandato, mas ficará como os norte-americanos adoram chamar de **lame duck**”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A DESCULPA QUE FALTOU

São Paulo – O pobre discurso do presidente da República acaba sendo apenas a confirmação do que já se vinha notando desde o início da crise: Luiz Inácio Lula da Silva é inepto como piloto de tormenta.

Como líderes são necessários, acima de tudo, nas horas de crise, Luiz Inácio Lula da Silva de certa forma demitiu-se ontem dessa função. Pode até permanecer na Presidência da República até o final do mandato, mas ficará como o que os norte-americanos adoram chamar de “lame duck” (literalmente, pato manco; no jargão político, um dirigente abalado, portanto manco).

Líder que é líder e se acha traído dá o nome dos traidores, em vez de proteger o traidor pela ocultação.

Líder que é líder não diz que o governo deve desculpas, como se ele não fosse o líder de ambos e não devesse, portanto, dizer com todas as letras e a coragem que lhe faltou: “Eu peço desculpas”. A primei-

ra pessoa do singular era inescapável. O “nós” não a substitui, nas circunstâncias.

Pedir desculpas para valer exigiria dizer que foi Lula, e ninguém mais, quem traiu a história de seu partido, certa ou errada.

Lula sabia perfeitamente que comprar os serviços de Duda Mendonça é luxo que só poderia ser pago da forma como foi, ainda mais tendo como tesoureiro um certo Delúblio Soares, de plena confiança do presidente, outra omissão na desculpa.

Luiz Inácio Lula da Silva sabia perfeitamente que comprar o apoio do PL teria um preço não exatamente ético, como atesta agora o ex-presidente da legenda, o notório Valdemar Costa Neto. Fez questão de comprá-lo assim mesmo.

Luiz Inácio Lula da Silva sabia perfeitamente o preço para ter o apoio do PTB de Roberto Jefferson. Está pagando-o agora, na forma de uma crise muito maior que a sua aptidão para enfrentá-la.

@-cross@uol.com.br

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, gostaríamos de registrar nossa participação, no último dia 12, no III Seminário Estadual Caminhando Para a Igualdade Racial, realizado em Porto Alegre. Registraramos também nossa presença no Simpósio Ministério Público E A Igualdade Racial: Painel: Ação Afirmativa e o Estatuto da Igualdade Racial, realizado em São Paulo no dia 15.

Os dois eventos versaram sobre a questão racial sob dois ângulos diferentes, mas ambos de suma importância para o alcance da tão sonhada igualdade. O primeiro, em Porto Alegre, foi realizado quase que com a presença exclusiva dos militantes e simpatizantes da causa. Lá reforçamos a sintonia que deve haver no movimento negro e a importância de todos trabalharmos pelo ideal que nos une. Contamos com a presença do cantor e apresentador Netinho, que abrilhantou o evento com a sua incansável militância.

Em São Paulo, no ministério Público o evento foi voltado para a importância do cumprimento da Lei, mas levando-se em conta primordialmente a questão humana ligada à Lei. Cumprimento ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Rodrigo César Rebello Pinho, aos demais procuradores presentes no evento, bem como o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo, Doutor Hélio Silva Júnior e o nosso querido Frei Beto.

A credito que estes encontros somam esforços no sentido de levarmos os projetos de igualdade, liberdade a todos os brasileiros. O Brasil é conhecido mundialmente por ser um país miscigenado. De fato, temos aqui uma grande mistura de raças, de etnias, de

religiões... mas, infelizmente, essa diversidade convive com o racismo e com o preconceito.

Os afro-brasileiros – maioria de nossa população – em geral são as principais vítimas. Mas isso não faz com que nos esqueçamos dos índios, das pessoas com deficiência, das mulheres, dos idosos, dos judeus, dos homossexuais, enfim, o leque é bastante amplo.

Apesar disso, o racismo, o preconceito e as discriminações ainda são negados por diversos discursos. Discursos que pregam a plena assimilação dos afro-brasileiros à cultura dominante.

Em outros casos, a discriminação racial não é assumida como rotina. Ao contrário! Muitos tratam os inúmeros casos assim como eventos isolados, episódicos. Há ainda aquelas pessoas que não se confessam racistas ou preconceituosas, mas que têm ações que dizem o contrário.

Sabemos, claro, que todas essas formas de preconceito fazem parte de nossa cultura, por isso cabe a nós, cidadãos brasileiros, começarmos a alterar isso. Nesse contexto, destacamos as ações afirmativas.

Ontem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou projeto de nossa autoria que define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem, o PLS 309 de 2004. Projeto que estava sob a relatoria do senador Rodolfo Tourinho e que agora segue para a Comissão de Direitos Humanos em que será terminativa.

Mais um passo rumo à construção de uma sociedade igualitária!!

Alguns podem se perguntar a importância desse projeto, em que ele irá, de fato, contribuir para alcançarmos essa tão almejada igualdade. E aqui faço uma pequena retrospectiva.

De acordo com o artigo 5º de nossa Constituição, “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. Item regulamentado pela lei nº 7.716 de 1989.

Só que essa lei baseava-se no casuísmo, então, posteriormente, foi alterada pelas leis 8.081 de 1990 e 8.082 de 1994. Essas, por sua vez, tiveram seus conteúdos alterados pela lei 9.959 de 1997. A injúria passa a ser qualificada pela utilização de elementos referentes a raça, dor, etnia, religião ou origem acrescentando o parágrafo 3º ao art. 140 do Código Penal. Mas isso ainda não é o ideal.

Apesar disso, ainda ficam dúvidas. Vamos citar uma: quando um ato de discriminação racial subjetivo encontrar referência num outro tipo penal, como, por exemplo, o crime de lesões corporais, como ele deverá ser punido?

Para alguns, a motivação racista, como elemento subjetivo não é suficiente para decidir qual é a condu-

ta especial. O grau de detalhamento da conduta, sim, funcionaria como o “fiel da balança” do princípio da especialidade.

Resultado: um número enorme de condutas, embora facilmente identificadas no senso comum como prática de racismo, deixam de caracterizar a infração que consta no art. 20 da Lei nº 7.716, de 1989.

É aqui que nossa proposta pretende fazer a diferença. A idéia é superarmos esse impasse por meio da criação de um tipo genérico de crime racial descrevendo mais detalhadamente o aspecto objetivo da ação discriminatória por acréscimo de outros verbos típicos como: “negar”, “impedir”, “interromper”, “constanger”, “restringir”, “dificultar” o exercício de direitos por parte da pessoa discriminada.

Não existem dúvidas, esses verbos são mais adequados às manifestações de racismo e de preconceito que estão presentes em nossa sociedade, em geral, de forma velada e não explicitamente acusativas.

A proposta aumenta a pena daqueles que cometem esse tipo de crime se a discriminação for praticada contra pessoas menores de 18 anos; por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las; contra os direitos sociais (trabalho, lazer, educação e saúde); contra a liberdade de consumo de bens e serviços.

Também cuidamos de oferecer tratamento autônomo à violência racial nas hipóteses em que a discriminação coincide com a prática de lesões corporais, maus-tratos, ameaça e abuso de autoridade. Da mesma forma, o homicídio praticado por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem passa a ser punido na forma qualificada do art. 121, § 2º, do Código Penal.

Devemos destacar ainda o item que diz respeito à incriminação do “atentado à identidade étnica, religiosa ou regional” (art. 6º). Uma inovação!!

Com efeito, o princípio do repúdio ao racismo protege a igualdade e o pluralismo como valores fundamentais do texto constitucional. As legítimas manifestações culturais dos grupos historicamente marginalizados merecem especial proteção penal. O modo de ver, sentir, pensar e viver dessas enormes parcelas da população deve ser protegido contra todas as formas de preconceito.

O pluralismo não pode ser figurativo!!

A proposta define, ainda, o crime de associação criminosa racista (art. 7º). O projeto prevê que as organizações, associações ou grupos racistas receberão punição mais severa do que a prevista no Código Penal. Serão punidas, igualmente, as pessoas que financiarem ou prestarem qualquer tipo de assistência às referidas organizações. Caberá ao juiz suspender ou não as atividades da pessoa jurídica que vier a servir de auxílio à associação criminosa.

Por essas e outras razões é que vemos com alegria a aprovação do PLS 309/04 pela CCJ. Percebemos que aos poucos os preconceitos estão sendo enfrentados por meio de mecanismos concretos de reparação.

E esta Casa mais uma vez nos mostra estar na luta pela igualdade racial. No “Ano da Igualdade Racial” mostramos que estamos ao lado dos cidadãos brasileiros a fim de construir um país melhor.

Aproveito a oportunidade para, mais uma vez, convidar a todos a participarem no dia 16 de novembro da Marcha Zumbi + 10. Um espaço para que a sociedade debata a urgência de políticas públicas que garantam o pleno acesso da comunidade negra aos direitos civis, sociais, econômicos e culturais.

Uma das bandeiras da Marcha é a imediata aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Matéria que, como costumamos dizer, é a verdadeira carta de alforria para a nação negra.

Enfim, esperamos que vocês estejam sempre conosco nessa luta. Uma luta que não é de afro-brasileiros apenas, mas sim de todo cidadão e de toda cidadã que sonha em viver em um país melhor, mais digno e mais igualitário.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar esta sessão de 18 de agosto de 2005, iniciada às 14 horas, mostrando que o Senado está atento e, como há 181 anos, não vai faltar à Pátria naquilo que determinou Rui Barbosa quando disse que só há um caminho e uma salvação: a lei e a justiça.

Esta sessão foi toda supervisionada por este extraordinário homem do Maranhão, Dr. Raimundo Carreiro Silva.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 31 minutos.)

(OS Nº 15548/05)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL – SENADOR RENAN CALHEIROS

**18/08/2005
quinta-feira**

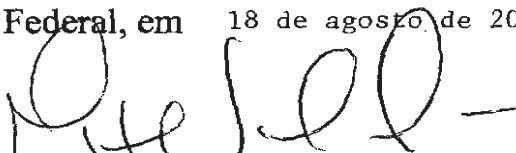
- | | |
|-------|--|
| 09:00 | <ul style="list-style-type: none"> - Reunião da Frente Parlamentar por um Brasil sem armas.
Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, Trecho 4, Conjunto 5 - Academia de Tênis de Brasília |
| 11:30 | <ul style="list-style-type: none"> - Representantes de emissoras de TV e Rádio
Senhora Andréa De Ridder, Rede Bandeirantes
Senhor Geraldo Agosti, Rede Bandeirantes
Senhor Flávio Lara Rezende, Band News
Senhor Elson Ferreira Júnior, Rede Record
Senhor Francisco Almeida, Rede Record
Senhor Luiz dos Reis Lima Netto, Rede TV
Senhor José Emílio Ambrósio, Rede TV
Senhor José Salathiel Lage, Sistema Brasileiro de Televisão - SBT
Senhor Estevão Damázio, Sistema Globo de Rádio - CBN
Senhora Keila Barbosa Bittencourt, Rede Brasil Sul - Televisão / Rádio Gaúcha
Senhor Paulo Machado de Carvalho Neto, Rádio Jovem Pan Brasil
Senhor Evandro Guimarães, Rede Globo
Senhora Luciana Muller, Rede Globo
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal |
| 12:00 | <ul style="list-style-type: none"> - Sessão do Congresso Nacional destinada à apreciação do Projeto da LDO para 2006
Plenário do Senado Federal |
| 12:30 | <ul style="list-style-type: none"> - Senhor Ary Graça, Presidente da Confederação Brasileira de Voleibol, acompanhado do
Senhor Geraldo Lessa
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal |
| 15:30 | <ul style="list-style-type: none"> - Presidente Fradique de Menezes, Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe
Salão Nobre do Senado Federal |
| 16:00 | <ul style="list-style-type: none"> - Ordem do Dia - Sessão Deliberativa
Plenário do Senado Federal |

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3331 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **012801/05-4**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **VALDEMAR PORTO QUADROS**, matrícula n.º 177146, de Motorista para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Delcídio Amaral.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2005.

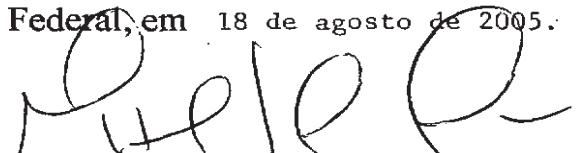

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3332 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e dos Processos n.º **012802/05-0 e 012804/05-3**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **JOSÉ EDUARDO MARZAGÃO**, matrícula n.º 182774, de Assistente Parlamentar, AP-2, para o de Secretário Parlamentar e sua respectiva lotação, do Gabinete do Senador Delcídio Amaral para o Gabinete da Liderança do PT.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2005.

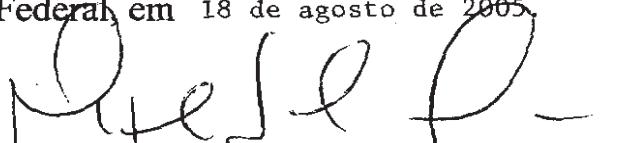

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3333 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **012.799/05-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **DIOGO FERREIRA RODRIGUES**, matrícula n.º 165570, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Delcídio Amaral.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2005.



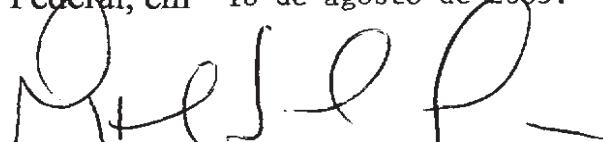
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3334 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **012.800/05-8**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **LUCIANA DE NOVAES**, matrícula n.º 177195, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Delcídio Amaral.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3335 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **012851/05-1**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **MARIA SUELI DANTAS DOS SANTOS**, matrícula n.º 186214, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3336 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012864/05-6**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MAICON CASSIMIRO OLIVEIRA**, matrícula n.º 184345, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, a partir de 17 de agosto de 2005.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3337 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012852/05-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PEDRO MAGALHÃES COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2005.



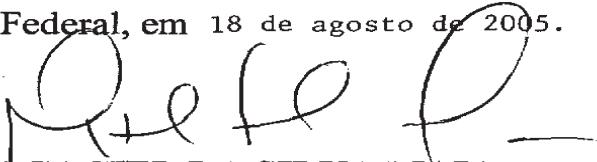
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3338 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012853/05-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CAMILA ARZA GARCIA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2005.



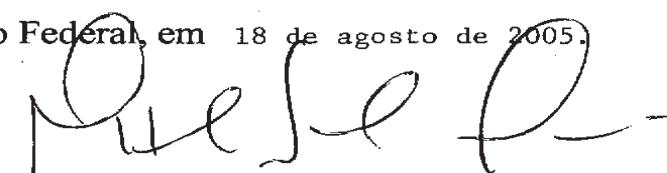
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3339 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.803/05-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Delcídio Amaral.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2005.



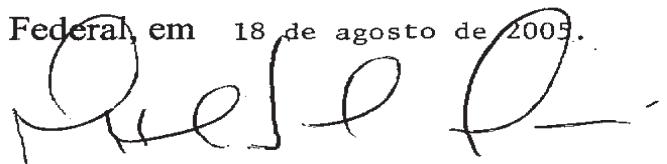
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3340 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.809/05-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALMERINDO MOTTA ANDERSEN TRINDADE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flexa Ribeiro.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3341 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012266/05-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA FRANCISCA MARINHEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2005,



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3342 , DE 2005

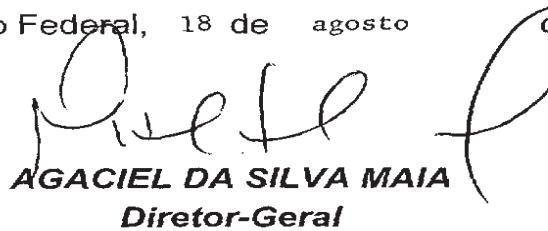
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores MARCELO BITTENCOURT BARREIROS, matrícula nº 50195 e, FÁBIO MELO DE SOUZA, matrícula nº 35170, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 012.046/05-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 3343 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE:**

Designar o servidor CLÉZIO BORGES RABELO, matrícula 104222, ocupante do cargo de Técnico de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Prodasel, para exercer a função comissionada, símbolo FC-07, de Consultor Técnico, da Consultoria da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN, a partir de 19 de julho de 2005.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2005



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

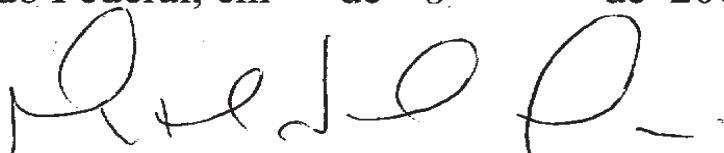
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3344 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições estabelecidas no art. 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 1997-SF,

RESOLVE:

excluir, a partir de 29/06/2005, a vantagem a que se refere a Decisão nº 481/97 - TCU - Plenário, do fundamento legal da aposentadoria concedida por meio do Ato do Diretor-Geral nº 3309/97, publicado no DSF de 07/11/97, a AYRTON AFONSO DE ALMEIDA, matrícula 102020, do quadro de pessoal da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, consoante os termos do Acórdão nº 931/2005 - TCU - 2ª Câmara.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 33452 , DE 2005****O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,**

no uso das atribuições estabelecidas no art. 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 1997-SF,

RESOLVE:

excluir, a partir de 29/06/2005, a vantagem a que se refere a Decisão nº 481/97 - TCU – Plenário, do fundamento legal da aposentadoria concedida por meio do Ato do Diretor-Geral nº 3504/97, publicado no DSF de 26/11/97, a LURDISCEIA SANTOS MULHOLLAND, matrícula 103357, do quadro de pessoal da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, consoante os termos do Acórdão nº 931/2005 - TCU - 2ª Câmara.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA**Diretor-Geral****ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 33460 , DE 2005****O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,**

no uso das atribuições estabelecidas no art. 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 1997-SF,

RESOLVE:

excluir, a partir de 29/06/2005, a vantagem a que se refere a Decisão nº 481/97 - TCU - Plenário, do fundamento legal da aposentadoria concedida por meio do Ato do Diretor-Geral nº 2264/98, publicado no DSF de 02/12/98, a LUIZ SOARES DA COSTA, matrícula 101385, do quadro de pessoal da Secretaria Especial de Informática -PRODASEN, consoante os termos do Acórdão nº 931/2005 - TCU - 2ª Câmara.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA**Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3347 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,
no uso das atribuições estabelecidas no art. 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 1997-SF,

RESOLVE:

excluir, a partir de 29/06/2005, a vantagem a que se refere a Decisão nº 481/97 - TCU – Plenário, do fundamento legal da aposentadoria concedida por meio do Ato do Diretor-Geral nº 1786/98, publicado no DSF de 21/10/98, a PAULO ROBERTO FERNANDES, matrícula 102997, do quadro de pessoal da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, consoante os termos do Acórdão nº 931/2005 - TCU - 2ª Câmara.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

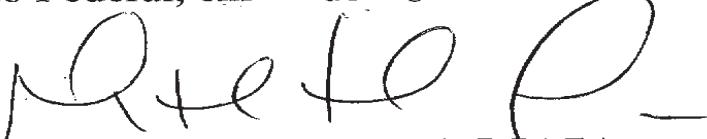
Nº 3348 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,
no uso das atribuições estabelecidas no artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 1997-SF,

RESOLVE:

excluir, a partir de 29/06/2005, a vantagem a que se refere a Decisão nº 481/97 – TCU – Plenário, do fundamento legal da aposentadoria concedida por meio do Ato do Diretor-Geral nº 780/98, publicado no DSF de 01/05/98, a SONIA CAMARGO VOIGT FIGUEIREDO, matrícula 101579, do quadro de pessoal da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN, consoantes os termos do Acórdão nº 931/2005 – TCU – 2ª Câmara.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

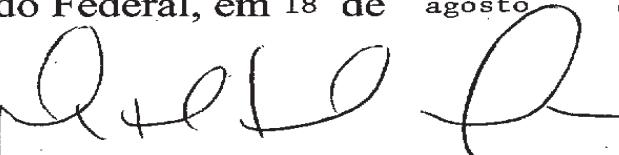
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3349 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,
no uso das atribuições estabelecidas no art. 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 1997-SF,

RESOLVE:

excluir, a partir de 29/06/2005, a vantagem a que se refere a Decisão nº 481/97 - TCU - Plenário, do fundamento legal da aposentadoria concedida por meio do Ato do Diretor-Geral nº 3308/97, publicado no DSF de 07/11/97, a MARIA INÊS VON GAL MILANEZI, matrícula 101804, do quadro de pessoal da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, consoante os termos do Acórdão nº 931/2005 - TCU - 2^a Câmara.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

PFL	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes	
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa	
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE		
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra	
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho	
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino	
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA		
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen	
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti	
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan	
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS		
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena	
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros	
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho	
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	PFL	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PSDB	Maria do Carmo Alves	
PERNAMBUCO		BLOCO - PSB	Almeida Lima	
PFL	José Jorge	PMDB	Antonio Carlos Valadares	
PFL	Marco Maciel	PSDB	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PDT	Gilberto Mestrinho	
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio	
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres	
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PSDB	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	BLOCO - PT	Alvaro Dias	
MINAS GERAIS		PDT	Flávio Arns	
PL	Aelton Freitas	PSDB	Osmar Dias	
PSDB	Eduardo Azeredo	BLOCO - PT	ACRE	
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	P - SOL	Tião Viana	
GOIÁS		BLOCO - PT	Geraldo Mesquita Júnior	
PMDB	Maguito Vilela	PDT	Sibá Machado	
PFL	Demóstenes Torres	PP	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	BLOCO - PT	Juvêncio da Fonseca	
MATO GROSSO		PMDB	Delcídio Amaral	
Sem Partido	Luiz Soarez	PFL	Ramez Tebet	
PFL	Gilberto Goellner	DISTRITO FEDERAL		
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral	
RIO GRANDE DO SUL		BLOCO - PT	Cristovam Buarque	
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio	
BLOCO - PT	Paulo Paim	PSDB	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSB	Eduardo Siqueira Campos	
CEARÁ		PMDB	Nezinho Alencar	
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha	
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	PSDB	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PSB	José Sarney	
PARAÍBA		PMDB	João Capiberibe	
PMDB	Ney Suassuna	BLOCO - PSB	Papaléo Paes	
PFL	Efraim Morais	PMDB	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PFL	Amir Lando	
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide	
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp	
PMDB	Gerson Camata	PTB	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PDT	Mozarildo Cavalcanti	
PIAUÍ		PMDB	Augusto Botelho	
PMDB	Alberto Silva	RORAIMA		
10-8-2005				

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos

Telefone 3111856 Fax: 3114646

E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mãe Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB¹, PL¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP) 2051					

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Fernando Ferro (PT-PE)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 11.08.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Philippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

Deputado AROLDO CEDRAZ

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> FERNANDO FERRO PT-PE	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 11.08.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 156 PÁGINAS